



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII Nº 37, QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2022

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Diários

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 22ª SESSÃO, DE PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES SEMIPRESENCIAL, EM 23 DE MARÇO DE 2022**

1.1 – ABERTURA .....	12
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas em comemoração aos 20 anos do prêmio.	12
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda da Marinha do Brasil. ....	12
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco). ....	12
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional produzido pela TV Senado em comemoração aos 20 anos do Prêmio Bertha Lutz. ....	13
1.2.4 – Oradores	
Sra. Maria da Penha .....	13
1.2.5 – Continuação da exibição do vídeo institucional produzido pela TV Senado em comemoração aos 20 anos do Prêmio Bertha Lutz. ....	15
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sra. Flávia Arruda, Ministra-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República .....	15
1.2.7 – Outorga do Diploma Bertha Lutz. ....	17
1.2.8 – Oradores (continuação)	
Senadora Rose de Freitas .....	22
1.2.9 – Outorga do Diploma Bertha Lutz .....	23
1.2.10 – Oradores (continuação)	
Senadora Leila Barros .....	24



Senador Weverton .....	26
Senadora Eliane Nogueira .....	27
Senadora Zenaide Maia .....	28
Senadora Nilda Gondim .....	29
Senadora Kátia Abreu .....	30
Senadora Soraya Thronicke .....	32
Senadora Daniella Ribeiro .....	34
Sra. Jocilene Barbosa, Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em História da Paraíba e em Neuropsicopedagogia .....	35
Senadora Simone Tebet .....	36
Sra. Andrea Gadelha, Oncopediatra e Diretora-Presidente da Associação Donos do Amanhã .....	38
Sra. Ruth Almeida, Empresária, palestrante, educadora social e pesquisadora dos povos tradicionais do Brasil .....	39
Sra. Inês Santiago, Advogada, empresária e presidente da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Mato Grosso do Sul (FCDL-MS) .....	40
Sra. Rosa Geane, Juíza de Direito no Estado de Sergipe e Coordenadora da Infância e Juventude e da Mulher .....	41
Sra. Marcia Faria Maia, Representando a agraciada Wilma de Faria, In Memoriam, indicada pela Senadora Zenaide Maia .....	43
1.3 – ENCERRAMENTO .....	45
<b>2 – ATA DA 23ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 23 DE MARÇO DE 2022</b>	
2.1 – ABERTURA .....	47
2.2 – ORDEM DO DIA	
<b>2.2.1 – Oradores</b>	
Senador Oriovisto Guimarães – Esclarecimentos sobre a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 423/2022, que reconhece o extermínio de ucranianos por meio da fome, conhecido como Holodomor, como genocídio, do qual S. Exa. é relator. Considerações acerca da história das guerras na humanidade e de suas consequências desastrosas para os países. ....	48
<b>2.2.2 – Item 1</b>	
Projeto de Lei nº 4287/2020, da Deputada Federal Margarete Coelho, que <i>altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Aprovado</i> , nos termos do <b>Parecer nº 94/2022-PLEN-SF</b> , proferido pela Senadora Mara Gabrilli, após <b>Emendas nºs 1 e 2-PLEN e Requerimento nº 218/2022</b> . À sanção. ....	51





### 2.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Girão – Considerações sobre o relatório final da CPI da Pandemia do Rio Grande do Norte, que foi entregue por S. Exa. e demais autoridades à Procuradoria-Geral da República no dia de ontem. .... 54

### 2.2.4 – Item 2

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2753/2021, do Senador José Serra, que *altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.* **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 95/2022-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Eliziane Gama. À sanção. .... 56

### 2.2.5 – Item 3

Projeto de Lei nº 1518/2021, da Deputada Federal Jandira Feghali, que *institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.* **Proferido o Parecer nº 96/2022-PLEN-SF** pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, após **Emendas nºs 1 a 3-PLEN.** .... 57

### 2.2.6 – Oradores (continuação)

Senador Paulo Paim – Defesa da correção dos limites de isenção da tabela do imposto de renda e de uma reforma tributária solidária, progressiva e justa, tributando mais quem tem renda mais elevada. .... 64

Senadora Simone Tebet – Preocupação com a dependência do agronegócio brasileiro da produção de fertilizantes russos em um momento de guerra entre Rússia e Ucrânia. Denúncia contra a Petrobras que está prestes a vender uma fábrica de fertilizantes nitrogenados para uma empresa russa, que não produzirá esses insumos no Brasil e apenas realizará a mistura dos fertilizantes provenientes da Rússia. .... 65

Senador Esperidião Amin – Defesa do Projeto de Lei Complementar nº 35/2022, de autoria de S. Exa. e dos demais Senadores de Santa Catarina, que visa estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais. .... 70

### 2.2.7 – Item 3 (continuação)

Projeto de Lei nº 1518/2021, da Deputada Federal Jandira Feghali, que *institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.* **Aprovado com emendas de redação**, nos termos do parecer. .... 71

Redação final do Projeto de Lei nº 1518/2021 (**Parecer nº 97/2022-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À sanção .... 71

### 2.2.8 – Item 4

Projeto de Lei nº 423/2022, do Senador Alvaro Dias, que *reconhece o extermínio de ucranianos por meio da fome (Holodomor) como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória do Holodomor.* **Retirado da pauta.** .... 72

### 2.2.9 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 7/2022, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Eduardo Girão, que *altera a Resolução do Senado nº 14, de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida.* **Aprovado com emendas**, nos termos do **Parecer nº 98/2022-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Zenaide Maia. .... 72



Redação final do Projeto de Resolução nº 7/2022 ( <b>Parecer nº 99/2022-CDIR/PLEN-SF</b> ). <b>Aprovada.</b> À promulgação. ....	74
---	----

### 2.2.10 – Oradores (continuação)

Senador Confúcio Moura – Críticas aos gestores públicos pela decisão de liberar o uso de máscaras em ambientes fechados. Destaque para a eficiente atuação dos prefeitos e governadores na gestão da pandemia. ....	74
---	----

Senador Dário Berger – Apelo por ações em favor dos produtores independentes de carne suína do Estado de Santa Catarina, para implementação de medidas urgentes que garantam a sobrevivência da suinocultura catarinense que vive a pior crise de sua história em razão do alto custo de produção e da desvalorização do quilo do suíno vivo. ....	75
--	----

Senador Lucas Barreto – Congratulações à Polícia Rodoviária Federal pelos resultados alcançados pela corporação no ano de 2021. ....	76
--	----

Senadora Zenaide Maia – Defesa da continuidade do uso de máscaras pela população brasileira até que se tenha uma maior segurança contra as novas variantes da Covid-19. Lamento pelo baixo índice de imunização de crianças e adolescentes contra a Covid-19, bem como com o retrocesso na cobertura vacinal relativa a outras doenças. ....	77
--	----

Senador Reguffe – Anúncio da desfiliação de S. Exa. do Podemos e filiação ao União Brasil. ....	79
---	----

### 2.2.11 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão de debates temáticos para 24 de março de 2022, às 10 horas, destinada a discutir as causas, a situação e os efeitos da Guerra entre Rússia e Ucrânia e suas consequências para a economia. ....	84
--	----

Convocação de sessão deliberativa semipresencial para 24 de março de 2022, às 16 horas. ....	84
--	----

2.3 – ENCERRAMENTO .....	85
--------------------------	----

2.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO .....	86
---	----

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23ª SESSÃO

#### 3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

##### 3.1.1 – Projeto de Lei nº 4287/2020

Emendas nºs 1 e 2-PLEN .....	89
------------------------------	----

Requerimento nº 218/2022 .....	93
--------------------------------	----

Parecer nº 94/2022-PLEN-SF .....	95
----------------------------------	----

##### 3.1.2 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2753/2021

Parecer nº 95/2022-PLEN-SF .....	100
----------------------------------	-----

##### 3.1.3 – Projeto de Lei nº 1518/2021



Emendas n <sup>os</sup> 1 a 3-PLEN .....	105
Parecer n <sup>o</sup> 96/2022-PLEN-SF .....	112
Requerimentos n <sup>os</sup> 210, 211 e 219/2022 .....	119
Redação final (Parecer n <sup>o</sup> 97/2022-CDIR/PLEN-SF) .....	125
Lista de votação .....	135
<b>3.1.4 – Projeto de Lei n<sup>o</sup> 423/2022</b>	
Emenda n <sup>o</sup> 1-PLEN .....	139
Requerimento n <sup>o</sup> 209/2022 .....	141
<b>3.1.5 – Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 7/2022</b>	
Parecer n <sup>o</sup> 98/2022-PLEN-SF .....	144
Redação final (Parecer n <sup>o</sup> 99/2022-CDIR/PLEN-SF) .....	148
<b>4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS</b>	
<b>4.1 – EXPEDIENTE</b>	
<b>4.1.1 – Comunicação</b>	
Da Liderança do CIDADANIA, de indicação do Senadora Eliziane Gama como Líder do referido Partido (Ofício n <sup>o</sup> 7/2022). ....	152
<b>4.1.2 – Conclusão de instrução</b>	
Conclusão da instrução do Projeto de Lei n <sup>o</sup> 6554/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n <sup>o</sup> 374/2014). ....	154
<b>4.1.3 – Encaminhamento de matérias</b>	
Encaminhamento do Projeto de Lei n <sup>o</sup> 423/2022 às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. ....	156
Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição n <sup>o</sup> 8/2021 e do Projeto de Decreto Legislativo n <sup>o</sup> 1123/2021 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....	157
<b>4.1.4 – Indicações</b>	
N <sup>o</sup> 14/2022, do Senado Federal, que <i>apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas para a adequada execução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no País.</i> ....	159
N <sup>o</sup> 15/2022, do Senador Nelsinho Trad, que <i>sugere, ao Ministro de Estado do Turismo, a inclusão da Feira de Agronegócios Ponta Agrotec no Calendário Oficial de Feiras e Eventos.</i> ....	232



#### 4.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 438/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará. ....	236
Projeto de Decreto Legislativo nº 445/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo. ....	239
Projeto de Decreto Legislativo nº 449/2021, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco. ....	242
Projeto de Decreto Legislativo nº 456/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul. ....	245
Projeto de Decreto Legislativo nº 462/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul. ....	248
Projeto de Decreto Legislativo nº 469/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia. ....	251
Projeto de Decreto Legislativo nº 480/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará. ....	254
Projeto de Decreto Legislativo nº 493/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais. ....	257
Projeto de Decreto Legislativo nº 510/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais. ....	260
Projeto de Decreto Legislativo nº 511/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins. ....	263
Projeto de Decreto Legislativo nº 512/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará. ....	266
Projeto de Decreto Legislativo nº 517/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará. ....	269
Projeto de Decreto Legislativo nº 519/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará. ....	272



Projeto de Decreto Legislativo nº 523/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cameté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cameté, Estado do Pará.</i> .....	275
Projeto de Decreto Legislativo nº 524/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.</i> .....	278
Projeto de Decreto Legislativo nº 526/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.</i> .....	281
Projeto de Decreto Legislativo nº 527/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.</i> .....	284
Projeto de Decreto Legislativo nº 540/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.</i> .....	287
Projeto de Decreto Legislativo nº 548/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.</i> .....	290
Projeto de Decreto Legislativo nº 563/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.</i> .....	293
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 438, 445, 449, 456, 462, 469, 480, 493, 510, 511, 512, 517, 519, 523, 524, 526, 527, 540, 548 e 563/2021.</i> .....	296

#### 4.1.6 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 1/2022-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 3603/2021 .....	298
Nº 2/2022-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 4718/2019 .....	308
Nº 1/2022-CDR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16/2016 <b>(Republicação)</b> .....	317

#### 4.1.7 – Projetos de Lei

Nº 673/2022, da Senadora Eliziane Gama, que <i>altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir no rol de equipamentos obrigatórios dos veículos o sensor de colisão lateral – alerta de ponto cego.</i> .....	328
Nº 674/2022, da Senadora Eliziane Gama, que <i>institui o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.</i> .....	332
Nº 675/2022, da Senadora Eliziane Gama, que <i>altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras</i>	



<i>providências.</i> .....	337
Nº 694/2022, do Senador Nelsinho Trad, que <i>institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.</i> .....	341
<b>4.1.8 – Projeto de Lei Complementar</b>	
Nº 35/2022, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, que <i>altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.</i> .....	347
<b>4.1.9 – Proposta de Emenda à Constituição</b>	
Nº 8/2022, primeira signatária a Senadora Mara Gabrilli, que <i>altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.</i> .....	358
<b>4.1.10 – Requerimentos</b>	
Nº 217/2022, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 25 de abril de 2022, destinada a comemorar o Dia do Contabilista. ....	368
Nº 220/2022, do Senador Paulo Rocha, de informações ao Ministro de Estado da Educação. ....	371
Nº 221/2022, do Senador Nelsinho Trad, de voto de congratulações ao Sr. Alexandre Lacerda. ....	375

## PARTE III

### 5 – RESOLUÇÕES

Nº 2/2022 (proveniente do Projeto de Resolução nº 64/2021), que <i>institui a Frente Parlamentar Mista pela Eletromobilidade (FPEletromobilidade).</i> .....	379
Nº 3/2022 (proveniente do Projeto de Resolução nº 38/2019), que <i>institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras.</i> .....	380

<b>6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	382
<b>7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> .....	385
<b>8 – LIDERANÇAS</b> .....	386
<b>9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	389
<b>10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	399
<b>11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> .....	403
<b>12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	457



## Ata da 22ª Sessão, de Premiações e Condecorações Semipresencial, em 23 de março de 2022

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, das Sras. Eliziane Gama e Leila Barros.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 26 minutos e encerra-se às 13 horas e 2 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão é destinada à entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas em comemoração aos 20 anos do prêmio.

Instituído em 2001 pelo Senado Federal, o Diploma Bertha Lutz foi criado para agraciar pessoas que contribuíram na defesa dos direitos da mulher e da equidade de gênero no Brasil. A premiação recebe o nome da líder feminista Bertha Lutz, que foi Deputada Federal e se empenhou pela aprovação da legislação que deu às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Em 2022, serão agraciadas com o Diploma Bertha Lutz 21 mulheres que se destacam pela defesa dos direitos femininos e fazem a diferença na sociedade brasileira.

Entre as agraciadas, uma é homenageada *in memoriam*, a Sra. Wilma de Faria, como forma de agradecimento ao incansável trabalho que resultou em uma sociedade brasileira mais plural e moderna.

Esta sessão terá ainda uma homenagem especial à Sra. Maria da Penha.

Convido para compor a mesa a Ministra-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, S. Exa. a Ministra Flávia Arruda. Convido também a Líder da Bancada Feminina no Senado Federal, a Senadora Eliziane Gama; e a Procuradora Especial da Mulher no Senado, a Senadora Leila Barros. *(Pausa.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional brasileiro, que será executado pela Banda da Marinha do Brasil, a quem agradeço.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Eu saúdo a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministra Flávia Arruda, uma das agraciadas desta sessão de hoje; a Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, Senadora da República pelo Distrito Federal, Leila Barros; a Líder da Bancada Feminina do Senado Federal, Senadora da República pelo Estado do Maranhão, Eliziane Gama. Saúdo todas as agraciadas das quais me permito ler os nomes: Sra. Ana Lara Camargo de Castro; Sra. Andreia Gadelha; Sra. Angela Maria Moraes Salazar; Sra. Eva Evangelista; Sra. Filomena Camilo do Vale; Sra. Flávia Cintra; Sra. Heloísa Starling; Sra. Ilda Peliz; Sra. Inês Santiago; Sra. Jocilene Barbosa; a agraciada Jurema Pinto Werneck, representada pela Sra. Juliana César Nunes; a agraciada Luiza Trajano, representada pela Sra. Luiza Helena Moreira da Silva; Sra. Margareth Dalcolmo; Sra. Michelle Bolsonaro, a Primeira-Dama do Brasil; Sra. Miracy Barbosa de Souza Gustin; Sra. Mônica Sifuentes; Sra. Renata Gil de Alcantara; Sra. Rosa Geane; Sra. Ruth Almeida. E a agraciada *in memoriam*, Sra. Wilma de Faria, representada nesta sessão pela Sra. Márcia Faria Maia. Igualmente, saúdo a líder de movimentos de defesa de direitos das mulheres no combate à violência doméstica, Sra. Maria da Penha.

Cumprimento todos os Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados Federais, Sras. Deputadas Federais – muito bem-vindos ao Senado Federal! –, o Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Reynaldo Soares da Fonseca, a quem saúdo e agradeço pela presença no Senado Federal; o ex-Governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, igualmente muito bem-vindo ao Senado da República.

Senhoras e senhores, é com especial satisfação que declaro aberta a sessão especial destinada à entrega do Diploma Bertha Lutz.

Este ano marca o 20º aniversário da concessão deste prêmio, que já se tornou uma tradição no Senado Federal. A cerimônia esteve suspensa nos últimos dois anos em razão da pandemia do covid-19. Felizmente, podemos retomá-la agora, em 2022. Espero que essa retomada seja mais um indicativo, que se





soma a outros, da volta à normalidade da vida dos brasileiros e também da vida política do país, o que é ansiosamente aguardado por todos nós.

A personalidade histórica de Bertha Lutz, escolhida muito sabiamente pelas Senadoras e pelos Senadores, no ano de 2001, para dar nome a esta prestigiosa comenda, continua até hoje a inspirar as mulheres em sua caminhada em direção à autonomia e ao reconhecimento e respeito da sociedade brasileira. Bertha Lutz foi pioneira em tudo. Bióloga, cientista de renome internacional, professora, educadora, foi também servidora pública, aliás, a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Estudou na Europa e de lá trouxe a influência benfazeja dos movimentos femininos para ser aqui, no Brasil, uma pioneira da luta pela emancipação feminina e pela extensão do direito de voto às mulheres. Foi, portanto, uma sufragista, uma expoente da luta pela emancipação política que apenas se completa pelo exercício do direito de votar e de ser votada.

Uma vez conquistado o direito de voto em favor das mulheres, mediante a aprovação do Código Eleitoral de 1932, Bertha Lutz, já no ano seguinte, conquistava uma suplência na Câmara dos Deputados. A legislatura para a qual Bertha foi eleita como suplente elaborou uma das constituições democráticas brasileiras, a Constituição de 1934, que inaugura institucionalmente o primeiro período de governo democrático do Presidente Getúlio Vargas, depois abruptamente interrompido em 1937 pelo alto golpe que dá início ao período ditatorial do chamado Estado Novo. Um ano antes desse alto golpe, ainda no Parlamento livre, a Deputada Bertha Lutz assume o mandato – isso foi em 1936 – e o exerce por pouco mais de um ano.

Quero dizer, para finalizar, às agraciadas desta edição com o diploma que todas as senhoras honram a memória desta mulher, esta mulher espetacular. Pioneira em tudo, como eu disse: uma pessoa de visão, uma pessoa engajada que transbordava competência e seriedade em tudo que fazia. Que a memória de Bertha Lutz e esta singela homenagem do Senado Federal sirvam sempre de inspiração a cada uma das senhoras que a recebem neste momento. Sintam-se, evidentemente, todas honradas pelo Senado Federal com a outorga dessa comenda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Assistiremos agora a um vídeo institucional produzido pela TV Senado em comemoração aos 20 anos do Prêmio Bertha Lutz.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Houve um problema na execução do vídeo do sistema da Secretaria-Geral. Eu solicito a interrupção. No decorrer desta sessão, será, depois de solucionado o problema técnico, exibido o vídeo para as senhoras e para os senhores. Eu agradeço.

Dando sequência aos trabalhos, concedo a palavra à Sra. Maria da Penha, que recebe homenagem especial desta edição do Prêmio Bertha Lutz, pelo sistema remoto.

Com a palavra a Sra. Maria da Penha.

**A SRA. MARIA DA PENHA** (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

É com grande alegria que agradeço o convite do Sr. Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, para me fazer presente, mesmo que de maneira virtual.

Em março de 2005, eu fui agraciada com esse prêmio, o que muito me honrou e muito me honra, especialmente pela trajetória de vida da bióloga, advogada e vanguardista Bertha Lutz, que ousou assumir vários papéis sociais ainda no início do século XX e lutou pela condição feminina.

Na época em que recebi esse prêmio, foram agraciadas ainda quatro mulheres: a Clara Charf, a



Palmerinda Donato, a Rozeli da Silva e a Zilda Arns. Eu não poderia estar em melhor companhia. Todas elas, em vida ou *in memoriam*, são uma grande inspiração para mim. Quando a ONU reconheceu o Dia Internacional da Mulher, em 1975, já se passam 112 anos que as mulheres lutam nessa agenda. De norte a sul, de leste a oeste, globalmente falando, não podemos negar as conquistas profundas e significativas cujas transformações proporcionaram o nosso *status* de hoje, um *status* de protagonismo diferente, eficiente, ousado, crítico, dinâmico e de um avançado empoderamento em todas as áreas da atuação humana. Contudo, não podemos negar também que esse *status*, no que diz respeito à qualidade do reconhecimento da nossa dignidade humana, ainda está muito distante do que deve ser. E a isso, infelizmente, de forma notória, temos a questão da violência contra a mulher, a agressiva desigualdade econômica no mercado de trabalho, os entraves humilhantes no acesso à Justiça e, ainda, a negação dos princípios fundamentais, por parte do Estado democrático de direito, ao fortalecimento dos direitos das mulheres, principalmente quando a negação desses direitos agrava o *status* de vulnerabilidade que as mulheres, em especial as brasileiras, vivenciam diuturnamente.

A mensagem que eu quero deixar aqui não é uma reflexão sobre a perspectiva histórica, sobre os fundamentos e contextos dos movimentos de luta pelo direito das mulheres. Acredito que essa missão tem sido muito bem realizada por nós mulheres rotineiramente, sob todos os aspectos, avaliando os avanços e desafios que enfrentamos desde os tempos mais remotos da nossa existência. Nessa minha mensagem de hoje, quero desafiar cada mulher a construir um plano de quebra de legados que persistem em negar, desqualificar e manter práticas que vulnerabilizam os processos de empoderamento feminino do século atual. Essa quebra de legado tem como principal objetivo o compromisso que todas nós deveremos ter com a geração de meninas e meninos, com o desenvolvimento e maturidade das suas identidades cidadãs.

É necessário romper o ciclo geracional da violência, da desigualdade de gênero, dos vários tipos de violência que cicatrizam o corpo e provocam a marca da humilhação e do constrangimento constante na vida e na alma de todas as mulheres, das impostas limitações no acesso aos direitos políticos em razão do modelo dominador do patriarcalismo.

Assim, deixo, no reforço da minha mensagem, o destaque ao art. 16 do antológico texto sobre a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, nossa vanguardista do século XVII, Olympe de Gouges. "Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação."

E nesse aspecto ousou acrescentar que é necessário, para além da elaboração, o empenho e engajamento no processo de execução, conquistas, ampliação, vigilância e preservação da dinâmica de transformação dos direitos humanos das mulheres. E o que estamos fazendo hoje aqui é justamente isso, reconhecer o empenho das mulheres e homens, pois as 138 pessoas que já foram agraciadas com esse diploma deixarão seu legado no que diz respeito à luta por uma vida mais justa e igualitária para as nossas mulheres.

No meu caso, a minha luta começou com muita dor e sofrimento, mas ao final a conquista não foi pessoal. Minha contribuição foi servir de inspiração a dar nome a uma lei que veio para resgatar a dignidade da mulher brasileira, e as novas gerações e esse exército de pessoas de bem irão atuar na vigilância para que nenhum direito que conquistamos seja tirado de nós. Eu perdi o movimento das pernas, mas posso dizer que criei asas, que me foram dadas por todas as pessoas que são engajadas na nossa causa e que multiplicam e assumem o seu verdadeiro papel de transformadores sociais.

E, para encerrar, deixo a mensagem da grande poetisa Cora Coralina, que teve o seu primeiro livro publicado aos 76 anos de idade. Eu me vejo retratada neste poema:

Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.



Ensinou a amar a vida.  
Não desistir da luta.  
Recomeçar na derrota.  
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.  
Acreditar nos valores humanos.  
Ser otimista.  
Creio numa força imanente  
que vai ligando a família humana  
numa corrente luminosa  
de fraternidade universal.  
Creio na solidariedade humana.  
Creio na superação dos erros  
e angústias do presente.  
Acredito nos [...] [jovens].  
Exalto sua confiança,  
generosidade e idealismo.  
Creio nos milagres da ciência [e da oportunidade]  
e na descoberta de uma profilaxia  
futura dos erros e violências do presente.

Muito obrigada, eu me sinto muito honrada, como disse no início, e parablenizo todas as homenageadas.  
Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu agradeço à Sra. Maria da Penha, cumprimento-a pelo pronunciamento e, em nome da Presidência do Senado Federal, gostaria de fazer o reconhecimento público da importância de V. Sa. na defesa e na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Esta homenagem especial feita à senhora nesse momento é absolutamente justa e certamente compartilhada por todos que aqui estão, também nesse reconhecimento do que a senhora representa para o Brasil. Muito obrigado, Sra. Maria da Penha.

Agora nós vamos voltar à etapa anterior do vídeo. Eu peço que haja a execução do vídeo institucional produzido pela TV Senado em comemoração aos 20 anos do Prêmio Bertha Lutz.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu também registro a presença do Desembargador Jorge Rachid, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – seja muito bem-vindo ao Senado! –; e as ilustres presenças da Maria Clara e da Maria Luisa, filhas da Ministra Flávia Arruda e do Governador José Roberto Arruda. A Maria Luisa faltou à aula por um bom motivo hoje – não é, Maria Luisa? Sejam muito bem-vindas!

Eu concedo a palavra, neste instante, à Sra. Flávia Arruda, Ministra-Chefe da Secretaria de Governo e uma das agraciadas nesta manhã de hoje.

**A SRA. FLÁVIA ARRUDA** (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos!

Depois de o Presidente citar minhas duas filhas, eu fico mais nervosa de falar.

Há apenas 90 anos, o mundo era assim: as mulheres não votavam e não podiam ser votadas; não estudavam ou, quando muito, podiam fazer o comportado curso de normalistas; não podiam ter empresas; não ocupavam cargos dos governos nem nos negócios das famílias. Divórcio? Nem pensar! E as que tinham a desventura de uma separação eram segregadas do convívio social. Muitas viviam sob a opressão da



violência física ou psicológica nos seus lares, ainda hoje tão presente, infelizmente, na vida brasileira, mas na época ainda aceita pelos costumes sociais e até pelas leis. Eram rotuladas maldosamente e impiedosamente se buscassem qualquer tipo de protagonismo na vida social, econômica ou política deste país.

Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, minhas amigas Eliziane Gama e Leila Barros, minha colega de bancada, na sua pessoa saúdo todas as Senadoras e Senadores do Senado Federal e cumprimento os que outorgam essa honraria.

Eu cumprimento cada uma das que aqui estão hoje sendo homenageadas e que me honram com a possibilidade de falar em seus nomes. Aqui, todas estão presentes, também de forma virtual. Vejo ali a minha amiga querida Dra. Renata Gil, mulher que também me orgulha muito. A Sra. Maria da Penha, símbolo da luta da mulher brasileira, está aqui também, ela que transformou a sua dor em uma causa para nos dizer que há muita luta ainda pela frente.

Senhoras e senhores, os ventos libertários soprados pela Primeira Grande Guerra e pela industrialização fizeram surgir no mundo os primeiros movimentos pela emancipação da mulher. Aqui no Brasil, Bertha Lutz, ao lado de Carlota Pereira de Queirós, a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, como depois o fez Bertha Lutz, e muitas outras mulheres que estavam à frente do seu tempo lideraram o movimento pelo voto feminino.

Aqui, hoje, somos empresárias, profissionais liberais, acadêmicas, magistradas, desembargadoras, parlamentares, que temos a responsabilidade de dar seguimento a essa luta, pois, vamos reconhecer, há ainda um longo caminho na busca do fim dos preconceitos e na busca da igualdade entre homens e mulheres em todos os setores das atividades humanas.

O voto feminino foi o começo, o mais simbólico dos atos públicos nessa direção, pois, quando a mulher passou a ter o direito de escolher os seus representantes, os governantes, e até também de ser escolhida, aflorou na sociedade a ideia, antes negada, da participação da mulher na escolha do destino do seu povo e na definição do seu próprio caminho de vida. Com essa responsabilidade, a mulher passou, passo a passo, a ter reconhecidos seus direitos, a ter respeitadas suas vontades e suas escolhas não apenas na política, mas em todas as áreas, e essa conquista foi se ampliando até os dias de hoje.

Com essa responsabilidade, a mulher passou a avançar muito. Nós avançamos muito, mas ainda há muito o que se conquistar. A política acaba sendo um espelho da sociedade em que nós vivemos. Basta citar que somos 53% da população brasileira e que, no Congresso Nacional, do qual eu faço parte, há hoje a maior bancada feminina da sua história, mas ainda ocupamos apenas 15% das cadeiras parlamentares. Por isso a importância das leis de discriminação positiva, na busca da igualdade e de transformação da sociedade em que vivemos.

Fui escolhida, com muita honra, para falar em nome de todas que estão aqui hoje recebendo essa homenagem, talvez porque eu tenha sido a primeira Deputada Federal a presidir a Comissão Mista de Orçamento – a Senadora Rose de Freitas, como Senadora, a primeira mulher –, que antes era reserva de mercado dos homens, como se nós mulheres fôssemos incapazes de tratar de números e do orçamento do país; ou talvez por ter presidido a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, de combate à violência e contra o feminicídio; ou talvez por hoje ser a única Ministra de Estado no Palácio do Planalto e a primeira mulher a ter essa responsabilidade – quebramos tabus –; mas, principalmente, estou certa disso, por fazer parte da primeira bancada federal de uma unidade da Federação que tem mais mulheres eleitas do que homens.

Eu e a Senadora Leila fazemos parte de uma bancada de onze Parlamentares, sendo oito Deputados e três Senadores – cinco mulheres Deputadas e a Senadora Leila nos representando no Senado. Então, tenho muito orgulho de representar a maior bancada, proporcionalmente, de mulheres de uma unidade da Federação. Dos onze Parlamentares, todas nós mulheres somos seis. Aqui, no plural, somos Deputadas e



Senadoras, provando que o plural também pode ser feminino, Deputada Soraya.

Todas nós, honradas em receber esse prêmio, sabemos que mais importante que a luta de cada uma na área de suas atuações pelos direitos e pela participação da mulher na vida do país é a consciência que temos da responsabilidade de continuar lutando por igualdade, de defender os milhares e milhares de mulheres que sofrem violência e preconceitos, enfim, de lutar por uma sociedade mais justa que só se realizará quando todas, e não apenas algumas, formos respeitadas e tivermos garantido o nosso tão sonho de igualdade.

Ao agradecer em nome de todas essa homenagem, eu renovo o nosso compromisso de continuar lutando por esse sonho nas leis que nascem no Congresso – e têm sido muitas – até o exercício diário de valorização das mulheres brasileiras a partir das funções que exercemos.

Bertha Lutz está aqui. Bertha Lutz é cada uma de nós. O seu espírito libertário está presente na nossa luta e nos nossos sonhos. A Unesco, ao considerar acolher o nome de Bertha Lutz no Programa Memória do Mundo, está fazendo um reconhecimento internacional do legado que ela nos deixou.

Por isso, nós recebemos essa homenagem como a renovação do nosso compromisso de continuar abrindo caminhos, superando obstáculos, um incentivo para renovar nossas energias em busca do espaço da mulher. Continuaremos lutando umas com as outras, uma segurando a mão da outra – não é, Senadora Nilda? –, porque, onde uma mulher abre espaço, as outras vêm e o ocupam.

Nós não queremos nada além de direitos iguais. Nós queremos caminhar junto com os homens. Nós somos absolutamente complementares, e esse é o sonho que todas nós buscamos por um lugar, porque, para todas nós, o lugar de mulher é onde ela quiser.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu cumprimento a Ministra Flávia Arruda pelo seu pronunciamento em nome de todas as agraciadas.

Passamos agora à entrega do Diploma Bertha Lutz.

Informo a este Plenário que, por motivos pessoais, a agraciada Miracy Barbosa de Sousa Gustin, indicada por esta Presidência, não pôde comparecer presencialmente a esta sessão e nos acompanha remotamente.

Miracy Barbosa de Sousa Gustin é Pós-Doutora em Metodologia do Ensino e da Pesquisa pela Universidade de Barcelona, professora de pós-graduação, idealizadora e primeira coordenadora do Programa Polos Reprodutores de Cidadania e do Projeto Cidade e Alteridade. Já foi agraciada também com o Prêmio Jabuti na área do Direito.

Portanto, é a primeira homenageada na manhã de hoje, pelo sistema virtual.

Informo a este Plenário que a agraciada Renata Gil de Alcântara, indicada por esta Presidência, não pôde comparecer presencialmente a esta sessão e nos acompanha remotamente. A Dra. Renata Gil de Alcântara é Juíza de Direito e foi a primeira mulher a assumir a Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros. Foi idealizadora da Campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, e lançou a campanha de valorização do trabalho da magistratura *hashtag* #AJustiçaNãoPara.

Meus cumprimentos também à Dra. Renata Gil. (*Palmas.*)

**A SRA. FLÁVIA ARRUDA** (*Fora do microfone.*) – Que está em Washington nos representando na Campanha do Sinal Vermelho. Ela está lá em Washington.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ela está em Washington, nos Estados Unidos, representando o Brasil na Campanha Sinal Vermelho, idealizada por V. Exa.

Neste momento, uma vez feito o agradecimento às homenageadas que não puderam comparecer



presencialmente, eu passo a Presidência desta sessão para a Senadora Eliziane Gama, Líder da Bancada Feminina no Senado Federal, para que as demais indicadas possam ser agraciadas.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

*(O Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Eliziane Gama, Suplente de Secretário.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Bom dia a todas e todos. Fico muito feliz em dar continuidade a uma solenidade tão importante e histórica, não há dúvida nenhuma, para todas nós.

E fico muito feliz em proceder aqui, dando continuidade, à entrega desse diploma à nossa querida e amada Sra. Dra. Angela Salazar.

Angela Salazar é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do estado. Foi Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMulher) no Tribunal de Justiça do Maranhão entre 2014 e 2020, quando idealizou e coordenou políticas e projetos de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o Estado do Maranhão. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Angela Salazar.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

Convido a Sra. Flávia Arruda para receber o seu diploma.

Flávia Arruda é Ministra-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, foi Presidente da Comissão Externa de Combate à Violência contra a Mulher na Câmara dos Deputados e primeira Deputada mulher eleita Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Flávia Arruda.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Flávia.

Convido a Sra. Heloisa Starling para receber o diploma.

Heloisa Starling é Professora Titular Livre do Departamento de História e Coordenadora do Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória, da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi Vice-Reitora. Ela é autora do livro “*Como Ser Republicano no Brasil Colônia: Uma Tradição Esquecida*”, entre outros. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Heloisa Starling.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Sra. Luiza Helena Loreno Moreira da Silva, que está representando a agraciada Luiza Trajano, para receber o diploma.

Luiza Trajano é empresária, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil, criado em 2013, com o objetivo de discutir temas relevantes para o país e desenvolver ações concretas capazes de impactar a sociedade. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Luiza Helena Loreno Moreira da Silva, representante da Sra. Luiza Trajano.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) –



Convido a Sra. Mônica Sifuentes – perdoe-me se não estou pronunciando corretamente o nome – para receber o diploma.

Mônica Sifuentes, nascida em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve também os títulos de Mestre e Doutora em Direito; foi Juíza de Direito no Estado de Minas Gerais e Juíza Federal nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal; e atualmente é Desembargadora Federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Mônica Sifuentes.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Sra. Filomena Camilo do Vale para receber o diploma.

Filomena Camilo do Vale, Dra. Filó, é pediatra, palestrante e pregadora. Desde a infância, sua paixão por cuidar e a religiosidade, orientada pela família, guiaram sua vida. Ela acredita na união do exercício da profissão e da palavra de Deus para aproximar e direcionar as pessoas a uma vida de mais espiritualidade. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Filomena Camilo do Vale.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – As indicadas pelo Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, já receberam, na verdade, os seus diplomas. Agradecemos a presença do Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco.

Vamos agora às agraciadas das Senadoras, do Congresso Nacional.

Convido a Sra. Jocilene Barbosa, indicada pela Senadora Daniella Ribeiro, para receber o diploma, da mesma forma que convidamos a Senadora Daniella Ribeiro para fazer a entrega do diploma.

Jocilene Barbosa é graduada em História e em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em História da Paraíba e em Neuropsicopedagogia. Foi professora do ensino fundamental e médio, coordenadora pedagógica, e atualmente leciona na educação infantil no interior do estado. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Jocilene Barbosa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convidamos a Sra. Juliana César Nunes, que receberá o diploma representando a agraciada Jurema Pinto Werneck. A Dra. Jurema foi indicada por mim para receber o diploma.

Convido a Senadora Leila Barros para que eu possa fazer a entrega do diploma. Aliás, convido a Leila a presidir os trabalhos...

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Estou aqui. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só falei isso... Convido a Leila a presidir os trabalhos, enquanto desço para entregar o diploma. (*Pausa.*)

*(A Sra. Eliziane Gama, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Leila Barros.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A Sra. Jurema Pinto Werneck é ativista feminina, médica, comunicóloga, autora e cofundadora da ONG Criola, Diretora-Executiva da Anistia Internacional Brasil e integrante da direção do Fundo Global para Mulheres. Realiza pesquisas sobre condições de vida das mulheres negras e monitora políticas públicas.

Mais uma salva de palmas para a Dra. Jurema Werneck, parabenizando a indicação da Senadora



Eliziane Gama. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Juliana Cézar Nunes, representante da Sra. Jurema Pinto Werneck.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E agora eu passo a Presidência da sessão para nossa Líder da bancada, Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

*(A Sra. Leila Barros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Eliziane Gama, Suplente de Secretário.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos agora à próxima homenageada, Dra. Michelle Bolsonaro. Informo a este Plenário que, por questões de agenda, a agraciada Michelle Bolsonaro, indicada pela Senadora Eliane Nogueira, não pôde comparecer ou acompanhar remotamente esta sessão.

Michelle Bolsonaro é a Primeira-Dama do Brasil, mãe voluntária e defensora da causa das doenças raras. É a Presidente do Conselho do Programa Pátria Voluntária, da Casa Civil da Presidência da República.

Informamos que o diploma será encaminhado à Primeira-Dama do país e solicitamos à Ministra Flávia Arruda que possa fazer esse encaminhamento até a Primeira-Dama.

Vamos às próximas agraciadas.

Convido a Sra. Ruth Almeida, indicada pela Senadora Kátia Abreu, para receber o diploma.

Eu convido a Senadora Leila Barros para proceder à entrega do diploma.

Ruth Almeida é autodidata, foi quebradeira de coco, merendeira em escolas públicas, doméstica e cozinheira em restaurantes. Atualmente é empresária, palestrante, educadora social e pesquisadora dos povos tradicionais do Brasil. Foi eleita melhor chef do Brasil pelo Prêmio Dólmã 2021. (*Palmas.*)

Se não estou enganada, a Ruth Almeida também é maranhense e recebe os cumprimentos do Brasil e, naturalmente, também do Estado do Maranhão.

*(Procede-se entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Ruth Almeida.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A próxima agraciada é a Sra. Eva Evangelista.

Informamos também a este Plenário que, por motivos pessoais, a agraciada Eva Evangelista, indicada pela Senadora Mailza Gomes, não pôde comparecer presencialmente a esta sessão, mas ela nos acompanha de forma remota.

Eva Evangelista é Desembargadora, nasceu em Rio Branco, no Estado do Acre, e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Acre. Atual Decana do Tribunal de Justiça do Acre, é Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar e do Programa Justiça Restaurativa.

Ela recebe, portanto, os nossos cumprimentos, ela que nos acompanha aí pelo sistema remoto. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Flávia Cintra, indicada pela Senadora Mara Gabrilli, para receber o diploma.

A Senadora Mara Gabrilli foi designada pelo Senado Federal para acompanhar as negociações sobre refugiados da Ucrânia. Portanto, solicitamos à Senadora Leila Barros que possa proceder a entrega desse diploma, ao passo que deixo aqui os nossos cumprimentos, de forma muito especial, à Senadora Mara Gabrilli, que está fazendo um trabalho extraordinário pela defesa da paz e também da humanidade.

Flávia Cintra é jornalista e empreendedora social, fundadora do Instituto Paradigma e teve importante





participação na Organização das Nações Unidas na elaboração da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Ela atua hoje como repórter do programa Fantástico, da TV Globo. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Flávia Cintra.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Sra. Ilda Peliz, indicada pela Senadora Leila Barros, para receber o diploma.

Já fique aí, querida Leila.

Ilda Peliz é formada em Comunicação Social e é a atual Secretária de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação. Foi gestora do Banco do Brasil e Secretária de Estado no Distrito Federal. Foi também Presidente da Abrace, que assiste crianças e adolescentes com câncer, por 21 anos. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Ilda Peliz.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Leila para que continue a postos, como uma grande atleta que, portanto, tem toda a disposição física.

Convido Rosa Geane, indicada pela Senadora Maria do Carmo, para receber o diploma.

Rosa Geane é Juíza de Direito do Estado de Sergipe e atua como Coordenadora da Mulher, em situação de violência doméstica e familiar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Em sua atuação, destacam-se a elaboração do projeto de criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o fomento para a criação da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Rosa Geane.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Sra. Andrea Gadelha, indicada pela Senadora Nilda Gondim para receber o diploma, ao passo em que também convidamos a Senadora Nilda, nossa Vice-Líder da Bancada Feminina, a fazer a entrega do diploma.

Andrea Gadelha é oncopediatra e Diretora-Presidente da Associação Donos do Amanhã; é mestre em pediatria, com pós-graduação e atuação nas áreas de oncologia pediátrica e também medicina paliativa; coordena unidades hospitalares na Paraíba e atua como preceptora em residência médica. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Andrea Gadelha.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A próxima homenageada é a nossa querida Margareth Dalcolmo.

Informo a este Plenário que, por motivos pessoais, a agraciada Margareth Dalcolmo, indicada pela Senadora Rose de Freitas, não pôde comparecer presencialmente a esta sessão, mas nos acompanha de forma remota. A Margareth Dalcolmo está apenas pelo sistema remoto. (*Palmas.*)

Cumprimentamos a Senadora Rose de Freitas, que está presencialmente no Plenário e que é a autora da proposta de indicação da diplomação de Margareth Dalcolmo.

Margareth Dalcolmo é Presidente eleita da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; é pneumologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; é doutora em Medicina, docente, membro de comitês científicos e investigadora principal de ensaios clínicos para a prevenção da covid-19. (*Palmas.*)

Dra. Margareth, receba os nossos cumprimentos, destacando a sua grande atuação no Brasil neste momento crítico que o mundo inteiro acompanhou. A sua contribuição foi de forma extremamente ampla e importante para o combate à covid-19, a partir do seu conhecimento e a partir da sua grande participação



nesses experimentos no Brasil. Muito obrigada! Agradecemos, pelo Brasil, a sua grande contribuição.

Senadora Rose de Freitas, autora da indicação da Dra. Margareth, com a palavra.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discursar.)

– Desculpem-me por quebrar o protocolo, senhoras que aqui estão e Dra. Margareth, mas, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de fazê-lo.

Acabei de interromper uma sessão importantíssima da Comissão de Orçamento, que presido, para não deixar de estar aqui de frente para esta grande mulher e fazer a minha homenagem. Se V. Exa. e o Plenário permitirem, eu gostaria de falar umas breves palavras aqui. A nossa Casa é muito de protocolo, gente, mas, às vezes, o protocolo quebra a nossa emoção de fazer uma homenagem tão justa.

Dra. Margareth, na breve saudação feita pela Presidente, falou-se do que a senhora já fez. A senhora é uma médica pneumologista, tem origem no meu estado, estudou no meu estado, mas eu fui conhecê-la, como todos os brasileiros, na televisão.

Nessa longa carreira de combate a doenças pulmonares, ela, para se ver a importância que essa mulher tem... Porque não é só ser, é fazer e reconhecer que, ao fazer, faz melhor do que muita gente. Portanto, eu queria apenas citar algumas questões.

Na década de 80, ela foi uma das pioneiras brasileiras no combate ao tabagismo, também considerado uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde, quando poucas pessoas, Dra. Margareth, vinham a esta Casa, em que estou desde 1987, para falar sobre o tabagismo, porque havia toda uma indústria mundial que contaminava a política brasileira. Filme bom era aquele em que havia alguém fumando e que tinha grandes patrocínios para promover filmes com atores que fumavam o tempo todo em cena. E a senhora mostrava como isso afetava milhões de brasileiros. Por todas as partes do mundo V. Sa. saiu, atuando como consultora... É essa mulher fantástica!

E também destinava a sua profissão a combater as doenças respiratórias de trabalhadores de mineração – coisa que muita gente não sabe –, à frente, sempre, com protagonismo na África e em outros países em que V. Sa. atuou.

Com dezenas de trabalhos publicados em livros e revistas especializadas no mundo, foi natural que virasse referência quando da eclosão da pandemia do covid. Quem é que não se lembra da Dra. Margareth, que, além de mostrar quem era a Dra. Margareth, especializada, pegou o seu diploma, a sua ciência e colocou a favor dos brasileiros?

Dra. Margareth, a senhora não tem noção de como a senhora é conhecida, reconhecida, abraçada e faz parte da luta dos brasileiros a quem, quando lhes faltou apoio institucional, não faltou a palavra que V. Sa. dirigiu a todos!

Em momentos de conflito, inclusive, Senadora Nilda e Senadora Simone Tebet, ela deu a todos nós a verdadeira orientação científica, quando falar em ciência era privilégio de classes intelectuais, e mostrou sua eficácia: falou qual era o remédio e tratou, principalmente, de desconstruir informações improcedentes sobre a doença que levava à morte milhares e milhares de brasileiros.

Recentemente, relatou esse esforço em um livro, que eu até aconselho que as pessoas procurem, intitulado *Um tempo para não esquecer: a visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde*.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Vou desconhecer essa sirene aí, viu?

Mulheres como a Dra. Margareth Dalcolmo, quero-lhes dizer, fazem a diferença sempre, em qualquer lugar. Ela não só jurou como ela cumpre o que ela jurou; não faz só a diferença, ela é uma luz.



Como é que eu não poderia oferecer a ela – e não é porque estudou no Espírito Santo – esse diploma, de todas as honrarias que já fizemos nesta Casa?

Eu quero dizer que V. Sa. foi marcante em sua trajetória, no coração de todos os brasileiros, e que todas as mulheres se orgulham da senhora.

Eu quero agradecer, Doutora, pelos serviços prestados à nação brasileira!

Quero também dizer – a senhora não sabe – que eu, como milhares de pessoas, de mulheres, mães, avós, que queríamos o ensino...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... pandemia. Então, eu quero dizer que o profundo conhecimento técnico de V. Sa, que, como todo mundo sabe, trouxe ao brasileiro, o brasileiro recebeu com o coração, as mulheres receberam com orgulho. E o Brasil só lhe agradece!

Eu tenho a honra de dizer que a senhora é a homenageada não da Senadora Rose de Freitas; é a homenageada de toda a Bancada Feminina das duas Casas e é homenageada, sobretudo, pelo povo brasileiro.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Vamos seguir aqui. Temos ainda mais duas homenageadas.

Convido a Sra. Inês Santiago, indicada pela Senadora Simone Tebet, para receber o diploma. Também convidamos a Senadora Simone Tebet para fazer a entrega do diploma.

Inês Santiago, nascida em Eldorado, no Estado do Mato Grosso do Sul, é advogada, empresária e a primeira mulher a presidir a Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Mato Grosso do Sul, atuando na defesa do varejo. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Inês Santiago.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Convido a Sra. Ana Lara Camargo de Castro, indicada pela Senadora Soraya Thronicke, para receber o diploma, ao passo que também convidamos a Senadora Soraya para fazer a entrega do diploma.

Ana Lara Camargo de Castro é Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, responsável pela implementação da Promotoria de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul; e professora nas temáticas de direito internacional das mulheres, gênero e sexualidade e direito digital. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Ana Lara Camargo de Castro.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Temos a nossa última homenageada, é uma homenagem *in memoriam*. A Sra. Márcia Faria Maia receberá o diploma representando a agraciada Wilma de Faria, *in memoriam*. Ela foi indicada pela Senadora Zenaide Maia.

Convidamos a Senadora Zenaide Maia para fazer a entrega à Sra. Márcia Faria Maia.

Wilma de Faria licenciou-se em Letras, especializou-se em Sociologia, obteve mestrado em educação e lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; foi eleita a primeira Deputada Federal do estado, a primeira mulher Prefeita de Natal, por três mandatos, e a primeira mulher a governar o estado



por dois mandatos. (*Palmas.*)

*(Procede-se à entrega do Diploma Bertha Lutz à Sra. Márcia Faria Maia, representante da Sra. Wilma de Faria, in memoriam.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Essas, portanto, foram as nossas homenageadas do Prêmio Bertha Lutz, depois de seus 20 anos.

Eu cumprimento todas as agraciadas, as Parlamentares e o Presidente do Congresso Nacional pela indicação de mulheres tão ilustres para a história do Brasil, para a história do empoderamento feminino, para a história da luta das mulheres pela igualdade, pela isonomia na nossa sociedade brasileira.

Peço aqui uma salva de palmas a todas essas mulheres. (*Palmas.*)

Seguindo a lista de inscritos, concedo a palavra à Senadora Leila Barros, nossa Procuradora da Mulher no Senado Federal.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discursar.) – Eu cumprimento a Sra. Presidente desta sessão, a Senadora Líder da Bancada Feminina do Senado Federal, a Senadora Eliziane Gama, assim como o nosso Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco, que abriu a sessão e teve que se retirar; cumprimento as Sras. Senadoras e Senadores, as homenageadas ou os seus representantes, as senhoras e senhores convidados e as brasileiras e brasileiros que acompanham nossas atividades acessando os veículos de comunicação e as plataformas sociais aqui do Senado Federal.

Eu adorei a quebra de protocolo da Senadora Rose, porque, na verdade, o que nós Parlamentares queremos nesta manhã é justamente falar um pouco das nossas indicações, das homenageadas. Afinal de contas, vocês representam a maioria deste país e nos orgulham tanto.

Nós somos uma bancada aqui, tanto no Congresso como no Senado, muito unida nas causas femininas, independentemente dos espectros em que estejamos, ideológicos, em cada campo, mas, quando é mulher, pauta feminina, os nossos direitos, a equidade, nós nos unimos e somos leões aqui nesta Casa. Então, é um prazer enorme, enorme. Toda vez que há esse prêmio – eu estou aqui desde 2019, e nós tivemos uma interrupção por causa da pandemia –, quando há esse prêmio, eu adoro contemplar o Plenário aqui de cima justamente olhando para vocês mulheres, que dignificam a nossa maioria da população e que trazem muita esperança para as futuras gerações, para as mulheres que estão vindo e que, de certa forma, também nos encorajam aqui nessa luta diária, porque só nós que estamos aqui... Não é, Deputada Flávia Arruda, Ministra, Senadora Eliziane, Parlamentares que estão aqui, minhas colegas, Senadora Zenaide, Senadoras Nilda, Daniella, Simone Tebet, nossa pré-candidata à Presidência deste país, do nosso país, assim como a nossa querida – não vou dizer veterana, Rose – Constituinte, uma grande inspiração para nós, Senadora Rose de Freitas? Assim como os Senadores também... Estou vendo aqui o Weverton, vi o Omar... Enfim, eu fico muito feliz de, de certa forma, os homens estarem participando, estando aqui conosco nesta homenagem.

O importante neste momento é a gente mostrar um pouco do que as mulheres têm feito pelo nosso país. Então, eu não poderia, neste momento, deixar de dizer que é com muito orgulho que eu participo dessa sessão solene de entrega do Diploma Bertha Lutz. O próprio nome Bertha Lutz simboliza a importância desse prêmio, que é conferido a mulheres que tenham contribuído, de forma relevante, com a defesa dos direitos da mulher e também da questão de gênero.

Dessa forma, eu cumprimento a cada uma de vocês pela indicação e agradeço pelos serviços prestados às causas de interesse da sociedade e das nossas mulheres.

Eu tive a oportunidade de propor o nome da Ilda Peliz para figurar entre as homenageadas e a satisfação de saber que hoje estamos aqui, todas e todos, reunidos também para reconhecer o quanto ela fez por tanta gente.



E aí eu gostaria também de falar um pouco sobre você, Ilda. Graduada em Comunicação Social, como já foi falado aqui, pós-graduada em Administração Hospitalar, em Políticas Públicas e Gestão de ONGs, ela também tem MBA em Marketing e Serviços. A sua vida profissional é tão abrangente quanto a sua vida acadêmica...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... o que nos deixa muito orgulhosas por essa indicação aqui.

A Ilda atuou como gestora no Banco do Brasil e, posteriormente – e isto é o que mais me deixa feliz de citar a vocês –, ela foi Presidente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace) durante 22 anos. E um drama pessoal modificou os rumos da sua vida: em 1994, sua filha foi diagnosticada com câncer – a Rebeca tinha apenas seis meses. Na busca de tratar a sua filha, a Ilda passou a frequentar o Hospital de Base, que é o principal hospital – todos vocês devem saber – aqui do Distrito Federal. Lá conheceu e conviveu com outras famílias que enfrentam suas tragédias. E, depois do falecimento da Rebeca, em 1995, a Ilda não descansou até conseguir...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sra. Presidente.

... os recursos suficientes para a construção do Bloco 1 do Hospital da Criança de Brasília José de Alencar, que hoje atende não só as crianças do Distrito Federal, mas de todo o país.

A guerreira Ilda Peliz transformou o seu luto em luta... Eu até me emociono, desculpa, porque quem é mãe sabe dessa luta. *(Palmas.)*

Também foi Secretária do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Uma das suas prioridades no cargo foi expandir a capacitação e os incentivos para o empreendedorismo feminino, criando oportunidades de geração de renda e emprego para as mulheres.

Depois, Ilda assumiu o cargo da Secretaria de Modalidades Especiais do MEC, que tem entre as suas missões executar a política de educação bilíngue de surdos, das pessoas com deficiência, dos indígenas e das comunidades tradicionais. Como voluntária, ela preside o Conselho de Administração do Hospital da Criança de Brasília e é conselheira de várias instituições que financiam projetos sociais.

Em reconhecimento ao seu profissionalismo, competência e também pela sua dedicação às causas humanitárias e ao bem-estar do próximo, recebeu vários prêmios, comendas e destaques – dentre eles, a do TCU, o Grande-Colar do Mérito – e foi homenageada pela Organização Mundial da Família, ONG ligada à ONU.

Ilda, parabéns a você! A sua história de vida, como eu falei, dignifica todas nós, da mesma forma que a luta, o esforço e a dedicação das demais homenageadas. Em nome da Ilda e em nome de toda a bancada, eu gostaria...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... de, na pessoa dela, homenagear todas vocês e dizer que as histórias de todas aqui são uma grande inspiração para a nossa caminhada nesta Casa.

Então, parabéns a todas vocês! Parabéns à Flávia Arruda também, que é uma colega de bancada!

É isso, gente. Que venham as demais Parlamentares, porque eu acho que todo mundo quer falar um pouquinho.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Leila Barros, pelas suas emocionantes palavras.

Concedo a palavra ao Senador Weverton Rocha. Na sequência, Senadora Eliane Nogueira e Senadora Zenaide Maia.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para discursar.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Presidente Rodrigo Pacheco, que já teve que se ausentar; Sra. Presidente e Líder da Bancada Feminina, que preside a nossa sessão de premiação e condecoração em homenagem ao Prêmio, Diploma Bertha Lutz, Senadora Eliziane Gama, do nosso querido Estado do Maranhão; Ministra de Estado Flávia Arruda, Deputada Federal aqui de Brasília; Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, Senadora Leila Barros, que tem também raízes maranhenses – seu pai é da nossa querida cidade de Carolina –; Líder da Bancada Feminina, que eu já registrei, nossa querida Senadora Eliziane Gama; homenageada, representando o Maranhão, Desembargadora Angela Salazar, que é Vice-Presidente, Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e, daqui a alguns dias, assumirá a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do nosso estado; Dr. Carlos Santana, Procurador lá no nosso estado, querido Estado do Maranhão, e esposo da nossa homenageada: Desembargadora Angela Salazar; Desembargador Jorge Rachid, aqui representando o nosso Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – seja bem-vindo! –; Ministro Reynaldo Fonseca, nosso Ministro do STJ que esteve aqui também para cumprimentar, na pessoa da nossa Desembargadora Angela, todas vocês; Juízas Anna Graziella e Camilla Ewerton, do Tribunal Regional Eleitoral lá do Maranhão, que estão aqui presentes também, participando desta justa homenagem; Dr. Daniel Leite, Advogado e ex-membro do TRE do Maranhão, grande amigo e irmão; Deputado Federal João Marcelo, da nossa bancada do Estado do Maranhão, e Deputado Aluisio Mendes, que também prestigiou aqui a sessão; Deputado Estadual Roberto Costa, aqui representando a Assembleia Legislativa do Maranhão – seja bem-vindo, Deputado Roberto! –; nossa Vereadora Silvana Noely, representando a Câmara de Vereadores de São Luís; Sr. Assis Filho, da direção nacional do MDB. Eu quero, nas pessoas de todos, cumprimentar este Plenário e todas as homenageadas.

A Desembargadora Angela Salazar representa as mulheres maranhenses e é uma demonstração de que, com oportunidades, todas podem construir uma linda história. Ela, como eu, vem de uma família maranhense comum. Suas conquistas são frutos da boa educação dada pelos seus pais, com valores familiares cristãos e éticos, e do seu esforço pessoal, apoiado pela família, marido e filhos.

Angela Salazar nasceu em São Luís Gonzaga do Maranhão. Filha de Benedito Salazar e de Maria da Conceição Moraes Salazar. Seus pais deram a base afetiva e moral de que ela precisava para seguir adiante.

Com dedicação, graduou-se em Serviço Social e, logo em seguida, em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão. Fez Pós-graduação MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas e Ciências Criminais pelo Centro Universitário do Maranhão.

Sua opção pelo Direito se refletiu na construção de uma sólida carreira. Foi aprovada no concurso para delegada em 1982 e, no ano seguinte, Promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão, cargo que exerceu até 1986.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Ingressou na magistratura em 1986, tendo atuado com brilhantismo em diversas comarcas e na Vara da Infância e da Juventude de São Luís. Em 2005, implantou a 11ª Vara Criminal de São Luís, com competência para processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes. Atuou também na Vara de Família e foi Coordenadora do Conselho



de Supervisão dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Chegou ao cargo de Desembargadora em 2013, por merecimento, após mostrar todo o seu valor de mulher maranhense em atuações sérias e competentes.

Indiquei a Desembargadora Angela Salazar ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco para o Diploma Bertha Lutz por ver o mérito do seu trabalho e por reconhecer nela a força de um grande exemplo para todas as meninas e jovens do Maranhão e do Brasil...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... e até mesmo para os meninos. Ela é exemplo de trabalho, comprometimento, seriedade e valores éticos que nos levam longe. Ela é exemplo de que o nosso estado não é só para filho de ricos e doutores. Todos podem chegar lá.

Desembargadora, essa homenagem é mais do que justa por tudo o que a senhora construiu de história no Judiciário maranhense, por todo o seu mérito como profissional e como pessoa. E é, por extensão, uma homenagem a todas as mulheres maranhenses.

Viva Bertha Lutz! Viva Angela Salazar!

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Parabéns, Senador Weverton, e, mais uma vez, parabéns à Dra. Angela Salazar.

Nós, inclusive, acompanhamos, trabalhamos de forma conjunta durante anos a fio, ainda eu como Deputada Estadual, no enfrentamento, no combate à pedofilia, na proteção de criança e adolescente. E fico muito feliz de acompanhá-la hoje nessa grande homenagem, nessa honraria feita pelo Congresso Nacional a sua grande atuação, Dra. Angela. Muito obrigada.

Com a palavra a Senadora Eliane Nogueira; na sequência, Zenaide Maia e Senadora Nilda Gondim.

Cumprimento a Senadora Simone Tebet, que nos dá a honra de compor conosco esta mesa, nossa primeira Líder da Bancada Feminina no Brasil.

**A SRA. ELIANE NOGUEIRA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discursar.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores e senhoras laureadas, é uma satisfação podermos premiar a Primeira-Dama do Brasil.

Michelle Bolsonaro tem uma vida empenhada em prol dos trabalhos sociais voltados às pessoas com deficiência, em especial, para a comunidade surda, oferecendo imenso suporte aos desafios vividos por milhares de mulheres brasileiras em sua luta diária para conciliar, com sucesso, a vida pessoal, familiar e profissional.

Desde a posse do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de forma inédita, Michelle Bolsonaro participou ativamente da solenidade, surpreendendo a todos os brasileiros ao discursar em libras e ao defender o seu papel em defesa "dos esquecidos", preestabelecendo, naquele momento, o que seria o seu maior papel institucional, favorecendo sua defesa pessoal, dada a sua posição pública.

No entanto, muito antes da vida pública, já fazia parte de seus valores e de sua rotina privada a prática de trabalhos sociais que, visando à melhoria da qualidade de vida de mulheres, crianças, deficientes e vulneráveis em geral, a partir da luta pela garantia de direitos civis básicos, pudessem assegurar uma vida digna, inclusive para fins de permitir o exercício de direitos políticos.

A agenda de Michelle Bolsonaro está sempre voltada para compromissos e eventos, tanto no Brasil quanto no exterior, que buscam promover a conscientização da sociedade, em todos os seus segmentos, acerca da valorização da mulher e da primeira infância, bem como da importância dos trabalhos voluntários voltados para os mais carentes, em dedicação às comunidades vulneráveis.

Em 2019, por exemplo, a Primeira-Dama esteve na Itália, buscando: junto às Nações Unidas, ações



conjuntas voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres que vivem na zona rural; junto ao Vaticano, tratar de assuntos voltados para o combate à evasão escolar, problema social que gera muitos desafios para o crescimento pessoal e profissional não só das crianças, mas também de suas mães, muitas delas solas e vítimas da desestruturação familiar.

O trabalho social de Michelle Bolsonaro reflete, pois, o especial papel da mulher brasileira na busca de um país mais justo e equitativo, desde o acolhimento de seus filhos – sejam crianças ou adultos, pobres, deficientes, vulneráveis, minorias sociais – até a valorização de si mesma, como poderosa força econômica e inovadora para a grandeza do Brasil.

Parabéns, Primeira-Dama Michelle Bolsonaro!

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Eliane.

Convido, para usar a palavra, a Senadora Zenaide Maia; na sequência, a Senadora Nilda Gondim e a Senadora Kátia Abreu, que falará pelo sistema remoto.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes!

Eu nem vou falar de Bertha Lutz, porque todos já homenagearam essa mulher que emprestou o nome para esse lindo diploma de homenagem que a gente está oferecendo aqui.

Nossas guerreiras brasileiras, quero aqui cumprimentar a Mesa na pessoa de nossa Ministra Flávia Arruda e, na sua pessoa, todos os demais Parlamentares.

Quero aqui cumprimentar as homenageadas e, *in memoriam*, Wilma Maria de Faria, na pessoa de suas duas filhas, Márcia Maia e Cíntia Maia, que estão aqui presentes. E quero falar sobre essa minha conterrânea, uma mulher que foi à frente do tempo.

Eu tenho muita alegria aqui, nesta data de hoje, de premiar e homenagear a mulher Wilma de Faria, conterrânea, uma mulher lutadora, natural de Mossoró, Rio Grande do Norte, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Wilma segue um legado, porque a gente sabe que o Rio Grande do Norte tem o privilégio de ser berço de mulheres como Alzira Soriano, primeira Prefeita eleita da América Latina, na cidade de Lajes, e a primeira eleitora, Profa. Celina Guimarães. Numa época em que as mulheres eram criadas para casar, cuidar dos filhos e cuidar dos seus maridos, ela criou os filhos, voltou a estudar e foi a primeira mulher eleita da capital do Rio Grande do Norte, Natal – três vezes eleita Prefeita da capital do Rio Grande do Norte. Também foi a primeira Deputada Federal eleita no Rio Grande do Norte, acho que foi colega de Rose como Constituinte – Wilma de Faria –, e também foi Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, a primeira mulher Governadora por dois mandatos. E marcou seus mandatos... Era uma mulher que tinha carisma no trabalho. A política das mulheres no Estado de Wilma nos orgulhou, e hoje todas as mulheres do Rio Grande do Norte têm uma gratidão imensa por isso.

Eu queria mostrar que Wilma, como gestora, teve muitos feitos, mas alguns são marcantes. Por exemplo, ela criou e instalou o curso de Medicina na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern) em dois polos. Ela interiorizou o curso de Medicina, que era centralizado na capital. E ela ficou consagrada... Wilma era chamada de "a grande guerreira".

Wilma, que faleceu em 15 de junho de 2017, aos 72 anos, está aqui muito bem representada por suas filhas Márcia e Cíntia.

Por tudo isso, só posso dizer da minha homenageada que estamos orgulhosos – não só minha, mas de todo o Senado Federal. Estamos muito orgulhosos de nos congratular com essa honraria recebida, porque, sim, ela fez toda a diferença no nosso estado e no país, porque foi Deputada constituinte. Ela sempre dizia: "Mais mulheres na política! Uma sociedade livre e democrática só é possível com a participação das





mulheres”.

Eu finalizo aqui, fazendo um apelo não só aos Parlamentares, mas também a todas as homenageadas, como Margareth Dalcolmo, como Luiza Trajano, todas as homenageadas aqui.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu finalizo, dizendo aqui: mulheres, Parlamentares ou não, mulheres brasileiras, vamos ocupar os espaços de poder para fazer uma diferença real na vida das mulheres, dos grupos que mais precisam, na economia, na educação, na ciência, na saúde, na segurança pública, na sociedade! A construção de um mundo novo e melhor é possível!

Como dizia aquela que nos emprestou seu nome para esse grande diploma que estamos oferecendo a vocês, que merecem mais do que isso até, “para a mulher vencer na vida, ela tem que se atirar. Se erra uma vez, tem que tentar outras cem”. Bertha Lutz dizia isto: “É justamente a nova geração a responsável [...]”.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não vamos nos esquecer: as decisões são políticas. As decisões da vida das mulheres, que são mais de 50% da população, e dos homens são políticas.

Então, eu terminaria, parabenizando aqui Wilma de Faria, *in memoriam*, e dizendo às mulheres: as decisões são políticas. Vamos ocupar os espaços de poder, porque senão não temos como defender realmente as nossas mulheres.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra a Senadora Nilda Gondim e, na sequência, a Senadora Kátia Abreu, pelo sistema remoto.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras homenageadas, neste dia tão importante, com esse Prêmio Bertha Lutz, que é o mais importante do Senado, eu quero dizer um pouquinho da história da nossa agraciada Andrea Gadelha.

Andrea Gadelha, nossa médica paraibana, é natural de João Pessoa, Paraíba, filha de João Nóbrega de Figueiredo e Sulene Pinto Gadelha Nóbrega.

Médica oncologista e paliativista, Andrea Gadelha é uma mulher que não se conformou com a dura realidade enfrentada por crianças e adolescentes pobres acometidas por câncer e resolveu agir para mitigar o sofrimento desses jovens e de suas famílias.

A homenageada é fundadora e Diretora-Presidente da associação de combate ao câncer infantojuvenil Donos do Amanhã, com sede em João Pessoa. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos que auxilia crianças e adolescentes com câncer, em tratamento em João Pessoa, oferecendo alimentação, local para descanso, cestas básicas, orientações, cuidados e o necessário carinho e acolhimento a esses pacientes.

A Sra. Andrea Gadelha nos orgulha – a mim e a todos os paraibanos – e agora, com os holofotes direcionados ao seu belíssimo serviço, orgulhará todo o Brasil. Em nome do povo da Paraíba, muito obrigada!

O Sr. Presidente não está presente, mas a nossa Líder o representa, como também a Ministra Flávia



Arruda e a nossa querida Simone Tebet – querida mesmo.

Na figura de Andrea Gadelha, quero parabenizar todas as agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz, que, com o seu serviço e com os seus exemplos, certamente inspirarão novas gerações de brasileiras a continuarem a luta pela emancipação feminina e por um Brasil mais justo e mais igualitário para todas.

Muitíssimo obrigada, minha Líder.

Desculpe-me, omiti a nossa queridíssima Rose de Freitas. Desculpe-me, Rose. Na hora, eu não a vi aí. Rose, desculpe-me.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Nilda. Meu apreço e respeito por você, nossa Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu pelo sistema remoto.

Na sequência, a Senadora Soraya Thronicke e a Senadora Daniella Ribeiro.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todas as meninas que estão presentes, às colegas Senadoras e, em especial, às homenageadas. Um abraço especial à Maria da Penha, essa guerreira, que se encontra aí.

Eu fico orgulhosa e feliz com todas as homenagens, porque estou o tempo todo assistindo, ouvindo, aqui de Palmas, Tocantins, e fico muito animada de ver apesar de poucas mulheres, mas com tanto destaque já no Brasil. Isso abre uma luz de esperança e de oportunidade para as mulheres do Brasil. Vocês são exemplos de força, de coragem, de que é possível (*Falha no áudio.*)

Estamos agora, neste período eleitoral, até o dia 2 de abril, fechando as alianças e as filiações partidárias. E, para minha tristeza, nós temos tido muita dificuldade de encontrar mulheres que se animam a entrar na política. Chega dói meu coração. Nós aprovamos leis que beneficiam as mulheres, aumentando os recursos financeiros, aumentando o tempo de televisão, mas tem sido luta grande. De homens há filas querendo se candidatar, mas infelizmente as mulheres não se determinam, não têm vontade, recusam. Então, eu vejo isso com tristeza, e vocês podem ajudar a reverter isso, para que as mulheres se encorajem a entrar na política. Na política, quando as pessoas boas não entram, abre-se um espaço para as pessoas más, mal-intencionadas, pessoas ruins entrarem na política. Então, nós precisamos ocupar espaço com pessoas que têm espírito público, melhorar a condição do gênero feminino para ocupar esses espaços.

Então, eu queria fazer esta declaração aqui. A Presidente Eliziane me deu essa licença para que eu pudesse fazer este registro, nos últimos dias já que nós temos de filiação partidária, para encorajar e, ao mesmo tempo, fazer esta pequena denúncia da falta de entusiasmo das mulheres com a candidatura.

Eu queria, em especial, registrar a minha admiração, o meu amor, o meu carinho pela Margareth Dalcolmo.

Você é mais do que especial para todos nós. Você é a mulher coragem, a Mulher Maravilha. Você é a Batgirl. Você é tudo de bom! É uma super-heroína deste Brasil. E parabéns pelo seu livro *Um Tempo para não Esquecer*. Com certeza eu vou ler todo o livro – espero passar esse período mais conturbado. Se eu pudesse aqui, olhando para você, definir o que você significa, o que você significou, principalmente no período da covid: uma luz na pior escuridão que pode existir na face da Terra, que é a da ignorância e do preconceito; a luz diante do preconceito e da escuridão, essa escuridão horrível que às vezes toma conta da alma e do coração de algumas pessoas. Nós temos que eliminar isso do nosso país. A ciência é a verdadeira luz, e você representa isso. E eu tiro o meu chapéu, os meus brincos e os meus colares para você. Como eu não uso chapéu, eu tiro os meus brincos e os meus colares para você, como orgulho deste país.

Ainda cumprimento a Ministra Flávia Arruda – nomino essas duas mulheres para cumprimentar todas que aqui foram homenageadas.



A Flávia Arruda é uma Ministra guerreira, uma moça que, assim como nós, na política principalmente, sofre preconceito, sofre ataques, sofre todo tipo de injúria que uma mulher pode sofrer. E Flávia Arruda aglutina características que às vezes são "imperdoáveis" para alguns na face da Terra, não só homens, mas infelizmente (*Falha no áudio.*) Ela é obstinada, ela é inteligente e comete o "triste pecado" de ser bonita fisicamente. Então, isso às vezes nos custa caro. A beleza custa caro às vezes para a mulher, e isso é uma tristeza. Houve um tempo em que se dizia que para mulher feia só resta ser inteligente. A questão física não importa! O que importa é o coração das mulheres. A obstinação, o trabalho, o espírito público que cada uma tem. E, assim como Margareth, como cada uma de vocês que estão aqui, meninas maravilhosas do Brasil, Flávia Arruda é também uma Mulher Maravilha. E eu também tiro os meus colares, os meus brincos para todas as mulheres que estão aqui.

Para a minha querida premiada, do meu Tocantins, nesta sessão do Senado de entrega do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, venho cumprimentar não só as 21, com muito orgulho e muita emoção, mas cumprimentar (*Falha no áudio.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A conexão com a Senadora Kátia Abreu ficou meio prejudicada.

Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência.*) – ... não só a culinária e a gastronomia, mas também o artesanato, a cultura, as danças.

Além de excepcional pesquisadora e consultora da culinária indígena e quilombola, Ruth Almeida tem contribuição relevante em defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero. Ela faz de sua arte fator permanente de transformação social.

A história de Ruth Almeida é notável: ela é ex-quebradeira de coco, que são as mulheres mais (*Falha no áudio.*) ... e cuidadora de crianças. Ela conquistou inúmeros prêmios na área de gastronomia, a exemplo do título de melhor chefe de cozinha do Brasil, o Prêmio Dólmã 2021, considerado o Oscar da gastronomia brasileira.

Filha de trabalhadores rurais, Ruth Almeida tem nove irmãos. Nascida em Porto Franco, no Maranhão, mas criada, formada e forjada na região do Bico do Papagaio, no Tocantins, casou-se aos 14 anos de idade e, aos 40 anos, tornou-se oficialmente chefe de cozinha.

Em 2016, participou e conquistou o terceiro lugar do *reality show* Cozinheiros em Ação, do canal GNT. Em 2017, decidiu abrir o seu próprio restaurante de cozinha regional, o Raízes Gastronômicas, e, desde então, vem ganhando prêmios na área da culinária.

É importante reconhecer e fazer justiça que, em toda essa trajetória, a nossa homenageada teve um suporte que considero fundamental: a orientação do Sebrae/Tocantins, desde a participação em eventos, cursos, treinamentos, até a parceria que tem hoje para projetar e dar visibilidade à rica gastronomia regional do norte do Brasil. Com o Sebrae, a Ruth, como tantos pequenos negócios em todo o país, aprendeu também a pensar grande, a ousar, a empreender.

Atualmente, a chefe organiza, pela marca Raízes Gastronômicas, viagens de experiências em aldeias indígenas pelo Brasil e trabalha como consultora em gastronomia por meio de palestras e oficinas sobre gastronomia regional, culinária afetiva, comida brasileira, empreendedorismo e inclusão feminina. Ruth saiu lá do pátio do Buriti, quebradeira de coco, e agora virou uma palestrante, uma professora de primeira linha.

O êxito do trabalho de Ruth Almeida no campo da gastronomia tem sido fundamental para mudar para melhor, por meio da geração de renda, a vida de dezenas de mulheres quilombolas do entorno do meu Jalapão e de outras localidades do interior do Tocantins, como do Bico do Papagaio.

Esta homenagem para a Chefe Ruth Almeida permite ainda uma justa homenagem do Senado...



**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senadora, só para concluir, querida.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência.*) – ... a todas as pessoas que lutam nas cozinhas e nos restaurantes do Brasil, mostrando sua arte generosa e nem sempre reconhecida. Não podemos esquecer que todos os aspectos da comida são culturais, desde a escolha dos ingredientes até a forma como sentamos à mesa.

E não podemos deixar de condenar a injusta discriminação sofrida pelos que realizam afazeres domésticos. Eles enfrentam – elas, principalmente – o preconceito e, mesmo assim, seguem em frente, sem desanimar, como faz Ruth Almeida e como fazem milhares de pessoas, principalmente mulheres, nas cozinhas do Tocantins e do Brasil. A todas quero dizer que temos direito à felicidade sem sofrer preconceito de cor, sexo, religião ou idade.

A Constituição garante direitos iguais para homens e mulheres...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora Kátia, para concluir, querida, por conta do nosso tempo aqui.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência.*) – A propósito, esta homenagem do Senado Federal a todas as 21 mulheres com o Prêmio Bertha Lutz renova o compromisso do Congresso brasileiro com a luta das mulheres.

Parabéns a todas as agraciadas! Parabéns a Ruth Almeida! Parabéns ao Tocantins!

E digo à Senadora Eliziane que não falei mais do que a Senadora Leila e nem mais do que V. Exa.

Obrigada, meninas. Fiquem com Deus! Parabéns! *(Risos.) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Querida Kátia, meu abraço para você, que Deus a abençoe. Mas a gente está aqui... V. Exa.... Estamos aqui tentando assegurar igualdade de tempo para todas as Parlamentares.

Senadora Soraya Thronicke; na sequência, Senadora Daniella Ribeiro e Senadora Simone Tebet.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Para discursar.) – Senadora Kátia Abreu sendo Senadora Kátia Abreu! É assim que funciona aqui. E tem que ser assim, viu, gente? É que às vezes a gente tem que falar mais alto, um pouquinho mais alto, para que a gente consiga ser ouvida, sem gritar. Parabéns, Senadora!

Bom dia a todos! Bom dia, Sra. Presidente desta sessão, Senadora Eliziane Gama, nossa Líder! Parabéns e bom dia, Presidente Rodrigo Pacheco!

É um prazer enorme estar aqui neste dia da entrega do Prêmio Bertha Lutz. E como sul-mato-grossense, eu quero dizer que são tantas mulheres sul-mato-grossenses que nos orgulham que ficou muito difícil para mim e para a Senadora Simone Tebet. O que nós gostaríamos é de dar o prêmio para várias, mas vocês hoje, a Procuradora Ana Lara e a Inêz Santiago, simbolizam, representam todas as mulheres sul-mato-grossenses que nós admiramos. Muito obrigada pela presença de vocês.

Quero aqui exaltar a fala da Ministra Flávia Arruda, porque nós queremos, sim, o nosso lugar, um lugar equiparado ao dos homens e um lugar de poder. A gente sempre lembra que a primeira Senadora aqui, quando chegou, foi recebida com muitas flores, muitas honras, muitas pompas, mas ela falou que não precisaria daquilo tudo não, porque o que nós gostaríamos de ter realmente seria o nosso lugar de poder do tamanho que nós somos para este país, do tamanho que nós entregamos para o nosso país, juntamente com os homens.

Eu vinha conversando com a Procuradora Ana Lara ontem, no avião, e disse a ela que nós somos muito bem tratadas – a Senadora Daniella, a Senadora Leila –, somos muito bem-tratadas. Todos nos



tratam muito bem aqui, os homens, mas nós gostaríamos de ter mais relatorias, Presidente Rodrigo Pacheco, em pontos específicos, porque nós sabemos, como disse a Ministra Flávia Arruda, nós sabemos fazer conta, sim, e nós gostamos de relatar, nós gostamos de atuar no orçamento, nós gostamos de atuar na economia, na infraestrutura.

Os homens podem passar a ter essas pautas exclusivamente ligadas à violência contra a criança, contra os mais vulneráveis e contra as mulheres como pautas prioritárias dos homens. Eu acho que isso seria muito importante, inclusive para combatermos a violência contra os mais desfavorecidos, contra aquelas pessoas que mais precisam. Deveria ser uma pauta dos homens justamente para que eles dessem o exemplo, porque o que nós temos na maioria... Quem comete geralmente violência? A gente vê violência política contra a mulher sendo praticada por mulheres, a gente vê muita coisa, mas a violência física, a violência da Maria da Penha, a gente tem a maioria de homens como protagonistas dessa violência contra a mulher. Então, eles deveriam passar a levantar essa bandeira. É uma bandeira dos homens essa da proteção daqueles que mais precisam.

Margareth Dalcolmo, homenageada no dia de hoje... Hoje, quem não conhece a Dra. Margareth Dalcolmo? É muito importante para todos nós termos uma mulher de fibra. Hoje ela está nos orientando, nos auxiliando durante toda essa pandemia, mas o seu trabalho vai ficar para a história.

Eu gostaria de destacar aqui a nossa homenageada, Dra. Ana Lara Camargo de Castro.

A Dra. Ana Lara tem um trabalho fabuloso desenvolvido no Mato Grosso do Sul e tem um histórico na defesa de direitos da mulher e de questões de gênero no Brasil.

Ela foi responsável pela implementação da Promotoria de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... de Campo Grande, no ano de 2006 – só mais um minutinho, Senadora Eliziane Gama –, por ocasião da entrada em vigor da Lei Maria da Penha.

À frente dessa promotoria, tornou-se nacionalmente conhecida pela atuação combativa e pelo manejo de teses que contribuíram para a formação da jurisprudência sobre a Lei Maria da Penha no nosso país. O seu papel relevante na aplicação da referida lei foi formalmente reconhecido por elogios da então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Ministério Público brasileiro e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no relatório final.

Graduou-se, em 2015, Master of Laws in Criminal Law, pela State University of New York, onde concentrou estudos em Direito Internacional das Mulheres e Violência Doméstica, tendo escrito sobre educação para as relações de gênero.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – É escritora de diversos artigos – isto aqui nos interessa muito –, inclusive de um livro que vou indicar aqui, Sra. Presidente, sobre exposição pornográfica não consentida na virtualidade e *Stalking* e *Cyberstalking*. É precursora nessa temática.

É professora há mais de 30 anos e, no presente momento, leciona cursos de extensão e pós-graduação em Direito Internacional das Mulheres, Gênero e Sexualidade, Direito Digital e Direito Penal e Processual Penal estadunidense.

Atuou como membro auxiliar da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do



Ministério Público, onde participou da elaboração do novo Planejamento Estratégico Nacional do MP e conduziu a pesquisa Cenários de Gênero, em 2018, que analisa a participação política das mulheres em cargos de chefia e liderança do Ministério Público brasileiro.

E não é somente isso. Hoje ela é Procuradora de Justiça...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu digo aqui ao Desembargador Gilberto Castro, seu pai, ao seu esposo Marcos Abreu de Magalhães, Juiz de Direito que atua em Costa Rica, e também à sua cunhada, também presente aqui, Raissa Almeida de Magalhães, que eles têm, sim, muito do que se orgulhar, como todos nós sul-mato-grossenses, todos nós brasileiros.

Muito obrigada pelo seu trabalho exemplar. Que Deus continue te abençoando e iluminando, porque o seu trabalho pode ser difícil no dia a dia, mas ele facilita a vida de todas nós! Muito obrigada!

Parabéns a todas as mulheres homenageadas na data de hoje!

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Soraya Thronicke, pelas suas palavras.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro. Na sequência, nossa última oradora, Senadora Simone Tebet.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discursar.) – Bom dia a todos! Bom dia, Sra. Presidente, nossa Líder querida!

Eliziane, estou achando esta campanha um pouco nervosa hoje. Não sei...

Eu queria pedir licença para mudar um pouco aqui essa história. Primeiro, quero agradecer o papel da imprensa no nosso país, porque a minha agraciada foi escolhida justamente durante a pandemia... Nós ainda estamos vivenciando situações, mas, através da imprensa, eu a conheci.

Eu gostaria de deixá-la contar a sua história de forma objetiva e rápida, mas eu quero dizer que ela é, através da história dela, que é um papel... Foi uma história que foi... De forma rápida e abrupta, como a covid nos apresentou, ela exerceu a sua vocação através da educação com compromisso e muita maestria, precisando se reinventar de alguma forma. É uma declaração de compromisso com a educação. Eu, por conhecer a sua história através da imprensa, faço aqui esta homenagem à imprensa do meu estado, à imprensa da Paraíba, e à imprensa brasileira.

Deixo aqui a Jocilene para que ela possa contar um pouco da sua história. Tenho certeza de que vai ser ainda mais interessante do que a minha fala.

Sra. Presidente, minha Líder, rapidamente ela vai falar, e a campanha não vai ficar nervosa!

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não, Senadora, não há dúvida!

Aliás, Senadora Daniella, eu queria só fazer uma colocação às homenageadas. Se elas quiserem usar da palavra, podem se inscrever para fazê-lo. V. Exa. pode dar parte do seu tempo para ela, mas ela também poderia se inscrever normalmente aqui na nossa lista de inscritos.

V. Exa. fique à vontade.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Aproveito para parabenizar todas as homenageadas e dizer que fico muito feliz em participar de uma manhã como esta. Sei que todas as mulheres têm seus méritos e parabenizo todas as Senadoras pelas escolhas feitas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.



Jocilene, é com você. Parabéns!

**A SRA. JOCILENE BARBOSA** (Para discursar.) – Boa tarde a todos e todas que se encontram aqui.

Gente, vou ser sucinta e vou dizer o seguinte.

Primeiramente, eu não sou professora apenas porque não tinha opções, mas, sim, porque eu escolhi ser professora.

Venho de um lugar onde tenho uma mãe viúva; uma mãe, em seguida, solteira e que se casou com o meu pai; uma mãe que lutou muito para criar os seus filhos, e eu não via possibilidades, certo? E essa possibilidade foi a educação que me trouxe. Então, eu passei a acreditar que, através da educação, eu poderia sonhar, porque, até então, em meu entorno, os sonhos eram trabalhar numa loja, o que não deixa de ser digno, mas eu queria sonhar mais, eu queria mostrar tanto para a minha família como para as pessoas que é possível, enquanto mulher – ao ver a minha mãe no seu lar, dona de casa, sem possibilidades –, e é preciso encontrar um lugar, um lugar maior, um lugar de encorajamento para as outras. Através da educação eu consegui isso.

Então, na pandemia, eu fiz um projeto...

Inicialmente, sou professora de História e vinha sempre com esse discurso na sala de aula para os meus alunos de História, para os meus alunos de ensino médio, mostrando que, se eu cheguei até ali, eles poderiam chegar. Posteriormente, eu me apaixonei pela Pedagogia e, enveredando pela Pedagogia, no Município de Queimadas, foi-me dada uma educação infantil. Então, como trabalhar com a educação infantil nessa perspectiva? Aí, a gente começa a fazer trabalhos durante o ano, mas veio a pandemia, e, na pandemia, foi preciso, sim, gente, foi preciso o professor se reinventar, não só o pedagogo mas todos nós professores, todos nós que ficamos atrás de uma tela e que passamos a expor a nossa casa para aquelas famílias, assim como as famílias abriram as portas.

Nesse reinventar, houve a oportunidade do projeto da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que era um prêmio para a educação infantil. E uma colega, já no último dia: "Jô, se inscreve, seus projetos são muito bons!". E aí eu me inscrevi. No último dia eu mandei o projeto – foram várias etapas, três etapas – e fiquei como agraciada, na Região Nordeste, de Campina Grande, eu e outra professora fomos contempladas.

O meu projeto fala sobre fotografia, lá no Município de Queimadas. E o que a fotografia traz? Eu busquei trabalhar com essas famílias, que são de baixa renda e que muitas vezes se sentem desqualificadas, descaracterizadas, muitas vezes nem aprenderam a sonhar, porque não têm tempo, porque as mães precisam trabalhar, os pais são recicladores, as famílias precisam buscar o pão de cada dia, e não têm tempo de sonhar... E não pensem que sonhar é tão simples assim! Para alguns, pode ser; para outros, é até uma utopia dizer que eles precisam sonhar, porque eles não acreditam que aqueles sonhos vão acontecer.

Então, eu passei a trabalhar dentro da sala de aula do pré 1, da educação infantil, com fotografias. A realidade de minhas crianças: geralmente são pais alcoólatras, mães solo, presidiários, pessoas de vulnerabilidade social. Então, eu passei a trabalhar com fotografias que pudessem mostrar para essas crianças, dentro do contexto da educação infantil, como aquelas famílias as desejaram, como aquelas famílias as quiseram ali e que o referencial de família, para elas, nem sempre precisaria ser negativo. A gente precisa mostrar que a família é a base e que essa base poderia, sim, ser positiva. E, aí, a gente começou a promover, nesse período de pandemia, de maneira virtual, momentos, um chá da tarde com essas famílias. Eu fazia aquela mediação: mandava o biscoitinho, mandava o chazinho, porque nem todos tinham essa possibilidade – parece até brincadeira, mas, se a gente for adentrar os lares, verá que nem todos têm. E, aí, a gente mandava, e eles faziam. Então, era um momento de afetividade.

Esse projeto trouxe esse rememorar de memórias afetivas dessas famílias, trouxe a valorização



daquelas mães que passavam a se arrumar para sair naquela telinha, trouxe a valorização daquelas crianças, que passaram a ver a escola não só como um espaço de se aprender o á-é-i-ó-u, como a gente diz no popular, mas um espaço de acolhimento.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. JOCILENE BARBOSA** – Então, essa foi a nossa proposta na pandemia, uma proposta que realmente saiu aí em muitas redes sociais.

Eu agradeço à Senadora Daniella, que me encontrou, de fato, pelas redes sociais. Já era seguidora dela, porque admiro muito o trabalho dela, mas ela nem me conhecia. *(Risos.)*

Nós podemos dizer que ser professor foi se reinventar, mas eu acho que, hoje, esta sessão de premiação traz para mim algo assim: que bom que eu estou no caminho certo, em que vou me agarrar a esse compromisso e fazer outros projetos e seguir na educação, na educação pública.

Venho da Universidade Estadual da Paraíba, venho da escola pública e sei que, através da educação, ela mudou a minha vida.

Hoje é uma bênção de Deus, é uma bênção todos estarmos aqui, mas o mais importante é a gente acreditar e levar que somos referências positivas, seja no juizado, seja aqui no Senado, seja na Medicina. Nós precisamos entender que, enquanto mulheres, na nossa luta, seja qual for a nossa história – a minha enquanto professora, as de vocês são múltiplas –, é preciso ser essa referência de possibilidade, essa referência de sonho e essa referência de que é preciso inquietar e sair do lugar de inércia em que muitas vezes a gente se encontra.

Muito obrigada.

Obrigada à Senadora, obrigada a todos vocês.

E boa tarde. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida. Parabéns a você pelo seu trabalho, parabéns à Daniella pela sensibilidade e pela valorização. Que Deus a abençoe!

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

Na sequência, nós temos inscritas as agraciadas Andrea Gadelha, Ruth Almeida e Inês Santiago.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discursar.) – Obrigada, Sra. Presidente. Tenho a responsabilidade de falar como última oradora em nome das minhas colegas Senadoras e colegas Senadores. Na sua pessoa, eu cumprimento todas as queridas amigas que se fazem aqui presentes e também as nossas queridas homenageadas.

É bom sempre lembrar que nós ficamos dois anos sem esta festa – não é, Soraya? –, dois anos esperando poder ter a honra de homenagear mulheres as quais nós representamos.

Hoje, eu estava vendo vocês sentadas aqui e falei: "Esta cadeira é de vocês". Nós apenas sentamos representando vocês, podendo falar em nome de vocês, em nome das milhões de mulheres anônimas deste Brasil. Então, ver a mulher brasileira aqui representada por cada uma de vocês não só transforma esta sessão em uma sessão solene, mas transforma esta Casa na verdadeira Casa da população e da mulher brasileira.

Ao render as minhas homenagens a todas vocês não só pela história de luta, mas pelo espelho que são, eu preciso lembrá-las que esses dois anos não foram por acaso: eles vêm para reforçar o papel da força da mulher brasileira. Não foram dois anos simples, foram dois anos muito difíceis, mas foram dois anos que colocaram a mulher no centro do debate, da discussão e do protagonismo. No momento em que o Brasil mais precisou, quando a vida estava por um fio, quando nós tivemos que perder nossos entes queridos, filhos, pais, amigos, foi a mulher que colocou vacina no braço do povo brasileiro, através dos técnicos de





enfermagem e enfermeiros majoritariamente femininos nos hospitais deste país. Foram as mulheres, nas salas de aula, como professoras, Jocilene, como professora que eu sou, que tiveram que se redobrar e se reinventar, aprender como fazer no virtual, aprender a chamar a atenção das nossas crianças, para que elas não perdessem ainda mais com os dois anos no aprendizado. Foram as mulheres que foram lá às favelas, às comunidades atender, levar cesta básica a quem mais precisa.

E foram as mulheres da Bancada Feminina que fizeram a diferença na CPI da Pandemia para mostrar que hoje nós temos um Governo não só incompetente, mas insensível, que não teve a capacidade de olhar a gravidade do momento. Independentemente de coloração partidária, estávamos todas lá, da oposição ou da situação, sem holofotes, sem preocupação com televisão, fazendo aquilo que era nossa obrigação. E eu rendo a minha homenagem aqui, falando da minha grata satisfação de ver a imparcialidade e o comprometimento das Senadoras, na pessoa de uma Senadora que era da bancada de sustentação, mas que teve a capacidade de olhar pelas mulheres e pelo Brasil acima de um projeto político, que é a Senadora Soraya, minha amiga, minha aluna na faculdade, que hoje homenageou e homenageia uma ex-aluna minha também, a Ana. Como é bom vermos os alunos suplantarem os mestres, como é bom ver Ana brilhar muito mais do que eu tive oportunidade de fazer como advogada!

A minha palavra hoje é de homenagem a todas as mulheres que nós representamos.

Eu acho que nós, nesses dois anos, mudamos no vocabulário, no dicionário português o que é a palavra "feminino". Feminino não é símbolo de fragilidade, como todos pensam, mas é, sim, símbolo de sensibilidade. Nós mulheres somos mais sensíveis e, por isso, temos um amor mais incondicional pelo país, pelos nossos filhos e pelos filhos de todas as mães. E é essa sensibilidade e é esse amor que fazem com que cada uma de vocês, na profissão que vocês abraçam ou abraçaram, procurem transformar. Vocês transformam o ambiente em que vocês convivem!

Eu trago aqui uma homenageada não por ela, mas pelo que ela representa. Inês Santiago, aos dez anos de idade, teve que vender limão, porque os seus pais achavam que mulher não precisava estudar, e ela queria estudar e bancou os estudos vendendo limão no interior do interior deste país, no meu querido Mato Grosso do Sul. Ela se formou advogada pós-graduada e depois virou uma empreendedora, mas ela não está aqui por ser uma comerciante de sucesso. Ela está aqui, porque ela foi a primeira mulher à frente da comissão de comércio de dirigentes lojistas e não se contentou em ser a primeira mulher. O que ela fez, Senadora, minha querida Presidente e Líder, nossa Líder da Bancada Feminina? Ela estimulou e estimula todos os dias que mulheres sejam empreendedoras, que mulheres sejam bem-sucedidas.

Eu encerro as minhas palavras aqui para dizer da importância da mulher empreendedora. A mulher empreendedora, a mulher empreendedora é aquela que tem autossuficiência, autoestima e o...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... poder – já encerro – econômico necessário não só para sustentar a sua família, mas principalmente para romper o ciclo de violência dentro de casa.

Uma em cada três mulheres neste país sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência. Ela não escolhe classes, mas as mais favorecidas sofrem menos feminicídio, porque elas rompem mais rapidamente o ciclo de violência por ter para onde ir – ou ela expulsa o companheiro ou ela sai de casa, ela tem para onde ir com os filhos. A mulher sofre violência em qualquer ambiente, independentemente de ser rico ou pobre, mas a mulher mais humilde é aquela que é assassinada, porque começa com um tapa na cara, depois vem um empurrão, vem uma violência psicológica, vem a violência sexual, às vezes até um estupro por parte do companheiro, e ela não consegue romper o ciclo da violência e é assassinada.

É por isso que você está aqui, Inês, não só por você, mas pelo que você representa, porque nós do



Parlamento temos que aprovar projetos...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... estimulando um grande planejamento em que todas as mulheres brasileiras tenham capacidade de serem empreendedoras para que elas possam ser autossuficientes e ser donas da sua própria vida.

Encerro, Sra. Presidente, não sem antes dizer algo que aprendi nessa minha última ida a Minas Gerais, fazendo aqui também homenagem ao Presidente do Senado, que permitiu esta sessão. E que vocês possam espalhar, pois tudo que eu aprendo eu procuro espalhar e copio, porque os bons exemplos têm que ser copiados. Numa fala de um evento que fizemos com as mulheres do meu partido, o MDB, uma delegada pediu a palavra – e eu vim com esta cor por isso – e disse assim: "Sabem por que a cor rosa é a cor da mulher, embora homem possa usar rosa e menina possa usar azul, sim? Porque, nos momentos mais difíceis, nos momentos de treva, de guerra, diante do sangue do seu filho ou do seu companheiro, a mulher levava um pano branco...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com o vermelho da guerra e da morte. Ele foi mudado com o branco da paz do lenço de uma mulher". É essa a cor que nós temos, com a capacidade de levarmos pureza, a capacidade de levarmos paz. E aí eu complemento, utilizando as palavras de Senadora Zenaide: Madalena também enxugou as chagas de Cristo com o manto branco. É por isso que o rosa, de alguma forma, representa tudo que nós queremos, toda cor, todo brilho e toda luz que nós queremos que se espalhe especialmente neste momento de guerra não só para o Brasil, mas também para o mundo.

Que nós façamos uma oração pedindo a Deus que o mundo tenha paz, em nome dos milhões de famintos que hoje são considerados miseráveis por conta desta crise política que está virando uma crise econômica. E poderá vir uma crise sem precedentes de falta de alimentos e de fome no Brasil e no mundo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Simone, você, como sempre, com palavras muito fortes e emocionantes para todas nós. Muito obrigada!

Nós temos ainda as inscritas que são agraciadas. Eu queria que, ao final da fala da Andrea Gadelha, que já convido a se dirigir à tribuna para usar a palavra, a gente encerrasse as inscrições, porque nós temos ainda um belíssimo e saboroso almoço concedido aqui pela Presidência do Congresso Nacional a todas nós mulheres.

Com a palavra a agraciada Andrea Gadelha.

**A SRA. ANDREA GADELHA** (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Meu nome é Andrea, eu sou oncologista infantil.

Eu gostaria de parabenizar a Casa e de agradecer à Presidência desta mesa e a todas as autoridades aqui presentes; eu gostaria de agradecer à Senadora Nilda pela indicação.

Mais uma vez, eu sou oncologista infantil, trabalho na Paraíba, em João Pessoa, no Hospital do Câncer Napoleão Laureano há 25 anos – está fazendo agora dia 1º de abril – e fui pioneira na minha área no meu estado. Hoje, conosco, somos todas mulheres naquela unidade de oncologia infantil, todas médicas mulheres também.

Uma coisa que me veio à mente que acho que a gente não pode esquecer é que a mulher que mais me



representa na minha vida é Nossa Senhora. Nossa Senhora representa aquela mãe daquele meu paciente que me procura naquele atendimento com uma doença tão hostil como é o câncer, e ela, olhando para aquele filho, me lembra Nossa Senhora olhando para o filho dela na cruz. Então, eu tenho que mostrar para vocês que a religiosidade também está presente e que ela, sim, representa a minha vida e o meu atendimento àquelas crianças com câncer na minha cidade.

Eu queria agradecer a presença também da minha família que está aqui, que veio comigo para esta homenagem, e falar um pouquinho do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, que é um hospital que trata e cuida de todos aqueles pacientes – mulheres, crianças, homens – no nosso estado.

A saúde no nosso Brasil ainda está doente, e a gente precisa de apoio, o Hospital do Câncer precisa de apoio também. O teto para tratamento de câncer chega a ser uma coisa que judia da gente que está da linha de frente, dos nossos pacientes que precisam daquele cuidado. Então, pensem nisto: a questão de teto para tratamento de câncer. Isso não existe, porque o câncer está ali e precisa ser tratado, independentemente de a pessoa ter recurso ou não. Então, essa é a mensagem que eu queria deixar para vocês.

Querida também dizer que eu sou uma apaixonada por cuidados paliativos. E cuidados paliativos é tratar, sim, das pessoas em que a doença já não pode mais ser curada, mas precisa ser cuidada. E aquelas pessoas em fim de vida ou que têm uma doença que ameaça a vida também são olhadas por nós naquele momento. E isso não é intuitivo, a gente não pode cuidar das pessoas por intuição, isso tem que ser treinado. Então, precisa-se de treinamento em cuidados paliativos no Brasil para todos os médicos e todas as equipes de área de saúde, para que a gente possa cuidar... Um dia, a gente vai ser... Eu acho que aqui nesta Casa ninguém acha que vai viver para sempre, todos nós um dia vamos chegar ao fim. Então, um dia vocês vão ser cuidados por alguém de cuidados paliativos, sim. E, se Deus quiser, essa pessoa vai estar dando a mão naquela hora para vocês. Então, lembrem-se disso e apoiem também a causa dos cuidados paliativos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida.

Seguimos, então, aqui com a palavra à agraciada Ruth Almeida, que foi indicada pela Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. RUTH ALMEIDA** (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu não poderia deixar escapar este momento tão único da minha vida. Eu estar aqui hoje é um milagre! Eu falo que o meu trabalho de gastronomia – e eu uso a gastronomia como transformação social – me levou a lugares inimagináveis, embora dentro do meu coração eu sempre tivesse esse desejo. Eu sabia que algo de muito bom ia acontecer na minha vida, porque, de dentro de um barracinho de lona, dormindo num colchão no chão, eu sonhava alto. Eu sonhava em voar, eu sonhava em ajudar outras mulheres.

Eu tenho quatro filhos, sou avó de dez netos. Aos 14 anos, eu me casei. E a vida me obrigou a ser forte, ela me obrigou a tirar da roça, do coco babaçu o sustento. E eu falava: "Deus, mude a história da minha vida, para que eu vá ajudar outras que não têm força para isso". Quem conhece a luta de uma mulher quebradeira de coco babaçu, de uma mulher que vive na roça, de uma mulher que vive desprezada pelos seus companheiros, pela família...

E, quando você tem o sonho de entrar no Senado Federal, as pessoas olham e falam assim: "Você é doida, nunca vai entrar, você não tem, olhe onde está". E eu falava: "Eu tenho fé e eu tenho coragem, eu tenho fé e eu tenho coragem". Eu sentia nas minhas pernas uma bola de ferro amarrada, eu levantava os pés com muita força e falava: "Eu vou conseguir, eu vou conseguir". E hoje eu estou aqui, indicada



pela Senadora Kátia Abreu! Eu tinha terminado um jejum de 21 dias, e eu falei: "Deus, eu quero ser voz daquelas que não tem". E, dentro da minha casa, recebi a ligação de que eu tinha sido indicada para esse prêmio. Então, esse prêmio é para todas as mulheres indígenas, negras, mulheres que vivem ameaçadas. Vivi um relacionamento abusivo durante 28 anos; no dia que eu me sentisse forte e capaz de me sustentar e enfrentar qualquer obstáculo que a vida me colocasse, eu ia abrir a boca e falar para todas as mulheres. Não tem cor, não tem raça, não tem posição social que faça que a gente não possa dar as mãos uma para a outra e pegar juntas. Eu peço a esta Casa de Lei, eu peço às Senadoras que criem projetos sociais voltados para a gastronomia das mulheres quilombolas, cozinhas comunitárias, onde elas possam criar o seu produto e vender, porque elas não têm... Eu falo isso porque eu vivo dentro das comunidades e eu sei a necessidade que essas mulheres passam, e nem todas vão ter a força que eu tenho, mas eu posso ajudar essas mulheres a sustentar as suas famílias.

E eu não poderia de jeito nenhum de ir embora para Palmas, Tocantins, sem falar que eu passei nesse corredor do Congresso no final do ano de 2021 e eu falei: "Eu vou entrar e eu vou receber um prêmio". Eu não sabia que existia Bertha Lutz, eu não sabia como eu ia entrar dentro desta Casa. Então eu quero falar que somos a pessoa que decide o bem para nossa vida e profetiza aquilo que vai acontecer. Eu estou aqui hoje pela indicação da Senadora Kátia Abreu, mas eu falei para Deus: "Eu quero".

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. RUTH ALMEIDA** – Eu quero estar dentro desta Casa e eu quero deixar aqui o meu abraço a todas as mulheres, todos os homens e falar que, juntos, a gente chega a lugares inalcançáveis pelos olhos de outras pessoas.

E muito obrigada por ter me concedido essa oportunidade. Vocês não imaginam o tanto que é lindo olhar aqui e me ver aqui dentro, gente!

Muito obrigada, muito obrigada mesmo a todas. E estou aqui para o que der e vier. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ruth, você é inspiradora. Você é uma mulher inspiradora, você arranca lágrimas da gente. Você diz que não conhecia o Prêmio Bertha Lutz. Eu quero dizer para você que você é uma Bertha Lutz, como nós temos no Brasil várias Ruthes. *(Palmas.)*

Você é transformadora, reprodutora de mulheres de ousadia, de garra e de determinação como você. Parabéns, querida, e à Kátia pela sua indicação.

Com a palavra Inês Santiago, indicada pela Senadora Simone Tebet. Na sequência da Inês, a palavra com a Rosa Geane, que foi indicada pela Senadora Maria do Carmo.

**A SRA. INÊS SANTIAGO** (Para discursar.) – Bom dia a todos. Cumprimento a mesa e início agradecendo à Senadora Simone Tebet pela escolha do meu nome. Agradeço ao Senado Federal pela aprovação, através do Conselho Bertha Lutz, do meu nome. Quero agradecer a presença também do Presidente da CDL Campo Grande, Adelaido Vila, que está aqui nesta cerimônia.

Sou Inês Santiago, Presidente da Federação das CDLs de Mato Grosso do Sul. Sou uma menina da roça.

Achei tão bacana ouvir as palavras da Ruth aqui e de tantas outras. Quero já, de pronto, cumprimentar todas as agraciadas. Cada uma, na sua medida, na sua profissão, no seu setor, está fazendo um papel fundamental para este Brasil, para o desenvolvimento do nosso país, servindo de inspiração para tantas outras mulheres.

Como eu dizia, eu sou filha da roça, eu nasci na roça. Para poder estudar, eu vendi limões – foi a primeira vez que eu comercializei e me tornei uma empreendedora, a partir dali, com dez anos de idade. Esse empreendimento foi feito a partir da sobrevivência. Com o tempo, eu descobri que para empreender



nós precisamos ser mais técnicas, nós precisamos aprender mais, nós precisamos nos aprofundar. Por isso, hoje sou uma graduanda de MBA do varejo, depois de duas pós-graduações em Direito e Processo do Trabalho e também em Direito Público. Saí da minha cidade muito cedo e sozinha fui fazer a minha faculdade de Direito, porque acredito no conhecimento, no preparo como uma ferramenta de transformação de vida. E, sem saber, eu estava construindo uma história: vendendo limão aos dez anos, saindo do interior sozinha e vindo para a capital em busca de uma faculdade, me pós-graduando, estudando na escola de magistratura, tanto a estadual quanto a do trabalho.

Eu não sabia, quando fui eleita Presidente da Federação das CDLs de Mato Grosso do Sul – sou a primeira mulher a presidir a federação e a segunda mulher dentro do sistema cedelista, eu sou a segunda mulher Presidente de federação; nós somos 27 federações e só temos duas mulheres –, eu não sabia que, com isso, eu estava inspirando outras mulheres. Por isso, eu tenho muita gratidão à vida, a Deus e ao universo, porque, sem saber que era impossível, eu fui lá e fiz. Eu não me dei conta exatamente do que eu estava fazendo.

Por isso, quando eu fui indicada a esse prêmio, meninas, foi uma grande emoção, porque esse prêmio é o reconhecimento de um trabalho que eu entendi que era assim mesmo que se fazia. E hoje eu só posso permanecer motivada a continuar fazendo cada vez mais. Eu fiz por conta das minhas convicções, por conta das minhas verdades, por conta daquilo que eu acredito. Descobri que, na verdade, ser mulher é um exercício de resistência diária. Levei muito tempo para perceber o quanto nós ainda sofremos, o quanto nós ainda temos a avançar e o quanto eu sou grata a Bertha Lutz, uma mulher da década de 20 que abriu uma estrada que hoje todas nós percorremos.

Aqui, como Presidente da Federação das CDLs de Mato Grosso do Sul, apenas em alguma medida, estou ajudando a sedimentar – e vocês também – essa estrada para que muitas outras mulheres que nos sucederão tenham um caminho mais leve. É o que eu desejo para vocês, é o que eu desejo para as gerações futuras, é em que eu espero estar contribuindo em alguma medida...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. INÊS SANTIAGO** – ... para que todas nós mulheres possamos – nós e aquelas que nos sucederão – encontrar uma estrada mais leve, um caminho mais tranquilo.

Muito obrigada. Foi uma honra estar entre vocês e estar nesta Casa, uma grande honra, Senadora Eliziane e todos que compuseram a mesa. Muito obrigada.

Sou grata à Senadora Simone Tebet pela sensibilidade de nos fazer esse reconhecimento.

Muito obrigada.

É uma honra estar entre vocês, meninas!

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Inês, pelas suas palavras.

Com a palavra Rosa Geane, indicada da Senadora Maria do Carmo, e, na sequência, a nossa última oradora de hoje, a Sra. Marcia Faria Maia, que, na verdade, é representante, *in memoriam*, da D. Wilma de Faria.

**A SRA. ROSA GEANE** (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas!

É um prazer, uma honra, uma alegria estar aqui com vocês!

Eu vou começar dizendo justamente isto, com a música Tudo de Novo, de Caetano Veloso:

Minha mãe, meu pai, meu povo

Eis aqui tudo de novo



A mesma grande saudade  
A mesma grande vontade  
Minha mãe, meu pai, meu povo  
Minha mãe me deu ao mundo  
De maneira singular  
Me dizendo uma sentença  
Pra eu sempre pedir licença  
Mas nunca deixar de entrar  
Minha mãe, meu pai, meu povo  
Eis aqui tudo de novo  
A mesma grande saudade  
A mesma grande vontade  
Minha mãe, meu pai, meu povo  
Meu pai me mandou pra vida  
Num momento de amor  
E o bem daquele segundo  
Grande como a dor do mundo  
Me acompanha onde eu vou  
Minha mãe, meu pai, meu povo  
Eis aqui tudo de novo  
A mesma grande saudade  
A mesma grande vontade  
Minha mãe, meu pai, meu povo  
Meu povo, sofremos tanto  
Mas sabemos o que é bom  
Vamos fazer uma festa  
Noites assim, como esta  
[eu digo, tardes assim, como esta]  
Podem nos levar pra o tom  
Minha mãe, meu pai, meu povo

Boa tarde, integrantes da mesa já nominados!

É uma honra que esta Casa do povo, que representa os estados do Brasil, tenha feito esta homenagem a essas mulheres tão maravilhosas que aqui se encontram, e eu tive a honra de ser uma delas.

É um percurso longo. E eu gostaria de fazer alguns agradecimentos.

Eu agradeço a minha Casa e dedico esta medalha ao Poder Judiciário, especialmente o Poder Judiciário sergipano, o qual eu integro e que me deu justamente o apoio necessário para realizar a minha função e estar aqui hoje.

Eu também dedico esta mensagem aos meus afetos, à rede de afeto tão necessária às mulheres, para saírem da violência, para se empoderarem: a minha família e os meus amigos.

Agradeço também a todas as mulheres e homens que lutam pelo fim da violência contra as mulheres. E aqui faço meu agradecimento especial à Senadora Maria do Carmo Alves, que me indicou para esse prêmio e que tem uma luta pelas mulheres sergipanas. Eu gostaria de deixar aqui o meu reconhecimento. Também agradeço à Alba, sua assessora, que está aqui; ao Luciano; à Deputada Goretti, que é Procuradora de Sergipe.



E, do Tribunal de Justiça, eu gostaria de citar, especificamente, dois presidentes que me deram a oportunidade de mostrar meu trabalho: o Desembargador Osório Ramos e o Desembargador Edson Ulisses de Melo, dois homens comprometidos com a causa da mulher. Então é fruto desse trabalho que eu estou aqui hoje.

Eu gostaria de dizer que tive a régua e o compasso na minha casa, com minha mãe, com meu pai e com meu povo.

Então, à minha mãe, Maria Teresinha, agradeço imensamente toda a lição – ela é o meu espelho –; ao meu pai, que já não está mais entre nós, mas que também foi esse homem defensor das mulheres; aos meus irmãos, Ana Rita, Antônio João, José Paulo e Jonas; aos meus sobrinhos; à minha família, que é meu lar, a minha casa. E, se a gente tem uma casa, a gente não precisa fugir.

Eu quero agradecer a esta Casa por ter aberto as suas portas a todas essas histórias de luta de mulheres que não fugiram da luta, que transformaram a sua dor em ação. É importante que cada mulher que quer ocupar o seu espaço, no poder, na política...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROSA GEANE** – ... no tribunal, transforme a sua dor em ação. Então, quero agradecer imensamente a esta Casa.

Quero dizer que estou muito feliz em ser homenageada com a minha Presidente da associação, a Renata Gil, e com as minhas colegas de coordenadoria, Angela e Eva Evangelista. Fico muito feliz e muito honrada de também compor essa história com todas.

Estou muito, muito feliz. É um dia muito especial na minha vida. E eu gostaria de dedicá-lo a todas as mulheres que precisam mudar de posição, mulheres que sofrem, mulheres que sofrem violência política e mulheres que querem mudar essa realidade.

Esse dia é de vocês! Esse prêmio é de vocês!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida. Que Deus a abençoe!

Eu quero chamar agora a Marcia Faria Maia, que é representante da Wilma de Faria e que trará realmente a nossa palavra aqui.

Ela já está na tribuna. Fique à vontade.

**A SRA. MARCIA FARIA MAIA** (Para discursar.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Eu queria, inicialmente, aqui cumprimentar a Senadora Eliziane, que está presidindo esta sessão, esta homenagem, esta solenidade, e cumprimentar também todas as Senadoras e Senadores na pessoa da querida Senadora Zenaide Maia, que foi a Senadora que indicou o nome da minha mãe.

É uma homenagem *in memoriam*, porque ela não está mais entre nós. Há quatro anos, ela nos deixou por motivo de saúde, por causa de um câncer, mas tem sido, Senadora Zenaide, não só exemplo e referência para mim, que sou filha de Wilma Maria de Faria, homenageada com esse Diploma Bertha Lutz, mas também referência para todas as mulheres do Rio Grande do Norte.

Wilma sempre foi uma grande mulher, perseverante principalmente, porque se casou aos 17 anos com meu pai, teve quatro filhos, deixou os estudos para ter os filhos e, aos 25 anos, já com quatro filhos, resolveu voltar a estudar. Não teve tanto incentivo do meu pai por ele ser uma pessoa mais conservadora, ele era 17 anos mais velho do que minha mãe. Ela já tinha minha irmã Cíntia, minha irmã caçula, com um ano de idade, e se trancava no banheiro, das 4h da manhã até às 6h, para estudar, para terminar o ensino médio e fazer vestibular para Letras, passando, em segundo, no vestibular para Letras e, em



primeiro lugar, no supletivo. Naquela época, era supletivo, Senadora Zenaide Maia. Então, isso foi uma demonstração de muita perseverança, de muita força e de muita luta. Depois de se formar em Letras, foi Secretária de Estado, foi Primeira-Dama, porque meu pai também foi Governador. Eu sou filha de dois ex-Governadores.

Eu quero dizer que ela trilhou o seu próprio caminho. Ela não ficou ali só ao lado do meu pai. Ela foi Deputada Federal constituinte, a única Deputada Federal constituinte do Rio Grande do Norte; foi a primeira Prefeita de capital, a primeira Prefeita de Natal, e foi por três mandatos Prefeita de Natal. No momento, na época, ela já tinha se separado, depois de 27 anos casada com meu pai, ou seja, enfrentou muitos preconceitos, muitas discriminações, mas foi também extremamente forte quando resolveu disputar para ser a primeira mulher Governadora do Rio Grande do Norte, na época com 2% nas pesquisas e por um partido pequeno, que era o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Foi, então, eleita a primeira mulher a governar o Estado do Rio Grande do Norte, e por dois mandatos governou o nosso estado.

Ela fez uma gestão que foi destaque, principalmente, nas políticas sociais. A minha mãe tinha formação na área de humanas, tinha especialização em Sociologia, fez mestrado na área de Educação e sabia a importância da transformação na vida das mulheres. Eu sei que muitas vezes o governante dá importância mais a obras físicas, e ela fez, inclusive, uma obra estruturante muito grande, que foi a construção de uma ponte que liga a Zona Norte às demais zonas de Natal, que são as Zonas Oeste, Sul e Leste, chamada Ponte Newton Navarro, a Ponte de Todos, que foi uma grande obra física, mas principalmente o meu orgulho maior...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. MARCIA FARIA MAIA** – ... foi pelas políticas sociais que ela conseguiu implementar no Rio Grande do Norte, transformando a vida de jovens, mulheres, crianças e, principalmente, desenvolvendo um programa de combate à pobreza rural.

Quero aqui cumprimentar o Senador Jean Paul Prates, meu querido Senador também, que, junto com a Senadora Zenaide, está aqui neste momento.

E quero dizer ainda, antes de encerrar, que eu também sigo a referência da minha mãe na hora em que eu consigo ser a primeira mulher a presidir uma instituição financeira no Rio Grande do Norte, a Agência de Fomento. E quero agradecer à Governadora, a única Governadora mulher no país, que é a Governadora e Professora Fátima Bezerra, que confiou na minha capacidade técnica e na minha capacidade também produtiva, na minha experiência como gestora pública. E estamos ali, na Agência de Fomento, também fazendo história, por ser a primeira mulher em 21 anos...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. MARCIA FARIA MAIA** – ... a conduzir a Agência de Fomento, onde 60% dos clientes são mulheres empreendedoras.

Então, é importante também dizer a todas vocês, a todas as homenageadas que é importante a gente empreender na vida, porque empreender significa ousar, significa inovar, significa perseverar. Que nós possamos ter esse espírito empreendedor nas nossas vidas, afinal de contas nós podemos estar onde nós quisermos. Lugar de mulher é onde ela quiser.

Então, parabéns a todas vocês! Vivam as mulheres do Rio Grande do Norte, do Nordeste, de todo o Brasil!

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) –





Muito obrigada, Doutora, pelas suas colocações.

Eu quero agradecer a todas as mulheres aqui presentes e cumprimentar o Presidente do Congresso Nacional por esta solenidade muito importante. Nós tivemos aí um período sem essa solenidade por conta da pandemia.

Aliás, na pandemia, a qual trouxe vários prejuízos para o Brasil, infelizmente a mulher brasileira foi a mais prejudicada. Nós vimos um aumento do desemprego no Brasil, os homens com uma média de 12% a 13%, e as mulheres com 17%, ou seja, as mulheres brasileiras foram as mais prejudicadas, mas, ao mesmo tempo, em meio a tudo isso, nós tivemos várias mulheres que foram extremamente protagonistas, que foram fundamentais para o que nós temos hoje no Brasil, que é a vacina no braço do povo brasileiro. Eu queria destacar entre elas a nossa querida Margareth Dalcolmo, sempre conosco e sempre presente nessa luta das mulheres no Brasil, e a Dra. Jurema Werneck; foram as duas também homenageadas hoje nesta solenidade.

Eu quero cumprimentar todas as mulheres e dizer para vocês, gente, que é muito bom trazer aqui essa homenagem Bertha Lutz, ela que foi luminar do movimento de paridade entre homens e mulheres no Brasil; ela que, ao lado de outras mulheres da história brasileira, entre elas Maria Cecília de Moura, criou movimentos muito importantes, como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e outros movimentos mais; ela que, ao lado de Maria da Penha, que participou conosco hoje deste debate, foi fundamental na luta. Maria da Penha tornou-se ícone, aliás, no combate à violência contra a mulher a partir de uma experiência trágica que viveu durante 19 anos, e resultou dessa luta a Lei Maria da Penha, que é um divisor de águas no combate à violência contra as mulheres no Brasil.

Eu quero cumprimentar, de forma muito especial, a Angela Salazar, que foi hoje aqui homenageada, e a Ruth, que é nossa maranhense e foi também hoje homenageada; e quero cumprimentar, ao final, a Dra. Miracy, nossa Professora, que ficou ali pelo Zoom até o último momento desta sessão, que é a homenageada do Presidente do Congresso Nacional.

Muito obrigada a todas e a todos.

Eu quero convidar, na verdade, as agraciadas e as Senadoras para almoçarem conosco no Senado, no restaurante do Senado; aliás, o almoço é oferecido pelo Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, cumprida a finalidade desta sessão de entrega do Diploma Bertha Lutz, agradeço a todas as personalidades que nos honraram com sua participação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta presente solenidade.

Muito obrigada.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 02 minutos.)*



Ata da 23ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,  
em 23 de março de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.*

*(Inicia-se a sessão às 17 horas e 5 minutos e encerra-se às 19 horas e 47 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia.

Neste momento, serão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores presentes no Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições que se encontra sobre a mesa.

Para os Senadores presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema de videoconferência.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

A presente sessão deliberativa semipresencial é destinada à apreciação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, da Deputada Margarete Coelho, tendo como Relatora a Senadora Mara Gabrilli;

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Já passo a palavra.

– Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, do Senador José Serra, tendo como Relatora a Senadora Eliziane Gama;

– Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali, tendo como Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo; e

– Projeto de Lei nº 423, de 2022, do Senador Alvaro Dias, tendo como Relator o Senador Oriovisto Guimarães.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia Eletrônica de hoje.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, registrar a presença, no Plenário, do Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Dr. Ricardo do Valle Pereira. O Tribunal tem jurisdição sobre os três estados do sul: Paraná – representado aí na Mesa pelo nosso Senador Alvaro Dias –, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

E gostaria de reiterar o que tive a oportunidade de dizer, quando da sua entrada, do seu ingresso no Plenário, reiterar, portanto, o pedido de celeridade para a apreciação do PL 4.491, que versa sobre os honorários periciais e sobre os requisitos da petição inicial em litígios e em medidas cautelares relativas a benefícios assistenciais e previdenciários por incapacidade.

Trata-se, portanto, de uma solução para, certamente, os mais vulneráveis beneficiários da Previdência Social brasileira. V. Exa., que tem a experiência de advogado, de exercício, sabe que são os mais carentes. Eu sou porta-voz, através da fala do nosso Presidente do TRF4 e de toda a Justiça Federal, para que essa celeridade seja concedida ao projeto, o que já lhe falei, e sei que isso já merece a sua sensibilidade e atuação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Gostaria de desejar boas-vindas ao Dr. Ricardo do Valle Pereira e a todo o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que abarca os Estados do Paraná e



Santa Catarina também, e dizer ao Dr. Ricardo do Valle Pereira e a V. Exa., Senador Esperidião Amin, assim como a todos os Senadores e Senadoras, que esse projeto, cujo mérito é, de fato, muito importante para a Justiça brasileira, chegou da Câmara dos Deputados na data de ontem, ao Senado Federal, e será pautado na próxima terça-feira, diretamente no Plenário do Senado Federal, certamente para apreciação e aprovação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, um pedido, inclusive, sempre de muito denodo do Senador Nelsinho Trad também, que vem pedindo, constantemente, pela pauta desse projeto.

Então, fica registrada a pauta do PL 4.491 para terça-feira.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães, e, na sequência, pela ordem, a Senadora Mara Gabrilli.

Senador Oriovisto Guimarães.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, demais Senadoras e Senadores aqui presentes e que acompanham remotamente, cumprimento todos e venho a este Plenário para me manifestar a respeito de um projeto que analisaríamos hoje – eu seria o Relator –, um projeto de autoria do Senador Alvaro Dias, um projeto importante, que reconhece o último sábado de novembro como um dia de referência para que o Brasil medite sobre um grande drama histórico que ocorreu na Ucrânia.

O Paraná, como todos sabem, tem inúmeros imigrantes, ou descendentes de imigrantes ucranianos. Temos mais de 600 mil no Brasil, e 80% deles moram no Paraná. Muitos deles estão aguardando que eu faça hoje o relatório sobre o que se chama de Holodomor. Holodomor é uma palavra de origem ucraniana que significa deixar morrer de fome.

Eu quero dizer a todos eles que eu não farei hoje esse relatório por razões internas do nosso Senado, porque teria que ter passado por uma comissão, teria que ser mais bem discutido. E ele não vai, então, diretamente ao Plenário hoje, mas irá na próxima semana, segundo me assegura o Presidente Rodrigo Pacheco.

Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que, para relatar esse importante processo, eu me dediquei a estudar um pouco a história das guerras da humanidade e constatei alguns fatos incríveis. Em toda a história da humanidade, desde a Antiga Grécia, desde os mais antigos tempos, a história registra mais de 13.500 guerras que a humanidade já fez. Em todas essas guerras, os filósofos todos são unânimes em afirmar que não se deve buscar nada de racional, nada de belo, nada de heroico ou virtuoso. O que eles sempre dizem é que o homem, quando é racional, quando trabalha com o espírito, ele negocia, ele conversa, ele resolve divergências com tolerância e com diálogo. E, quando ele abandona esse seu lado divino, esse seu lado espiritual, esse seu lado racional, ele se transforma num animal irracional e resolve as suas disputas pela força, pela lei da selva, como se fossem dois ursos disputando um território ou disputando uma fêmea. O mais forte vence. Não há aí nenhum ato belo, nenhum ato racional, nenhum ato heroico; o que há aí é a supremacia da força, é a supremacia do lado selvagem que habita todo ser humano, o que a nossa história demonstra muito claramente.

Filósofos como Kant, que chegou a idealizar um exército internacional para haver paz eterna; filósofos como Jean-Jacques Rousseau, que falava na beleza do homem natural, que seria naturalmente pacífico...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR)



– ... todos eles perdem para Thomas Hobbes, que escreveu Leviatã e que mostra os horrores da guerra.

Apenas para dizer que nós vivemos guerra nos dias de hoje. Nós estamos vendo uma potência destruir hospitais, destruir escolas, estamos vendo crianças sendo mortas e novamente temos esse dantesco espetáculo.

O objetivo desse projeto que eu iria relatar hoje é tão somente um: prestar atenção nos horrores que a humanidade já cometeu para que eles não aconteçam mais. Assim como existem diversos museus do Holocausto, assim como se fala sobre o Holocausto – e é importante que se fale, porque foi um erro horrível que a humanidade cometeu –, é importante também salientar outros fatos igualmente horríveis que precisam ser conhecidos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR)

– Esse Holodomor já é reconhecido pela ONU, reconhecido por diversos países e o Brasil deve isso ao povo ucraniano que habita conosco, que integra a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –

Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

Eu concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Mara Gabrilli.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Pela ordem.

*Por videoconferência.*) – Boa tarde, boa noite, Sr. Presidente, minhas colegas Senadoras, meus colegas Senadores.

Obrigada, Senador Oriovisto, por essa introdução.

Desde a segunda semana de março que estou aqui em Genebra, na Suíça, participando das reuniões do Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, comitê em que fui eleita perita em 2018, que se reúne, no mínimo, oito horas por dia, duas vezes ao ano.

Além disso, continuo acompanhando e votando nas sessões do Senado e do Congresso Nacional porque, como estou quatro horas à frente do Brasil, aqui agora são mais de nove horas, a diferença de fuso me permite essa dupla jornada. Só não está permitindo dormir, mas tudo bem. Apesar do trabalho intenso, eu ainda tenho outra missão igualmente ou mais importante ainda: eu fui designada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, a quem agradeço muito a confiança e o apoio, em missão oficial como Relatora da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional, para acompanhar a situação de conflito da Ucrânia.

É importante dizer que essa missão tem custo zero para o Brasil, para o Senado. Nosso objetivo é acompanhar as condições de brasileiros e de refugiados, especialmente dos mais vulneráveis, como as pessoas com deficiências, crianças, as mulheres e pessoas idosas também, junto a instituições e empresas privadas e mobilizar o maior número de doações para as vítimas do conflito.

Ao longo dessa semana, eu tenho me reunido pessoalmente e conversado com muita gente por aqui, com a Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra; com o Governo Federal, através do Itamaraty e Ministério da Saúde; com o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; com voluntários brasileiros na Ucrânia; entidades internacionais da sociedade civil; e empresários, além de parceiros médicos, fornecedores no Brasil.

Também participei da reunião do Grulac, que é o Grupo de Países da América Latina e Caribe, com a Embaixadora e representante permanente da Ucrânia, a Embaixadora Filipenko, que trouxe imagens fortes e dolorosas sobre o que uma crise humanitária como essa impacta na vida e no dia das pessoas;



ou pior, como tira a vida das pessoas. Eu me emocionei profundamente com a dor das famílias e falei à Embaixadora Filipenko o quanto nos preocupamos com todo esse cenário, mas, em especial, com as pessoas com deficiência que enfrentam, por exemplo, dificuldade de acessar os abrigos, pessoas surdas que não podem nem ouvir o toque de recolher, ou pessoas com deficiência intelectual, autismo, deficiências psicossociais que não conseguem se expressar na fronteira e, muitas vezes, são mortas por causa disso. Sem contar pessoas cadeirantes, como eu, que foram usadas como escudos humanos. Várias foram assassinadas.

Com nossos contatos, obtivemos uma lista de insumos que estão faltando em hospitais na Ucrânia, para atender sobreviventes e vítimas da guerra. Nosso principal objetivo, neste momento, é reunir suprimentos suficientes para enviar um avião brasileiro que leve equipamentos e insumos médicos, água, comida para a Ucrânia e que, na volta, possa transportar as vítimas para fora do conflito, notadamente as mais vulneráveis e os brasileiros. O Embaixador brasileiro junto à Missão Permanente da ONU em Genebra, o Embaixador Tovar da Silva Nunes, se colocou à disposição para conseguir o avião junto à FAB. No entanto, segundo o corpo diplomático brasileiro, para que o avião seja liberado, é preciso carregá-lo de insumos. E, para se ter uma ideia, eu recebi de um dos voluntários que estão na Ucrânia uma lista de pedidos que compõe curativos estéreis, sondas, cadeiras de rodas, bisturis, agulhas para costura de pele e até ambulâncias.

Eu já conversei também com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que se mostrou solidário e designou a assessoria internacional do Ministério da Saúde para nos ajudar. Estamos em contato para viabilizar os insumos e a partida desse avião da FAB, sem prejuízo aos estoques nacionais. Isso é importante saber. A ajuda do Presidente Rodrigo Pacheco e da nossa Bancada Feminina, da qual tenho orgulho de fazer parte e de ser liderada pela Senadora Eliziane, está sendo preciosa. Eu quero agradecer por toda a sensibilidade, pelo apoio e pelos esforços dos Senadores e das Senadoras. Nesse sentido, eu o faço em nome da Senadora Nilda Gondim, que tanto tem se esforçado.

Nos últimos dias, eu me reuni com representantes da International Disability Alliance (IDA), uma organização voltada para a melhoria da conscientização e dos direitos das pessoas com deficiência no mundo. No início desta semana, estive pessoalmente com membros do Acnur (Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), no intuito de somar forças na ajuda humanitária à Ucrânia.

Eu gostaria de aproveitar, Presidente, o momento, para registrar o resultado legislativo concreto dessa missão. Nas tratativas com os parceiros doadores, foi apontada a necessidade de desoneração tributária dos insumos que vierem a ser destinados a enfrentamentos de crises humanitárias, tanto as internacionais quanto as nacionais, como as que aconteceram recentemente em diversas cidades brasileiras.

Diante disso, apresentei uma PEC que soluciona esse problema. Ela já conta com um número de assinaturas constitucionalmente exigido para a sua efetiva tramitação. Por isso, agradeço o apoio de todas as Senadoras e Senadores e clamo por sua pronta aprovação. Portanto, tenho mais alguns dias aqui e mais muito trabalho pela frente. Também conto com a ajuda de vocês nessa batalha.

Eu quero, mais uma vez (*Falha no áudio.*) ... tantos outros. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Em nome da Presidência do Senado, eu gostaria de cumprimentá-la pelo extraordinário trabalho feito na representação do Senado junto à Organização das Nações Unidas para tratar desse tema, infelizmente muito atual, que é o dos refugiados em função da guerra na Ucrânia, e de tantas outras situações no mundo que merecem toda a nossa atenção, pelo Senado Federal. Não podíamos estar melhor representados do que por V. Exa., que tem feito esse extraordinário trabalho. Meus cumprimentos e o meu reconhecimento.



Em instantes, chamarei V. Exa. para relatar o item 1 da pauta. Daqui a instante a chamarei novamente.

Senadora Simone Tebet com a palavra, pela ordem.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – V. Exa., como sempre, se adiantou, mas eu gostaria de falar agora, em nome da Bancada Feminina, Sr. Presidente, para somar-me à fala de V. Exa., do orgulho que nós mulheres deste Senado temos com a presença da Senadora Mara Gabrilli representando os 81 Senadores em Genebra.

Neste momento difícil e com todas as dificuldades que ela tem, mostra sempre ser uma mulher de coragem, uma mulher de garra e, acima de tudo, de sensibilidade. No nosso grupo de WhatsApp da Bancada Feminina, ela tem não só relatado os horrores dessa guerra – que já passou a ser uma guerra mundial no que se refere não ao aspecto geopolítico, mas geoeconômico, porque o que acontece lá está afetando a mesa do trabalhador brasileiro, do trabalhador mundial, porque começou a impactar, em função da inflação –, mas ela também nos relata o horror que é uma guerra: crianças inocentes tendo que, da noite para o dia, ou do dia para a noite, perder suas casas, seus lares, sem entender absolutamente nada do que está acontecendo, tendo que, junto com suas mães, avós, deixarem os seus pais que precisam ficar para guerrear nessa guerra considerada fratricida.

Apenas quero deixar esse registro em homenagem à Senadora Mara Gabrilli.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Anuncio o item 1 da pauta.

Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, da Deputada Margarete Coelho, que altera a Lei nº 13.675, de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

A Emenda nº 2 foi retirada pela autora.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da nobre Senadora Mara Gabrilli para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra Senadora Mara Gabrilli.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu agradecimento ao senhor por me confiar essa relatoria, mesmo eu estando em missão oficial aqui em Genebra, e também lembrar que isso só está sendo possível por adotarmos o inovador modelo de deliberação remota no Senado Federal. Parabéns a todos os envolvidos nisso!

Aproveito, Sr. Presidente, para consultá-lo se posso ir direto à análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senadora Mara Gabrilli. V. Exa. pode ir direto à análise do seu voto.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – O PL nº 4.287, de 2020, será apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta as sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Não identificamos vícios na matéria, nem encontramos falhas na proposição ao realizar a análise que toca à técnica legislativa, e, da mesma forma, não identificamos problemas no que se refere à regimentalidade e à juridicidade. Finalmente, não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal ou material. A proposição não é autorizativa e não redesenha nem cria órgãos na administração pública – sem invadir,



portanto, tema reservado ao Poder Executivo. Por tal razão, somos do entendimento de que sua iniciativa insere-se dentro das prerrogativas do Poder Legislativo.

No mérito, parece-nos proposição adequada e que se coaduna com o espírito e a orientação presentes na Lei nº 13.675, de 2018. Tenha-se em conta a necessidade e a prioridade de que ações específicas em matéria de segurança pública sejam dedicadas ao combate à violência contra a mulher. Trata-se de espécie crescente de crime contra a vida e a dignidade femininas, de forma que não se lhe pode atribuir importância menor.

Por tais razões, votamos favoravelmente ao projeto.

Foram apresentadas duas emendas à proposição.

A Emenda nº 1-Plen, da Senadora Rose de Freitas, introduz o trecho “definidas juntamente com as instituições da sociedade civil que dispõem de conhecimento e atuação sobre o tema” e inclui as redes de proteção às crianças, pessoas idosas e com deficiência em situação de violência. Ela traz, portanto, a previsão e a ampliação de participação da sociedade civil, o que consideramos extremamente meritório.

Senadora Rose, você não tem noção da alegria que senti ao receber a sua emenda. Eu sei do seu engajamento pela inclusão social, eu agradeço por sua iniciativa de não esquecermos as pessoas idosas e com deficiência nas políticas públicas dessa envergadura.

Devemos observar, contudo, que o acolhimento de tal emenda, por alterar de maneira significativa o alcance do projeto, implicaria sua devolução à Câmara dos Deputados. E, neste momento histórico tenebroso, em que as vidas de tantas mulheres são ceifadas cotidianamente, não parece prudente que se aguarde ao menos mais um par de anos para que o projeto seja finalmente aprovado pelo Congresso Nacional.

Eu, sinceramente, Presidente, fiquei devastada em não acolher essa emenda, dada a sua relevância, eu ainda sendo uma mulher com deficiência e sabendo que as mulheres com deficiência são as mulheres mais vulneráveis quando a gente trata de violência contra a mulher. Mas sabemos que a aprovação desse plano tão importante vai beneficiar todas as mulheres, entre elas, inclusive, as meninas, as mulheres com deficiência e as mulheres idosas.

A violência contra a mulher é um drama gravíssimo em nosso país. Queremos parar esse relógio brutal, que registra que uma mulher é assassinada no Brasil a cada duas horas. Todos os dias, 12 mulheres perdem a vida. Estatísticas apontam ainda que, a cada dois segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal em seus lares, em seus locais de trabalho, de estudo e nas ruas das cidades brasileiras. Mesmo com a Lei Maria da Penha, o nosso marco legal mais importante, em vigor desde 2006, para combater a violência contra as mulheres, o Brasil ainda é responsável por 40% dos crimes de feminicídio na América Latina.

E devemos ter em conta, sobretudo, que a redação atual do projeto não impede que a administração pública, ao dar eficácia à nova lei, faça valer a participação da sociedade civil. Na realidade, tal participação é esperada.

Eu assumo aqui o meu compromisso, Senadora Rose, de começar a trabalhar hoje mesmo para apresentarmos juntas um novo projeto de lei e incluímos, como instrumentos para a implementação da PNSPDS, planos para as crianças, as pessoas idosas, com deficiência e outros grupos vulneráveis, como os migrantes, os refugiados e a população LGBTQIA+.

Por seu turno, a Emenda nº 2, de Plenário, também da Senadora Rose de Freitas, mas já retirada de pauta, alterava o nome do plano chamando de Plano Nacional de Proteção e Defesa da Mulher em Situação de Violência.

Agora eu vou ao voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n. 4.287, de 2020, e pela rejeição





da Emenda nº 1, de Plenário. (**Íntegra do Parecer nº 94/2022-PLEN-SF - Vide Item 3.1.1 do Sumário**)

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

O parecer é favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero novamente parabenizar a Senadora Mara Gabrilli, que tão bem nos representa em Genebra, não só pela sua coragem, Mara, pela sua garra, mas pela sua sensibilidade, aí enfrentando por todos nós, sendo os nossos olhos, de alguma forma, os nossos braços – o braço do Brasil – a esses guerreiros, filhos da Ucrânia, especialmente essas nossas crianças inocentes que, repito, estão sem entender nada e, da noite para o dia ou do dia para a noite, perdem as suas casas e são obrigadas, junto com suas mães, a deixar para trás os seus irmãos mais velhos e seus pais, que ficam para lutar na guerra.

E, segundo, para parabenizar V. Exa. A Deputada Federal Jandira foi muito feliz ao pensar num projeto que pudesse abarcar esse setor cultural de forma permanente, um dos setores mais atingidos pela pandemia. Nós tivemos quase um milhão de pessoas desempregadas fruto do fechamento dos teatros, circos, espetáculos, enfim, dos cinemas e toda a atividade cultural. E quando nós, do Congresso Nacional, aprovamos a Lei Aldir Blanc, nós conseguimos repor imediatamente quase metade desses empregos.

Mas isso não é suficiente. Então, o que esse projeto faz? Primeiro, transforma em caráter permanente essa lei e esse auxílio. São três bilhões que serão, de forma equânime, distribuídos para todos os estados da Federação brasileira, para todos os municípios, em caráter permanente, desburocratizando o que é mais importante, dando celeridade, fazendo com que seja possível não só a universalidade, mas levar cultura para todos os cantos do Brasil.

Então, eu gostaria de parabenizar a autora do projeto e parabenizar V. Exa. Serei parceira na apresentação e na votação dessas emendas que V. Exa. não pôde acolher, mas que, com a sensibilidade junto com a Senadora Rose, estão prontas para apresentar o projeto.

Parabéns pela sensibilidade de aprovar da forma como está...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para não precisar voltar para Câmara! E nós vamos avançando e aperfeiçoando esse projeto, que, eu não tenho dúvida, vai ser aprovado por unanimidade nesta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli pelo grande relatório, e colocar, Presidente, que o nosso grande debate hoje, quando a gente fala da violência contra a mulher, é exatamente no sentido de assegurar uma estruturação melhor para que, por exemplo, com a Lei Maria da Penha – e



hoje pela manhã nós tivemos um grande debate aqui no Plenário desta Casa, junto com a própria Maria da Penha, acerca dessa lei que foi importante para o Brasil –, nós evoluímos em várias outras leis, no verdadeiro arcabouço legal hoje no Brasil, com leis que são fundamentais para trazer o combate à violência contra a mulher e reduzir números que são preocupantes hoje.

Nós já chegamos a ter mais de 4,5 mil mulheres assassinadas ao ano. Uma média de 4 mil mulheres é uma média extremamente ruim para o Brasil, ruim para as famílias e ruim para todo mundo, porque isso, no meu entendimento, é fruto, dentre outras questões, da falta de uma aglutinação de forças do setor público para combater essa atrocidade na sociedade brasileira.

E esse projeto vem exatamente com este objetivo, ou seja, a violência contra a mulher passa a ser incluída dentro de um programa de política pública da Política Nacional da Segurança Pública. Quando a gente fala, por exemplo, do Susp, que é o Sistema Único de Segurança Pública nacional, quando a gente fala do Fust, que é um fundo específico, quando a gente fala de toda esta política que coloca a questão orçamentária como prioridade na segurança pública, nós temos que entender também que o combate à violência contra a mulher é elemento, é quesito da segurança pública.

Então, não há dúvida nenhuma de que esse é um projeto muito pertinente, é um projeto muito importante. A nossa querida Mara Gabrilli traz, de onde ela está, inclusive ali, com muita maestria, dando exemplo para o mundo, mostrando a sua força e a sua vitalidade...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... como a nossa representação, a representante do Congresso Nacional nesse enfrentamento do que nós estamos acompanhando de guerra no mundo, e ela traz esse relatório com total plenitude, com muita maestria, de forma muito completa.

Parabéns, Mara, pelo relatório que você traz.

É claro que, daqui a pouquinho, nos nossos encaminhamentos, faremos aí um encaminhamento favorável tanto pelo nosso Partido Cidadania quanto pela frente, ou melhor, como pela Bancada Feminina do Senado Federal, que a Mara, com muita honra, integra e nos representa muito bem.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e a emenda em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Cumprimento a Senadora Mara Gabrilli pelo parecer apresentado e aprovado pelo Plenário do Senado e também a autora do projeto, a competente Deputada Margarete Coelho.

O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Girão. *(Pausa.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Presidente Rodrigo Pacheco, colegas Senadoras, colegas Senadores, funcionários da Casa, assessores, brasileiros que nos acompanham aí pelas mídias aqui da TV Senado, há uma frase de que eu



gosto muito de Platão, que diz o seguinte: "Enquanto tivermos corpo e nossa alma se encontrar atolada em sua corrupção, jamais poderemos alcançar o que almejamos".

Eu estive ontem, Sr. Presidente, na Procuradoria-Geral da República, juntamente com o nosso colega Senador Marcos Rogério e dois Deputados estaduais do Rio Grande do Norte, os Deputados Kelps Lima e Gustavo Carvalho, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da CPI do Rio Grande do Norte, da Assembleia Legislativa, que fez o que essa CPI do Senado, a que eu passei seis meses dedicado – não faltei a nenhuma sessão –, não teve a coragem de fazer, que foi investigar corrupção com verbas destinadas à saúde para enfrentar a pandemia.

O Procurador-Geral Augusto Aras nos recebeu. Tivemos uma produtiva reunião na entrega do relatório final da Comissão. Uma documentação muito robusta em que nós pedimos providências, porque onde andamos pelo país, pelo menos no Norte e Nordeste do Brasil, um assunto que teima em perguntas, em indagações pela população é justamente sobre os bilhões de reais de verbas federais enviadas a estados e municípios em que não faltaram escândalos: relatórios da CGU, relatórios da Polícia Federal e esse da CPI da pandemia do Rio Grande do Norte.

Eu aproveitei a ocasião ontem para entregar também o meu voto em separado apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, pois chegaram, na época, várias denúncias envolvendo a compra de respiradores, desde casa de massagem até loja de vinhos, mas a principal delas, sem dúvida, a que ficou de forma emblemática no inconsciente coletivo do cidadão de bem brasileiro, que se sentiu revoltado, foi o chamado desvio do calote da maconha, em que o Consórcio Nordeste, composto por nove Governadores do Nordeste, comprou 300 respiradores de uma empresa chamada Hempcare, que comercializa produtos à base de maconha e que sequer tinha endereço comercial.

Eu fui, inclusive, a São Paulo, na época da CPI...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... e vi a sede da empresa, que funciona numa residência num bairro lá de São Paulo.

Eu não preciso dizer que esses respiradores, esses tais respiradores, 300 unidades, nunca foram entregues e o dinheiro pago adiantado, no começo, sem nota fiscal, nunca foi devolvido. Está lá essa mancha e o povo nordestino quer saber como é que a coisa vai terminar.

A maioria dos membros da CPI do Senado preferiu, naquele momento, não investigar.

No meu modo de entender, foi uma blindagem a Governadores, a Prefeitos e a outras autoridades, impedindo essa apuração que, certamente, desvendaria um flagrante sistema...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... certamente, desvendaria um flagrante sistema de corrupção perpetrado por verdadeiros criminosos travestidos de agentes públicos.

O importante é que, ontem, nós entregamos, de forma oficial, à PGR essa detalhada, como eu falei, documentação robusta de esquemas explícitos de corrupção ativa e passiva.

Na época, o coordenador do consórcio era o Governador da Bahia, Rui Costa. Num processo administrativo com erros grosseiros, que abriam enormes brechas para irregularidades, o primeiro pagamento do contrato fraudulento, no valor de R\$12 milhões dos quase R\$50 milhões, foi feito a toque de caixa...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... aos Srs. Fernando Galante, Cléber Isaac, Carlos Kerbes, que, segundo seus próprios depoimentos, funcionaram como pontes e facilitadores para a realização da transação. Todos os três, olhem este detalhe, todos os três confessaram ter relações pessoais com o próprio Governador e com Bruno Dauster, Secretário da Casa Civil na época, imediatamente exonerado.

Então, fica aqui o meu pedido de providências imediatas, que já fiz ao Procurador. Fizemos, ontem, juntos nessa Comissão e esperamos que possamos dar seguimento a um anseio legítimo da sociedade.

Sr. Presidente, mais 30 segundos, eu lhe agradeço, para concluir.

Espero que a gente possa, de alguma forma, dar uma resposta à sociedade, sedenta para que a verdade venha à tona.

Há aí dois ex-Ministros de Governos anteriores participando de forma direta e indireta desse Consórcio Nordeste, com essa situação, no mínimo, nebulosa, que gerou um prejuízo e vidas perdidas também, vidas perdidas de nordestinos.

Eu encerro com uma frase de Martin Luther King que eu gosto muito: "A injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar".

Que o bem, a verdade, a paz e a justiça prevaleçam no país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Anuncio o item 2 da pauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 13.992, de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da nobre Senadora Eliziane Gama para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra a Líder da Bancada Feminina, Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., ganhando tempo, vou aqui direto à análise da matéria.

Antes de abordar o mérito da alteração legislativa ora discutida, é preciso contextualizar o tema e discorrer brevemente sobre o diploma legal objeto da modificação. Conforme tivemos a oportunidade de apontar por ocasião dos trabalhos de relatoria do PL nº 4.384, de 2020, e do PL nº 2.753, de 2021, a edição da Lei nº 13.992, de 2020, foi fundamental para garantir a sustentabilidade dos prestadores de serviço contratados pelo SUS no contexto da pandemia de covid-19.

Com efeito, a expressiva mudança ocorrida no perfil de atendimento dos serviços de saúde não poderia ter sido prevista em nenhum contrato. Consultas médicas de diferentes especialidades, procedimentos eletivos, exames complementares e diversas outras ações de saúde foram suspensas em virtude do verdadeiro caos provocado pela pandemia em nosso meio e do direcionamento de todos os esforços para a mitigação dos efeitos da doença.

Nessa situação caótica, tornou-se impossível para os prestadores de serviço cumprirem as metas contratualizadas de realização de cirurgias, biópsias, endoscopias e outras, o que poderia dar ensejo à imposição de sanções por parte da administração pública. Sensível às necessidades dessas entidades, o Congresso Nacional não apenas aprovou a suspensão da exigibilidade do cumprimento das metas, mas



também promoveu prorrogações na vigência da medida, em função da continuidade da pandemia e dos seus efeitos sobre aos serviços de saúde brasileiros.

A última prorrogação decorreu da aprovação do já mencionado PL nº 4.384, de 2020. Após aprovação por esta Casa Legislativa, a proposição foi encaminhada à revisão da Câmara dos Deputados, onde foi acatada na forma de um substitutivo, que, inadvertidamente, retirou da lei o comando normativo que se procura restabelecer com o PL nº 2.753, de 2021.

Aquele projeto foi convertido na Lei nº 14.189, de 28 de julho de 2021, que prorrogou a suspensão até o final do ano passado.

Neste mês de março de 2022, os Deputados e Deputadas Federais, atentos ao desenrolar da pandemia, decidiram prorrogar novamente o período de suspensão da obrigatoriedade de cumprimento das metas, e usaram o PL nº 2.753, de 2021, como veículo para a mudança.

A prorrogação, por seis meses adicionais, do prazo de vigência da suspensão é plenamente justificável, em função do súbito aumento da incidência da covid-19 desencadeado pelo surgimento da variante ômicron do SARS-CoV-2. Infelizmente, as condições de instabilidade que ensejaram a edição da Lei nº 13.992, de 2020, estão novamente presentes em nosso meio, de modo que o Congresso Nacional precisa atuar tempestivamente para salvaguardar a sustentabilidade e o bom funcionamento das instituições de saúde que atendem os usuários do SUS. Somos, portanto, favoráveis aos aprimoramentos implementados pela Câmara dos Deputados na proposição oriunda do Senado Federal.

Em face do exposto, Presidente, manifestamos voto favorável a todas as emendas propostas pelo PL nº 2.753, de 2021, Substitutivo da Câmara dos Deputados.

É o voto, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 95/2022-PLEN-SF - Vide Item 3.1.2 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

O parecer é favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o substitutivo da Câmara dos Deputados, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo da Câmara dos Deputados.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Cumprimento a Senadora Eliziane Gama, Relatora do projeto, e também o Senador José Serra, o seu autor, pela aprovação do PL 2.753.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, posteriormente retiradas pelas autoras. **(Vide Item 3.1.3 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra Senador Veneziano Vital do Rêgo.



**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Presidente, as minhas saudações a V. Exa., igualmente a todas as queridas companheiras Senadoras, aos nossos Senadores presentes e aos que remotamente estão participando desta sessão, desejosos e diante da sua produtividade.

Presidente, coube-me, por designação de V. Exa. e para a minha maior alegria, poder relatar projeto de lei que vem da Câmara dos Deputados sob a (*Falha no áudio.*) ... Deputada Federal (*Falha no áudio.*) ... nº 1.518 é apresentado ao Senado. V. Exa. lembra que nós, na oportunidade em que estávamos a tratar na emergencialidade de assuntos atinentes ao turismo, à geração ou manutenção de postos de trabalho, também tratamos sobre situações que (*Falha no áudio.*) ... a cultura, levando-se em conta, sabidos e convencidos que sempre estivemos, que foi um dos setores, se não o mais afetado, mas um entre outros que mais sofreram durante a pandemia. E foi por essa razão que nós tratamos, entre outras ações, para que mitigássemos, quem sabe pudéssemos, como assim era nossa intenção, diminuíssemos os seus efeitos e as suas consequências. Agora, diante de nós e com a segurança que temos, a sensibilidade de todos os integrantes do Senado Federal, como vimos e constatamos na Câmara dos Deputados, que apreciou a matéria e que à unanimidade a aprovou, trataremos sobre a proposta de lei não mais para os seus efeitos emergenciais, ou seja, para prazos estabelecidos e, sim, para a sua permanência.

Portanto, rapidamente, para que nós partíssemos e V. Exa. consentindo-me e também o Colegiado, faço as menções rápidas sobre o nosso relatório e, em seguida, vou à análise.

Como de praxe, o relatório menciona o Projeto de Lei 1.518, a sua autoria digna, competente e experimentada da Deputada Jandira Feghali.

Traz, nos seus artigos e também nos seus incisos, os objetivos desta política que se propõe instituir, com o nome do consagrado artista brasileiro Aldir Blanc, para o fomento da cultura. Então, os objetivos estão postos e detalhadamente presentes.

Os princípios que versarão a matéria nós temos identificados e também os seus beneficiários.

Nós listamos as ações e as atividades a serem apoiadas por esta política sugerida e defendida pela Deputada Jandira Feghali e pelos demais outros integrantes do Parlamento nacional.

Determina que a União repassará R\$3 bilhões, anualmente, durante um período de cinco exercícios financeiros, aos demais entes federados, como também ao Distrito Federal.

Dispõe detalhadamente sobre essa divisão.

Estabelece que o subsídio a espaços e ambientes culturais será fixado de acordo com critérios previamente estabelecidos.

Define espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais.

Obriga o beneficiário desse subsídio a espaços e ambientes a prestar contas em até 180 dias.

Enfim, nós aqui fazemos esses detalhamentos, como de praxe, e partimos, Sr. Presidente, para a nossa análise.

A apreciação do Projeto de Lei 1.518, de 2021, diretamente pelo Plenário desta Casa, sem deliberação pelas Comissões Temáticas, está de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Sob a ótica da constitucionalidade, garantimos a V. Exa. e a todos os companheiros que não há qualquer óbice à proposição. Portanto, esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal.

Assim sendo, em todos os aspectos, nós verificamos a sua constitucionalidade. A iniciativa, portanto, é constitucional e não fere a nossa Carta Magna.

Não vislumbramos, também, vícios de injuridicidade, pelo fato de a proposição inovar o ordenamento jurídico, ser abstrata e coercitiva.

Nesse sentido, a proposição atende a todos os requisitos de natureza constitucional, técnica e jurídica.



E aí eu cumprimento a Deputada Jandira Feghali pelo cuidado que teve.

O projeto de lei ora sob análise toma por base elementos do texto da Lei 14.017, a qual mencionei no início da minha fala, conhecida como Lei Aldir Blanc, que tive a gratíssima alegria de poder relatar sob a sua determinação, Presidente, ou Lei de Emergência Cultural, e promove as devidas adaptações e aperfeiçoamentos para o contexto presente.

As diversas proposições discutidas por esta Casa e também pela Câmara dos Deputados ao longo do ano de 2020 culminaram por definir o roteiro do que deveria ser almejado para tornar estáveis e permanentes as normas que, em caráter emergencial, fomentaram a cultura em todo o nosso país.

O setor cultural – eu já disse isto, e todos os senhores e as senhoras bem o sabem e, principalmente, aqueles que sentiram diretamente os efeitos da pandemia – foi um dos primeiros a ser afetado pela pandemia que assolou o nosso país e que ainda se vê, mesmo em menor repercussão, entre nós.

Embora exacerbadas durante a pandemia da covid-19, as vulnerabilidades da cultura e dos artistas são patentes e crônicas, digo eu na análise. Assim, a instituição de uma política nacional ampla, diversa, democrática, inclusiva, plural e permanente é providência indispensável, caros Senadores e caríssimas Senadoras, e urgente.

Na certeza de que estamos estruturando um verdadeiro sistema nacional, em razão do qual a cultura em nosso país possa, finalmente, receber o tratamento digno do qual é merecedora, somos favoráveis à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Assim, ocorre que, desculpem-me, para, acertadamente, adequar o projeto ao art. 134 da Lei 14.194, de agosto de 2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022, que prevê cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos, para proposições legislativas que vinculem receitas a despesas, o PL terminou por limitar, integralmente, uma política cultural permanente e não apenas a disponibilidade orçamentária.

Só um minuto, Sr. Presidente, porque eu estou fazendo a leitura aqui em tela e também presente, para que os senhores possam acompanhá-la. Um minuto só, peço desculpas. *(Pausa.)*

Um minuto só, Presidente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Veneziano, fique tranquilo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Também estamos propondo, Presidente, por uma questão de uniformização de redação, que o trecho do art. 12 que reproduz a alínea “a” do inciso I do art. 7º a transcreva integralmente, na forma de emenda de redação.

Essa foi uma discussão mantida entre as consultorias do gabinete da Deputada Jandira Feghali, do Deputado – do Deputado não, perdoe-me –, do Senador Carlos Portinho, que responde pela Liderança do Governo e pela nossa própria assessoria.

Por fim, também a título de aperfeiçoar a redação e manter a sua coerência, propomos uma terceira emenda com a finalidade de deixar expresso que o uso dos recursos previstos no inciso VII do art. 13, reembolso das operações de empréstimo realizada por meio do Fundo Nacional de Cultura, ocorra na forma do inciso II do mesmo art. 13. O uso dos reembolsos depende de que estes terminem, ao final do exercício, contribuindo para gerar superávit financeiro, sob pena de levarem ao esvaziamento do FNC (Fundo Nacional de Cultura). A emenda, pois, limita-se a vincular ambos os incisos, esclarecendo a forma como os recursos do inciso VII, ao qual eu me referi, serão usados.

V. Exa. mencionou, Presidente, três emendas que foram apresentadas – duas pela Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli e a outra pela nossa querida companheira Rose de Freitas – e que foram retiradas sob argumentações nossas para as mesmas, para que tratemos sobre as meritórias propostas em PL autônomo.



O voto, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.

Conforme a argumentação exposta, o voto nosso é pela aprovação do Projeto de Lei 1.518, de 2021, com o acréscimo das emendas seguintes de redação. Eu as transcrevi, Sr. Presidente, e todos os integrantes do colegiado tiveram e têm a oportunidade de lê-las e fazer suas considerações.

Então, este é o nosso trabalho, Sr. Presidente, e peço, encarecidamente, ao alcance de todos deste Colegiado, o apoio para que nós aprovemos em definitivo uma proposta que, de fato, atenda a uma demanda que nós vemos há tantas décadas e que pode ser posta durante esses próximos cinco anos de exercícios orçamentários financeiros – é bom que nós frisemos e aqui pontuemos – a partir só de 2023.

Então, eu saúdo, efusivamente, exultantemente, a Câmara dos Deputados, na pessoa da Deputada Jandira Feghali, autora dessa iniciativa, quero agradecer muito penhoradamente a sua distinção por fazer com que nós permanecêssemos a tratar sobre esse assunto, afinal de contas, tratamos sobre o mesmo enquanto da emergencialidade da Lei Aldir Blanc, como a ajuda, que foi fundamental, do Senador Carlos Portinho e também participações, para mim, muito caras das Senadoras Rose de Freitas e Mara Gabrilli.

Esse é o nosso relatório, nossa análise e nosso voto, Presidente Rodrigo Pacheco. (*Pausa.*) **(Íntegra do Parecer nº 96/2022-PLEN-SF - Vide Item 3.1.3 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O parecer de V. Exa. é favorável ao projeto, com as Emendas nºs 4 a 6, de redação, do Relator.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está...

Ah, vai discutir?

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Discutir. Agradecer, na verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeito.

Para discutir, Senador Líder Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus pares, é um projeto de lei que traz uma política pública verdadeira para o setor da cultura. Está aqui a Deputada Jandira Feghali, com quem eu pude alinhar, assim como com o Relator, Senador Veneziano, que compreendeu... Minha preocupação era trazer o Governo para apoiar, porque o projeto, como política pública, é muito favorável ao país, e com pequenos ajustes e alinhamentos no caso já relatados na leitura do relatório agora, já informados. Eu queria agradecer ao Senador Veneziano pela compreensão.

Então, com relação à emenda de redação, fico satisfeito, com o projeto, o Governo também, e, com relação ao inciso V do art. 13, que trata das loterias, há um acordo feito para que o Governo vete o percentual dos 3% e seja mantido esse veto, porque há outras inúmeras fontes, e sobrecarregar a loteria, que já atende a tantas outras importantes destinações, parecia demasiado. E o Governo, com esses ajustes e com esse compromisso feito inclusive com a Deputada Jandira Feghali e com o Relator, o Governo, inclusive, vai encaminhar favoravelmente, e já o faço daqui, da tribuna, pelo Governo hoje, e, como Líder do PL, também encaminho favoravelmente ao projeto. E a todos o que eu posso dizer é: "culturem-se"!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, o Senado Federal – e tenho repetido muito isto aqui – está muito





sintonizado e sensibilizado com os problemas do nosso país, dado o impacto não só da queda da nossa economia como também o impacto da pandemia.

Em resposta à questão da cultura, iniciativas importantes têm sido tomadas, caso da Lei Paulo Gustavo e agora a iniciativa da nossa companheira, Deputada Jandira Feghali. Parabenizo não só os autores dessas iniciativas como também o nosso Relator, Veneziano. Além do bom português que ele usa nos seus relatórios, ficou muito claro – e é isso que eu queria ressaltar, porque poderiam dizer: "Ah, mas nós aprovamos uma lei anterior e agora mais uma?" – que há diferenças fundamentais que o Relator destacou muito bem. A Paulo Gustavo trata de uma transferência emergencial daquilo que ficou acumulado como produto do resultado financeiro do Fundo Nacional de Cultura, que gerou um acúmulo de 4,3 bilhões. Esse dinheiro, como o Governo Federal não estava aplicando, nós aprovamos a lei em que colocamos o nome Lei Paulo Gustavo, para valorizar um grande artista brasileiro que se foi em consequência da pandemia...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e nós aprovamos, portanto, uma emergência para socorrer a cultura do nosso país, que tinha provocado desempregos e parou como consequência da pandemia.

Esse projeto da Deputada Jandira Feghali usa transferências já permanentes a partir do Orçamento da União e de projetos que já foram aprovados pelas duas Casas, que decidem transferência também para o setor da cultura. O que foi, então, que a Deputada Jandira fez? Juntou essas origens de financiar cultura no nosso país para transferir para estados e municípios, fortalecendo a cultura local.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Portanto, quero parabenizar não só o Relator como também a Deputada Jandira. E o Partido dos Trabalhadores honrosamente indica a votação "sim".

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos que estão nos assistindo, eu queria mostrar aqui a sensibilidade do Senado Federal, que, com a relatoria do Senador Veneziano do Rêgo, junto com a nossa Deputada Jandira Feghali e o nosso Senador Carlos Portinho, sentaram e tiveram a sensibilidade de fazer uma relatoria para que esse projeto não voltasse à Câmara.

Gente, nós temos que proteger a nossa cultura. A cultura é a digital de um povo! Sem a cultura nós não vamos saber de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar.

Parabéns à Deputada Jandira, ao nosso Relator Veneziano e a todos que cooperaram e ao Senado Federal, que teve essa sensibilidade de fazer uma relatoria de uma maneira que o projeto não voltasse à Câmara dos Deputados.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Lucas Barreto, deseja discutir ou como orador? *(Pausa.)*

Como orador depois.

Senador Marcelo Castro, para discutir.

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.)



– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero inicialmente aqui parabenizar a nobre Deputada Jandira Feghali, que teve a iniciativa da autoria desta matéria tão importante para o país, para a sua economia, e em especial, para as pessoas que vivem, que são dedicadas à cultura.

Nós já fizemos, na semana passada, aprovamos a Lei Paulo Gustavo. E agora vamos aprovar a Lei Aldir Blanc 2, porque essa lei, nós já havíamos aprovado em 2020, expirou agora, em 2021, e é um incentivo do Fundo Nacional de Cultura e também de dotações orçamentárias, no valor de R\$3 bilhões, o que é um valor expressivo, para ser distribuído por todos os estados e todos os municípios da Federação, na proporção de 50%, 50%. E esses recursos, proporcional, uma parte, em função do Fundo Municipal de Saúde, e outra parte, em relação à população.

Então entendo que é uma lei da mais alta importância, de grande alcance social, e que nós devemos votar, acredito que por unanimidade.

Parabenizo também aqui o nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo, que fez um relatório, como sempre, impecável, analisando todos os aspectos e a importância dessa lei para a cultura do nosso país.

Então, em essência, eu quero mesmo é parabenizar a iniciativa da Deputada Jandira Feghali e o relatório, o brilhante relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad, e na sequência, Senador Esperidião Amin.

**O SR. NELSON TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para discutir.)

– Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar a iniciativa. Entendemos ser um projeto recoberto de mérito, oportuno, conveniente para o momento, em que vivemos uma crise no desenvolvimento econômico.

A economia necessita de estímulos para que seja possível recuperar os danos decorrentes da crise sanitária. Isso vale, em especial, para o setor da cultura, que foi um dos primeiros a ser afetados pela pandemia e será provavelmente um dos últimos a se recuperar completamente da crise.

Parabenizo aqui a autora, Deputada Federal Jandira Feghali, e o relatório do competente Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Dessa forma, o PSD defende a matéria e encaminha já o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Esperidião Amin, para discutir.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.)

– Sr. Presidente, não para discutir, mas para aplaudir. Quero aplaudir o relatório do querido amigo Veneziano Vital do Rêgo, que conseguiu realçar e ressaltar os pontos extremamente positivos do projeto, e cumprimentar a minha querida patrícia, "brima", Jandira Feghali, pela sensibilidade revelada na produção desse texto em que eu, tranquilizando até a minha consciência, voto a favor, porque esse setor, o setor da cultura, da arte, foi dramaticamente atingido nesta pandemia. De forma que o projeto ajuda a aliviar um pouco um remorso que não deveria ser nosso, deveria ser do coronavírus, mas que a gente compartilha e assume.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão.



Para discutir o Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar e dar as boas-vindas à nossa Deputada Federal Jandira Feghali, que é autoria do projeto, do PL 1.518, Lei Aldir Blanc – e é um prazer enorme ter voto favorável –, muito bem relatado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. Então, Sr. Presidente, é para registrar que este projeto é muito importante.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, está aqui uma comitiva da cidade próspera de Rio Verde nos visitando, Senador Nelsinho. Está aqui a Iara Alonso, Superintendente Executiva do Hospital do Câncer de Rio Verde, que é referência no tratamento oncológico, a Célia Mendes, Diretora Presidente, os representantes da Câmara Municipal, Presidente Rodrigo Pacheco, a Vereadora Flávia, a Vereadora Nayara Barcelos, o Vereador Gerlos Mendonça, o Vereador José Henrique de Freitas, o Vereador Luiz Alves. Está nos acompanhando, também, o Divino Teles, Presidente de uma cooperativa muito importante. Eles estão aqui, Sr. Presidente, mostrando a cooperativa e buscando ajuda para que seja melhorado o trabalho lá.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

São todos muito bem-vindos, os Vereadores e os demais presentes da cidade de Rio Verde. Muito bem-vindos ao Senado Federal.

A matéria continua em discussão.

Para discutir a Senadora Simone Tebet.

Hoje nós estamos com...

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, vou ser muito breve porque eu preciso repetir o que eu disse na discussão da primeira... Eu achei que não estaria mais no Plenário.

Primeiro é para parabenizar a Deputada Jandira pela sensibilidade que ela tem, vinda de um estado cultural como o Estado do Rio de Janeiro, que tem no teatro, no circo, no cinema, um grande vetor de desenvolvimento, de geração de emprego.

Lembro que esta Casa, Sr. Presidente, sob a sua orientação, do Congresso Nacional, votou a Lei Aldir Blanc, que, naquela época, foi responsável por retornar, pelo menos, metade dos empregos que tinham sido perdidos no Brasil. E fruto do sucesso, porque a Lei Aldir Blanco 1 foi responsável por levar recursos do Governo Federal para todos os Estados da Federação brasileira e para quase 5 mil municípios.

Graças a essa lei, hoje a Senadora Jandira traz para esta Casa um projeto que torna a Lei Aldir Blanc, que é um plano nacional para a cultura, um projeto de caráter permanente; mais do que isso, a desburocratiza, o que é algo fundamental para quem vem pedir financiamento, e redistribuir de forma harmônica entre todos os estados e municípios da Federação brasileira esse recurso.

Então, ao colocar esses R\$3 bilhões, nós estamos garantindo emprego, renda, cultura e aquecimento da economia, tudo de que nós precisamos por tudo que a cultura representou e representa neste país.

Senadora Jandira leve os meus agradecimentos a toda a Câmara dos Deputados, especialmente, à Bancada Feminina, que eu tenho certeza de que foi sua grande parceira neste projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Não foram apresentados destaques.

Passamos à apreciação da matéria.

Em votação o projeto e as emendas, em turno único, nos termos do parecer, que é favorável ao



projeto, com as Emendas nºs 4 a 6, de redação, do Relator.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu consulto as Lideranças se podemos inserir a orientação do voto "sim" de todas as bancadas em relação a esse projeto.

O Senador Alessandro Vieira concorda, Senador Alvaro Dias, Senador Nelsinho Trad, Senador Eduardo Braga, Senador Carlos Portinho – pelo Governo inclusive. O Governo orienta o voto "sim".

Então...

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – O PT "sim" também, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Partido dos Trabalhadores "sim".

Então, as bancadas com orientação de voto "sim".

Estamos em processo de votação nominal.

Eu solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema remoto ou presencialmente no Plenário do Senado.

Voltamos à lista de oradores.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Não somente o registro em si, Sr. Presidente, aproveitando...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Microfone, Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Deputada Jandira Feghali na formulação e na construção de mais essa conquista para os produtores culturais brasileiros, conquista que teve a sua primeira etapa durante o auge da pandemia e que será fundamental, junto com a Lei Paulo Gustavo, para apoiar a cultura e aqueles que mais padeceram nos piores momentos dessa pandemia.

Queria só fazer esse registro, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, parabéns aos autores e relatores pelos projetos no dia de hoje, principalmente este que foi votado agora!

Presidente, eu volto a falar da necessidade da correção dos valores da base de cálculo de imposto de renda. É um apelo enorme da sociedade, bem como dos limites de dedução deste imposto. É um assunto que tem que ser debatido.

O último reajuste da tabela do imposto de renda foi em 2015. Desde então, até janeiro de 2022, o IPCA acumulado foi de 51,6%. Conforme o estudo do Sindifisco Nacional, a tabela do imposto de



renda possui hoje uma defasagem média de 134,52%. Em outras palavras, é uma punição ao trabalhador assalariado não corrigir a tabela do imposto de renda, bem como os valores de isenções.

Com isso, o poder de compra fica corroído, ainda mais nestes tempos de inflação galopante. Na prática, isso significa o confisco dos vencimentos. Os brasileiros que recebem salários mais baixos são os mais afetados pela defasagem. Hoje, quem recebe 1.903, ou seja, pouco mais de um salário mínimo, é tributado pelo Imposto de Renda. No caso desse trabalhador, é pior ainda, porque, via de regra, não mantêm seus filhos em escolas particulares ou conseguem pagar planos de saúde, despesas essas que podem ser deduzidas. Assim, quando são tributados, a sua alíquota efetiva é mais alta proporcionalmente à das pessoas com renda mais alta.

Desde 2015, eu diria que já fui Relator e autor de diversos projetos, inclusive um do Senador Lasier, mas nenhum foi votado. A correção beneficia o bolso do trabalhador, aumenta o poder de compra do assalariado, a roda da economia gira, aumenta o consumo e a economia melhora.

Por isso, Presidente, eu insisto com esse tema. Não é a primeira vez que falo. É necessário que a estrutura tributária brasileira seja mais justa, com mais cobrança de quem possui uma renda maior. Teríamos, aí, sim, uma política fiscal mais equilibrada, de forma a minimizar os efeitos negativos sobre as classes sociais com menos renda.

Precisamos de uma reforma tributária solidária, progressiva e justa. Os mais pobres são sempre os mais afetados pela forte tributação sobre o consumo, o que aumenta a desigualdade social e coloca o país mais distante ainda de uma distribuição mais justa da carga tributária.

Produtos de primeira necessidade não deveriam ser tributados. No Brasil, os pobres pagam mais impostos que os ricos; parece um absurdo, mas é verdade. Por isso, somos o país com a maior concentração de renda do mundo.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Senadora Simone Tebet, com a palavra, como oradora.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, hoje, nós começamos a sessão, Senador Lucas Barreto, Senador Omar Aziz, com uma fala muito feliz do Senador Oriovisto, ao falar da guerra. E é sobre esse assunto e as consequências dessas toneladas de bombas nas cabeças das nossas crianças inocentes que eu quero falar, porque ela não é hoje só vista pelas janelas virtuais, Senadora Leila, da nossa TV; hoje, ela impacta diretamente e ela entra, de forma real, nas nossas casas, mundo adentro.

Eu estou falando praticamente, Senador Marcelo Castro, de um país, sim, destruído – não dá para comparar a dor dos ucranianos em relação a essa guerra –, mas nós não podemos esquecer que a guerra mundial hoje não se dá com um simples apertar de botão numa declaração nuclear. Hoje, ela é muito mais grave, ela é silenciosa, ela é perversa. Não é uma guerra geopolítica; ela é geoeconômica.

Nós estamos falando de uma das maiores potências do mundo que tem a maior produção e exportação de petróleo, de fertilizantes e de gás natural. O que eu quero dizer é que essa guerra que nós estamos vendo pelas janelas virtuais da nossa TV chegou de forma real, dentro das nossas casas, no Brasil e mundo adentro.

Eu trago aqui, portanto, a seguinte pergunta: não haverá *bunker* que irá nos proteger. Poderão alguns ter dinheiro para comprar, mas podem não ter o que comprar, porque nós estamos diante – e eu venho do agronegócio, de um estado que produz, que já teve o maior rebanho de gado bovino do



Brasil, quicá do mundo –, estamos sentindo o desespero do agronegócio, porque não tem certeza de ter fertilizantes para a próxima lavoura de outubro, novembro, dezembro. O material bélico, portanto, russo não se restringe ao equipamento de ponta mais moderno que existe no que se refere a mísseis de última geração; nós estamos falando de algo que impacta a produção de alimentos no mundo. Hoje, são 800 milhões no mundo que passam fome; 27 milhões só no Brasil. A pergunta que eu deixo é: quantos bilhões serão no mundo; quantos milhões a mais serão no Brasil?

Nós podemos estar, se essa guerra não terminar – e não terminar com urgência –, nós podemos estar diante da maior catástrofe, da maior catástrofe humanitária! E essas não são palavras minhas. O *The New York Times* dá conta de que, abro aspas: "Do Brasil ao Texas, safras estão sendo ameaçadas, projetando o aumento mundial da fome", o que a ONU já anuncia como, entre aspas, "catástrofe". Mais, matéria na *Folha* de hoje informa que os brasileiros podem ficar sem fertilizantes, porque têm garantidos apenas 28% das suas necessidades.

Os reflexos para o plantio já chegaram nas gôndolas dos supermercados – inflacionado. Se hoje podemos ainda comprar alimentos, milhares de brasileiros trabalhadores que compravam, centenas de milhares, já não podem mais comprar. Têm que escolher entre o óleo de cozinha e o arroz, ou entre o arroz e o feijão, e o botijão de gás.

Então, essa guerra, Senador Omar Aziz, ela não é – repito pela terceira vez – mais vista pela janela virtual das nossas TVs. Ela entrou, de forma real, dentro das nossas casas, no Brasil e no mundo adentro. Eu digo isso, Sr. Presidente, para reforçar aqui uma denúncia. Lembrem que eu fiz a denúncia do UFN3, em Três Lagoas. Eu doe 52 hectares, Senador Omar Aziz, de terra para construir...

(*Soa a campanha.*)

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina. Na época do petróleo, a Petrobras quase quebrou, paralisou e agora ela vendeu, depois de muito tempo, para a Rússia – pasmem! –, para uma empresa russa, para não fazer fertilizantes; para misturar fertilizantes da Rússia que não existem. Ontem, o Presidente assinou *ad referendum* – e eu agradeço, Presidente – um requerimento aprovado por esta Casa.

As perguntas que eu deixo para o Ministro de Minas e Energia e para o Presidente da Petrobras: por que vendeu? Por que não terminou e produz? Porque tem gás, entrega fertilizantes. Essa fábrica vai dobrar – dobrar! – os fertilizantes nitrogenados produzidos no Brasil. Ah, não quer produzir? Por que não terminou e vendeu, de uma forma ampla, para petroquímicas brasileiras?

E aqui vem a denúncia que eu faço e o fato novo que eu apresento, Sr. Presidente: eu estive conversando com algumas petroquímicas. É gravíssimo o que eu vou dizer...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assumo a responsabilidade do que eu vou dizer. Disseram-me, e a FUP, a federação da união petroquímica da Petrobras, a FUP me fez essa mesma afirmação: essa fábrica está sendo vendida barata, está sendo vendida sem a cláusula exigindo que a Acron termine a fábrica de fertilizantes. E mais, a pergunta é: há alguma cláusula ali dizendo que esses equipamentos, que são os mais modernos do mundo, não vão ser depois destruídos, no sentido de desmontados e levados para a Rússia?

Isso é crime de lesa-pátria, Senador Nelsinho. Não há nada mais grave do que isso, não há nada mais sério do que isso. Isso mostra a falta de planejamento do Governo, a falta de competência, a insensibilidade da Petrobras, o total desconhecimento da Petrobras, que é nossa, é do povo brasileiro. E, no momento em



que nós mais precisamos, a Petrobras vira as costas para o povo brasileiro, primeiro, com a gasolina e o diesel ao preço em que estão.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabemos que é uma questão de mercado, mas que o Governo tinha e tem condições de dar uma solução, pelo menos temporária, até o final do ano. E eu não estou falando de intervenção no domínio econômico, porque eu entendo que o mercado tem que ser livre, mas é nesses momentos em que a Constituição permite que nós tenhamos mecanismos e instrumentos para, de alguma forma, subsidiar e proteger dos caminhoneiros a aqueles que utilizam o transporte público e o transporte privado como meio de locomoção e do ganha-pão.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que o Senado está fazendo a sua parte. V. Exa. já mandou o requerimento para informações. Amanhã teremos, fruto de um requerimento da Senadora Rose de Freitas, um debate sobre esse tema, mas eu quero já anunciar aqui: eu nunca, Senador Randolfe, nunca, na minha vida – eu sou advogada –, eu nunca acionei o Supremo Tribunal Federal para nada, e faço política há mais de 20 anos! Aliás, faço política há 35 anos, desde a minha juventude, pelas Diretas Já...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu nunca acionei o Supremo Tribunal Federal, mas, se a Petrobras assinar esse contrato com o Acron, cometendo crime de lesa-pátria, eu, com a legitimidade de Prefeita que fui, que peguei dinheiro do meu município, que quase não tinha, e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para que a Petrobras construísse uma fábrica de fertilizantes, eu vou entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal, porque os responsáveis vão ter que ser punidos por estarem dilapidando um patrimônio público e, mais do que isso, estarem tirando a oportunidade de termos safra em abundância, produtos menos inflacionados e comida na mesa do trabalhador brasileiro.

Eu encerro com uma frase, Sr. Presidente, de Benjamin Franklin, que reputo das mais importantes, um dos maiores líderes da Revolução Americana no século XVIII. No seu livro, cujo título dispensa qualquer comentário, Senadora Zenaide, *Os Pensamentos são mais Poderosos que os Exércitos...*

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... disse ele, um dia: "Se as cidades forem destruídas e os campos forem conservados, as cidades ressurgirão, mas, se queimarem os campos e conservarem as cidades, estas não sobreviverão".

O Brasil e o mundo dependem da agricultura, da pecuária do Brasil e de países produtores de *commodities*, como o nosso. Hoje nós somos dependentes da Rússia para produzir fertilizantes e colocar comida na mesa da população; 800 milhões no mundo passam fome; 27 milhões no Brasil passam fome. Terminando fazendo a seguinte pergunta: num futuro próximo, quantos milhões de famintos serão no Brasil; quantos bilhões serão no mundo?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Nós temos uma lista de oradores.

Senador Randolfe, pela ordem.



**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Pela ordem, só que, na verdade, iria pedir um aparte no âmbito do pronunciamento da Senadora Simone, mas só aproveitando rapidamente. A denúncia, Senadora Simone, a denúncia que V. Exa. traz aqui só reforça a importância da audiência pública que teremos amanhã com a Ministra Tereza Cristina e com o Ministro Carlos França, não só pelos erros da diplomacia brasileira quanto à relação Rússia e Ucrânia, mas também pelo grave dado que foi trazido, agora, à tribuna para ser questionado à Ministra Tereza Cristina.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite apenas para complementar, porque amanhã eu vou estar numa outra audiência, no mesmo horário? (*Pausa.*)

Só para dizer – e vou ligar para a Ministra Tereza Cristina, sou amiga, até para alertar –, o grande discurso do Governo é que a Bolívia não tem condições de oferecer 2 milhões de metros cúbicos para essa fábrica, que é jabuticaba, que é colada a Fertilizantes, na divisa com o Estado de São Paulo. Nós não podemos esquecer que a Petrobras tem um contrato de 20 milhões de metros cúbicos; ela pode tirar um pouquinho daqui, outro dali. Mais grave, ou melhor, pelo menos isso é uma boa notícia: nós temos gás natural. Então, a Petrobras não faz, porque não quer. Só apenas para alertar que isso vai ser dito.

E eu gostaria, Senador Randolfe, que V. Exa. pudesse, em meu nome, dizer que não é verdade. Eu conheço esse assunto, estou nessa luta há 12 anos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar pela solenidade; muito bem acompanhado V. Exa. estava hoje. Até me privei de ir, mas conversei com o Senador Alexandre particularmente e disse da importância do evento de hoje, em homenagem às mulheres aqui, com presença significativa de representatividade das mulheres. Parabéns, primeiro, pela sua iniciativa, iniciativa do Senado Federal, comandada tão bem por V. Exa.!

Em segundo, essa questão da Senadora Simone Tebet e do Senador Randolfe. Senador Randolfe, o Amazonas tem a maior mina de potássio, uma das maiores do mundo, e tem gás, tem o gasoduto. O que é o fertilizante? NPK: nitrogênio, potássio e fósforo.

Hoje poderia haver... E eu não vou falar só deste Governo, porque o desmonte da Petrobras, a venda da BR, a venda de todas as suas plantas em terra firme de produção de petróleo e gás está sendo feita e sendo questionada pelo Cade em alguns casos, mas o que mais nos espanta é porque não é de agora. Lá atrás, eu era Governador, tive uma reunião com a ex-Presidente da Petrobras, a Sra. Graça Foster, e ela fez ouvido de mercador. Todo mundo sabe da minha posição em relação ao Governo Bolsonaro, não é segredo, mas eu não posso dizer que essa questão começa nesse momento. Quero deixar claro que houve, ao longo do tempo, um verdadeiro desmerecimento ao que nós temos. Agora está se discutindo exploração de minério por empresas internacionais. Lógico que a gente não vai permitir isso, até porque nós temos que, se tiver que explorar, tem que haver uma estatal com responsabilidade ambiental, com uma série de coisas.

A Petrobras está numa política. Ela vendeu Rio Grande do Norte, vendeu Bahia, vendeu Amazonas, está vendendo onde há gás e petróleo.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas o pior de tudo





é que chega a esse momento e a gente ouve um relato desse de uma pessoa que tem conhecimento, que participou, e nos preocupa bastante. Esse é um caso que eu queria colocar.

Segundo, ontem tomamos conhecimento, eu e o Presidente, de que a Petrobras reduziu e comunicou às distribuidoras que iria reduzir o repasse para as distribuidoras de gás, diesel e gasolina. Para quê? Ter estoque e aumentar o preço; outra política deste Governo. Então, não é uma questão isolada, são muitas questões. E o pior de tudo é que, depois de 48 horas, Sr. Presidente – faço o apelo a V. Exa., como Presidente desta Casa –, o Ministro da Educação não tem mais condições de ficar nesse cargo, e muito menos o Presidente do FNDE.

Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, hoje, com R\$400 milhões...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... em torno de 10 mil obras que estão paralisadas, porque o FNDE só prioriza aqueles amigos do rei e amigos da rainha!

E, ali, nós sabemos o que está acontecendo! É necessário fazer uma investigação profunda.

Há pouco, o Senador Alessandro Vieira propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu vou assinar, não vou participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas temos que colocar a limpo. Existem creches inacabadas, escolas inacabadas, existem quadras inacabadas no interior afora do Brasil. E, com pouco ou quase nada, se resolveria esse problema das obras inacabadas!

E o que faz o FNDE? O que faz o Ministro da Educação? "Olha, não, esse pessoal aqui é nosso amigo, através dele, nós vamos liberar recurso."

Qual é a prioridade? A prioridade são os amigos do rei, quem está apoiando.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Isso é compra de voto. Isso é o que existe de pior na política.

E ainda questionam Parlamentares que fazem emendas.

O Senado não pode se calar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... principalmente em relação a essa área.

Eu faço este apelo, Sr. Presidente: o Ministro da Educação não tem condições de ficar no cargo em que está, o Presidente do FNDE não tem condições de estar no cargo em que está, porque são dois que estão ali, mancomunados, para entregar recursos da educação a quem for fazer campanha para aliados deles.

E nós vamos investigar isso, sim! Vamos investigar de uma forma ou de outra.

Espero que, se o Executivo não tomar providência, aos pedidos feitos pelo Senador Randolfe a Justiça possa atender – não atender ao Randolfe, não atender ao Senado, mas atender à população brasileira, que clama por justiça, por aqueles que não têm o direito, hoje, de frequentar uma escola. Por quê? Por causa desse tipo de brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, como orador, Senador Lasier Martins.

Estamos em processo de votação nominal.

Alguns Senadores ainda não votaram: Senador Angelo Coronel, Senador Jorginho Mello.



Próximo orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.)

– Quero, nesta oportunidade, tornar público e pedir que V. Exa. despache o mais rapidamente possível – dei entrada; na verdade, não dei, pessoa física, mas Senadores de Santa Catarina subscrevem – o PLP 35, que já tem número, deste ano, assim como os Deputados Federais de Santa Catarina subscrevem projeto semelhante na Câmara os Deputados que opera a seguinte alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Usando o processo indutivo, eu vou contar o caso para apresentar o tipo de lei, uma lei genérica; portanto, abrangente.

O Estado de Santa Catarina está transferindo ao Governo Federal R\$465 milhões para apressar a execução de obras federais no nosso estado. Trata-se da BR-280, BR-470, BR-282, BR-285 e BR-163.

Recursos do Governo do estado, que não foram obtidos por empréstimo, foram retirados do Tesouro do estado. Para quê? Para que o Ministério da Infraestrutura, através do Dnit, dê a estas obras, que estão em andamento, um ritmo minimamente razoável. Ou seja, neste momento de orçamento apertado, o Governo do estado está colocando dinheiro seu, nosso, dos catarinenses, para apressar essas obras que são cruciais na nossa infraestrutura e na nossa logística.

Diante disto, o que me parece justo? Se um estado da Federação – agora eu generalizo – coloca recursos com o consentimento, através de um convênio com o Governo Federal, coloca recursos seus para que o Governo Federal apresse obras federais, numa unidade da Federação, é justo para Santa Catarina e para qualquer outro que tenha essa situação que estes recursos, uma vez repassados e aplicados, sejam utilizados para abater a dívida do estado. Se isso não é justo, o que seria? Repito. Se o estado transfere R\$465 milhões seus...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do orçamento do ente federado para que a União invista em obras públicas federais, que ela executa, e faz isso de forma conveniada, ou seja, consentida, essa doação será imoral se não houver algum ressarcimento.

Como nós sabemos que a situação orçamentária da União é uma situação apertada, inclusive com o teto de gastos, então que esse valor seja utilizado para abater a dívida do Estado com a União. Esse é o sentido do projeto e não é nominalmente para Santa Catarina. É um dispositivo que, uma vez satisfeitos esses requisitos, que eu aqui estou resumindo, podem ser estendidos a outros estados federados, até estimulando.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estado federado hoje está vivendo, do ponto de vista financeiro, um momento inigualável na sua história. Nós não temos nenhum estado da Federação e, pelo que eu sei, nenhum município, com compromissos atrasados. Durante a pandemia, graças ao Congresso, o Governo Federal enviou aos estados os recursos financeiros até para recuperar a situação financeira de vários estados do Brasil.

Então, eu queria fazer o anúncio da apresentação deste projeto de lei complementar, repito, assinado por mim, pelo Senador Dário Berger, pelo Senador Jorginho Mello e, na Câmara, pelos 16 Deputados Federais. O projeto, portanto, será convergente, e eu acho que ele beneficia o equilíbrio federativo. Se um estado coloca R\$1 com o consentimento do Governo Federal, transferindo a ele...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o Governo Federal aplique o recurso numa obra federal no estado para apressar essa obra, eu acho que não precisa devolver o dinheiro, mas abater da dívida que o Estado tenha com a União.

Peço por isso, Sr. Presidente, que V. Exa. despache o andamento do projeto, e nós vamos tentar convencer o maior número possível de Senadores, porque me parece um projeto de lei complementar justo, honesto e acima de tudo federativo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Fica registrado o pleito de V. Exa., que será por esta Presidência cuidado.

Obrigado.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Podemos votar?

Podemos encerrar a votação?

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad, pela ordem.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto conclui o painel de votação, gostaria que V. Exa. registrasse, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, inserção em ata de voto de congratulações ao Exmo. Dr. Alexandre Magno Lacerda, pela reeleição como Procurador-Geral da Justiça do Mato Grosso do Sul.

Requeiro ainda que seja enviada a cópia do presente voto, de acordo com os dados anexos da justificção.

Ele foi reeleito Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2022-2024, com 97% da aprovação da classe. O resultado foi divulgado no último dia 21 de março.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

A Presidência defere o requerimento de V. Exa. e o encaminha à publicação na forma regimental.

Todos já votaram?

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 74 Senadores; nenhum voto NÃO. (**Lista de votação - Vide Item 3.1.3 do Sumário**)

Uma abstenção.

Está aprovado o projeto com as Emendas nºs 4 a 6, de redação.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 97/2022-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.3 do Sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.



Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos à autora do projeto, a competente Deputada Jandira Feghali, que está presente no Plenário do Senado Federal e acompanhou todo o processo de votação dessa matéria. Meus cumprimentos. Parabéns pela iniciativa – e ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo, primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, Relator da matéria que teve o seu parecer aprovado com nenhum voto “não”, o que é um registro que deve ser feito por esta Presidência. Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Meus cumprimentos a todos os Senadores.

Anuncio... (*Pausa.*)

O item 4 da pauta é o projeto de autoria do Senador Alvaro Dias e relatado pelo Senador Oriovisto Guimarães, é o Projeto de Lei 423, de 2022.

Houve, por parte da Liderança do Governo, uma solicitação para que, considerando que esse projeto não passou pelas Comissões, pudesse haver uma melhor reflexão em relação ao seu mérito.

Portanto, a Presidência, num acordo feito com o Plenário, retira o projeto de pauta, que, naturalmente, após o esgotamento das negociações entre as Lideranças partidárias, poderá retornar ao Plenário do Senado Federal.

Portanto, fica retirado o item 4 da pauta.

O próximo orador inscrito... (*Pausa.*)

Eu peço a permissão do Plenário. Eu vou anunciar o item extrapauta.

Projeto de Resolução nº 7, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, que altera a Resolução do Senado nº 14, de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida.

O projeto depende de parecer.

Faço a designação da nobre Senadora Zenaide Maia para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Primeiramente, sob o aspecto da constitucionalidade, não verificamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade material ou formal na proposição em análise, tendo sido observados todos os preceitos aplicáveis ao processo legislativo constantes dos arts. 59 a 69 da Constituição Federal.

Sob o ponto de vista da juridicidade e da regimentalidade, a matéria em tela também se mostra plenamente adequada às determinações do ordenamento jurídico brasileiro, bem como aos requisitos aplicáveis à apresentação de proposições, constantes, precipuamente, dos arts. 235 a 240 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, a proposição em análise atende aos requisitos constantes da legislação pátria, especialmente aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, mas a sua redação merece alguns reparos, a fim de evitar interpretações incorretas quanto ao alcance do seu objeto.

De fato, o escopo da frente parlamentar em tela abarca não apenas o controle de armas, mas também o de munições, já que o arcabouço normativo relativo às primeiras está intimamente ligado ao dessas últimas.

A esse propósito, basta consultar a própria legislação que regulamenta a matéria, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, em cuja ementa se lê “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas



de fogo e munição”, razão pela qual propomos a apresentação de emendas de redação a fim de reparar esse lapso do texto original do PRS nº 7, de 2022.

Quanto ao mérito, concordamos plenamente com a justificação apresentada pelos autores, no sentido da necessidade de se instituir uma frente parlamentar que se proponha a discutir o tema do controle de armas de forma abrangente, respeitando a complexidade do assunto e evitando dogmatismos maniqueístas que buscam enquadrar a matéria como um embate entre os “pró-armas” e os “pró-desarmamento”.

Desse modo, entendemos que a criação da Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida contribuirá, de forma decisiva, para a ampliação do debate democrático sobre a matéria, razão pela qual o PRS nº 7, de 2022, merece o apoio das Sras. e dos Srs. Senadores.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 7, de 2022, com as seguintes emendas de redação:

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Resolução nº 14, de 2021, alterado pelo art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2022:

Art. 1º .....

”Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, pela Paz e pela Vida (FP-Controle), com as seguintes finalidades:

I – promover amplo debate sobre o controle de armas e munições no âmbito do Congresso Nacional;

II – formular, aprimorar e apresentar proposições que tratem de providências direcionadas ao controle de armas e munições, bem como ao regulamento das limitações de autorizações para compra, transporte, porte, uso e registro de armas de fogo;

III – promover e difundir, por todos os meios de comunicação social, a conscientização dos benefícios sociais gerados pelo controle de armas e munições.

§1º É assegurada a participação, nos trabalhos da FP-Controle, de legisladores de todos os níveis da Federação, de instituições, de organizações sociais, de entidades da sociedade civil e de instituições policiais e militares interessadas.

§2º A FP-Controle reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro local no território nacional.” (NR)

.....

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2022:

“Altera a Resolução nº 14, de 14 de abril de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, pela Paz e pela Vida.”

É esse relatório, Sr. Presidente. (**Íntegra do Parecer nº 98/2022-PLEN-SF - Vide Item 3.1.5 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

O parecer é favorável ao projeto de resolução, com as Emendas nºs 1 e 2, da Relatora.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, em turno único, nos termos do parecer.



As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de resolução, com as Emendas nºs 1 e 2.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

**(Parecer nº 99/2022-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.5 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Os meus cumprimentos à Senadora Zenaide Maia.

O próximo orador inscrito é o Senador Confúcio Moura. (*Pausa.*)

Senador Confúcio Moura, com a palavra.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.

*Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, boa noite!

Cumprimento os Senadores e as Senadoras.

Vou falar, Sr. Presidente, da covid e das nossas expectativas nos anos de 2020 e 2021.

Parece que nossas profecias iniciais deram certo. Nós pensávamos, há dois anos, que, quando 80% da população brasileira estive com a vacinação completa, com duas doses, a gente reduziria sobremaneira o índice de mortalidade, a ocupação de vagas em UTIs, as hospitalizações, os riscos e tudo mais. É certo que tem acontecido justamente isso. Tem-se reduzido a mortalidade, que ainda é gradativa, estamos vendo. Se não fosse essa variante nova, a Ômicron, nós já estaríamos bem avançados.

E agora, recentemente, Sr. Presidente, parece que houve uma onda geral no Brasil de se tirar a máscara, de se abrir as máscaras, inclusive, em ambientes fechados. Eu creio que a gente deve observar nosso comportamento aqui baseado no comportamento dos outros países. Nós vimos, agora, um aumento de casos na Europa e na Ásia, onde estão voltando os procedimentos iniciais da covid. Eu estou vendo em alguns estados e aqui mesmo, em Brasília, as pessoas sem máscaras em táxis, em ônibus, nas academias de ginástica, enfim, em todos os ambientes fechados, o pessoal muito próximo sem usar máscara.

Eu creio que foi muito impensada essa medida de liberação de uso das máscaras em ambientes fechados.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência.*) – Por outro lado, Sr. Presidente, quero cumprimentar e parabenizar a ação de muitos Governadores, da maioria esmagadora dos Governadores brasileiros e dos Prefeitos, na gestão da pandemia. Houve muita competência. Certo é que houve um sistema de vasos comunicantes em que um copiava o outro, e foi dando certo. Então, a ciência prevaleceu nesse período todo. Realmente, alguns rompantes isolados que houve no Brasil e até, de certa forma, de parte do Governo não foram seguidos pelos Prefeitos e pelos Governadores. Isso foi muito bom.

E a pandemia em si trouxe também medidas muito importantes, atitudes muito importantes e contribuições muito importantes. Por exemplo, a telemedicina passou a ser hoje um ato trivial. As consultas clínicas são feitas à distância, com excelentes resultados. Psicólogos também fazem consultas à distância. O trabalho em domicílio também tem muitos bons resultados para técnicos.

E a educação pós-covid também trouxe para nós ensinamentos importantes de agora para a frente, como a recuperação dos alunos que desaprenderam. Isto é fundamental. A covid nos ensinou muito, e



temos muito o que aprender, inclusive a cuidar dos pacientes com covid longa, dos sequelados que estão aí, cada dia aparecendo novidades em suas vidas, em sua saúde.

Era isto que eu queria falar, Sr. Presidente, e criticar a liberação do uso de máscaras em ambientes fechados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senador Dário Berger com a palavra.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna no dia de hoje para dar voz a milhares de trabalhadores e milhares de famílias que atuam numa das principais atividades econômicas de Santa Catarina, que é a suinocultura.

Os suinocultores independentes, que fazem parte de um setor relevante, de importância ímpar para a economia catarinense e também para a economia do Brasil, vivem hoje uma crise sem precedente na sua história, um dos piores momentos. Para se ter uma ideia, dados da Associação Catarinense de Criadores de Suínos revelam que o preço pago pelo quilo do suíno vivo hoje é R\$5 e o custo de produção passa de R\$8. Granjas estão fechando, produtores estão colocando à venda matrizes e equipamentos após prejuízos recorrentes em 2021 e diante da falta de perspectiva de recuperação para este ano. É um cenário desolador especialmente para os suinocultores independentes, que arcam com todos os custos de produção e não têm perspectiva de que os preços dos insumos, do milho e da soja, vão diminuir.

Enquanto o pequeno produtor está quebrando e sem alternativas para viabilizar atividades que sustentam a sua família, temos um recorde de exportação de carne suína e lucro em ascensão das maiores agroindústrias brasileiras. No ano passado, Santa Catarina exportou 532 mil toneladas, e o Brasil, 1,13 milhão toneladas.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Por videoconferência.*) – Isso mostra a pujança de um país nato na produção de excelência em proteína animal. Na contramão disso está o produtor, amargando uma das maiores crises da história da sua atividade.

Por isso, eu quero aqui erguer a minha voz em nome desses produtores independentes e reforçar o apelo que já foi feito ao Governo Federal e ao Governo estadual. Somos o maior produtor e exportador de carne suína brasileira, maior consumo *per capita* do país, sede das principais cooperativas e agroindústrias instaladas no Brasil, ou seja, o estado é o maior expoente da suinocultura deste país. Não é possível que vamos assistir a essa crise sem apresentar uma alternativa. Não é possível que vamos assistir a essa crise calados. É preciso uma ação política, é preciso que a União, o Governo do estado, o Ministério da Agricultura estendam a mão para essas pessoas e não deixem morrer essa atividade que tem destacada importância para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do Brasil.

É preciso oferecer uma linha de crédito especial, uma repactuação das dívidas de custeio e investimento já contratadas, com menor taxa de juros e prazos mais longos.

Comprar, inclusive, na medida do necessário e do possível, carne suína pelo Governo, para ser fornecida nos programas federais, como o Bolsa Família, por exemplo; disponibilizar também, tentar fazer a disponibilidade do milho da Conab a preços mais acessíveis para o produtor independente.

Enfim, é preciso uma ação urgente, que amenize essa situação atual. Caso contrário, o setor seguirá amargando prejuízos, e diversos municípios catarinenses que dependem dessa atividade sofrerão um impacto impressionante.



Aproveito para registrar meu integral apoio aos amigos produtores catarinenses de Braço do Norte, que se unirão, unirão as suas forças e farão um grande manifesto na próxima terça-feira, dia 29. Será um ato público organizado pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos, para demonstrar a insatisfação com o alto custo de produção e a desvalorização do quilo do suíno vivo e a falta de uma ação política para que o setor tenha uma perspectiva de dias melhores.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, este é um apelo que faço. Não dá mais para esperar. Os Governos Federal e estadual precisam agir e implementar medidas urgentes que garantam a sobrevivência da suinocultura catarinense e, sobretudo, a sobrevivência de milhares e milhares de famílias que dependem efetivamente dessa atividade para viver e para sobreviver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Próximo orador inscrito, Senador Lucas Barreto.

**O SR. LUCAS BARRETO** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para discursar.) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 222 do nosso Regimento Interno, eu quero pedir votos de louvor à nossa briosa Polícia Rodoviária Federal pelos resultados da PRF em 2021.

Só para se ter noção, Sr. Presidente, foram 10,4 milhões de veículos fiscalizados, 75 milhões de maços de cigarros contrabandeados apreendidos, 347 pessoas resgatadas, 42 mil pessoas detidas, R\$9,4 bilhões de prejuízos financeiros estimados ao crime organizado. Foram 237 toneladas de agrotóxicos ilegais apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal, R\$33 milhões apreendidos, mais de 106 mil munições ilegais apreendidas, mais de 11 mil veículos recuperados e mais de 620 toneladas de drogas apreendidas.

Então, é por isso, Sr. Presidente, que, em pesquisa recente, 91% da sociedade brasileira aprova o trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Então, parabéns a todos os policiais rodoviários do Brasil e especialmente lá do meu Amapá.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Lucas Barreto.

A próxima oradora inscrita...

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra pela ordem Líder Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é importante esse registro.

Lá no meu estado, há o Instituto Homem Pantaneiro, muito bem liderado pelo Coronel Rabelo. Firmou uma exitosa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que, sob a presidência do Coronel Marcos de Castro Simanovic, liberou um helicóptero para atuar na região da Serra do Amolar para implementar uma das tecnologias mais modernas do mundo na detecção de focos de calor, protegendo não só a Serra do Amolar, que fica lá no Pantanal, mas também todo o Parque Nacional.

Trata-se de uma tecnologia nova que representa um avanço significativo em uma região importantíssima para o Pantanal e deve prevenir, de forma eficaz, tristes momentos que nos fazem recordar o maior incêndio da história do bioma. Os novos equipamentos vão emitir sinais de alerta em caso de suspeita de focos de incêndio. Nós saímos da dependência da imagem de satélite, que pode demorar até seis horas, para uma detecção de apenas três minutos, Senadora Zenaide, o que permitirá uma abordagem mais rápida e assertiva da Brigada Alto Pantanal.





A instalação dos novos equipamentos de monitoramento conta com o apoio de importantes parceiros, como é o caso do ICMBio e do Ibama – aos quais somos gratos pela parceria – e demonstrados avanços no serviço da preservação do nosso bioma Pantanal.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Fica registrado o voto de aplauso e encaminhado à publicação na forma regimental.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra, como oradora.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui corroborar com o meu colega Confúcio, quando fala sobre a necessidade da máscara.

Nós brasileiros temos o privilégio de essa pandemia nunca chegar primeiro em nós. A Europa e a Ásia estão mostrando o aparecimento de uma nova variante da covid-19 e eu acho, como Margareth Dalcolmo, nossa pneumologista, de experiência, uma mulher combativa durante a covid-19... Ela também acha que a gente não pode estar abrindo mão das máscaras neste momento, que é preciso esperar mais um pouco, porque essa nova variante já está em São Paulo, já foi detectada. Então, vamos evitar. Eu fico pensando se a gente, só com a máscara, não adoecesse. Seria maravilhoso.

Mas hoje eu quero chamar a atenção aqui, falar sobre o retrocesso, no país, da vacinação infantil. O Brasil, um país que já foi modelo de imunização em massa, hoje avança a passos de tartaruga na vacinação de crianças contra a covid. De acordo com dados da Fundação Oswaldo Cruz, 39% das crianças com idade entre 5 e 11 anos receberam a primeira dose e apenas 5% tomaram a segunda dose. Isso é preocupante, porque a gente sabe que a falta de vacinação em uma percentagem da população é que faz com que as variantes apareçam e que, mesmo que não apresente uma doença grave para quem já é vacinado, de qualquer maneira, é uma doença que sobrecarrega um Sistema Único de Saúde que já está com seus trabalhadores cansados, por dois anos de pandemia.

Mas o mais preocupante, senhores, também é em relação a outras doenças. Estamos com a pior cobertura vacinal, Senador Jean Paul, de crianças e adolescentes desde 1987, um retrocesso de três décadas na vacinação e isso é muito sério. Já tivemos surtos de doenças que não víamos mais, como sarampo. Corremos o risco de retorno de outras enfermidades terríveis, como difteria, tétano, coisa de que a gente não tinha conhecimento, e poliomielite.

Essa matéria do Repórter Brasil mostra que a queda da adesão das famílias à vacinação dos seus filhos é o resultado de uma falta de comunicação por parte do Ministério da Saúde. A gente sabe que, mesmo todos os pais e mães sabendo que existem aquelas vacinas que se iniciam na própria maternidade, o Ministério da Saúde tem que fazer campanha, gente. Lembrando que é necessário, sim, vacinar.

A gente sabe que, nesses últimos anos, campanhas educativas caíram pela metade. A gente praticamente não as viu. Segundo o Programa Nacional de Imunizações, no Datasus, a cobertura da vacina tríplice viral, que, em 2015, era de 96% das crianças, caiu para 71% no ano passado. A cobertura da pentavalente, são cinco doenças graves...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e Haemophilus –, caiu de 96% para 68%; a poliomielite, de 98% para 67%.

Gente, chamando a atenção das mães deste país, não deixem de vacinar seus filhos. Eu sei que durante a pandemia houve uma retração, mas não justifica não vacinar. As duas coisas que mais aumentaram a vida média do ser humano foram vacinas e água tratada.



Então, eu queria terminar aqui, dizendo: já que não podemos contar com esse Governo para alertar às famílias, nós aqui do Senado precisamos repetir todos os dias, se necessário: mães, pais e responsáveis, vacinem seus filhos. Procurem um posto de...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... cartão de vacina em dia. As vacinas aumentam a expectativa de vida de um povo.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O Sr. Jean Paul Prates** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Senadora Zenaide, me concede um aparte ainda na saída aí, para lhe parabenizar pela fala e para alertar, em complemento à sua fala sobre as vacinas, que nós estamos num país que, às vezes, me espanta. Não, porque eu não sou da área médica, não sou da área de saúde, mas pelo histórico que qualquer cidadão tem de ver, na televisão, regularmente, na época, havia em jornais impressos também, em rádios, campanhas regulares para conscientizar as pessoas.

E até não é só conscientizar, mas lembrar mesmo que as pessoas precisam se vacinar, porque, às vezes, a pessoa passa um ano, dois, e não percebe.

E, neste Governo, nós estamos... É surpreendente como a gente está superando uma covid, que é a pior pandemia que o Brasil já viveu e que o mundo já viveu, apesar do Governo, porque nós estamos superando isso sem nenhum anúncio de campanha de vacinação. Não me recorde de absolutamente nenhuma campanha por vacinação, pelo uso de máscara, por lavar a mão, por nada. Nesse processo todo, o Governo, que tem a maior influência, o maior poder financeiro de compra de mídia, de espaço publicitário e até de convocação de cadeia nacional...

Ontem – e regularmente temos assistido a isso –, tivemos discurso, em cadeia nacional, por conta do Dia da Água. O Ministro, que é candidato no Estado do Rio Grande do Norte, nosso estado, convoca cadeia nacional de televisão para falar do Dia da Água. Obviamente, uma medida de escada para uma campanha. E não se usa sequer o recurso quanto mais convocações para fazer campanha de vacinação, mas para o Dia da Água, para fazer campanha antecipada, convocou-se o horário nobre das televisões no Brasil. Então, simplesmente, é impressionante, é surpreendente... Não chega a surpreender, mas é impressionante.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Jean Paul Prates** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Ministério Público e outros órgãos, talvez, pudessem até verificar essa desproporção de assuntos completamente aleatórios – claro que não são desimportantes, mas aleatórios –, convocando-se horário gratuito, em cadeia nacional, *versus* a falta completa, absoluta de campanhas de vacinação, que é uma coisa muito mais importante.

No auge da pandemia da covid, nós simplesmente passamos aí sem absolutamente nenhuma campanha dessa. E lembre-se que, na CPI – V. Exa. estava lá também e assistiu a vários depoimentos –, espantosamente, tínhamos campanhas que iam na direção oposta do isolamento, do uso de máscaras etc., etc., etc. No momento em que se começou a relaxar, antes do segundo repique, o governo já dizia: "A economia tem que andar. Vamos embora!" etc. e tal.

Então, é realmente surpreendente, e a sua fala não tem nada de extemporânea, como a do Senador Confúcio também.

*(Interrupção do som.)*



**O Sr. Jean Paul Prates** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não nos descuidemos dessa pandemia e de qualquer outra e de qualquer cuidado, principalmente da vacinação, que está acima de tudo.

Obrigado.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Informação é poder!

Mães do Brasil, informem-se sobre as vacinas. É essencial.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Próximo orador inscrito, Senador Reguffe. Na sequência, a Senadora Soraya Thronicke.

**O SR. REGUFFE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento, eu estou deixando o Podemos e me filiando à União Brasil. Essa é uma decisão estritamente pela questão local do Distrito Federal. Distrito Federal que eu tive a honra de representar como Deputado Distrital, como Deputado Federal e como Senador da República, mandatos com os quais eu posso dizer, com muito orgulho, que representei com dignidade o cidadão do Distrito Federal e honrei absolutamente tudo o que eu escrevi nos meus panfletos de campanha, ponto por ponto!

Sempre digo que as pessoas podem me criticar por qualquer coisa, menos por uma: nos meus mandatos eu honrei e cumpri, ponto por ponto, o que eu escrevi nos meus panfletos de campanha.

Tomo essa atitude hoje visando ajudar a construir um pacto pelo Distrito Federal, uma frente ampla pelo Distrito Federal, que é a Capital da República. O cargo que disputarei não está definido ainda, nós vamos definir mais para frente. Mas eu quero juntar as pessoas de bem desta cidade num grande pacto por esta cidade, fazendo a boa política. E, mais na frente, eu vou decidir qual será o cargo que eu vou disputar nas próximas eleições.

Quero aqui agradecer ao Líder do Podemos no Senado, Senador Alvaro Dias; quero aqui agradecer à Presidente Nacional do Podemos, a Deputada Renata Abreu. Quero aqui agradecer a cada um dos meus colegas da Bancada do Podemos, que sempre me trataram com muita distinção durante todo o período em que eu estive filiado ao partido.

Coloquei para o União Brasil alguns pontos como a autonomia total e a liberdade total de voz, voto e posição, que foi aceita pela direção do partido, preservando a minha autonomia e a liberdade total que terei não só no Distrito Federal como no exercício do mandato.

Coloquei também que quero estar num posicionamento de uma terceira via para o país, e esse será o posicionamento que eu terei.

Mas vou me prender ao Distrito Federal, porque é o Distrito Federal que me fez entrar na política, é a cidade que eu amo, é a cidade que eu quero ajudar em qualquer posição em que eu estiver.

Representei com dignidade essa população e com muito esforço pessoal aqui, nesta Casa, cumprindo a minha obrigação.

Neste momento, eu apresento a minha desfiliação do Podemos e apresento a minha filiação ao União Brasil. Da mesma forma que cumprimentei os meus Colegas do Podemos, cumprimento aqui...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. REGUFFE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF) – ... o Presidente Regional do União Brasil, que está aqui, Manoel Arruda, e os Senadores do União Brasil que estão aqui no Plenário.

Agradeço a benevolência do tempo, Sr. Presidente.

Quero dizer à população do Distrito Federal que eu mudo de partido, mas não mudo de princípios.



Continuo aqui a minha luta por esta população do Distrito Federal; luta que me fez entrar na política e luta que me fez exercer os mandatos sempre tentando representar bem e com toda a dignidade essa população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Reguffe.

Eu gostaria, em nome da Presidência, de manifestar o nosso mais profundo respeito a V. Exa. pelos atributos que V. Exa. tem e pelo que V. Exa. representa na política, sobretudo por sua decência, sua integridade, sua dedicação às causas do Distrito Federal e do Brasil.

E certamente União Brasil se engrandece muito com a sua presença agora no partido. Desejo a V. Exa. muito boa sorte, muito boa sorte também ao partido, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jayme Campos, seus membros. Que seja um partido, como tantos outros aqui dessa Casa, propositivo na busca de construção e de consenso neste país, que precisa muito da nossa união – fazendo um trocadilho com o partido novo de V. Exa. –, juntamente com a paz, com o respeito, com a responsabilidade e com o otimismo para podermos consertar o país e darmos um bom caminho ao nosso Brasil.

Então, muito boa sorte a V. Exa. E conte sempre com este Presidente nas boas causas do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu assisti aqui, atentamente, ao pronunciamento do Senador Reguffe, um amigo que eu tenho aqui no Senado Federal. Antes mesmo de chegar a esta Casa, eu acompanhava o trabalho dele, que é uma referência para pessoas no Brasil inteiro; não apenas aqui no Distrito Federal, que é onde ele tem um trabalho reconhecido muito fortemente, mas no Brasil, Senador Reguffe, onde você também é muito admirado pelas suas posturas, pela sua coerência, pelas suas prestações de conta.

Eu particularmente lhe desejo tudo de bom nesse seu novo desafio através do União Brasil, partido recentemente criado na fusão aí do DEM com o PSL. Eu, como integrante do Podemos, no que pude conviver com você durante esse tempo, vejo que é uma grande conquista do União Brasil. Reconheço que você vai agregar tanta gente boa que já está lá. Mas, por outro lado, eu entendo as suas alternativas para o pleito, porque gente de bem, como o senhor, precisa continuar na política brasileira, e mesmo eu sendo a favor da candidatura avulsa ou independente, é uma bandeira que eu tenho, partido para mim é um instrumento legal para se disputar a eleição, não morro de amores por nenhum partido, nem pelo que eu faço parte hoje, mas acredito que o senhor tem aí um futuro brilhante pela frente.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Que Deus lhe abençoe nessa sua jornada, nessa sua decisão e que o povo aqui de Brasília, do Distrito Federal, tenha o senhor por muito tempo, batalhando pelos interesses do próximo, pelos interesses tanto daqui como do país inteiro, porque o senhor faz uma diferença no Brasil.

Muita paz!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de saudar aqui a presença de Manoel Arruda, Presidente Regional do União Brasil - DF, e receber, no tapete azul, mas com pompas de tapete vermelho, o Senador Reguffe no



União Brasil.

Quando nós começamos, em 2019, quando tomamos posse, éramos quatro. Perdemos os amigos no meio da jornada, e o mandato é do Senador, não é um mandato atrelado ao partido, como é o caso dos Deputados; então, nós temos essa liberdade. Quando a gente fica ou quando a gente sai ou quando a gente vem, a gente vem porque a gente quer, porque a gente tem um propósito verdadeiro, não fica por obrigação; e eu fiquei sozinha, fiquei eu!

Perdemos o Major Olimpio que, nesta semana, faz um ano. Para mim, eu perdi um amigo, um irmão, um grande líder, um grande líder, que, junto com a Senadora Selma, com o Senador Flávio, foi, para nós, uma orientação, um norte e um exemplo de transparência, um exemplo de benevolência; coisas que muitas vezes vocês, no dia a dia, as pessoas lá fora, não sabem porque, com aquele jeitão, o Major Olimpio parecia que era uma pessoa mais, assim, agressiva e era uma pessoa muito doce. Para mim foi muito doído.

No inverno que nós vivemos em nosso partido por um bom tempo, eu fiquei aqui sozinha, segurando, e falei para o Presidente Luciano Bivar: "Eu estou aqui porque eu acredito, eu estou aqui porque vocês têm palavra, eu estou aqui porque vocês não abandonaram os princípios...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Já vou acabar, Presidente.

E, neste momento de tamanha polarização, de tanta divergência, o maior gênio deste país vai ser aquele que conseguir unir as pessoas, porque a desunião já foi plantada. E aí eu tenho que elogiar o Luciano Bivar, elogiar o ACM, elogiar as Lideranças do PSL e do DEM, que conseguiram antever o momento de probabilidade, de grande probabilidade da extinção de partidos pequenos; então, foi a vanguarda. Mais uma vez, na vanguarda, Luciano Bivar se coloca.

E, hoje, nós estamos aqui neste momento, agora, com sete Senadores. Parabéns pela decisão!

O comprometimento nosso é de total apoio em tudo que você desejar, é um comprometimento meu, Soraya, mas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... eu tenho certeza de que o partido vai honrar.

Seja bem-vindo! Desejo-lhe boa sorte. Acredito demais em você. Eu já era sua fã, sua seguidora antes sequer de pensar em ser eleita.

Quero dar as boas-vindas também, agora que o Fabio vai assumir por um tempo o mandato do Senador Jayme Campos: Fabio, seja bem-vindo. É mais uma pessoa que vem para somar, e este time só tem a crescer.

Parabéns, Manoel!

Parabéns, Luciano Bivar!

Parabéns, ACM, Caiado, Antônio Rueda, que construíram este time forte aqui no Distrito Federal. Acredito muito neste time.

Acredito muito em você, Reguffe!

Muito obrigada.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, serei rápido.

Primeiro, quero registrar aqui a presença do meu suplente de Senador, o caro amigo Fabio Garcia. Estarei licenciando-me no próximo dia 30, e ele vai assumir por 121 dias o cargo de Senador da República do Estado de Mato Grosso. Jovem, promissor na política do estado, já foi Deputado Federal. Tenho a primazia de tê-lo como primeiro suplente da nossa chapa.

Aproveito para comunicá-lo de forma oficial. Evidentemente, encaminharei todos os documentos necessários para que não só me licencie, mas, acima de tudo, para que o Senador Fabio Garcia, com certeza, fique habilitado para, no próximo dia 5, numa sessão aqui no nosso Senado, ser empossado, naturalmente, pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Desejo ao companheiro Reguffe boas-vindas ao nosso União Brasil, na certeza de que o senhor vai engrossar as fileiras do nosso partido, liderado e capitaneado pelo Manoel. Vejo, assim, a possibilidade de construirmos um grande projeto, sobretudo através do União, através, com certeza, daquelas pessoas de bem que possam fazer um trabalho sério, exitoso em favor da população da nossa querida Brasília.

V. Exa. tem uma história: foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal e, aqui nesta Casa, fez um trabalho, com certeza, de que todos nós nos orgulhamos, como Senador da República, representando o nosso Distrito Federal!

Dessa maneira, querido amigo Reguffe, seja bem-vindo! Tenha, na figura do Senador Jayme Campos um grande aliado, na certeza absoluta de que, juntos, poderemos construir não só uma Brasília melhor, mas, acima de tudo, um Brasil com mais perspectiva, com mais justiça social.

V. Exa. tem história, e essa história, com certeza...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... continuará sendo escrita com letras de ouro em favor e em defesa da sociedade brasileira.

Um abraço.

Que Deus o abençoe nesta nova caminhada!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Fazendo coro às palavras de V. Exa. em relação ao Senador Reguffe, também o faço em relação ao nosso próximo e recém-empossado em breve, Senador Fabio Garcia.

Fomos colegas na Câmara dos Deputados, fomos colegas de partido na Câmara dos Deputados. Sou testemunha da sua capacidade de aglutinação, da sua capacidade de ser um Parlamentar dedicado a boas iniciativas. Certamente, vai somar muito conosco.

Evidentemente, todos nós vamos ficar com muita saudade e sentir muita falta do nosso Senador Jayme Campos neste período, mas estará muito bem substituído pelo Senador Fabio Garcia.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos,

Com a palavra, Senador Líder Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero também manifestar o meu carinho, a minha admiração pelo Senador Jayme Campos, que nos deixa. Mas tive o privilégio também, como V. Exa., de participar na Câmara com o Fabio, um garoto que tem um futuro imenso, muito articulado e muito competente. Então, boas-vindas!

É um pouquinho diferente, Wellington, nós já fomos Deputados juntos. Mas, Jayme, parabéns pelo seu trabalho, você realmente é uma referência para nós aqui no Congresso.



E quero, em especial, Presidente, falar aqui do meu amigo Reguffe, que para nós sempre foi uma referência aqui no Distrito Federal, muito bem votado, em 2014, fez um excelente trabalho, é uma pessoa que realmente coloca Brasília acima dos interesses partidários, pessoais. Então, todos nós, como a Soraya falou aqui, temos — viu Reguffe? —, por você, uma admiração muito grande, e precisamos de você, realmente, para que possamos mudar esta cidade, mudar este país, e começando aqui pela capital da República.

Então, eu quero aqui, primeiro, dizer da minha satisfação, de conviver com você neste período todo aqui, da minha admiração. Estamos conversando, e espero que a gente possa construir junto, uma proposta diferente para o Distrito Federal. O DF já podia ser, há muito tempo, um modelo para o país, e eu tenho certeza de que nós abriremos mão de qualquer interesse pessoal e partidário, para, juntos, mudarmos uma situação...

Brasília sempre foi conhecida, Senador Wellington, como a capital da esperança, a capital das oportunidades. E foi com essa esperança que nós viemos para Brasília. Então, se estamos aqui hoje, é porque nós acreditamos nisso realmente, mas precisamos resgatar isso. Nós temos hoje mais de 400 mil desempregados. A cidade cresceu acima do que era planejado. São 3,1 milhões de habitantes.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E mais 2 milhões em volta.

Então, a responsabilidade é nossa e da Leila também, que é uma pessoa que a gente admira muito, e a gente tem conversado muito, espero que a gente possa construir junto um projeto que esteja acima de tudo e que seja bom para...

Sucesso! Parabéns, Manoel, pela sua articulação. Manoel, também, um jovem Presidente do União Brasil, que vai, com certeza, trabalhar em conjunto aqui, para que a gente possa realmente fazer um projeto em que a gente possa unir forças para mudar essa situação.

Era isso Presidente.

Sucesso para você, Reguffe. Sucesso para o Manoel.

Fabio, estamos juntos aqui. Parabéns para você.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Nosso registro de boas-vindas também ao Presidente Regional do União Brasil do Distrito Federal, Manoel Arruda.

Seja muito bem-vindo ao Senado Federal.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Todos nós queremos aqui saudar, os companheiros. O Presidente Manoel, agora, que faz essa conquista de levar um dos Senadores mais atuantes, pessoa extremamente séria que temos aqui no Senado.

Então, Senador Reguffe, tenho certeza de que é uma decisão amadurecida. V. Exa. conhece muito bem como é a política, como fazer a política e, principalmente, a política sadia.

Todos nós aqui o respeitamos muito e, com certeza, essa decisão é importante para sua vida, mas é um passo extremamente importante para o Distrito Federal, também, e para todos aqueles que são os



seus admiradores. Da mesma forma, eu quero aqui, Senador Izalci e Senador Jayme Campos... O Senador Jayme Campos já anunciou aqui, então, desta tribuna, que o nosso companheiro e amigo Fabinho Garcia – tão querido, chamado de Fabinho Garcia – irá assumir aqui o Senado da República nestes próximos dias.

O Fabinho é neto de um ex-Governador, uma figura extremamente importante no nosso estado, o Garcia Neto, com toda a sua família, a sua avó, Lígia, que está com quase 100 anos, não é Fabinho? Ela, com toda a sua energia da idade, mas ainda também com a mesma inteligência, e sempre é uma grande conselheira. O Berinho Garcia, que é pai do Fabinho, é meu amigo, meu companheiro.

Então, eu quero dizer, Fabinho, que todos nós vamos recebê-lo aqui não só de braços abertos, nós vamos recebê-lo aqui com um grande abraço dado a sua competência. Sei que V. Exa. chegará aqui no Senado da República com toda a sua inteligência, uma das pessoas mais preparadas, principalmente na área de energia deste país. Eu tenho certeza de que V. Exa. fará um grande trabalho pelo Brasil e por Mato Grosso.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aqui o Senador Jayme Campos, que é o nosso Líder maior, chefe. Então, ele tomou a decisão e, claro, eu creio que também é uma decisão em cima de um compromisso, de uma oportunidade que ele está permitindo aqui que um jovem possa assumir o Senado da República. Então, lá, inclusive, Senador Jayme, meus filhos, com ciúme, dizem que ele é meu filho preferido, porque tanto eu elogiei o Fabinho, num evento público, em que eu disse que ele era o meu filho preferido. Mas, com certeza, Senador Rodrigo Pacheco, teremos aqui no Senado uma das figuras mais brilhantes, e mais competentes, e mais preparadas realmente para estar nos ajudando nesse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado. Não tenho dúvida disso, Senador Wellington Fagundes.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, quinta-feira: sessão de debates temáticos, às 10h, destinada a discutir as causas, a situação e os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia, e suas consequências para a economia; sessão deliberativa semipresencial do Senado Federal, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como estou aqui com o Deputado Hugo Leal, que foi o Relator do Orçamento, eu quero registrar a presença do Deputado Hugo Leal e agradecer antecipadamente também o trabalho que ele está fazendo em ajuda ao Estado do Mato Grosso.

Hoje nós estivemos com o Senador Jayme Campos, também com o Deputado Fabinho, com as três universidades, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis e também o Instituto Federal de Educação Tecnológica. E nós estamos trabalhando exatamente juntos, para concluir as obras, principalmente de creches no Mato Grosso. Lá em Várzea Grande, a cidade do Senador Jayme Campos, há o *campus* da Universidade Federal, o Instituto Federal de Educação Tecnológica, com obras que já demandam há muito tempo. Então, há esse trabalho conjunto.

E hoje nós estivemos também com o Ministro da Educação, e amanhã teremos uma outra reunião. E o Ministro, com toda a sua equipe, com todos os seus secretários, já sinalizou a liberação desses recursos extremamente importantes para o Mato Grosso, já que o Estado de Mato Grosso é um estado em desenvolvimento, um estado em que chega gente de todos os lugares, um estado que tem aumentado muito a produção agropecuária, que tem sido a solução principalmente como segurança alimentar para a cesta





básica do brasileiro e até para a exportação. Nesse momento em que estamos vivendo uma guerra, sem dúvida nenhuma, produzir alimentos é estratégico para o Brasil e para o mundo.

Então, eu agradeço aqui ao nosso Relator, Hugo, e também, claro, a todos os companheiros da Comissão de Orçamento, e a V. Exa., como Presidente, que tem também nos ajudado muito nesta área.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –  
Muito obrigado, Senador Wellington.

Seja muito bem-vindo, Deputado Hugo Leal, Relator-Geral do Orçamento.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária

**23ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas**  
**Presenças no período: 23/03/2022 08:00:00 até 23/03/2022 19:48:00**  
**Votos no período: 23/03/2022 08:00:00 até 23/03/2022 19:48:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	SE	Alessandro Vieira	X	X
PSD	MG	Alexandre Silveira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
MDB	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayne Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X

Emissão 23/03/2022 19:49:58





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa Ordinária

**23ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas**

**Presenças no período: 23/03/2022 08:00:00 até 23/03/2022 19:48:00**

**Votos no período: 23/03/2022 08:00:00 até 23/03/2022 19:48:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSL	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
PL	RO	Marcos Rogério	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X

***Compareceram 77 senadores.***



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23<sup>a</sup> SESSÃO**

## **DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**

### **Projeto de Lei nº 4287/2020**





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 4287, de 2020**, que *"Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001; 002

**TOTAL DE EMENDAS: 2**



[Página da matéria](#)



**PL 4287/2020**  
**00001**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 4.287, de 2020)

Dê-se ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, proposto na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

VI – o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nas ações pertinentes às políticas de segurança, definidas juntamente com as instituições da sociedade civil que dispõem de conhecimento e atuação sobre o tema, e implementadas em conjunto com os órgãos e instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal responsáveis pela rede de prevenção e de atendimento das mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência em situação de violência.”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Antes de mais nada, queremos deixar claro que, se propomos esta Emenda à proposição, é porque nela vemos mérito e gostaríamos de vê-la aprovada.

Mas as condições ideais de sua aprovação não poderiam deixar de incluir as inúmeras instâncias da sociedade civil que, hoje, em todo o território nacional, estão empenhadas na causa da luta pelo atendimento às mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência expostos a situações de violência. Não há a menor razão para que não integremos equipes e conhecimentos e governo e sociedade civil, tudo isso no espírito da Constituição Federal. A melhor maneira de combater a violência contra a mulher inclui, portanto, a simultaneidade do enfrentamento à violência contra os demais vulneráveis da sociedade, porque essas formas covardes de violência estão, elas próprias, integradas.

Há algumas décadas que se acumulam conhecimentos preciosos, em instituições da sociedade civil, para a tomada de decisões adequadas e pertinentes a uma Política Nacional de Segurança Pública e



Defesa Social. Esta Emenda objetiva institucionalizar o uso dessas informações e dessas capacidades, o que não pode senão aumentar as chances de alcançarmos o objetivo, a saber, a redução e, por fim, a desapareção da violência contra mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência.

São essas as razões pelas quais pedimos aos nobres e às nobres Pares apoio a esta Emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL

**PL 4287/2020**  
**00002****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4287, de 2020)

Altera o inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

**VI - o Plano Nacional de Proteção e Defesa da Mulher em Situação de Violência**, nas ações pertinentes às políticas de segurança, implementadas em conjunto com os órgãos e instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal responsáveis pela rede de prevenção e de atendimento das mulheres em situação de violência.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher no rol de instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Ocorre que, no âmbito do Ministério da Justiça, já existe o **Plano Nacional de Proteção e Defesa da Mulher em Situação de Violência**, com programas e estruturas consolidadas. Neste sentido, a presente emenda pretende substituir o nome do Plano, de modo a fortalecer a iniciativa já em funcionamento, ao invés de criar um plano novo e que pode eventualmente ter conflito no futuro com esse já em andamento.

Peço apoio dos nobres pares para a aprovação da referida emenda.

Sala das Sessões,

Senadora Rose de Freitas







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 218, DE 2022

Retirada da Emenda nº 2-PLEN, apresentada ao PL nº 4287/2020.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)



  
SF/22067.93900-93 (LexEdit\*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da emenda 0002 de minha autoria apresentada ao PL 4287/2020

Sala das Sessões, 23 de março de 2022.

**Senadora Rose de Freitas**  
**(MDB - ES)**





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº 94, DE 2022-PLEN/SF**

Do PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

RELATORA: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 4.287, de 2020, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

A proposição é composta por dois artigos.

O art. 1º inclui inciso VI no art. 8º daquela lei, prevendo que o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher se torna meio e instrumento para a implementação da PNSPDS, nas ações pertinentes às políticas de segurança implementadas em conjunto com os órgãos e instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal responsáveis pela rede de prevenção e de atendimento das mulheres em situação de violência.



SF/22716.95681-95



O art. 2º, por sua vez, prevê vigência imediata para a lei resultante da matéria.

No entendimento da autora da proposição, Deputada Margarete Coelho, a inserção do inciso VI é necessária e urgente, pois se tornará política de Estado com ações que sobrevivam a intempéries de governos. Pondera, ademais, que, embora a Lei nº 13.675, de 2018, tenha trazido grandes avanços na institucionalização da segurança pública no Brasil, não apresenta a previsão de um plano que contemple ações e estratégias específicas para a situação de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Na tramitação original definida no Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Segurança Pública e, na sequência, seguiria para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Inicialmente, foram apresentadas duas emendas à proposição. Contudo, tendo em conta a retirada de pauta de uma delas, a Emenda nº 1- PLEN será relatada e analisada adiante.

## II – ANÁLISE

O PL nº 4.287, de 2020, será apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta as sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Não identificamos vícios na matéria, nem encontramos falhas na proposição ao realizar a análise que toca à técnica legislativa e, da mesma forma, não identificamos problemas no que se refere à regimentalidade e à juridicidade. Finalmente, não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal ou material. A proposição não é autorizativa e não redesenha nem cria órgãos na administração pública – sem invadir, portanto, tema reservado ao Poder Executivo. Por tal razão, somos do entendimento de que sua iniciativa insere-se dentre as prerrogativas do Poder Legislativo.

No mérito, parece-nos proposição adequada e que se coaduna com o espírito e orientação presentes na Lei nº 13.675, de 2018. Tenha-se em conta a necessidade e a prioridade de que ações específicas, em matéria de segurança pública, sejam dedicadas ao combate à violência contra a mulher. Trata-se de



SF/22716.95681-95



espécie crescente de crime contra a vida e a dignidade femininas, de forma que não se lhe pode atribuir importância menor.

Por tais razões, votamos favoravelmente ao projeto.

Foram apresentadas duas emendas à proposição.

A Emenda nº 1-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, introduz o trecho “definidas juntamente com as instituições da sociedade civil que dispõem de conhecimento e atuação sobre o tema” e inclui as redes de proteção às crianças, pessoas idosas e com deficiência em situação de violência. Ela traz, portanto, a previsão e a ampliação de participação da sociedade civil, o que consideramos extremamente meritório. É relevante a iniciativa da senadora Rose de Freitas de não esquecermos das pessoas idosas e com deficiência e das crianças em políticas públicas dessa envergadura.

Devemos observar, contudo, que o acolhimento de tal Emenda, por alterar de maneira significativa o alcance do projeto, implicaria sua devolução à Câmara dos Deputados. E, neste momento histórico tenebroso, em que as vidas de tantas mulheres são ceifadas cotidianamente, não parece prudente que se aguarde ao menos mais um par de anos para que o projeto seja finalmente aprovado pelo Congresso Nacional.

A violência contra a mulher é um drama gravíssimo em nosso país. Queremos parar esse relógio brutal, que registra que uma mulher é assassinada no Brasil a cada duas horas. Todos os dias, 12 mulheres perdem a vida. Estatísticas apontam ainda que a cada dois segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal em seus lares, em seus locais de trabalho e de estudo, e nas ruas das cidades brasileiras. Mesmo com a Lei Maria da Penha, o nosso marco legal mais importante, em vigor desde 2006 para combater a violência contra as mulheres, o Brasil ainda é responsável por 40% dos crimes de feminicídio na América Latina.

E devemos ter em conta, sobretudo, que a redação atual do projeto não impede que a administração pública, ao dar eficácia à nova lei, faça valer a participação da sociedade civil. Na realidade, tal participação é esperada.



SF/22716.95681-95



4

Por seu turno, a Emenda nº 2-PLEN, também da Senadora Rose de Freitas, mas já retirada de pauta, alterava o nome do plano, chamando-o de “Plano Nacional de Proteção e Defesa da Mulher em Situação de Violência”.

### III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.287, de 2020, e pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



# **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2753/2021**



## PARECER Nº 95, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.753, de 2021, do Senador José Serra, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e o PL nº 2.753, de 2021 (Substitutivo-CD) (PL nº 2753/2021, PL nº 2753/2021), que altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.*



Relatora: Senadora **ELIZIANE GAMA**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 2.753, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD), que *altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.*

O art. 1º da proposição define o escopo da norma a ser editada, enquanto seu art. 2º confere nova redação ao *caput* do art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que suspende a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).





Com a nova redação, a suspensão da obrigatoriedade é prorrogada em seis meses, ou seja, seu prazo final é estendido de 31 de dezembro de 2021, para 30 de junho de 2022. Também são assegurados os repasses dos valores financeiros contratualizados na sua integralidade, além de ser fixado o termo inicial da suspensão para o dia 1º de março de 2020.

O art. 3º, cláusula de vigência, estabelece que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

O texto ora analisado decorre da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PL nº 2.753, de 2021, do Senador José Serra, encaminhado pelo Senado Federal em outubro do ano passado. A Casa revisora acolheu a matéria originária do Senado na forma de um substitutivo, que agora retorna à apreciação da Casa iniciadora.

A proposição encaminhada pelo Senado promove a inserção de um art. 2º-B na referida Lei nº 13.992, de 2020, garantindo o repasse dos valores financeiros contratualizados na sua integralidade durante o período de suspensão das metas de que trata a lei, sem alterar esse período, contudo.

Dessa forma, o PL nº 2.753, de 2021 (SCD), mantém o comando normativo aprovado pelo SF e acrescenta ao projeto original a prorrogação em seis meses do prazo de suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas.

O PL nº 2.753, de 2021 (SCD), não foi objeto de emendas.

## II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, segundo o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora. Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que *regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota*, o PL nº 2.753, de 2021 (SCD), será apreciado apenas pelo Plenário.

Consoante os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e o substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas. Logo, nesta fase de

sj2022-02484



SF/2022.78305-89



tramitação do PL nº 2.753, de 2021 (SCD), cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhe sendo permitido promover modificações nos dispositivos já aprovados.

Antes de abordar o mérito da alteração legislativa ora discutida, é preciso contextualizar o tema e discorrer brevemente sobre o diploma legal objeto da modificação. Conforme tivemos a oportunidade de apontar por ocasião dos trabalhos de relatoria do PL nº 4.384, de 2020, e do PL nº 2.753, de 2021, a edição da Lei nº 13.992, de 2020, foi fundamental para garantir a sustentabilidade dos prestadores de serviço contratados pelo SUS no contexto da pandemia de covid-19.

Com efeito, a expressiva mudança ocorrida no perfil de atendimento dos serviços de saúde não poderia ter sido prevista em nenhum contrato. Consultas médicas de diferentes especialidades, procedimentos eletivos, exames complementares e diversas outras ações de saúde foram suspensas em virtude do verdadeiro caos provocado pela pandemia em nosso meio e do direcionamento de todos os esforços para a mitigação dos efeitos da doença.

Nessa situação caótica, tornou-se impossível para os prestadores de serviço cumprirem as metas contratualizadas de realização de cirurgias, biópsias, endoscopias etc., o que poderia dar ensejo à imposição de sanções por parte da administração pública. Sensível às necessidades dessas entidades, o Congresso Nacional não apenas aprovou a suspensão da exigibilidade do cumprimento das metas, mas também promoveu prorrogações na vigência da medida, em função da continuidade da pandemia e dos seus efeitos sobre aos serviços de saúde brasileiros.

A última prorrogação decorreu da aprovação do já mencionado PL nº 4.384, de 2020. Após aprovação por esta Casa Legislativa, a proposição foi encaminhada à revisão da Câmara dos Deputados, onde foi acatada na forma de um substitutivo, que, inadvertidamente, retirou da lei o comando normativo que se procura restabelecer com o PL nº 2.753, de 2021. Aquele projeto foi convertido na Lei nº 14.189, de 28 de julho de 2021, que prorrogou a suspensão até o final do ano passado.

Neste mês de março de 2022, os Deputados e Deputadas Federais, atentos ao desenrolar da pandemia, decidiram prorrogar novamente o período de suspensão da obrigatoriedade de cumprimento das metas, e usaram o PL nº 2.753, de 2021, como veículo para a mudança.



A prorrogação, por seis meses adicionais, do prazo de vigência da suspensão é plenamente justificável, em função do súbito aumento da incidência da covid-19 desencadeado pelo surgimento da variante ômicron do Sars-CoV-2. Infelizmente, as condições de instabilidade que ensejaram a edição da Lei nº 13.992, de 2020, estão novamente presentes em nosso meio, de modo que o Congresso Nacional precisa atuar tempestivamente para salvaguardar a sustentabilidade e o bom funcionamento das instituições de saúde que atendem os usuários do SUS. Somos, portanto, favoráveis aos aprimoramentos implementados pela Câmara dos Deputados na proposição oriunda do Senado Federal.

Além dos aspectos de constitucionalidade, também nada há a obstar acerca da juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PL nº 2.753, de 2021 (SCD).

### III – VOTO

Em face do exposto, manifestamos voto **favorável** a todas as emendas propostas pelo Projeto de Lei nº 2.753, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados).

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



SF/2022.78305-89

sj2022-02484



# Projeto de Lei nº 1518/2021





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1518, de 2021**, que *"Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	001*; 002*
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	003

\* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 3



[Página da matéria](#)



**PL 1518/2021**  
**00001**



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1.518, de 2021)

O art. 3º do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte inc. X:

“Art. 3º .....

.....  
X - estímulo à participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas e culturais com vistas ao seu protagonismo.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Um dos princípios constitucionais mais importantes previstos na Lei Maior estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art. 215, *caput*).

Assim, os direitos culturais foram elevados à categoria de direitos fundamentais e, nesse contexto, todos os brasileiros passaram a ter direito de acesso aos bens e valores expressos nas múltiplas manifestações artístico-culturais.

Em 2008, a CF incorporou, em sua integralidade, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com *status* de emenda constitucional. Hoje, já se encontra, no ordenamento jurídico brasileiro, importante dispositivo legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência: trata-se da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.



Encontra-se, no art. 43 dessa norma, a previsão de que o poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas e culturais, entre outras, com vistas ao seu protagonismo.

Embora o Estatuto tenha representado considerável avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a realidade evidencia que muito ainda precisa ser feito para o efetivo exercício da cidadania, sobretudo no que se refere à implementação de políticas públicas inclusivas.

Os direitos culturais estão ligados à valorização da diversidade cultural. Hoje, as pessoas com deficiência não ocupam apenas lugares nas plateias, estão nos palcos, nas telas, expressando suas emoções, lutas, ideais, fazendo-se entender por meio da arte, para uma população que desconhece suas habilidades.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**PL 1518/2021**  
**00002**



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1.518, de 2021)

O inc. III do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - democratizar o acesso, abrangidas as dimensões física, intelectual, sensorial e social, à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais;” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Um dos princípios constitucionais mais importantes previstos na Lei Maior estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art. 215, *caput*).

Assim, os direitos culturais foram elevados à categoria de direitos fundamentais e, nesse contexto, todos os brasileiros passaram a ter direito de acesso aos bens e valores expressos nas múltiplas manifestações artístico-culturais.

Em 2008, a CF incorporou, em sua integralidade, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com *status* de emenda constitucional. Hoje, já se encontra, no ordenamento jurídico brasileiro, importante dispositivo legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência: trata-se da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Encontra-se, no art. 42 dessa norma, a previsão de que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, sendo-lhe garantido o acesso tanto a bens





culturais em formato acessível (inc. I) quanto a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais (inc. III).

Embora o Estatuto tenha representado considerável avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a realidade evidencia que muito ainda precisa ser feito para o efetivo exercício da cidadania, sobretudo no que se refere à implementação de políticas públicas na busca de eliminação de barreiras.

Discutir acesso às instituições culturais pressupõe a compreensão da diversidade de públicos-alvo, que englobam, em especial, pessoas com deficiência, mas também crianças, pessoas idosas, famílias, grupos comunitários e pessoas em situação de vulnerabilidade social, entre tantos outros.

Assim como é preciso vencer as barreiras econômicas e sociais, é indispensável superar as barreiras físicas, intelectuais e sensoriais que impedem o pleno acesso às instituições culturais.

Todos os cidadãos se beneficiam das diferentes possibilidades de acesso elencadas, que abrangem desde questões de caráter material e tangível até outras de caráter imaterial e subjetivo, como são os aspectos intelectuais, sensoriais e sociais.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**PL 1518/2021**  
**00003****EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1518, de 2021)

Deem-se aos §§ 1º e 2º do art. 8º do Projeto de Lei nº 1518, de 2021, a seguinte redação, com o acréscimo de novos §§ 5º e 6º ao referido artigo:

**“Art. 8º .....**

§ 1º Eventuais recursos da União referentes às ações previstas nesta Lei que não forem destinados aos demais entes federativos em razão do não cumprimento de procedimentos e de prazos exigidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do disposto no § 1º do art. 6º desta Lei, serão redistribuídos pela União aos demais entes, segundo os mesmos critérios de partilha estabelecidos no *caput* deste artigo.

§ 2º Os recursos recebidos que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada pelos Municípios em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de descentralização realizada pela União, deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

.....

§ 5º Observado o disposto no § 1º deste artigo, os recursos recebidos que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada pelos Estados e pelo Distrito Federal em até 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da data de recebimento, serão restituídos à União na forma e no prazo previstos no regulamento.

§ 6º Encerrado o exercício de 2027, o saldo remanescente das contas específicas que foram criadas para receber as transferências e gerir os recursos será restituído até 10 de janeiro de 2028 pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à conta única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo o § 2º do art. 8º do Projeto de Lei nº 1518, de 2021, os recursos da União não repassados aos demais entes da Federação devido ao



não cumprimento de procedimentos e de prazos devem ser imediatamente redistribuídos aos entes que receberam recursos, segundo os mesmos critérios de partilha da distribuição original.

Essa regra tomada em conjunto com as outras disposições da proposição nos levam a reconhecer três fatos: i) não há prazo legal para que os estados e o Distrito Federal efetuem a programação dos recursos por eles recebidos, impedindo a redistribuição destes, a exemplo do que pode se suceder aos municípios, nos termos do § 1º do mesmo art. 8º; ii) a redistribuição de recursos não se restringe somente aos recursos não requeridos inicialmente junto à União; e iii) inexistente previsão devolução de recursos não aplicados ao Tesouro Nacional.

Por causa disso, proponho a presente emenda para efetuar ajustes no art. 8º da matéria, de modo a corrigir os três apontamentos anteriores, bem como a retificar a expressão “objeto de programação” para “objeto de adequação orçamentária” do original § 1º do citado art. 8º, que é um aprimoramento constante da futura Lei Paulo Gustavo, decorrente da aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, ainda pendente de sanção presidencial.

Ante o exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



## PARECER Nº 96, DE 2022- PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Lei nº 1518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali e outros, que *institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências*.



Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

### I – RELATÓRIO

É submetido ao Plenário desta Casa, em substituição às Comissões, o Projeto de Lei (PL) nº 1518, de 2021, de autoria da Deputada Jandira Feghali e outros, que propõe a instituição da *Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências*.

A proposição, tal como consignado na ementa, objetiva instituir uma política nacional para fomento ao setor cultural baseada na parceria da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios com a sociedade civil, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Define como objetivos dessa política i) o estímulo a ações, iniciativas, atividades e projetos culturais por meio de apoio e fomento dos entes federados; ii) a garantia de financiamento e manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários; iii) a democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural nos entes federados; iv) a garantia do financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos entes federados; e v) o estabelecimento de diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.



SF/22439.39483-84

2

Estabelece como princípios i) eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização; ii) universalidade no atendimento; iii) descentralização dos recursos; iv) respeito à diversidade cultural; v) gestão democrática e compartilhada entre poderes públicos e sociedade civil; vi) universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos; vii) desconcentração por beneficiários; viii) estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura; e ix) direito de qualquer pessoa física ou jurídica de candidatar-se a receber benefício oriundo de recursos de que trata a lei.

Identifica como beneficiários da política os trabalhadores da cultura e as entidades que atuem na produção, difusão, promoção e preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais.

Lista as ações e atividades a serem apoiadas pela política, bem como as vedações à destinação dos recursos de que trata a lei.

Determina que a União entregará R\$ 3 bilhões, anualmente e em parcela única, durante cinco exercícios financeiros, aos demais entes federados, devendo estes, para receber esses recursos, comprovar a destinação de orçamento para a cultura com recursos próprios em montante não inferior à média dos valores consignados nos últimos três exercícios.

Dispõe detalhadamente sobre a divisão desses recursos, estabelecendo percentuais de execução conforme as ações e de repasse conforme o ente federado, dando-se sua execução por meio do Fundo Nacional da Cultura.

Estabelece que o subsídio a espaços e a ambientes culturais será fixado de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local, considerado o valor de manutenção mensal de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil.

Define espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais que farão jus ao benefício, deles excluindo todos criados pela administração pública de qualquer esfera ou a ela vinculados, bem como aqueles vinculados a fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por empresas, teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S. Assegura a garantia, como contrapartida, da realização de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, inclusive apresentações ao vivo com interação popular.

rc-rp2022-01812



Obriga o beneficiário do subsídio a espaços e a ambientes a prestar contas em até 180 (cento e oitenta) dias após o final do exercício financeiro em que se encerrou a aplicação dos recursos recebidos, entre outras diretrizes para a prestação de contas.

Indica as fontes de recursos que poderão ser utilizadas para as medidas de que trata a lei.

Afirma que essa política é de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, ao passo que a autoridade federal responsável pelo setor da cultura definirá as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos oriundos da lei.

Por fim, prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação, limitada sua vigência a cinco anos.

Na justificação, os autores relatam que a experiência vivida com a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como “Lei Aldir Blanc”, fruto de intenso processo de mobilização da sociedade brasileira e de sensível e ampla resposta do Congresso Nacional, terminou por apontar novas e velhas necessidades da cultura brasileira, bem como indicar mais caminhos a serem percorridos. Nesse cenário, foram efetuadas adaptações e aperfeiçoamentos pertinentes para o contexto presente e foi dada sequência a um exitoso instrumento de fomento à atividade cultural.

Na Casa de origem, a proposição foi despachada às Comissões de Cultura, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em razão da aprovação de requerimento de urgência, a matéria foi submetida ao Plenário, tendo sido aprovada na forma de substitutivo.

A proposição foi recebida no Senado Federal em 15 de março último e será apreciada diretamente pelo Plenário desta Casa. Durante o prazo regimental, foram apresentadas três emendas, devidamente retiradas a pedido das respectivas autoras. As Emendas nºs 1 e 2 – PLEN, da Senadora Mara Gabrilli, foram retiradas com fundamento nos requerimentos nºs 211/2022 e 210/2022, respectivamente. Já a Emenda nº 3 – PLEN, da Senadora Rose de Freitas, foi retirada com base no requerimento nº 219/2022.

rc-rp2022-01812



SF/22439.39483-84



## II – ANÁLISE

A apreciação do PL nº 1518, de 2021, diretamente pelo Plenário desta Casa, sem prévia deliberação pelas comissões temáticas, está de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o DF, para legislar sobre cultura.

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tal tema e sobre distribuição de verbas, nos termos, respectivamente, do *caput* e do inciso I do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade, pelo fato de a proposição inovar o ordenamento jurídico, ser abstrata e coercitiva.

Registre-se, no que concerne à técnica legislativa, que o texto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Nesse sentido, a proposição atende aos requisitos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que concerne ao mérito da proposição, devemos considerar a importância ímpar da medida proposta.

O projeto de lei ora sob análise toma por base elementos do texto da Lei nº 14.017, de 2020, também conhecida como “Lei Aldir Blanc” ou “Lei de Emergência Cultural”, e promove as devidas adaptações e aperfeiçoamentos para o contexto presente, no qual não há mais o chamado “Orçamento de Guerra”.

rc-rp2022-01812



SF/22439.39483-84



As diversas proposições discutidas pelo Congresso Nacional ao longo do ano de 2020 culminaram por definir o roteiro do que deveria ser almejado para tornar estáveis e permanentes as normas que, em caráter emergencial, fomentaram a cultura de todo o País.

O setor cultural foi um dos primeiros a ser afetado pela pandemia e será um dos últimos a se recobrar completamente da crise. O projeto ora examinado atende não apenas às necessidades da classe artística, nesta época de gradual retomada das atividades, mas às de todos os brasileiros.

Embora exacerbadas durante a pandemia da covid-19, as vulnerabilidades da cultura e dos artistas são patentes e crônicas. Assim, a instituição de uma política nacional ampla, diversa, democrática, inclusiva, plural e permanente é providência indispensável e urgente.

Na certeza de que estamos estruturando um verdadeiro sistema nacional, em razão do qual a cultura em nosso País possa, finalmente, receber o tratamento digno do qual é merecedora, somos favoráveis à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Ocorre que para, acertadamente, adequar o projeto ao art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022) – que prevê cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos, para proposições legislativas que vinculem receitas a despesas –, o PL terminou por limitar, integralmente, uma política cultural permanente, e não apenas a disponibilidade orçamentária.

Assim, para sanar eventual dubiedade que possa ser gerada pela presente redação, propomos ligeira alteração na forma do último dispositivo da proposição em exame a fim de limitar a vigência de cinco anos apenas ao disposto nos arts. 6º, 7º e 13, que tratam dos recursos a serem destinados pela União aos demais entes federados.

Também estamos propondo, por uma questão de uniformização de redação, que o trecho do art. 12 que reproduz a alínea “a” do inciso I do art. 7º a transcreva integralmente, na forma de emenda de redação.

Por fim, também a título de aperfeiçoar a redação e manter sua coerência, propomos uma terceira emenda com a finalidade de deixar expresso que o uso dos recursos previstos no inciso VII do art. 13 (reembolso das operações de empréstimo realizada por meio do FNC) ocorra na forma

rc-rp2022-01812



SF/22439.39483-84





do inciso II do mesmo art. 13. O uso dos reembolsos depende de que estes terminem, ao final do exercício, contribuindo para gerar superávit financeiro, sob pena de levarem ao esvaziamento do FNC. A emenda, pois, limita-se a vincular ambos os incisos, esclarecendo a forma como os recursos do inciso VII serão usados.

### III – VOTO

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1518, de 2021, com o acréscimo das seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 4 – PLEN (de redação)

Dê-se a seguinte redação ao art. 12 do Projeto de Lei nº 1518, de 2021:

“**Art. 12.** Os recursos destinados conforme o disposto no art. 6º desta Lei serão executados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC), mediante editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais.”

#### EMENDA Nº 5 – PLEN (de redação)

Dê-se a seguinte redação ao art. 17 do Projeto de Lei nº 1518, de 2021:

“**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, o disposto nos art. 6º, 7º e 13 desta Lei terá vigência por 5 (cinco) anos.”

rc-rp2022-01812



7

**EMENDA Nº 6 – PLEN (de redação)**

Dê-se a seguinte redação ao inciso VII art. 13 do Projeto de Lei nº 1518, de 2021:

“Art. 13. ....

.....

VII – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do FNC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real, e na forma do inciso II do *caput*.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



rc-rp2022-01812





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 210, DE 2022

Retirada da Emenda n° 2-PLEN, apresentada ao PL n° 1518/2021.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **REQUERIMENTO Nº , DE 2022**



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da emenda nº 2 apresentada ao Projeto de lei nº 1518/2021, que “Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 22 de março de 2022.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSDB/SP)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 211, DE 2022

Retirada da Emenda n° 1-PLEN, apresentada ao PL n° 1518/2021.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2022**



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da emenda nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1518/2021, que “Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 22 de março de 2022.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSDB/SP)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 219, DE 2022

Retirada da Emenda nº 3-PLEN, apresentada ao PL nº 1518/2021.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)



  
SF/22802.26567-25 (LexEdit\*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da emenda 0003 de minha autoria ao PL 1518/2021

Sala das Sessões, 23 de março de 2022.

**Senadora Rose de Freitas**  
**(MDB - ES)**





**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 97, DE 2022 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali, que *institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências*, consolidando as Emendas nºs 4, 5 e 6, do Relator, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 23 de março de 2022.

**ELMANO FÉRRER, PRESIDENTE**

**ELIZIANE GAMA, RELATORA**

**JORGINHO MELLO**

**LUIZ DO CARMO**



**ANEXO DO PARECER Nº 97, DE 2022 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, da Deputada Jandira Feghali.

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Parágrafo único. A política referida no *caput* deste artigo estabelece também diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.

**Art. 2º** São objetivos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I – estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – garantir o financiamento e a manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários para a produção, o registro, a gestão e a difusão cultural de suas práticas e seus saberes, fazeres, modos de vida, bens, produtos e serviços culturais;

III – democratizar o acesso à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais;

IV – garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

V – estabelecer diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.

**Art. 3º** São princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I – eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização;



II – universalidade no atendimento às áreas de atuação previstas nesta Lei;

III – descentralização dos recursos de que trata esta Lei;

IV – respeito à diversidade cultural;

V – gestão democrática e compartilhada dos poderes públicos entre si e entre eles e a sociedade civil;

VI – universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos de repasse, de contrapartidas e de prestação de contas relativos à aplicação dos recursos de que trata esta Lei;

VII – desconcentração por beneficiários na destinação de recursos de que trata esta Lei;

VIII – estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IX – direito de qualquer pessoa física ou jurídica de candidatar-se a receber benefício oriundo de recursos de que trata esta Lei oferecido por Estados, por Municípios ou pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do *caput* deste artigo deve ser implementado por meio de Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR), ouvida a sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

**Art. 4º** A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura tem como beneficiários os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios será regida unicamente pelos princípios, objetivos e finalidades desta Lei, e os recursos poderão ser utilizados de forma complementar para fomentar projetos culturais apoiados por leis de incentivo vigentes em qualquer âmbito da Federação.

**Art. 5º** Para o alcance dos objetivos previstos no art. 2º desta Lei, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura apoiará as seguintes ações e atividades:

I – fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais;

II – realização de projetos, tais como exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, no País e no exterior, inclusive a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural;

III – concessão de prêmios mediante seleções públicas;

IV – instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

V – realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura;



VI – realização de inventários e concessão de incentivos para as manifestações culturais brasileiras que estejam em risco de extinção;

VII – concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, de criação, de trabalho e de residência artística, no País ou no exterior, a artistas, a produtores, a autores, a gestores culturais, a pesquisadores e a técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no País ou vinculados à cultura brasileira;

VIII – aquisição de bens culturais e obras de arte para distribuição pública e outras formas de expressão artística e de ingressos para eventos artísticos;

IX – aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de promoção e de difusão do patrimônio cultural, inclusive acervos, arquivos, coleções e ações de educação patrimonial;

X – construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaço público;

XI – elaboração de planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais, inclusive a digitalização de acervos, de arquivos e de coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, de jogos eletrônicos e de videoarte, e o fomento à cultura digital;

XII – aquisição de imóveis tombados com a estrita finalidade de instalação de equipamentos culturais de acesso público;

XIII – manutenção de grupos, de companhias, de orquestras e de corpos artísticos estáveis, inclusive processos de produção e pesquisa continuada de linguagens artísticas;

XIV – proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial, inclusive os bens registrados e salvaguardados e as demais expressões e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;

XV – realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

XVI – ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XVII – serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica;

XVIII – apoio a projetos culturais não previstos nos incisos I a XVII deste *caput* considerados relevantes em sua dimensão cultural e com predominante interesse público, conforme critérios de avaliação estabelecidos pelas autoridades competentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. As ações estabelecidas neste artigo e os recursos de que trata esta Lei não poderão ser destinados:

I – para pagamento de pessoal ativo ou inativo de órgãos ou entidades da administração direta ou indireta; e

II – para empresas terceirizadas contratadas por órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, ou para custeio da estrutura e de ações administrativas públicas da gestão local, salvo, até o limite de 5% (cinco por cento) do total do valor recebido



pelo ente federativo, estritamente para a execução das ações finalísticas previstas neste artigo, entre as quais, atividades de consultoria, de emissão de pareceres e de participação em comissões julgadoras de projetos, de ações, de iniciativas e de candidatos a prêmios e a bolsas em editais e congêneres.

**Art. 6º** A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a cada ano, em parcela única, o valor correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no primeiro exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei e nos 4 (quatro) anos seguintes.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União, em prazo estabelecido na forma do regulamento, plano de ação para o exercício, juntamente com a solicitação dos recursos.

§ 2º Os Municípios vinculados a consórcio público intermunicipal que tenha, no seu instrumento administrativo constitutivo, previsão para atuar na área da cultura, poderão solicitar os recursos à União por meio de plano de ação apresentado pelo órgão gestor do consórcio público intermunicipal que integram, em prazo estabelecido na forma do regulamento.

§ 3º Os recursos deverão ser transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para conta bancária específica, aberta em instituição financeira federal.

§ 4º Para receber os recursos de que trata esta Lei, anualmente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios em montante não inferior à média dos valores consignados nos últimos 3 (três) exercícios.

**Art. 7º** Os recursos a que se refere o art. 6º desta Lei serão executados da seguinte forma:

I – 80% (oitenta por cento) em ações de apoio ao setor cultural por meio de:

a) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais;

b) subsídio para manutenção de espaços artísticos e de ambientes culturais que desenvolvam atividades regulares de forma permanente em seus territórios e comunidades;

II – 20% (vinte por cento) em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural em áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais.

**Art. 8º** Os recursos previstos no art. 6º desta Lei serão repassados aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população;



II – 50% (cinquenta por cento) aos Municípios, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população.

§ 1º Os recursos recebidos que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Municípios em até 180 (cento e oitenta) dias deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 2º Eventuais recursos da União referentes às ações previstas nesta Lei que não forem destinados aos demais entes federativos em razão do não cumprimento de procedimentos e de prazos exigidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, inclusive o previsto no § 1º do art. 6º desta Lei, serão imediatamente redistribuídos pela União aos demais entes, segundo os mesmos critérios de partilha estabelecidos no *caput* deste artigo.

§ 3º Os Estados, na implementação das iniciativas previstas no art. 5º desta Lei, buscarão regulamentar formas de estimular a desconcentração territorial de ações, de iniciativas e de atividades apoiadas, beneficiando em especial os Municípios que não obtiverem recursos da União oriundos desta Lei.

§ 4º Nos editais e congêneres de que trata esta Lei, os entes federativos recebedores dos repasses da União deverão estabelecer políticas de ação afirmativa.

**Art. 9º** O subsídio a espaços e a ambientes culturais previsto na alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei será pago de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local, considerado o valor de manutenção mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que pode ser destinado ao uso em atividades-meio ou em atividades-fim, observado que essa faixa de valores deverá ser corrigida anualmente, conforme índice de inflação referido em regulamento.

§ 1º Farão jus ao benefício referido no *caput* deste artigo os espaços e os ambientes culturais que comprovarem atividade regular de acesso público e a sua inscrição e respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

- I – Cadastros Estaduais de Cultura;
- II – Cadastros Municipais de Cultura;
- III – Cadastro Distrital de Cultura;
- IV – Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
- V – Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
- VI – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
- VII – Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

VIII – outros cadastros existentes ou que venham a ser criados nos entes federativos referentes a atividades e a identidades culturais e comunitárias, bem como a projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e em leis de incentivo estaduais, distritais ou municipais, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.

§ 2º Serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros, de forma



autodeclaratória e documental, que comprovem funcionamento regular, bem como para promover a progressiva integração entre os cadastros federais e os dos demais entes federativos.

§ 3º Os Estados, com o apoio dos Municípios que se encontram em seu território, e o Distrito Federal deverão fornecer à União as informações relacionadas à implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e ao disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º O benefício de que trata o *caput* deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário seja responsável por mais de um espaço cultural.

**Art. 10.** Compreendem-se como espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, microempresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais sem fins lucrativos que tenham pelo menos 2 (dois) anos de funcionamento regular comprovado e que se dediquem a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

- I – pontos e pontões de cultura;
- II – teatros independentes;
- III – escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;
- IV – circos, inclusive itinerantes;
- V – cineclubes;
- VI – centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII – museus comunitários e centros de memória e patrimônio;
- VIII – bibliotecas comunitárias;
- IX – comunidades e povos indígenas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- X – centros artísticos e culturais afro-brasileiros e cultura gospel;
- XI – comunidades quilombolas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XII – povos e comunidades tradicionais e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XIII – teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XIV – livrarias, editoras e sebos;
- XV – empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVI – estúdios de fotografia;
- XVII – produtoras de cinema e audiovisual;
- XVIII – ateliês de pintura, de moda, de *design* e de artesanato;



XIX – galerias de arte e de fotografias;

XX – feiras permanentes de arte e de artesanato;

XXI – espaços de apresentação musical;

XXII – espaços de literatura, de poesia e de literatura de cordel;

XXIII – espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária e agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;

XXIV – outros espaços, ambientes, iniciativas e atividades artístico-culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 9º desta Lei.

§ 1º Fica vedada a concessão do benefício a que se refere a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais vinculados a fundações, a institutos ou a instituições criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas, a teatros e a casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 2º Os espaços, os ambientes e as iniciativas artístico-culturais, as empresas culturais e as organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto na alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei ficam obrigados a garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.

**Art. 11.** O beneficiário do subsídio a espaços e a ambientes de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Estado, ao Município ou ao Distrito Federal, conforme o caso, em até 180 (cento e oitenta) dias após o final do exercício financeiro em que se encerrou a aplicação dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

**Art. 12.** Os recursos destinados conforme o disposto no art. 6º desta Lei serão executados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC) mediante editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais e de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais

**Art. 13.** Para as medidas de que trata esta Lei, poderão ser utilizados como fontes de recursos:

I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e nos seus créditos adicionais;

II – o superávit do FNC apurado em 31 de dezembro do exercício anterior;





III – doações e legados nos termos da legislação vigente;

IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V – 3% (três por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares cuja realização esteja sujeita a autorização federal, deduzido esse valor dos montantes destinados aos prêmios;

VI – recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, a ser criada por lei específica;

VII – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do FNC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preservem o valor real e que contribuam para gerar o superávit referido no inciso II do *caput*;

VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e em projetos culturais feitos com recursos do FNC;

IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X – recursos provenientes da Cide-Jogos destinados à cultura;

XI – outras receitas que lhes vierem a ser destinadas.

**Art. 14.** A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura é de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

§ 1º No caso de inexistência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a receber os recursos federais de que trata esta Lei, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo recebedor.

§ 2º É facultado o recebimento de repasses aos órgãos gestores de consórcios públicos intermunicipais quando os Municípios se associarem para receber os recursos federais respectivos por meio desse instrumento, considerado o cálculo referido no inciso II do *caput* do art. 8º desta Lei para a somatória dos recursos e da população dos Municípios consorciados.

§ 3º Em nenhum caso o repasse de recursos obriga à celebração, com a União, de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere do ente federativo recebedor ou do órgão gestor do consórcio público intermunicipal.

§ 4º A autoridade federal competente disporá sobre os procedimentos operacionais e os mecanismos de repasse, de contrapartidas e de elaboração e divulgação das prestações de contas referentes à utilização dos recursos de que trata esta Lei.

**Art. 15.** No que se refere à prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura, deve ser observado o seguinte:

I – o cumprimento do objeto consiste na entrega do produto cultural, conforme descrito na proposta aprovada, mediante entrega e aprovação de relatório de execução do objeto cultural, admitidos todos os meios que comprovem sua efetiva realização;



II – fica vedado ao poder público condicionar autorização para captação de recursos incentivados referentes a novos projetos culturais e audiovisuais à conclusão de quaisquer análises de prestações de contas de outros projetos;

III – reaberturas, reanálises e quaisquer outros procedimentos administrativos de desarquivamento referentes a prestações de contas já concluídas e consideradas regulares, aprovadas ou outras manifestações equivalentes, por parte do poder público competente, somente poderão ser efetuados, uma única vez, em até 2 (dois) anos após o encerramento da referida prestação de contas;

IV – fica vedada a aplicação de normas regulamentares posteriores à data de encerramento definitivo de prestação de contas de projetos culturais e audiovisuais, mesmo quando haja eventual reabertura, reanálise ou quaisquer procedimentos administrativos de desarquivamento de prestação de contas;

V – ato ou omissão de gestor do Poder Executivo que caracterize desídia ou descaso em relação à análise de prestação de contas de projeto cultural ou audiovisual isenta os proponentes de vedações, de inhabilitações ou de quaisquer outras sanções decorrentes da prestação de contas desses projetos específicos.

**Art. 16.** A autoridade federal responsável pelo setor da cultura definirá as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos oriundos desta Lei.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, o disposto nos arts. 6º, 7º e 13 desta Lei terá vigência por 5 (cinco) anos.





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, nos termos do Parecer**

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.

Matéria **PL 1518/2021**

Início Votação **23/03/2022 18:21:12**

Término Votação **23/03/2022 18:50:07**

Sessão **23º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**23/03/2022 17:05:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
PL	SIM
PROGRES	SIM
PT	SIM
DEM	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
Cidadania	SIM
PSL	SIM
Republica	SIM
REDE	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Governo	SIM
Oposição	SIM
Banc Fem	SIM

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSD	MG	Alexandre Silveira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
MDB	MG	Carlos Viana	ABSTENÇÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM

Emissão 23/03/2022 18:52:23





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, nos termos do Parecer**

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.

Matéria **PL 1518/2021** Início Votação **23/03/2022 18:21:12** Término Votação **23/03/2022 18:50:07**  
 Sessão **23º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **23/03/2022 17:05:00**

MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
PT	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
Cidadania	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
PSL	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
PL	RO	Marcos Rogério	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM

Emissão 23/03/2022 18:52:23





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, nos termos do Parecer**

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e dá outras providências.

Matéria **PL 1518/2021** Início Votação **23/03/2022 18:21:12** Término Votação **23/03/2022 18:50:07**  
 Sessão **23º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **23/03/2022 17:05:00**

REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:74 NÃO:0 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:76**

Primeiro-Secretario



# Projeto de Lei nº 423/2022





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentada perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 423, de 2022**, que *"Reconhece o extermínio de ucranianos por meio da fome (Holodomor) como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória do Holodomor."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	001*

\* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)





**PL 423/2022**  
**00001**

**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Eduardo Girão**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 423, de 2022)

Acrescente-se o seguinte art. 4º ao PL 423, de 2022:

“**Art. 4º** fica proibido que se institua dia nacional ou qualquer outro tipo de homenagem a ditadores ou genocidas.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Precisamos deixar claro em Lei que o nosso País não compartilha com o genocídio que, segundo definição da ONU, é o extermínio deliberado de um povo por razões étnicas, militares, religiosas ou culturais.

Temos na história do mundo tristes demonstrações de crueldade à que vários povos foram submetidos. Nomes como o do Ditador Pol Pot que no Camboja, de 1975 a 1979, dizimou com 20% da própria população, Josef Stalin, Adolf Hitler, Che Guevara, Mao Zedong, e tantos outros.

Devemos sim, exaltar a cultura da paz homenageando personalidades como Mahatma Gandhi, Irmã Dulce, Chico Xavier, Dalai Lama, Madre Tereza de Calcutá, Martin Luther King, reconhecidos pacifistas que ao longo de suas vidas pregaram a união, a igualdade e respeito entre todos.

A importância deste comando que ora apresento é deixar claro que o Brasil respeita a todos os pensamentos, desde que expressados pacificamente e sem que sejam impostos através do uso da força.

Peço o apoio dos meus Pares na aprovação desta Emenda.

Senador EDUARDO GIRÃO







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 209, DE 2022

Retirada da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 423/2022.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)



[Página da matéria](#)





## REQUERIMENTO Nº DE - PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da Emenda número 1, de minha autoria, apresentada ao PL 423/2022, que “Reconhece o extermínio de ucranianos por meio da fome (Holodomor) como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória do Holodomor”.

Sala das Sessões, 22 de março de 2022.

Senador Eduardo Girão  
(PODEMOS - CE)



# Projeto de Resolução nº 7/2022



## PARECER Nº 98, DE 2022-PLEN/SF

Do Plenário, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2022, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Eduardo Girão, que *altera a Resolução do Senado nº 14, de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida*.



Relator: Senadora Zenaide Maia

### I – RELATÓRIO

Vem à análise do Plenário o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 7, de 2022, de autoria da Senadora Eliziane Gama e do Senador Eduardo Girão, que *altera a Resolução do Senado nº 14, de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida*.

Nesse sentido, a proposição em tela dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º da citada Resolução nº 14, de 14 de abril de 2021, com a finalidade de alterar a denominação e os objetivos da Frente Parlamentar pelo Desarmamento.

Na justificação, apontam os Autores que “a ideia de ‘desarmamento’, em si, tem mostrado pouca capacidade de atrair para o debate racional todas as pessoas e setores que têm argumentos a apresentar a respeito do assunto”, de modo que, para “enfrentar o problema de modo agregante e construtivo” é preciso “uma Frente Parlamentar que possa abrigar todos os que têm uma ideia a manifestar sobre o tema”.

Registre-se, por fim, que o PRS nº 7, de 2022, foi apresentado no dia 16 de março de 2022 e que não foram oferecidas emendas no prazo regimental.



## II – ANÁLISE

Primeiramente, sob o aspecto da constitucionalidade, não verificamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade material ou formal na proposição em análise, tendo sido observados todos os preceitos aplicáveis ao processo legislativo constantes dos arts. 59 a 69 da Constituição Federal.

Sob o ponto de vista da juridicidade e da regimentalidade, a matéria em tela também se mostra plenamente adequada às determinações do ordenamento jurídico brasileiro, bem como aos requisitos aplicáveis à apresentação de proposições, constantes, precipuamente, dos arts. 235 a 240 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, a proposição em análise atende aos requisitos constantes da legislação pátria, especialmente aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*, mas a sua redação merece alguns reparos, a fim de evitar interpretações incorretas quanto ao alcance do seu objeto.

De fato, o escopo da Frente Parlamentar em tela abarca não apenas o controle de armas, mas também o de munições, já que o arcabouço normativo relativo às primeiras está intimamente ligado ao dessas últimas.

A esse propósito, basta consultar a própria legislação que regulamenta a matéria, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, em cuja ementa se lê “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição”, razão pela qual propomos a apresentação de emendas de redação a fim de reparar esse lapso do texto original do PRS nº 7, de 2022.

Quanto ao mérito, concordamos plenamente com a justificação apresentada pelos Autores, no sentido da necessidade de se instituir uma frente parlamentar que se proponha a discutir o tema do controle de armas de forma abrangente, respeitando a complexidade do assunto e evitando dogmatismos maniqueístas que buscam enquadrar a matéria como um embate entre os “pró-armas” e os “pró-desarmamento”.

Desse modo, entendemos que a criação da Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida contribuirá, de forma decisiva, para ampliação do debate democrático sobre a matéria, razão pela qual o PRS nº 7, de 2022, merece o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores.



SF/22070.77052-33



### III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 7, de 2022, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 1 - PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Resolução nº 14, de 2021, alterado pelo art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2022:

“Art. 1º .....

‘Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, pela Paz e pela Vida (FP-Controle), com as seguintes finalidades:

I – promover amplo debate sobre controle de armas e munições no âmbito do Congresso Nacional;

II – formular, aprimorar e apresentar proposições que tratem de providências direcionadas ao controle de armas e munições, bem como ao regulamento das limitações de autorizações para compra, transporte, porte, uso e registro de armas de fogo;

III – promover e difundir, por todos os meios de comunicação social, a conscientização dos benefícios sociais gerados pelo controle de armas e munições.

§ 1º É assegurada a participação, nos trabalhos da FP-Controle, de legisladores de todos os níveis da Federação, de instituições, de organizações sociais, de entidades da sociedade civil e de instituições policiais e militares interessadas.

§ 2º A FP-Controle reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro local no território nacional.’ (NR)

.....”

#### EMENDA Nº 2 - PLEN

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2022:



SF/22070.77052-33



4

“Altera a Resolução nº 14, de 14 de abril de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, pela Paz e pela Vida.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/22070.77052-33





## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 99, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 7,  
de 2022.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2022, que *altera a Resolução do Senado nº 14, de 2021, para constituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Paz e pela Vida*, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – Plen, da Relatora, aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 23 de março de 2022.

**WEVERTON, PRESIDENTE**

**ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR**

**JORGINHO MELLO**

**ZEQUINHA MARINHO**





**ANEXO DO PARECER Nº 99, DE 2022 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 7,  
de 2022.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,  
\_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art.  
48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a  
seguinte

**RESOLUÇÃO**  
**Nº \_\_\_\_\_, DE 2022**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 14,  
de 2021, para instituir a Frente Parlamentar  
pelo Controle de Armas e Munições, pela  
Paz e pela Vida (FP-Controle).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** Os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2021, passam  
a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas  
e Munições, pela Paz e pela Vida (FP-Controle), com as seguintes  
finalidades:

I – promover amplo debate sobre controle de armas e munições  
no âmbito do Congresso Nacional;

II – formular, aprimorar e apresentar proposições que tratem de  
providências direcionadas ao controle de armas e munições e ao  
regulamento das limitações de autorizações para compra, transporte,  
porte, uso e registro de armas de fogo;

III – promover e difundir, por todos os meios de comunicação  
social, a conscientização dos benefícios sociais gerados pelo controle  
de armas e munições.



§ 1º É assegurada a participação, nos trabalhos da FP-Controle, de legisladores de todos os níveis da Federação, de instituições, de organizações sociais, de entidades da sociedade civil e de instituições policiais e militares interessadas.

§ 2º A FP-Controle reunir-se-á preferencialmente em Brasília, nas instalações do Senado Federal, sendo também admitido para esse fim, por questão de conveniência, qualquer outro local no território nacional.” (NR)

“Art. 2º A FP-Controle terá composição inicial formada pelas Senadoras e pelos Senadores signatários de seu ato de instalação.

Parágrafo único. É assegurada a inserção, na composição da FP-Controle, de qualquer membro do Congresso Nacional que manifeste interesse.” (NR)

“Art. 3º A FP-Controle reger-se-á pelas disposições do Regimento Interno do Senado Federal aplicáveis ao seu funcionamento, por regulamento interno e pelas demais disposições legais incidentes, sendo suas deliberações tomadas pela maioria absoluta de sua composição.” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Comunicação



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança do CIDADANIA

**Ofício nº007/2022.**

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal  
70165-900 – Brasília/DF

**Assunto:** Designação da nova líder do CIDADANIA.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunicamos a Vossa Excelência que a Senadora Eliziane Gama será a nova líder do CIDADANIA, tendo em vista a desfiliação partidária do Senador Alessandro Vieira.

Atenciosamente,



Senadora **ELIZIANE GAMA**  
(CIDADANIA/MA)



Senadora **LEILA BARROS**  
(CIDADANIA/DF)

*Recebido*  
*23/03/22*  
*1056*  
*46398*



## Conclusão de instrução



**PROJETO DE LEI Nº 6.554, DE 2019**  
**(SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO**  
**SENADO Nº 374, DE 2014)**

*Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.*

Concluída a instrução da matéria, o Projeto aguardará inclusão em Ordem do Dia, oportunamente.



## Encaminhamento de matérias



O Projeto de Lei nº 423, de 2022, retorna à CE, seguindo posteriormente à CDH, em decisão terminativa.





- Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2021, do Senador Oriovisto Guimarães e outros Senadores, que *altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1.123, de 2021, do Senador Oriovisto Guimarães e outros Senadores, que *convoca, para o dia 2 de outubro de 2022, plebiscito para consultar a população sobre a extinção do foro especial por prerrogativa de função e sobre a execução imediata de decisão de segundo grau em âmbito penal.*

As matérias vão à CCJ.



# Indicações





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 14, DE 2022

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas para a adequada execução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no País.

**AUTORIA:** Comissão de Meio Ambiente



## INDICAÇÃO Nº DE 2021

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas para a adequada execução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no País.



Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Meio Ambiente no processo de avaliação das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento ao longo do ano de 2021. Participaram do processo poder público, setor privado, sociedade civil, pesquisadores e diversos especialistas que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento dessas políticas. Foram indicados caminhos e alternativas para aprimorar a atuação do poder público na proteção do patrimônio natural brasileiro e no enfrentamento à mudança do clima.

As recomendações propostas são as seguintes:

1. Aprimorar estruturas de governança para execução da política climática e da política de prevenção e controle do desmatamento para evitar duplicidade ou conflito de atribuições, bem como promover participação dos entes federados e da sociedade civil;
2. Garantir mecanismos de fomento para ações climáticas e de prevenção e controle do desmatamento. Reativar o financiamento de projetos pelo Fundo Amazônia, definindo estrutura de governança em conjunto com os países doadores. Dotar o Fundo Clima com



recursos humanos e financeiros para que possa se constituir instrumento efetivo de fomento.

3. Aperfeiçoar o Plano Nacional para Controle do Desmatamento ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020 – 2023 e seu plano operativo em conformidade com o Acórdão nº 1.758/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4. Fortalecer os órgãos federais de meio ambiente por meio da reposição de cargos vagos mediante concurso público, bem como estudar a ampliação do quadro de pessoal e do orçamento de forma que seja compatível para atingimento das metas climáticas e de controle do desmatamento.

5. Fiscalização ambiental: simplificar rito sancionador, retomar o programa de conversão de multas em serviços ambientais, utilizar dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), do MapBiomas e de outros sistemas confiáveis para autuar de forma remota desmatamentos que estiverem comprovados por imagens, bem como comunicar autoridades policiais sobre os crimes.

6. Validar dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Cancelar CAR de propriedades rurais sobrepostas a Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Identificar irregularidades, sobreposições de áreas, autuar infratores, orientar produtores rurais para regularização da situação ambiental da propriedade.

7. Planejar o uso das florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, criando unidades de conservação, áreas de concessão florestal e outros usos sustentáveis admitidos, evitando-se assim a expansão da grilagem de terras públicas.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal, avaliou a política climática brasileira em duas oportunidades. Em 2019, foi realizada análise completa da Política Nacional sobre Mudança do Clima desde a sua criação em 2009, mediante a edição da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Em 2021, o escopo da avaliação, desenvolvida na Comissão de Meio Ambiente, foi a execução da política climática e de prevenção e controle do desmatamento no período 2019-2021.

A Comissão recebeu representantes do poder público, da sociedade civil, do setor privado, pesquisadores, especialistas que discutiram

SF/21006.42601-09



desafios e soluções na execução dessas políticas. O relatório final da Comissão consolida esses achados e caminhos e apresenta conjunto de soluções destinadas não só ao Poder Executivo, mas também ao Poder Legislativo.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Nesse sentido, reunimos os sete itens que julgamos fundamentais e encaminhamos à consideração de Vossa Excelência. As medidas propostas envolvem aprimoramento da governança e das políticas ambientais, fortalecimento dos órgãos ambientais, ampliação dos mecanismos de fomento a políticas ambientais, aprimoramento da fiscalização ambiental, utilização mais ativa dos dados do Cadastro Ambiental Rural e planejar do uso de florestas públicas não destinadas, para evitar grilagem de terras.

Esperamos que, com a adoção dessas medidas, o Brasil possa reduzir as taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e suas emissões de gases de efeito estufa. Esse cenário propicia a salvaguarda do nosso patrimônio natural, fauna, flora, recursos hídricos e direciona nossa economia para sua descarbonização.

Sala das Sessões,

Senadora Eliziane Gama



2



SENADO FEDERAL

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**



**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS  
CLIMÁTICA E DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO  
DESMATAMENTO NO PERÍODO 2019-2021**

**PRESIDENTE: SENADOR JAQUES WAGNER**

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CONFÚCIO MOURA**

**RELATORA: SENADORA ELIZIANE GAMA**

Brasília, outubro de 2021



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. BASE JURÍDICO-NORMATIVA.....	4
3. DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA CLIMÁTICA E DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NO PERÍODO 2019-2021 .....	13
4. RESUMO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	29
5. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS .....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
ANEXO 1 Minuta de Indicação ao Poder Executivo.....	60





## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa (GEE)<sup>1</sup> do Planeta e é responsável por aproximadamente 3% das emissões globais. As emissões brasileiras se distribuem<sup>2</sup> nos setores da agropecuária (33,2%), de mudança de uso da terra e florestas (27,1%), de energia (28,9%), de processos industriais e uso de produtos (6,4%) e de resíduos (4,5%). Ao longo da última década, a mudança de uso da terra tem sido o fator mais decisivo para definir a trajetória de aumento ou de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no País.

Ciente dessa condição, o Brasil desenvolveu esforço significativo para reduzir as taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e no Cerrado, por meio dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado) em 2004. Além da formulação das políticas públicas, o governo federal garantiu orçamento suficiente e envolveu as mais altas instâncias decisórias para reduzir drasticamente essas taxas. No seu auge, o País conseguiu reduzir o desmatamento anual de 27,8 mil km<sup>2</sup> em 2004 para 4,6 mil km<sup>2</sup> em 2012, uma redução de 83,4%.

O êxito na condução da política de prevenção e controle do desmatamento, reconhecido nacional e internacionalmente, posicionou o Brasil como protagonista no âmbito das negociações globais sobre clima, atraiu recursos que permitiram a criação do Fundo Amazônia, o

<sup>1</sup>Dados do Banco Mundial, Disponível em: [https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end\\_year=2018&start\\_year=1990](https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2018&start_year=1990) Acesso em 26/10/2021.

<sup>2</sup> Dados referentes a 2016, constantes na 4ª Comunicação Nacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2020/12/brasil-envia-documento-da-quarta-comunicacao-nacional-a-convencao-do-clima> Acesso em 26/10/2021.



SF/21006.42601-09



2<sup>5</sup>

financiamento de projetos de pagamentos por resultados destinados a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, bem como projetos de redução de emissões certificadas de GEE.

A avaliação de política pública conduzida pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal (CMA) no ano de 2019<sup>3</sup> retratou os avanços conquistados pelo Brasil nessa área e o início de um governo que trata com descaso as políticas ambientais. No período de 2019-2021, foram observados a descontinuidade das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento, o desmantelamento de estruturas institucionais participativas, a interrupção do fomento de projetos pelo Fundo Amazônia e, por conseguinte, o aumento nas taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e Cerrado, bem como acréscimo nas emissões de GEEs no País.

A presente avaliação de política pública dá continuidade à realizada em 2019, porém com enfoque pormenorizado na política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, Cerrado e Pantanal. Na realidade, se já não são efetivas as políticas propostas pelo atual governo para a Amazônia Legal, que dirá as relativas ao Cerrado e ao Pantanal. Na realidade, com o término formal do PPCDAm e do PPCerrado em 2020, foi apresentado plano genérico para todos os biomas, denominado Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020 – 2023, que sofreu várias críticas por parte do Tribunal de Contas da União, como será detalhado adiante.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=766&codcol=50> Acesso em 26/10/2021.



SF/21006.42601-09



O cenário no período 2019-2021 não é nada animador. As taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal têm-se mantido acima dos 10 mil km<sup>2</sup> e as emissões líquidas brasileiras de GEE<sup>4</sup> alcançaram o maior valor nos últimos treze anos, por força do aumento do desmatamento. Nesse contexto, o Brasil se coloca em trajetória oposta aos compromissos de redução de emissões de GEE, de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e de se tornar uma economia carbono neutra até 2060.

Preocupadas com a má performance ambiental brasileira, em junho de 2020, vinte e nove instituições financeiras europeias, asiáticas e sul-americanas que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos, encaminharam carta<sup>5</sup> ao governo brasileiro indicando que o Brasil precisa frear o desmatamento na Amazônia, sob risco de alimentar “uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil”.

Em julho de 2020, trinta e oito empresas sediadas no Brasil encaminharam carta<sup>6</sup> ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, clamando pelo fim do desmatamento. As empresas alertam na carta sobre riscos aos negócios e ao País em face da repercussão negativa das políticas ambientais do atual governo. De acordo com as empresas: “Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país”.

<sup>4</sup> Dados de emissões líquidas de 2019. Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Disponível em: [https://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission#](https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#) Acesso em 26/10/2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/06/23/gestores-de-fundos-de-us-4-tri-pedem-que-bolsonaro-detenha-desmatamento.htm> Acesso em 20/09/2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/38-empresas-pedem-a-mourao-fim-do-desmatamento/> Acesso em 20/09/2021.



SF/21006.42601-09



Os resultados ambientais negativos também podem repercutir sobre no acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Relatório<sup>7</sup> publicado pela Reporter Brasil, em parceria com a *Friends of the Earth*, demonstra que a sua entrada em vigor pode resultar em uma escalada da pressão da pecuária sobre biomas sensíveis, como a Amazônia e o Pantanal, intensificando o desmatamento e causando dificuldades para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais nessas regiões. Segundo o relatório, mandatários europeus têm levantando dúvidas sobre a viabilidade da ratificação do acordo, pois se questiona a capacidade de os países do Mercosul ampliarem suas produções agrícola e mineral respeitando o meio ambiente e os direitos humanos.

Nesse contexto, é papel do Poder Legislativo atuar em defesa do meio ambiente, aprovando projetos de lei que sejam positivos para agenda climática e de controle do desmatamento no Brasil. Além disso, é papel do Legislativo exercer o controle externo sobre as políticas públicas conduzidas pelo Poder Executivo, com fulcro no art. 71 da Constituição Federal, a fim de corrigir os rumos do governo no sentido do desenvolvimento sustentável e da transição para uma economia carbono neutra.

## 2. BASE JURÍDICO-NORMATIVA

A política climática brasileira se apoia em um conjunto de normas e compromissos, compostos por dispositivos constitucionais, leis em sentido estrito, atos regulamentares, acordos internacionais e compromissos voluntários e vinculantes perante a comunidade internacional. Esse capítulo abordará as normas vigentes em um recorte temporal mais recente, para

<sup>7</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/03/carnebrasileira-relatorio.pdf>  
Acesso em 20/09/2021.



SF/21006.42601-09



evitar sobreposição com temas já discutidos e estudados na Avaliação de Política Pública já realizada pela CMA, cujo relatório foi aprovado em dezembro de 2019.

## 2.1 Ordenamento Jurídico Brasileiro

O comando inicial que direciona o surgimento de todo o conjunto normativo na área de mudança do clima é o art. 225 da Constituição Federal:

Art. 225. **Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as **presentes e futuras gerações**. (grifo nosso)

Os constituintes, há mais de trinta anos, conseguiram vislumbrar a importância de tutelar o meio ambiente de maneira a garantir sadia qualidade de vida aos brasileiros, não só aos presentes, mas também aos vindouros, incorporando o princípio da responsabilidade intergeracional na Lei Maior brasileira. Esse dispositivo serve como base para inúmeras leis e regulamentos brasileiros nas áreas de florestas, controle da poluição, recursos hídricos, mudança do clima, entre outros.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009) é a viga mestra que sustenta o conjunto de ações climáticas desenvolvidas no País. A Lei não só internaliza metas voluntárias de redução de emissões de GEE, apresentadas na 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15) em Copenhague, Dinamarca, mas também estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e estrutura básica de governança.



Estabeleceu os fundamentais “planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas” para as áreas de energia elétrica, transportes, indústria, saúde e agropecuária, com o objetivo de atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas e consolidar uma economia de baixo consumo de carbono. Na área de mudança de uso do solo e florestas, foram adotados os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado), conforme especificado no Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, posteriormente sucedido pelo Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018.

A vegetação nativa brasileira, objeto desta avaliação, é protegida por um conjunto de normas, especialmente: i) Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012); ii) Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998); iii) Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (9.985, de 18 de julho de 2000); e Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973).

O Código Florestal institui áreas ambientalmente protegidas no interior de propriedades privadas, urbanas ou rurais, no intuito de criar restrições de uso a esses espaços em benefício da conservação da biodiversidade, da proteção de recursos hídricos, fauna e flora e a própria segurança das pessoas, quando evita a fixação de residências em áreas de risco, muito íngremes ou próximas a cursos d’água. O Código denomina como protegidas as áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal (RL), áreas verdes urbanas e áreas de uso restrito e estabelece condições bastante específicas em que essa vegetação pode ser suprimida, por exemplo, em casos de utilidade pública para a construção de obras de saneamento básico no caso das APPs.



SF/21006-42601-09



Além disso, o Código Florestal cria regras de transição para regularização ambiental dos proprietários e posseiros rurais que desmataram ilegalmente até 22 de julho de 2008, data em que foi publicado o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, e que coincidiu com uma atuação mais efetiva do Estado no combate ao desmatamento ilegal.

A Lei de Crimes Ambientais tipificou como ilícitos penais uma série de crimes contra a flora (Capítulo V, Seção II), que embasam a atuação policial em operações contra o desmatamento, permitindo a responsabilização criminal dos infratores. Estão entre os crimes “destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente”, “desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente”, “provocar incêndio em mata ou floresta” e outros crimes relacionados ao produto do desmatamento, como “receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor”.

A Lei do SNUC estabelece as categorias e o procedimento para criação de unidades de conservação da natureza com base no III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual incumbe ao poder público:

definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Com base na Lei do SNUC podem ser criadas unidades de proteção integral, onde é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e unidades de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a



SF/21006.42601-09



conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Assim, de acordo com as características dos atributos naturais presentes, existência de exemplares raros da fauna e flora brasileira, espécies ameaçadas de extinção, combinado com os padrões de ocupação do território e potencial turístico, são estudadas e definidas as categorias de unidades de conservação mais indicadas para cada realidade.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é responsável não só pelo processo de criação das unidades de conservação federais, mas também pela gestão e sua proteção. É um órgão fundamental para repelir a invasão dessas áreas protegidas e combater o desmatamento ilegal.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por sua vez, pertencem à União, segundo art. 20, inciso XI, da Constituição Federal. Consideram-se terras tradicionalmente ocupadas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Compete à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Destinam-se à posse permanente pelos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas. Esses são mandamentos do art. 231 da Constituição Federal.

O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, dispõe que as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de



SF/21006-42601-09





qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas (art. 18). O órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares e da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas (art. 34).

O Estatuto prevê as áreas reservadas — separadas das de posse imemorial das tribos indígenas —, classificadas nas seguintes modalidades:

- i) reserva indígena, destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência; ii) parque indígena, área contida em terra na posse de índios cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região; e iii) colônia agrícola indígena, destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional (arts. 27 a 29).

## 2.2 Acordos e Compromissos Internacionais sobre Mudança do Clima

Com base nesse apanhado sobre as normas que protegem a vegetação nativa brasileira e respaldam a atuação fiscalizadora e policial no combate ao desmatamento, passemos à parte final que diz respeito ao conjunto normativo de mudança do clima no plano internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a Rio-92 ou Eco-92) teve como principal resultado a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sua sigla em inglês). A Convenção teve sua vigência iniciada em 1994 e é uma espécie de acordo “guarda-chuva” que fornece



SF/21006.42601-09



13  
10

base jurídica para os demais acordos internacionais firmados sobre o clima (Protocolo de Quioto e Acordo de Paris).

O objetivo central da Convenção é “a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático”. Isso deveria acontecer dentro de um prazo que garanta a estabilidade dos sistemas naturais que alicerçam a economia mundial e sob o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.

O Acordo de Paris, firmado durante a COP-21, na França, é o marco normativo internacional que substituiu o Protocolo de Quioto e tornou-se a norma de referência nas ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima. O Acordo trouxe uma grande inovação no ambiente multilateral de enfrentamento à mudança do clima, em face de seu alcance universal, com responsabilidades atribuídas a todas as Partes. Baseia-se na abordagem de *pledge and review* (prometer e rever), ou seja, cada Estado apresenta seus próprios objetivos e se compromete em cumpri-los com base em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

Na COP-21, estabeleceu-se o objetivo de longo prazo vinculante a todas as Partes, que é o de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, prevendo ainda que os atores envidem esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5° C em relação aos níveis pré-industriais.

O Acordo requer que cada Parte prepare, comunique e mantenha sucessivas NDC com o detalhamento das contribuições que pretende alcançar. As NDCs são revisadas a cada período de



SF/21006.42601-09



aproximadamente cinco anos e, nos termos do art. 2º, incisos 2 a 4 do Acordo, sucessivas NDC serão comunicadas pela Parte, cada uma devendo ser mais ambiciosa que a anterior.

O Brasil apresentou a primeira NDC em 2016 e a segunda em 2020.

A primeira NDC do Brasil tem escopo amplo, que inclui mitigação, adaptação e meios de implementação. Em mitigação, o País se compromete a reduzir emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e pretende (meta indicativa) lograr redução de 43% para 2030, considerando o conjunto da economia, tendo como referência as emissões de GEE no ano de 2005. No campo da adaptação, adota como referência o Plano Nacional de Adaptação (PNA), que fornece as bases para que o Brasil reforce sua capacidade de adaptação, de avaliação de riscos climáticos e de gestão de vulnerabilidades nos níveis nacional, estadual e municipal, protegendo as populações vulneráveis dos efeitos negativos da mudança do clima e fortalecendo sua capacidade de resiliência. Finalmente, nos meios de implementação, estabelece que políticas, medidas e ações serão implementadas utilizando-se o mecanismo financeiro da Convenção, bem como quaisquer outras modalidades de cooperação e apoio internacional.

Em uma segunda parte, a NDC brasileira traz medidas adicionais, que não vinculam o País, mas direcionam ações com objetivos climáticos por meio de metas. Destacamos as apresentadas para as áreas florestal, agrícola e de mudanças do uso da terra, foco desta avaliação:

- i) fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal;
- ii) fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a



SF/21006.42601-09



compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;

iii) restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;

iv) ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georeferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis;

v) fortalecer o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura, inclusive por meio da restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (iLPF) até 2030.



A segunda NDC foi apresentada em dezembro de 2020. Seu texto mantém os percentuais de redução com relação ao ano de referência de 2005, porém adota com linha de base as emissões previstas no Terceiro Inventário Nacional de Emissões e não o Segundo, conforme previa a primeira NDC. Como foi atualizada a base de cálculo, os percentuais de emissões deveriam ter sido ajustados para cima, de modo que a nova NDC tivesse metas de redução mais ambiciosas do que a anterior, conforme preconiza o Acordo de Paris.

De acordo com o Observatório do Clima<sup>8</sup>, em 2015 a meta de redução de 43% significava emitir 1,2 bilhões de toneladas de gases até 2030, contudo a nova meta, com a mesma taxa de redução, permite o Brasil emitir 1,6 bilhões de toneladas no mesmo período. Ou seja, com a nova meta da proposta climática, o Brasil poderá emitir 400 milhões de toneladas de carbono a mais do que o previsto no compromisso de 2015. Especialistas calculam que, ao alterar a linha de base, para manter as metas de emissões

<sup>8</sup> Matéria do G1 com participação do Observatório do Clima. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/14/jovens-processam-governo-por-pedalada-climatica-e-pedem-anulacao-de-meta-brasileira-no-acordo-de-paris.ghtml> Acesso em 18/10/2021.



propostas para 2030, o governo deveria ter se comprometido a reduzir as emissões em 57% e não apenas 43%.

A nova NDC não apresenta diretrizes, prioridades e estratégias setoriais, como fez a NDC de 2015, que traçou objetivos para os setores mais intensivos em carbono, como mudança de uso do solo, agricultura, energia e transportes. Portanto, nos níveis de emissões permitidos na nova NDC, o governo pode considerar aceitáveis os níveis atuais de desmatamento, sobretudo na Amazônia Legal, para atendimento da meta global, reduzindo-se as emissões em outros setores.

A NDC de 2020 apresenta objetivo indicativo de longo prazo de atingir a neutralidade em carbono em 2060, prazo que poderia ser antecipado a depender do adequado funcionamento dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris. Nesse aspecto, o Brasil indica que seriam necessários US\$ 10 bilhões anuais em transferências para alcançar seus esforços de descarbonização. Como novidade, estabelece uma condicionalidade de cumprimento de compromissos caso haja financiamento internacional das ações climáticas, previsão que não existia na NDC de 2015.

Uma crítica final à novel NDC brasileira é que não há previsão de medidas de adaptação, presentes na primeira NDC, matéria fundamental haja vista a vulnerabilidade climática de países em desenvolvimento como o Brasil, onde os eventos climáticos extremos possuem impactos catastróficos.

O governo brasileiro apresentou, em abril último, uma Carta ao Presidente norte-americano Joe Biden com reafirmando o compromisso de acabar com o desmatamento ilegal até o ano de 2030. Quanto à neutralidade climática, a inovação foi informar o compromisso em alcançá-la até o ano de 2060, com a possibilidade de antecipação desse prazo para 2050.



SF/21006.42601-09



17  
14

### 3. DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA CLIMÁTICA E DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NO PERÍODO 2019-2021

Nesta seção apresentaremos o conjunto de compromissos assumidos pelo Brasil, nos planos nacional e internacional, as políticas públicas implementadas, o orçamento destinado e os resultados obtidos. O período analisado compreende os anos de 2019, 2020 e 2021, pois anos anteriores já foram contemplados na avaliação da CMA sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada em dezembro de 2019.

A presente avaliação abrange a política climática brasileira, porém dá maior ênfase às políticas de prevenção e controle do desmatamento e queimadas, sobretudo na Amazônia Legal. A Amazônia tem um peso maior sobre as emissões por mudança de uso da terra e florestas, em razão da extensão das áreas desmatadas e do estoque de carbono que acumula. Além disso, não foram identificadas políticas públicas robustas do atual governo para os biomas Cerrado e Pantanal.

#### 3.1 Compromissos assumidos pelo Brasil

O compromisso nacional voluntário foi assumido pelo Brasil no art. 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que *institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)*, segundo o qual prometeu adotar ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões de gases do efeito estufa (GEE) projetadas até 2020.

Além dessas metas, o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que regulamenta a PNMC, prevê em seu art. 19 metas de redução do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado até 2020:



SF/21006-42601-09



I - redução de **oitenta por cento** dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal em relação à média verificada entre os anos de 1996 a 2005;

II - redução de **quarenta por cento** dos índices anuais de desmatamento no Bioma Cerrado em relação à média verificada entre os anos de 1999 a 2008;

No âmbito do Acordo de Paris, com a primeira NDC depositada em 2016, o Brasil se compromete a uma redução absoluta de emissões de GEE de 37% até 2025 e, de forma indicativa, a uma redução de 43% até 2030. Em ambos a referência são as emissões no ano de 2005 constantes na segunda edição das “Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil”<sup>9</sup>.

Em 2020, o Governo apresentou a primeira revisão à sua NDC, confirmando ambas as metas percentuais apresentadas, entretanto tomando como referência as emissões no ano de 2005 constantes na Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês)<sup>10</sup>, publicada em 2016. Essa Comunicação adota como referência o Terceiro Inventário Brasileiro de Emissões que apresenta emissões para o ano base de 2005 na ordem de 2.8 GtCO<sub>2</sub>e contra 2.1 GtCO<sub>2</sub>e na 2a Comunicação Nacional publicada em 2010.

De acordo com o Observatório do Clima<sup>11</sup>, na prática, se em 2015 a meta de redução de 43% significava emitir 1,2 bilhões de toneladas

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/estimativas-anuais-de-emissoes-gee/arquivos/estimativas\\_2ed.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/estimativas-anuais-de-emissoes-gee/arquivos/estimativas_2ed.pdf) Acesso em 26/10/2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/comunicacoes-nacionais-do-brasil-a-unfccc> Acesso em 26/10/2021.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/pedalada-climatica-as-vesperas-de-conferencia-do-clima-brasil-mantem-manobra-contabil-de-co2-1-25222482> Acesso em 26/10/2021.



SF/21006.42601-09



de gases até 2030, a nova meta, com a mesma taxa de redução, permite o Brasil emitir 1,6 bilhões de toneladas no mesmo período. Ou seja, a nova meta da proposta climática admite a emissão de cerca de 400 milhões de toneladas de carbono equivalente acima do proposto em 2015. Portanto, uma meta menos ambiciosa, em contradição com o que é preconizado pelo Acordo de Paris. Esse artifício foi denominado “pedalada climática”.

### 3.2 Emissões de GEE e taxas de desmatamento observadas

As emissões de GEE são aferidas por pelo menos três formas distintas, sendo duas disponibilizadas pelo governo federal e uma por entidade do terceiro setor. Os inventários nacionais, coordenados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), seguem diretrizes de elaboração estabelecidas na UNFCCC e em decisões tomadas nas Conferências das Partes. As estimativas anuais, por sua vez, foram criadas para acompanhamento do cumprimento das metas voluntárias estabelecidas na PNMC. Paralelamente, o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima<sup>12</sup> traz dados independentes gerados segundo as diretrizes do IPCC e com base na metodologia dos inventários nacionais elaborados pelo MCTI, portanto podem ser utilizadas para acompanhamento do cumprimento da NDC brasileira.

A disponibilidade dos dados é limitada. O inventário nacional e as estimativas anuais de emissões trazem dados de emissões apenas até o ano de 2016. O SEEG, por sua vez, possui registros de emissões até o ano de 2019, e os dados de 2020 devem ser lançados ainda em outubro de 2021. Considerando que o recorte temporal desta avaliação é o período a partir de

<sup>12</sup> rede de mais de 40 organizações não governamentais.



SF/21006.42601-09

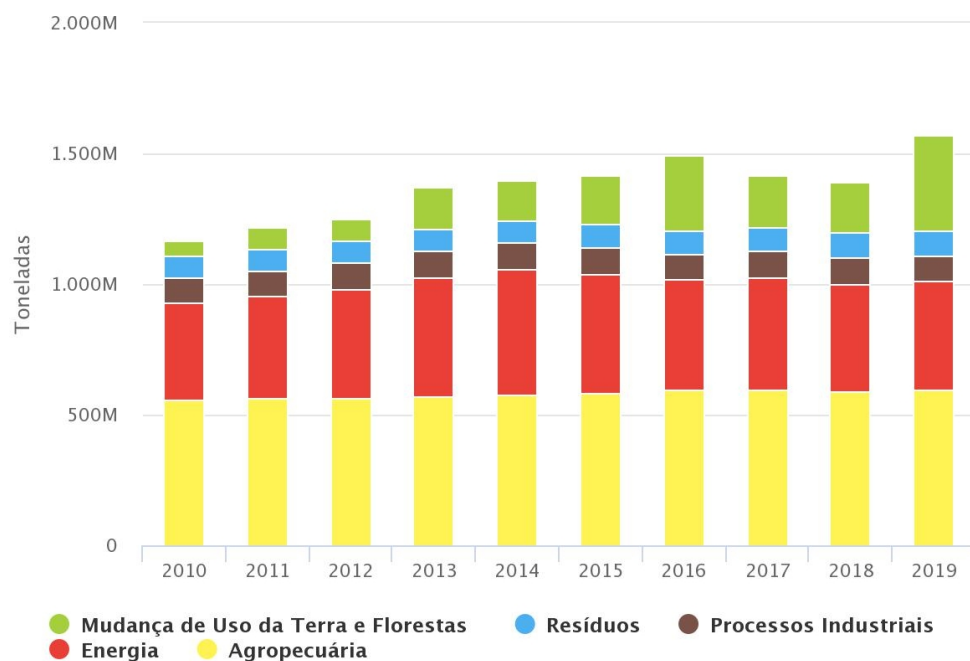




2019, serão adotados dados do SEEG para avaliar a trajetória de emissões nos últimos anos.

Os dados fornecidos pelo SEEG são fundamentais para verificar a conformidade dos dados oficiais publicados, bem como antecipar dados ainda não apurados pelo governo. Assim, é possível captar mudanças nas tendências de aumento de emissões por setor e verificar, tempestivamente, políticas públicas que possam ser adotadas para contê-lo.

A figura 1 demonstra que a partir de 2016 há uma estabilização das emissões em todos os setores, exceto no de Mudança de Uso da Terra e Florestas. O setor seguia uma trajetória de redução no período de 2016 a 2018, até que em 2019 sofreu um aumento de 90% nas emissões líquidas e, no total de gases, um incremento de 13% nas emissões líquidas totais. O dado é preocupante, pois configura uma inflexão na trajetória de emissões brasileiras que agora se torna crescente.



SF/21006.42601-09



21  
18

Figura 1. Emissões líquidas totais de GEE no Brasil (SEEG, 2020) <sup>13</sup>

As emissões líquidas totais, estimadas pelo SEEG, demonstram que em 2019 o Brasil emitiu de 1,57 milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub>. Se considerarmos o cenário atual de crise hídrica, no qual usinas termelétricas estão sendo utilizadas em sua máxima capacidade, e taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal acima de 10 mil km<sup>2</sup>, é bastante plausível que sejam observadas emissões líquidas de GEE ainda superiores nos anos de 2020 e 2021. Desse modo, ainda que seja considerado o cenário de pedalada climática, resta evidente que o Brasil se distancia cada vez mais do cumprimento de suas metas da NDC, pois em 2019 já emitiu praticamente o 1,6 milhão de tonelada de CO<sub>2eq</sub> previsto para ocorrer em 2030.

Portanto, o cenário é preocupante, pois exigirá medidas ambiciosas voltadas à contenção do aumento das emissões, sobretudo na prevenção e controle do desmatamento, para reversão desse quadro.

De outra parte, com relação ao compromisso nacional voluntário assumido até 2020, observamos que o Brasil ainda não forneceu dados oficiais para verificação de seu atendimento. A figura 2 demonstra as emissões brutas do Brasil até 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: [https://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission#](https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#) Acesso em 26/10/2021.



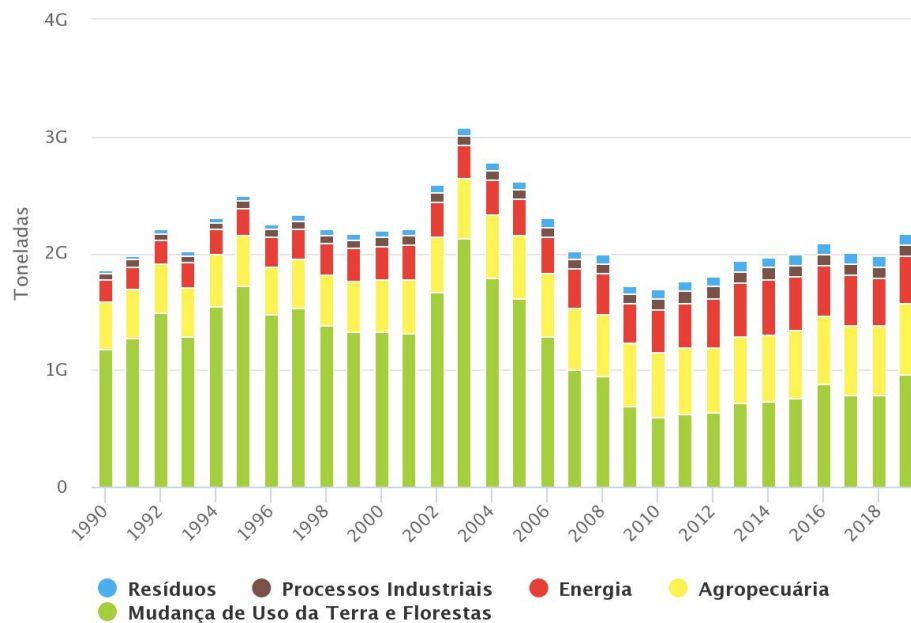


Figura 2. Emissões brutas totais de GEE no Brasil (SEEG, 2020)<sup>14</sup>

Cabe ponderar que esse compromisso considerou as emissões brutas projetadas – e não as emissões líquidas, como na NDC brasileira – e tomou como base um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 5% ao ano, tomando como referência o período 2004-2011, o que não foi observado nos anos seguintes. No período entre 2014 e 2018, por exemplo, tivemos encolhimento no PIB e nos crescimentos os valores foram próximos a 1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>15</sup>.

A linha de base de emissões de GEE para 2020 foi estimada<sup>16</sup> em 3,236 toneladas de CO<sub>2eq</sub>. Assim, a redução absoluta correspondente

<sup>14</sup> Disponível em: [https://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission#](https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#) Acesso em 26/20/2021.

<sup>15</sup> IBGE. Crescimento do PIB brasileiro. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa) Acesso em 03/12/2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.climaesociedade.org/desafios-para-o-brasil-1> Acesso em 26/10/2021.



---

23  
20

ficou estabelecida entre 1,168 milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub> e 1,259 toneladas de CO<sub>2eq</sub>, ou seja, o País teria como limite de emissões brutas em 2020 quantidade entre 1,977 milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub> e 2,068 milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub>.

Segundo estimativas de emissões brutas de CO<sub>2eq</sub> disponibilizadas pelo SEEG, o Brasil emitiu 2,175 milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub> em 2019, valor superior ao limite máximo estabelecido no compromisso nacional voluntário. Embora ainda não estejam acessíveis dados de emissões oficiais e do terceiro setor para o ano de 2020, é provável que o Brasil falhará no atendimento do compromisso nacional voluntário.

Além das metas de redução de emissões, o Brasil apresentou metas de redução da taxa anual de desmatamento, até o ano de 2020, de 80% para Amazônia Legal e de 40% para bioma Cerrado, conforme incisos I e II do § 1º do art. 19 do Decreto nº 9.578, de 2018. Em números absolutos essas metas representam taxa anual de desmatamento de 3.925 km<sup>2</sup> na Amazônia Legal e 9.420 km<sup>2</sup> no Cerrado até 2020.

Para verificação do seu atendimento utilizamos os dados do Programa de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES). A figura 1 exhibe as taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal e a figura 2, as do Cerrado.



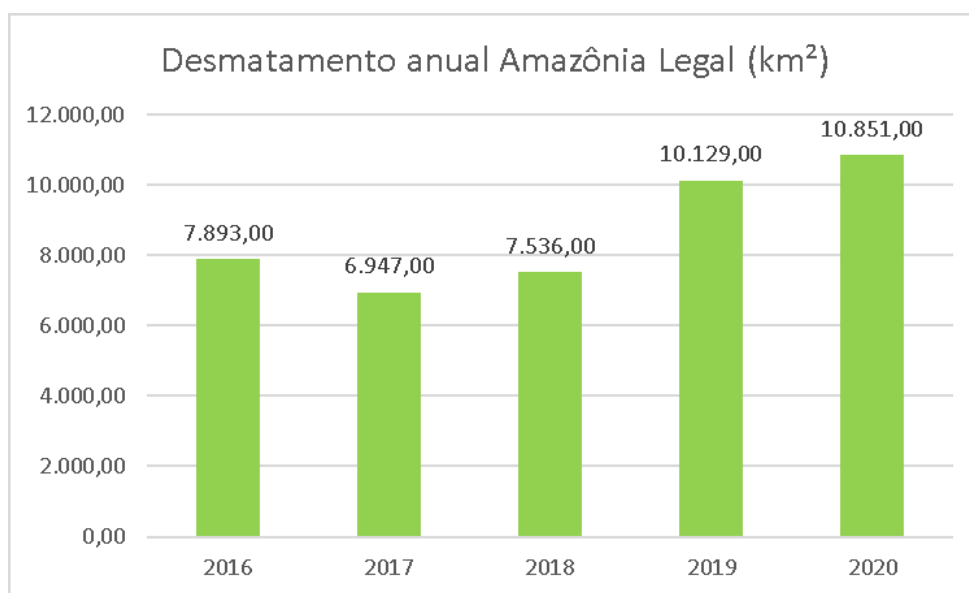


Figura 3. Desmatamento anual na Amazônia Legal. Elaboração própria com dados do PRODES<sup>17</sup>.

Com base figura 3, observa-se um aumento na taxa anual de desmatamento de 7% no comparativo dos anos de referência<sup>18</sup> 2020 e 2019. Observamos que a taxa de desmatamento no ano de referência 2020 é 2,7 vezes superior à meta estabelecida no compromisso nacional voluntário. Portanto, o Brasil falhou no seu atendimento.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)  
Acesso em 26/10/2021.

<sup>18</sup> Dados do PRODES consideram o desmatamento ocorrido entre os meses de agosto do ano anterior e julho do ano corrente.



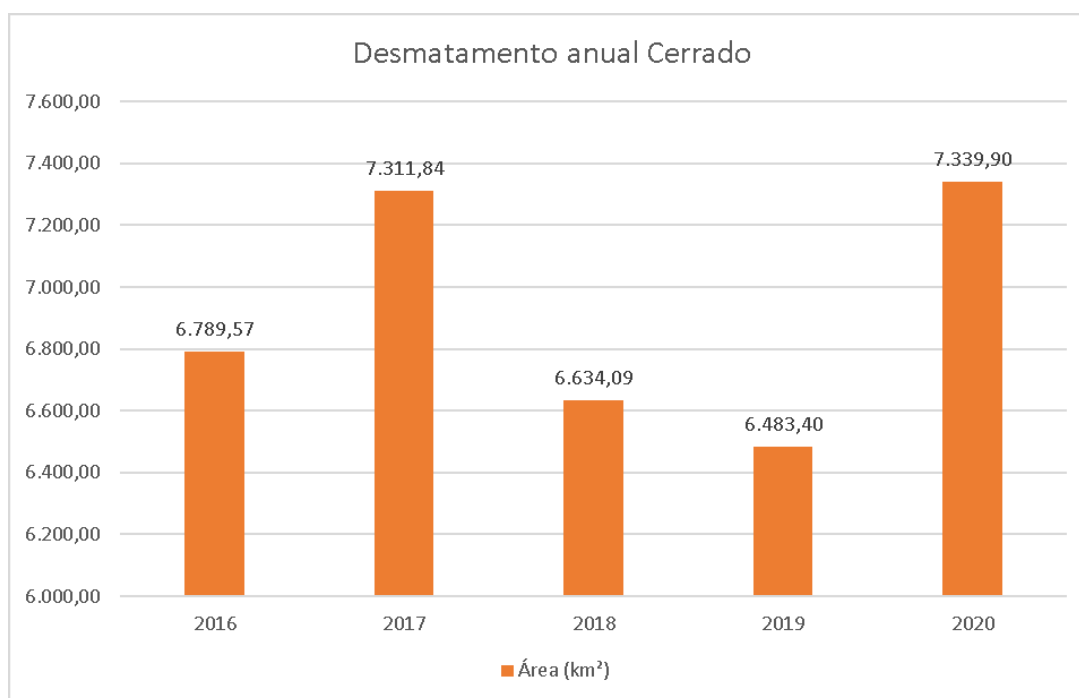
25  
22

Figura 4. Desmatamento anual no Cerrado. Elaboração própria com dados do PRODES)<sup>19</sup>.

Com relação ao bioma Cerrado, a figura 4 demonstra que o Brasil obteve no ano de referência 2020 taxa anual de desmatamento de 7.339,90 km<sup>2</sup>, valor inferior ao assumido no compromisso nacional voluntário. Assim, embora tenha havido expressivo crescimento entre os anos de referência 2019 e 2020, a meta voluntária para o Cerrado foi atendida.

### 3.3 Aspectos orçamentários e de política pública no período 2019-2021

O atual governo, iniciado em 2019, tem sido marcado pelo descaso na condução das políticas ambientais, notadamente no controle do desmatamento. As principais mudanças observadas foram a paralisação do

<sup>19</sup> Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>  
Acesso em 26/10/2021.



Fundo Amazônia, o desmonte de estruturas institucionais ambientais, redução do orçamento destinado à área ambiental, perda da liderança dos órgãos ambientais nas ações de fiscalização ambiental, descontinuidade de políticas exitosas de prevenção e controle do desmatamento e elaboração de políticas ambientais pouco estruturadas. Esses fatos levaram à perda do protagonismo brasileiro nas negociações climáticas globais.

O Fundo Amazônia (FA) foi criado para financiar ações de prevenção, monitoramento, conservação e combate ao desmatamento da Floresta Amazônica, por meio do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. O Fundo financia projetos sob a lógica do pagamento por resultados, ou seja, reduzindo-se o desmatamento, tem-se o direito de acessar recursos para financiar projetos que atuem no mesmo sentido, criando-se um círculo virtuoso. O Fundo já recebeu aportes de mais de R\$ 3,3 bilhões, mas aplicou pouco mais de metade desses recursos. Em 2019, após a extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e críticas proferidas pelo então Ministro Ricardo Salles a respeito do Fundo, suas operações foram paralisadas e seus principais doadores desistiram de novos aportes.

Importante mencionar que 60% dos projetos aprovados à época pelo Fundo visavam apoiar governos federal, estaduais e municipais, exatamente em ações para fortalecer a gestão pública das florestas. Além disso, o Fundo Amazônia representava fonte importante de complementação ao reduzido orçamento do Ibama, inclusive para ações de fiscalização ambiental e para apoiar o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

O governo federal, na apresentação do orçamento de 2021, estimou receitas no montante de R\$ 4,4 trilhões em 2021. Reservou verba de R\$ 2,9 bilhões para o Ministério do Meio Ambiente (0,07% do total), sendo



SF/21006.42601-09



27  
24

R\$ 151,9 milhões para ações na área de controle ambiental. Importante observar que em 2016 o orçamento já previa R\$ 169,8 milhões para a área de controle ambiental. O montante que já era insuficiente para atender as metas de redução do desmatamento anual na Amazônia Legal para números abaixo de 4.000 km<sup>2</sup> está em patamar ainda mais reduzido.

Importante ressaltar que as estimativas orçamentárias saltaram de R\$ 3,1 trilhões em 2016 para R\$ 4,4 trilhões em 2021, conforme figura 5. Portanto, proporcionalmente, a fatia pertencente à pasta ambiental encolhe cada vez mais a cada ano, ainda que haja um aumento de arrecadação, representando um descaso no enfrentamento dos problemas de desmatamento e de mudança do clima.

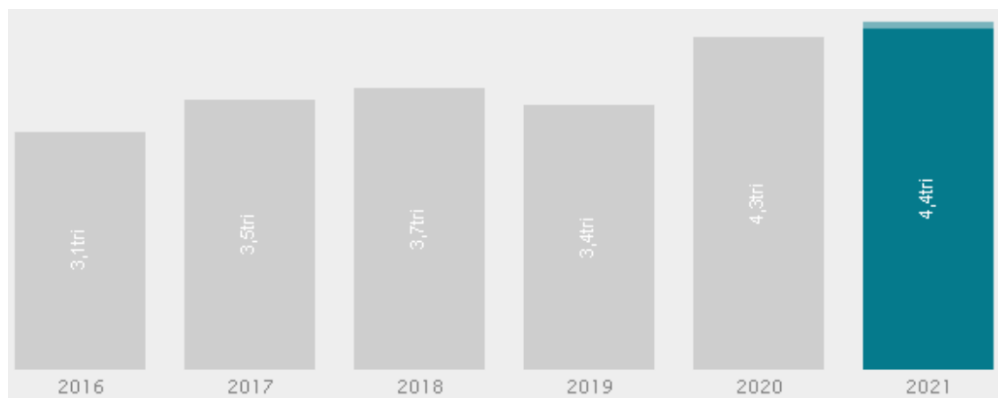


Figura 4. Evolução do planejamento de despesas da União. \*Dados de 2021 representam valores até 17/10/2021. Fonte: SIGA Brasil<sup>20</sup>.

Considerando os valores efetivamente pagos, observamos que o orçamento da União cresceu substancialmente nos anos de 2020 e 2021, em parte devido a um aumento de despesas com auxílio emergencial e outras decorrentes da pandemia do covid-19. A figura 5 ilustra esse resultado:

<sup>20</sup> Disponível em:

<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrçamentoVisaoGeral> Acesso em 26/10/2021.





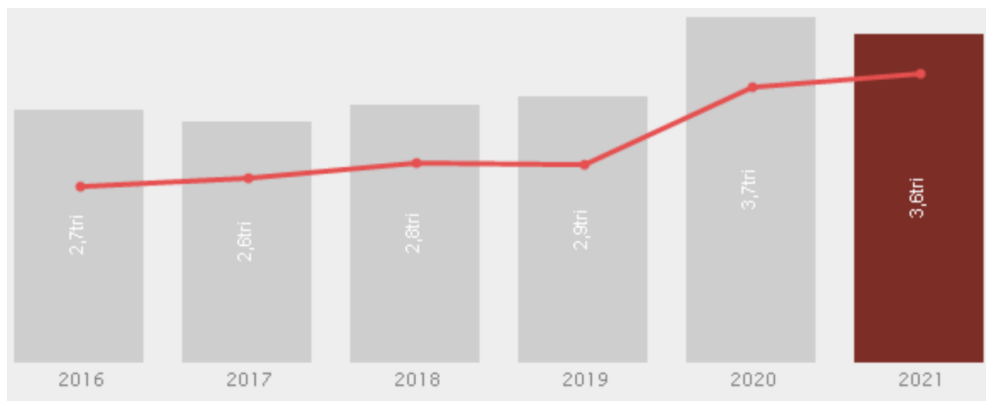


Figura 5. Evolução dos valores efetivamente pagos pela União. \*Dados de 2021 representam valores até 17/10/2021. Fonte: SIGA Brasil<sup>21</sup>.

Em contrapartida, os valores efetivamente pagos no orçamento destinado ao MMA seguem em ritmo decrescente no período entre 2016 e 2021, conforme demonstrado na figura 6:

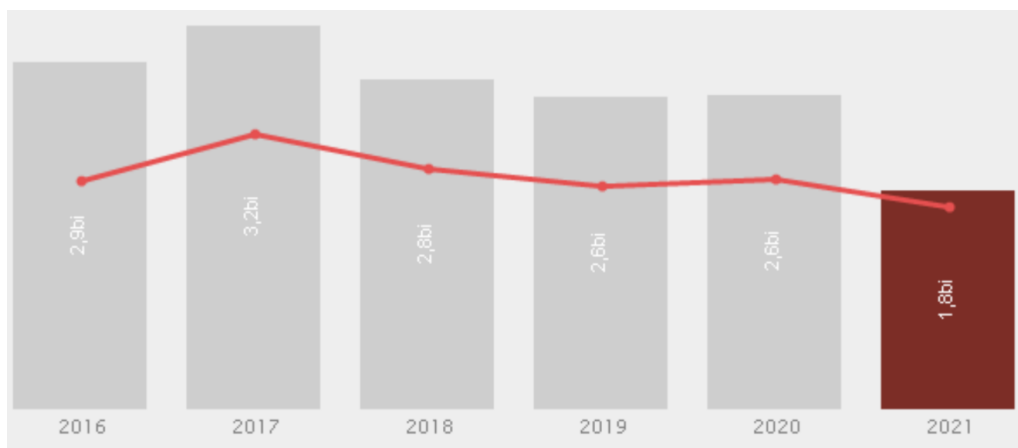


Figura 6. Evolução do orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente. \*Dados de 2021 representam valores até 17/10/2021. Fonte: SIGA Brasil<sup>22</sup>.

Do ponto de vista orçamentário, portanto, observamos que o Orçamento Geral da União apresentou crescimento no período entre 2016 e

<sup>21</sup>Disponível em:

<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGera> Acesso em 26/10/2021.

<sup>22</sup>Disponível em:

<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGera> Acesso em 26/10/2021.



2021, contudo o orçamento da pasta ambiental não acompanhou esse crescimento. Ao contrário, observamos uma diminuição do planejamento orçamentário para a área ambiental e, ao mesmo tempo, um crescimento na taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal no período, de 7,2 mil km<sup>2</sup> em 2016 para 10,5 mil km<sup>2</sup> em 2021.

O que torna o quadro mais preocupante é que o Brasil dispendeu mais recursos para financiar operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), coordenadas pelas Forças Armadas para o combate ao desmatamento na Amazônia Legal. Estudos indicam<sup>23</sup> a ineficiência do emprego das Forças Armadas no combate ao desmatamento, quando em comparação com órgãos ambientais competentes. De acordo com a publicação, as despesas do governo federal operações de GLO ambientais consumiram em 2019 e 2020, de R\$ 140 e R\$ 389 milhões, respectivamente.

O próprio governo federal, no lançamento do Plano Amazônia 2021/2022 em abril do corrente, demonstrou a necessidade de desmobilizar as Forças Armadas nas ações de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia para que essas sejam exercidas pelos “órgãos de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários, originariamente, detentores destas responsabilidades”<sup>24</sup>.

Esse Plano tem como finalidade dar continuidade no combate aos ilícitos ambientais e fundiários, particularmente o desmatamento ilegal e os focos de incêndio nesse bioma. São objetivos do Plano: i) reduzir até o final de 2022 os ilícitos ambientais e fundiários, particularmente as

<sup>23</sup> Nota Técnica nº 8/2021 do Gabinete Compartilhado (Senador Alessandro Vieira, Deputada Tábata Amaral e Deputado Felipe Rigoni).

<sup>24</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/plano-amazonia-20-21/plano\\_amazonia\\_2021\\_2022\\_7\\_.pdf](https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/plano-amazonia-20-21/plano_amazonia_2021_2022_7_.pdf) Acesso em 14/10/2021



SF/21006-42601-09



queimadas e o desmatamento ilegal, aos níveis da média histórica do PRODES (2016/2020); e ii) assegurar o engajamento federal nas ações de proteção, preservação e desenvolvimento sustentável, na Amazônia Legal. O Plano está estruturado em quatro eixos de atuação: i) priorização de áreas; ii) contenção dos ilícitos; iii) fortalecimento e integração dos órgãos de fiscalização e de combate; iv) desenvolvimento sustentável.

Os instrumentos que embasam as ações de prevenção e controle do desmatamento, após o término do PPCDAm e do PPCerrado, são o Plano Nacional para Controle do Desmatamento ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020 – 2023<sup>25</sup> e seu plano operativo<sup>26</sup>. O Plano é dirigido pela Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG), composta por representantes de 7 (sete) ministérios, sob coordenação do MMA, e está estruturado em 5 (cinco) eixos de atuação: i) tolerância zero ao desmatamento ilegal; ii) regularização fundiária; iii) ordenamento territorial; iv) pagamento por serviços ambientais; e v) bioeconomia.

O Plano Operativo 2020-2023 apresenta três macro temas transversais: i) inovação; ii) ambiente de negócios e iii) financiamento, bem como cinco eixos de ações prioritárias a serem implementadas: i) tolerância zero ao desmatamento ilegal; ii) regularização fundiária; iii) ordenamento territorial; iv) pagamento por serviços ambientais; e v) bioeconomia. Observamos um nível maior de detalhamento neste plano, com definição de:

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/PlanoNacionalparaControledoDesmatamento20202023.pdf> Acesso em 26/10/2021.

<sup>26</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/pdf/copy3\\_of\\_PlanoOperativo20202023.pdf](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/pdf/copy3_of_PlanoOperativo20202023.pdf) Acesso em 26/10/2021.



31  
28

i) objetivos; ii) linhas de ação; iii) biomas; iv) metas 2020-2023; v) indicadores; vi) resultados esperados; e vii) instituições responsáveis.

Importante mencionar que o Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou políticas de prevenção e controle do desmatamento desempenhadas pelo governo federal e estabeleceu determinações a serem observadas pelo Poder Executivo no âmbito do Acórdão nº 1.758/2021 – Plenário<sup>27</sup>. Em auditoria operacional, ficaram constatados problemas nas áreas de governança, gestão, comunicação, pessoal, entre outros.

A Corte de Contas avaliou que há deficiências no atual plano de controle do desmatamento. O Plano Nacional traz apenas um conjunto geral de diretrizes, e o Plano Operativo 2020-2023 carece de elementos relevantes para sua adequada configuração. O Tribunal aponta que não há definição clara das competências dos principais atores envolvidos na formulação e coordenação da política de prevenção e combate do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, com sobreposições e conflitos nas competências dos três principais órgãos responsáveis por ditar a política de controle do desmatamento: MMA, Conselho Nacional da Amazônia legal e Conaveg. Além disso, identificou que falta uma “efetiva integração com os entes políticos subnacionais e com as entidades da sociedade civil em favor da melhor definição da política pública de controle sobre o desmatamento ilegal”.

Determinou o TCU que sejam elaboradas propostas de normativos “em forma clara, coerente e completa, para o detalhamento e a delimitação da competência dos diversos atores envolvidos nas ações de

<sup>27</sup> Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/ata-sessao/\\*/NUMEROATA:27%20ANOATA:2021%20COLEGIADO:%22Plen%C3%A1rio%22/DTRELEVANCIA%20desc/0/%20](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/ata-sessao/*/NUMEROATA:27%20ANOATA:2021%20COLEGIADO:%22Plen%C3%A1rio%22/DTRELEVANCIA%20desc/0/%20) Acesso em 19/10/2021.

  
SF/21006.42601-09

formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação da política pública de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal”. Além disso, firmou que deveria haver arranjo institucional para “permitir e fomentar a participação de representantes das unidades federativas integrantes da Amazônia Legal, além da sociedade civil e das demais instituições pertinentes”, tanto no planejamento, como na implementação das ações para o controle do desmatamento ilegal na região. Pontuou que as novas composições retiraram estados e sociedade civil da estrutura.

No plano administrativo, ponderou que devem ser evitados períodos prolongados de vacâncias nas funções estratégicas de fiscalização no combate ao desmatamento ilegal, sobretudo dos superintendentes regionais do Ibama junto às unidades federativas integrantes da Amazônia Legal. E que seja observado o Decreto n.º 9.727, de 15 de março de 2019, no processo de escolha e nomeação para os cargos em comissão e as funções comissionadas no Ibama.

Ainda, deliberou que sejam identificadas e implementadas medidas para o restabelecimento da capacidade operacional de fiscalização ambiental pelo Ibama, haja vista a acentuada redução dos seus quadros nos últimos anos. Tal quadro prejudica o cumprimento das atribuições institucionais para exercer o poder de polícia ambiental e executar as ações de fiscalização ambiental.

No campo da comunicação social, o TCU indicou que os órgãos ambientais da União, em conjunto com o alto escalão do Poder Executivo, devem alinhar o discurso para tratar de temas ambientais, especialmente no combate ao desmatamento, em todos os meios de comunicação utilizados, mediante um programa de comunicação unificado.



SF/21006.42601-09



Com base nas informações apresentadas, verificamos que houve uma crescente deterioração das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento, com redução de orçamento nos órgãos ambientais, desfalque nos quadros de pessoal e descontinuidade de políticas ambientais exitosas. O resultado não poderia ser diferente, observamos um aumento nas taxas anuais de desmatamento, nas emissões de GEE e o Brasil, que era caso exemplar no enfrentamento das mudanças climáticas, sofre agora com as consequências de sua vilificação no plano internacional.

A correção dos rumos é crucial, não só para atendimento de compromissos assumidos internacionalmente, mas também para a proteção de nosso patrimônio natural, fauna, flora, recursos hídricos e garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações atuais e futuras.

#### **4. RESUMO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

As audiências públicas foram organizadas de maneira que sociedade civil, academia, empresas e governo pudessem debater sobre o tema principal, a fim de identificar pontos positivos e negativos, falhas de gestão, lacunas legislativas e, ao final, prestar contribuições para o aprimoramento das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no País.

Foram realizadas 3 (três) audiências públicas: a primeira com participação das organizações da sociedade civil, a segunda com pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa e a terceira com representantes do poder público. Houve tentativa de realizar a audiência pública específica com o setor privado, conforme previsto no plano de trabalho, mas houve dificuldade na adesão dos convidados. Por isso, houve



SF/21006.42601-09



apenas participação da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA) na segunda audiência pública.

O relato das audiências públicas está estruturado em tópicos que sintetizam as ideias centrais trazidas pelos participantes. O conteúdo das audiências é aporte fundamental de informações para elaboração do relatório, pois traz problemas e soluções, sob as mais diversas perspectivas, o que auxilia no diagnóstico da execução da política climática e nas recomendações e encaminhamentos endereçados ao Poder Executivo.



### **Primeira audiência (20/8/2021): representantes da sociedade civil**

**André Guimarães**, Membro do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura:

- Brasil é o 6º maior emissor de gases de efeito estufa, sendo que três quartos das emissões brasileiras estão ligadas ao uso da terra, especificamente à agropecuária, com forte influência do desmatamento na Amazônia e do Cerrado. Cerca de 90% do desmatamento que ocorre na Amazônia é ilegal, associado à grilagem de terra, ao garimpo ou a outra atividade irregular.

- entre 2003 e 2012, o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento em 80%, com envolvimento de governos, setor privado, academia, sociedade civil. Nesse período, a produção agropecuária dobrou.

- desmatamento ilegal está em uma crescente nos últimos três anos. Em 2018, 22% do desmatamento da Amazônia ocorria em florestas públicas não destinadas. Entre 2020 e 2021, esse número subiu para 40%, ou



35  
32

seja, praticamente dobrou, devido ao crescimento de atividades ilegais como a grilagem de terras.

- florestas públicas não destinadas somam cerca de 50 milhões de hectares. Cerca de 20% dessa área já foi desmatada e no seu interior há terras registradas no Cadastro Ambiental Rural.

- provavelmente haverá uma redução na taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal em 5%, no comparativo entre agosto de 2020 e julho de 2021 e agosto de 2019 e julho de 2020. Porém, se compararmos a média de 2019-2021 com a de 2016-2018, observamos que houve na verdade um aumento de 70% na taxa anual de desmatamento.

- seis sugestões para aprimorar políticas climáticas e de controle do desmatamento:

i) retomada da fiscalização de forma integrada com os órgãos públicos em todos os níveis, Forças Armadas e demais parceiros.

ii) validar o CAR, triar os dados do cadastro e identificar produtores rurais que estão dentro da legalidade, os que necessitam de ajustes em suas atividades e os que estão à margem da lei.

iii) dar destinação de 10 milhões de hectares das florestas públicas não destinadas para criação de unidades de conservação. O Serviço Florestal Brasileiro recentemente deu destinação a 1 milhão de hectares para concessão florestal, mas é necessário fazer mais.

iv) concessão de financiamento para agropecuária com critérios socioambientais. O Plano Safra, que disponibiliza mais de 200 bilhões de





reais para a agricultura, deve incorporar mais critérios socioambientais. Criar incentivos àqueles que cumpram a legislação ambiental.

v) mais transparência e eficiência na emissão de autorizações de supressão de vegetação, pois a demora na emissão frustra as expectativas daqueles que querem cumprir a lei e incentiva ilegalidades.

vi) suspensão de todos os processos de regularização fundiária para casos de desmatamento após 22 de julho de 2008, conforme preconiza o Código Florestal.

**Antônio Oviedo**, Analista de Pesquisas do Instituto Socioambiental – ISA:

- em 2019, o Brasil apresentou um aumento de 9,6% nas emissões de GEE, embora o PIB tenha crescido apenas 1%. O desmatamento, especialmente na Amazônia, tem puxado o crescimento das emissões.

- ações do atual governo: extinção da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas do MMA, paralização do plano de prevenção e controle do desmatamento (PPCDAm e PPCerrado).

- Brasil ainda não apresentou plano para implementação da NDC brasileira, tem proposto “pedalada climática” com revisões metodológicas que elevam estimativas de emissões, com metas que consideram emissões de novos desmatamentos.

- em relação às Terras Indígenas, a média do desmatamento nos últimos dois anos representa um aumento de 100% em comparação com a média no período de 2009-2018. Já foi perdido 1,6 milhão de hectares de



37  
34

vegetação nativa nessas terras. Segundo dados do CAR, observou-se em média aumento de cerca de 50% de propriedades rurais sobrepostas a áreas de unidades de conservação.

- com relação à mineração na Amazônia Legal, mais de 50% dos alertas de mineração se concentram no interior de unidades de conservação e 22% dentro de Terras Indígenas, atividade que não é permitida nessas áreas.

- queimadas na Amazônia Legal aumentaram sucessivamente, 55% em 2019, 24% em 2020 e 20% de jan-ago em 2021.

- propõe um conjunto de sugestões para as políticas climática e de controle do desmatamento:

i) Planos de Contingência para as TIs e UCs.

ii) ações de fiscalização e controle que sejam capazes de fazer cessar os ilícitos, com dotação orçamentária, equipamentos e vontade política.

iii) retirada de invasores das Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e retomada dos processos de demarcação das Terras Indígenas.

iv) imediato cancelamento de CARs sobrepostos a TIs e UCs.

v) rejeição dos PL nºs 191, de 2020, e 2.159, de 2021, por inconstitucionalidade, pelo Congresso Nacional, pois ambos aumentam o desmatamento na Amazônia legal.



SF/21006.42601-09



vi) regulamentação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

**Carlos Souza**, Pesquisador Associado do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon):

- o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) detecta corte raso de vegetação nativa. A degradação ambiental pode ocorrer com desmatamento parcial e redução da biodiversidade, sem que isso esteja refletido nos números de taxas anuais de desmatamento.

- floresta está associada à formação de nuvens e de chuvas, devido ao fluxo de água da vegetação para a atmosfera.

- de acordo com dados do MapBiomas, entre 1985-2020 foram perdidos 45 milhões de hectares de florestas na Amazônia Legal, cerca de 20% da sua área total.

- PPCDAm logrou reduzir em mais de 80% o desmatamento anual na Amazônia, a partir de 2004. O PIB da agropecuária na Amazônia cresceu nesse período, então não se sustenta que o crescimento está atrelado ao desmatamento.

- alertas de desmatamento do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) do Imazon têm registrado aumento de 57% na Amazônia no período 2020-2021. O Deter, por sua vez, registrou mais de 20 mil ha de novas áreas degradadas no mesmo período.

- não há registro de desmatamento em muitas áreas em que houve degradação. A degradação ambiental não tem sido utilizada como



SF/21006.42601-09



39  
36

indicador com a devida importância, pois também contribui substancialmente para as emissões de GEE.

- 85% das queimadas e 95% do desmatamento na Amazônia concentram-se nas margens (até 5km) de estradas e rodovias oficiais e particulares.

- o sítio eletrônico [previsia.org](http://previsia.org) apresenta sistema com modelos preditivos de risco de desmatamento para os próximos 12 meses.

- três sugestões para as políticas climática e de controle do desmatamento: i) usar efetivamente informações de sistemas de monitoramento para responsabilização por crimes ambientais; ii) implementar estratégias de prevenção de desmatamento; e iii) restaurar áreas degradadas, aumentar a produtividade de pastagens, combater a grilagem de terras públicas, e escalar a economia de base florestal.

**Isabel Figueiredo**, Coordenadora do Programa Cerrado e Caatinga do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN):

- Cerrado varia entre campos, savanas e florestas, ocupa um quarto do território nacional, do qual cerca de 50% já foram desmatados. No Brasil 99,98% do desmatamento em 2020 foi ilegal.

- é fundamental reconhecer territórios ocupados por populações indígenas e tradicionais. São fundamentais para a conservação da vegetação nativa, mas estão sob pressão do agronegócio, com violações graves de direitos humanos. Dados oficiais não refletem a realidade dessas comunidades, que estão invisibilizadas.



- manejo integrado do fogo (MIF) precisa ser ampliado, na conservação de áreas protegidas. Ibama e Instituto Chico Mendes já utilizam em algumas áreas, mas há espaço para crescimento, e nas áreas privadas o MIF também deve ser implementado. Há estudos que indicam que, com o MIF, as emissões de carbono por queimadas podem ser reduzidas em até 40%. Existe projeto de lei na Câmara que regulamenta o MIF, por isso é fundamental que essa estratégia seja discutida e aprovada.

- sem cobertura por vegetação nativa não há como garantir o equilíbrio climático. Todos os biomas estão interligados, então é importante manter essa cobertura vegetal em todos eles.

**Leonardo Gomes**, Diretor de Relações Institucionais do Instituto SOS Pantanal:

- Instituto SOS Pantanal se dedica à pesquisa, mas também faz trabalho de campo, já formou e apoiou 24 brigadas de incêndios florestais.

- bioma Pantanal é o mais conservado do Brasil, proporcionalmente, possuindo 84% de vegetação nativa. Lá se estabeleceu uma pecuária específica e adaptada aos regimes de cheia e de vazante. A bacia do Alto Paraguai possui suas nascentes fora do bioma, que estão ameaçadas pela agropecuária (destaque para a bacia hidrográfica do rio Taquari). Em 2020 e 2021 o Pantanal está passando pela pior seca dos últimos cinquenta anos.

- 26% do bioma foram consumidos pelo fogo em 2020, uma área de quase 4 milhões de hectares. O número de queimadas no bioma aumentou substancialmente: comparando-se 2020 com 2019 aumentou 124% e, confrontando 2020 com a média dos 10 últimos anos, subiu 353,5%.



SF/21006.42601-09



O aumento médio no número de queimadas, considerando os outros biomas, foi de 20%.

- dos 16 municípios do Pantanal, somente 8 possuem brigadas de incêndio. É preciso maior capilaridade e integração com defesa civil e brigadas privadas.

- sugestões para as políticas climática e de controle do desmatamento: i) norma geral para o Pantanal; ii) Planos Municipais do Pantanal, incluindo Prevenção, Manejo e Combate a incêndios florestais; iii) fortalecimento das Defesas Cíveis; iv) fortalecimento dos órgãos de resposta – Corpo de Bombeiros do Mato Grosso (CBMMT), Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul (CBMMS) e Ibama (PrevFogo); v) fortalecer Manejo Integrado do Fogo; e vi) fortalecer Subcomissão do Pantanal no Senado.

**Suely Araújo**, Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima:

- emissões de GEE decorrentes do desmatamento formam 44% do total e, quando somadas às da agropecuária, perfazem mais de 70% do total. O controle do desmatamento é fundamental para redução das emissões.

- nova NDC brasileira entregue em dezembro de 2020 está em conflito com o Acordo de Paris, pois, embora tenha mantido os percentuais de redução, aumentou a linha de base, permitindo um aumento de emissões de 400 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente até 2030.

- para se ter uma ideia da “pedalada climática”, se as emissões por desmatamento na Amazônia Legal se mantivessem em 13.000 km<sup>2</sup>/ano até 2030, ainda seria cumprida a NDC brasileira. Nas metas voluntárias



SF/21006.42601-09



brasileiras, o ideal seria reduzir as taxas anuais de desmatamento para níveis de 3.000 km<sup>2</sup>/ano. Existe ação popular que contesta a validade dessa nova NDC.

- sugestões para a política climática e de controle do desmatamento: i) retomar o PPCDAm e o PPCerrado ou planos com robustez similar – mencionou que existem ações judiciais no Supremo Tribunal Federal pedindo o retorno dos planos (ADPF 760, movida por 7 partidos políticos); ii) não basta intensificar fiscalização, é preciso implementar instrumentos econômicos, ampliar recursos orçamentários para a área, recuperação de áreas degradadas, entre outras; iii) voltar a utilizar recursos do Fundo Amazônia, definir estrutura de governança e acessar recursos já depositados. Existem ações no Supremo sobre o tema, seria interessante atuar para que sejam julgadas logo; iv) retomar o programa de conversão de multas em serviços ambientais; v) na legislação, aprovar PL do Pantanal, aprovar PL do MIF; e vi) projeto de lei geral do licenciamento ambiental, atentar-se para o seu texto, pois o atual prioriza o não licenciamento; projetos de lei de regularização fundiária devem evitar anistia ambiental e legitimação de grilagem.

**Segunda audiência (1º/10/2021): pesquisadores de universidades, institutos de pesquisa e representante da CNA**

**Alexandre Berndt**, Chefe Geral da Embrapa Pecuária Sudeste:

- Embrapa é instituição de pesquisa presente em todos os biomas e desenvolve tecnologias sustentáveis: por exemplo agricultura sem queima na Amazônia, Fazenda Pantaneira Sustentável, entre outros. Embrapa participou de redes de pesquisa que avaliaram fatores de emissão de GEE em sistemas agropecuários em todos os biomas brasileiros.



SF/21006.42601-09



- 6º relatório do IPCC indicou o problema dos aerossóis para o aquecimento global, pois constituem barreira física para radiação. Trouxe preocupação sobre o metano, que possui grande poder de aquecimento, emitido não só por rebanhos de ruminantes, mas também por camadas de “permafrost” (gelos permanentes em regiões polares), que possuem rica quantidade de matéria orgânica em sua composição e estão derretendo e fermentando, o que aumenta as emissões de GEE.

**Ane Alencar**, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM):

- do total de áreas queimadas no Brasil nos últimos 36 anos, 41% delas se situam na Amazônia, o que corresponde a 16% do bioma. A maior parte desse fogo é de causa humana (fonte de ignição), pois não são frequentes incêndios naturais na Floresta Amazônica.

- três tipos de fogo: fogo do desmatamento, fogo utilizado para o manejo do mato e incêndios florestais. As queimadas na Amazônia em 2021 diminuíram em comparação com 2019 e 2020, na sua visão, devido ao aumento das chuvas neste ano.

- o desmatamento a partir de 2019 sofreu grande crescimento, especialmente em terras públicas federais. 3% das Terras Indígenas concentram 70% do desmatamento e 50% das fontes de calor (queimadas). 9% das UCs registraram 77% do desmatamento. As principais causas desse desmatamento são atividades como garimpo ilegal, exploração ilegal de madeiras, entre outras. Há também muitos imóveis rurais registrados no CAR com sobreposição em TIs.



SF/21006.42601-09





- terras na Amazônia Legal: 50% são áreas protegidas (UCs, Tis), 25% são áreas públicas (florestas públicas não destinadas) e 25% são imóveis rurais privados. A atuação contundente no controle do desmatamento em áreas protegidas e áreas públicas já seria suficiente para atingir as metas de redução de desmatamento.

- florestas públicas não destinadas são 56% estaduais e 44% federais, porém a maior parte do desmatamento ocorre nas áreas federais. Em sobreposição a essas áreas, existem inúmeros imóveis rurais cadastrados no CAR, na esperança de futura regularização fundiária.

- sugestões para as políticas climática e de controle do desmatamento: i) comando e controle inteligente nas ações de prevenção e controle do desmatamento, resgate do PPCDAm; ii) destinar florestas públicas, para conter grilagem, cancelar CARs irregulares nessas áreas; iii) consolidar economias de base florestal; iv) florestas privadas, fortalecidas pela implementação do CAR; v) produção sustentável nos assentamentos rurais, apoiada pela assistência técnica e extensão rural.

**Carlos Nobre**, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP:

- 6º relatório do IPCC demonstrou que o aumento na intensidade e frequência de eventos climáticos extremos (ondas de calor, inundações) já ultrapassaram os limites da variabilidade natural e possuem significativa influência antropogênica, em todos os biomas.

- na Amazônia foram registradas secas extremas em 2005, 2010, 2015, 2016 e 2020 e inundações em 2009, 2012, 2017 e 2021. No Pantanal, secas recordes em 2019, 2020, 2021, com aumento massivo das queimadas.



SF/21006.42601-09



Cerrado, secas em 2020 e 2021. Secas recentes no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No Nordeste, prolongado período de seca entre 2012 e 2018.

- na COP-15, o Brasil anunciou plano voluntário de redução de emissões de GEE, com metas para 2020, entre elas redução de desmatamento em 80% para Amazônia e 40% para o Cerrado. Em 2020, a taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal superou os 11.000 km<sup>2</sup>/ano, valor muito acima do compromisso voluntário assumido pelo Brasil e aprovado pelo Congresso Nacional na lei da PNMC.

- no Brasil as emissões vêm aumentando na pandemia, devido ao desmatamento crescente e ao uso de termelétricas, principalmente. Em contrapartida, no mundo as emissões caíram em média 7%, boa parte devido à redução do uso de veículos.

- Amazônia é de grande importância para o armazenamento de carbono e para a formação de chuvas nos Andes e na bacia hidrográfica do rio Paraná.

- 17% da Floresta Amazônica se encontram em variados estágios de degradação. O sul da Amazônia, em específico, dá sinais de estar sofrendo savanização, com aumento da temperatura, redução do regime de chuvas, mudança no período de início da estação chuvosa. A conversão para um ambiente de savana faz com que a área passe a emitir mais carbono do que consegue reter.

- é necessária uma mudança de atitude na proteção da Amazônia. Desenvolver uma bioeconomia que valorize a floresta em pé, com rios saudáveis e beneficiando a população amazônica, especialmente povos indígenas, populações tradicionais e população em geral. Trazer o



SF/21006.42601-09



setor privado, com a sociedade civil e a comunidade internacional, para atuarem em conjunto.

**Felipe Nunes**, Pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

- política climática brasileira deve se centrar, necessariamente, em mudança de uso do solo e desmatamento, pois essa é a área que mais impacta na variação das emissões brasileiras. O sucesso ou insucesso da política climática brasileira está associado à trajetória das políticas de combate ao desmatamento. O PPCDAm foi o principal instrumento de política pública nessa seara, com sucesso reconhecido nacional e internacionalmente, e infelizmente foi descontinuado.

- fiscalização ambiental é fundamental para controlar as atividades legais e inibir atividades ilegais. É um sinal que é dado aos atores econômicos de que a lei deve ser seguida. De 2008 a 2020, houve uma redução do número de autos de infração para crimes contra a flora na Amazônia Legal, redução acentuada a partir de 2016. Após 2016, também, houve queda significativa na quantidade de embargos, de multas pagas e de autos de infração julgados administrativamente. Estados brasileiros suprimiram parte desse vácuo na fiscalização e estão fiscalizando e multando mais, porém de forma limitada.

- custo-efetividade da fiscalização tem piorado, ou seja, o custo para emissão de cada auto de infração tem sido mais alto, sobretudo com a adoção de operações de GLO, que elevaram os custos. Os dez municípios onde ocorre maior desmatamento no Brasil receberam menos fiscalização ambiental e menos autos de infração.



SF/21006.42601-09



47  
44

- o aumento do desmatamento tem como causa o desmonte das agências ambientais. As operações de GLO, sem liderança técnica dos órgãos ambientais fiscalizadores, resultaram em aumento da ineficiência das ações de fiscalização.

- sugestões para as políticas ambiental e de controle do desmatamento: i) simplificar rito sancionador; ii) recompor quadro de analistas e fiscais do IBAMA e Instituto Chico Mendes; iii) restringir acesso aos cargos de gestão para os analistas de carreira ou com comprovada experiência na área; e iv) apoiar os estados para que tornem os ganhos na governança ambiental permanentes.

**Muni Lourenço Silva Júnior**, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) e membro da CNA:

- Brasil possui legislação ambiental das mais completas e rigorosas do mundo. Bioma Amazônia está no topo da agenda climática mundial, com dimensão social desafiante. É o lar de 25 milhões distribuídos em mais de 500 cidades, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Na área rural, existe pouco mais de 1 milhão de produtores rurais, sendo 89% deles pequenos produtores.

- comando e controle não são suficientes para resolver o problema ambiental na Amazônia. É necessário que o Estado forneça saúde, segurança, educação, infraestrutura e assistência técnica e extensão rural. Devem ser separadas as atividades lícitas das ilícitas.

- é necessário aprimorar mecanismos de detecção e monitoramento do desmatamento. Devem-se separar dados de desmatamento legal e ilegal e integrar bases de dados federais e estaduais.



SF/21006.42601-09



Órgãos ambientais precisam analisar e validar dados do CAR, para identificar passivos ambientais e potencializar a regularização ambiental.

- Cadastro Ambiental Rural teve ampla adesão, com 6.472.624 cadastros, compondo 64% do território brasileiro. As áreas de preservação permanente compõem 4% desse território e a reserva legal 25%, sob responsabilidade da iniciativa privada.

- licenciamento ambiental e fiscalização são deveres dos estados, e o Ibama deve fazer atuação supletiva, conforme Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

- Congresso Nacional deve aprovar marcos legais para superar problemas ambientais do passado, em especial o projeto de lei geral do licenciamento ambiental, o marco legal sobre regularização fundiária, projeto de lei sobre MIF. O PSA depende de implementação de mecanismos e regulamentação.

- países desenvolvidos não estão cumprindo a obrigação de repasse de 100 bilhões de dólares por ano a países em desenvolvimento.

### **Terceira audiência (15/10/2021): representantes do poder público**

**Fernando Silveira Camargo**, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

- Brasil, que era importador de alimentos na década de 1970, se tornou um dos principais exportadores de alimentos no mundo, atendendo atualmente cerca de 900 milhões de pessoas, em 182 países.



- dados sobre produção e uso e ocupação do solo com agricultura: aumento entre 486% na produção agropecuária com expansão de 40% na área cultivada, nas últimas décadas. Da área total do Brasil, cerca de 8% são utilizadas para agricultura e 21% para pastagens. Aproximadamente 70% das áreas de pastagens apresentam algum grau de degradação.

- agronegócio responde por cerca de 25% do Produto Interno Bruto nacional e deve continuar crescendo, porém indica que esse crescimento não implica abertura de novas áreas nem incentivo ao desmatamento ilegal, pois há muitas áreas degradadas a serem aproveitadas.

- Brasil deve aumentar sua taxa de ocupação de gado. É possível subir a média de meio animal por hectare para dois animais por hectare.

- novo programa de Agricultura de Baixo Carbono pelo MAPA será lançado em meados de outubro, com meta de recuperação de 30 milhões de pastagens degradadas.

**Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi**, Secretária Substituta da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- desmatamento é um grande desafio a ser superado, principalmente na agenda do clima. A mudança de uso da terra é responsável por 22% das emissões, segundo a 4ª Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.



SF/21006.42601-09



- Exército é fundamental para apoio logístico às operações de combate ao desmatamento, Polícia Federal atua nos crimes ambientais e outros crimes associados.

- Governo Federal dobrou o orçamento para o Ibama e Instituto Chico Mendes, foram acrescentados 270 milhões de reais ao MMA.

- Ministério da Economia autorizou a realização de concursos para o Instituto Chico Mendes e o Ibama, com pouco mais de 700 vagas. Autorizou atuação de 3.000 militares das Forças Armadas e 700 da Força Nacional para atuarem contra o desmatamento da Amazônia Legal;

- para o combate aos incêndios florestais, o MMA possui parceria com o Ministério da Justiça, Ibama, ICMBio e corpos de bombeiros dos estados em um programa denominado Guardiões dos Biomas.

- No Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, o Governo manifestou interesse em revisar a Política Nacional sobre Mudança do Clima e atualizar as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa propostas.

- Plano de Crescimento Verde vai incorporar ações destinadas a geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável. É intenção do País fazer essa transição para uma economia de baixo carbono (economia verde). Essa é uma das propostas que o Brasil deve levar à COP-26.

**Hugo Chudyson Araújo Freire**, Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU):



SF/21006.42601-09



- fez breve apresentação e cedeu seu tempo ao colega Rafael Lopes Torres para explicar recente auditoria do TCU na área de mudança do clima;

**Rafael Lopes Torres**, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU):

- TCU realizou auditoria operacional sobre prevenção e combate do desmatamento, atendendo a pedidos de duas comissões da Câmara dos Deputados, que culminou no Acórdão 1.758/2021 – Plenário, de 22/7/2021. Focos do trabalho: governança da PNMC e fiscalização realizada pelo Ibama.

- governo federal promoveu alterações na governança em 2019 e 2020. Em janeiro de 2019, foi extinta a unidade encarregada de tratar do desmatamento no MMA. Em abril do mesmo ano, decreto do Executivo extinguiu uma série de órgãos colegiados, entre eles a comissão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Apenas em novembro de 2019, foi criada a Comissão-Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG). Em agosto de 2020 foi criada unidade no MMA responsável pelo controle de desmatamento.

- deficiências no atual plano de controle do desmatamento. PPCDAm foi encerrado formalmente em abril de 2020. No mesmo mês foi lançado plano de controle do desmatamento, não específico para a Amazônia, que trazia apenas conjunto geral de diretrizes. Em novembro de 2020, foi aprovado o Plano Operativo 2020-2023, mais detalhado, com atividades, mas carece de elementos relevantes para sua adequada configuração.



SF/21006.42601-09





- ausência de definição clara das competências dos principais atores envolvidos na formulação e coordenação da política de prevenção e combate do desmatamento ilegal na Amazônia Legal. Há sobreposições e conflitos nas competências dos três principais órgãos responsáveis por ditar a política de controle do desmatamento: MMA, Conselho Nacional da Amazônia Legal e Conaveg.

- cada vez menos sociedade civil, setor privado, órgãos do poder público em todos os níveis têm participado do planejamento de políticas ambientais de uma forma geral. Isso tem gerado um desinteresse generalizado pelo tema.

- relatório identificou que mensagens de autoridades do Poder Executivo Federal têm prejudicado o desempenho do Ibama na fiscalização para o combate ao desmatamento e potencialmente incentivado a prática de atos que geram aumento do desmatamento ilegal na Amazônia Legal. Foi identificado aumento na violência contra fiscalização do Ibama.

- inadequação do emprego da GLO no combate ao desmatamento. O relatório traz limitações de ordem jurídica para uso da GLO, aponta falta de expertise das Forças Armadas para coordenar operações de combate ao desmatamento.

- carência de servidores no Ibama tem impactado negativamente a fiscalização ambiental, deficiências no processo de escolha e nomeação para cargos estratégicos do Ibama, vacâncias por períodos prolongados, bem como fragilização do porte de armas dos fiscais.



- ausência de estratégia de comunicação social por parte do Ibama para promover a dissuasão da prática de ilícitos ambientais. Redução da publicidade de operações de fiscalização.

- TCU determinou ao MMA apresentação de Plano de Ação a ser executado em 120 dias para endereçar as falhas detectadas e encaminhou recomendações aos diversos atores envolvidos. Após esse prazo, o Tribunal realizará monitoramento do cumprimento das decisões.

**Marcos de Castro Simanovic**, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes):

- introdução sobre área protegidas, categorias de unidades de conservação, seus usos e finalidades, composição dos conselhos consultivos e deliberativos, plano de manejo.

- Instituto Chico Mendes possui sob sua gestão 334 unidades de conservação no País, cerca de 170 milhões de hectares. Porém, essas unidades não estão totalmente implementadas, muitas ainda carecem de estrutura e algumas estão bem implementadas.

- desmatamento sob responsabilidade do Instituto é o que ocorre dentro de unidades de conservação federais. Essas unidades, em geral, não possuem cercamento. A mata da unidade não possui limite, os animais que ali habitam transitam entre áreas protegidas e não protegidas, existem populações que habitam no interior de unidades e outras que habitam as suas margens, o que enseja um processo de regularização fundiária.



SF/21006-42601-09



- desmatamento e incêndios florestais demandam atuação integrada com órgãos do governo, Ibama, corpos de bombeiro dos estados e sociedade em geral. Instituto Chico Mendes tem participado de ações de campo, para vivenciar os problemas de desmatamento, queimadas e observado demandas de populações tradicionais.

- A autarquia federal tem como objetivo ampliar o número de brigadistas, de equipamentos, de veículos e tecnologias para prevenção e controle de queimadas e desmatamento. Queima prescrita em unidades de conservação e implementação de aceiros têm sido utilizadas no manejo de incêndios. Mesmo com muitos recursos e tecnologia os incêndios inevitavelmente acontecerão, exemplo disso são os recorrentes incêndios na Califórnia, Estados Unidos.

- é necessária presença recorrente em pontos estratégicos para o desmatamento, para que as autuações ocorram no início do processo de desmatamento e que se evite a reincidência em crimes ambientais.

**Nabil Moura Kadri**, Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

- BNDES foi a primeira instituição financeira a emitir *green bonds* em 2017 para conseguir recursos do exterior para agenda verde no Brasil, bem como letras financeiras verdes.

- BNDES é o maior financiador global para energias renováveis, apoia a implementação do CAR, dos seis milhões de cadastros realizados, um milhão foi viabilizado com apoio de recursos do Banco, especialmente para pequenos agricultores.



SF/21006.42601-09



- BNDES lançou portal para acompanhamento do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde é possível acompanhar o estágio de cumprimento das metas e em que medida o Banco tem apoiado cada objetivo, em especial o ODS nº 13 relacionado à Mudança do Clima.

- BNDES criou crédito ESG (*Environmental, social and corporate governance*, na sigla em inglês), associado a metas ambientais (inventário de carbono, redução de emissões), no qual o atingimento dessas reduz da taxa de juros no financiamento obtido.

- BNDES possui o crédito garagem, programa que incentiva empreendedorismo inovador, este ano foi voltado a *startups* de impacto, duas delas atuantes na área de sustentabilidade e tecnologia.

**Samuel Vieira de Souza**, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama):

- Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama atua em três vertentes: i) fiscalização ambiental, combate ao desmatamento e demais ilícitos ambientais; ii) prevenção e controle de emergências ambientais; e iii) incêndios florestais, por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

- em junho de 2021, além do orçamento regular, houve suplementação de crédito de 198 milhões de reais para prevenção e controle de desmatamento e incêndios florestais.



SF/21006.42601-09



- do total de servidores do Ibama apenas uma pequena parte possui competência para realizar fiscalização, somente os que fizeram curso específico de fiscalização e foram indicados por Portaria do Ibama. Dos pouco mais de 3.000 servidores do Ibama, apenas 668 podem fazer fiscalização ambiental. Sendo que 281 estão aptos e 377 inaptos, por razões de idade avançada e comorbidades. A idade média dos fiscais ambientais é de 51 anos, ou seja, uma força de trabalho de idade mais avançada para realizar atividade que exige bastante esforço, por conta dos longos deslocamentos até chegar ao local das operações.

- em 2021 o Ministério da Economia autorizou realização de concursos público para o Ibama, com previsão de contratação de 568 novos servidores, 400 a 450 serão direcionados para a atividade de fiscalização.

- número de autos de infração aumentou de 1597 no primeiro trimestre para 2544 no terceiro trimestre, contudo quantidade de autos de infração não reflete necessariamente efetividade nas ações de fiscalização.

- número de operações de fiscalização ambiental aumentou de 501 no primeiro trimestre para 829 no terceiro trimestre, nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

- logística é um grande gargalo nas ações de fiscalização ambiental, por isso é fundamental essa articulação com as Forças Armadas, por meio das operações de GLO, e o CNAL para obter esse apoio na retirada do material apreendido.

- está sendo implementada parceria com o Ministério da Justiça com alocação de 350 agentes da Força Nacional nos municípios com maiores



SF/21006.42601-09



índices de desmatamento. Ibama fornece informações sobre áreas desmatadas, relatórios, e a Força Nacional faz trabalho de campo.

- Ibama tem se utilizado de fiscalização remota, com notificação e autuação sem estar presente, com base em imagens obtidas pelo INPE e pelo Comitê Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

- com relação ao combate aos incêndios, 2021 foi um ano com menor incidência de incêndios na Amazônia, com exceção dos estados do Mato Grosso e Tocantins. O Ibama tem atuado com foco na prevenção, educação e integração com os estados, na prevenção e combate a incêndios.

## 5. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

A presente avaliação de política pública se debruçou sobre as políticas adotadas pelo Poder Executivo e sobre os resultados observados nas áreas climática e florestal e considerou as sugestões trazidas por participantes das audiências públicas, representantes dos setores público, privado, da sociedade civil e de instituições de pesquisa. A partir desse conteúdo, elaboramos recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo, bem como uma proposição da modalidade Indicação, que encaminhamos anexa a este relatório.

### 5.1 Recomendações ao Poder Legislativo

- aprovação do PL nº 6.539, de 2019, que *altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, para atualizá-la ao contexto do Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima*, em tramitação no Senado Federal;



- aprovação do PL nº 5.482, de 2020, que *dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 233, de 2019, que inclui entre os princípios da ordem econômica a *manutenção da estabilidade climática* e determina que o poder público deverá *adotar ações de mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus efeitos adversos*, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação do PL nº 5.462, de 2019, que *dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados*, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação do PL nº 11.276, de 2018, que *institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo*, em tramitação na Câmara dos Deputados;

- apresentação de projetos de lei que criem áreas protegidas em áreas de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, com vistas a viabilizar sua proteção e uso sustentável, expandir o alcance das concessões florestais e minimizar a grilagem de terras públicas;

- realizar reforma tributária verde criando sistema de tributação que não apenas seja simplificado, mas também ofereça os sinais corretos quanto ao modelo de desenvolvimento sustentável pretendido para o País;



SF/21006-42601-09



- aumentar a alocação de recursos para programas e ações relacionados à política climática e à prevenção e controle do desmatamento quando da discussão e deliberação sobre Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

## 5.2 Recomendações ao Executivo

- regulamentar a estrutura de governança para execução da política climática e da política de prevenção e controle do desmatamento, evitando-se que as atribuições estejam em sobreposição, conflito ou sem órgão responsável;

- reativar o Fundo Amazônia, definindo diretrizes e estrutura de governança de comum acordo com seus principais doadores: Noruega, Alemanha e Petrobras;

- alavancar o Fundo Clima com recursos humanos e financeiros para que possa se constituir em instrumento efetivo de suporte à implementação de ações climáticas e de controle do desmatamento;

- aperfeiçoar o Plano Nacional para Controle do Desmatamento ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020 – 2023 e seu plano operativo em conformidade com o Acórdão nº 1.758/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União ;

- fortalecer o Ibama, o Instituto Chico Mendes e o MMA, por meio da reposição de cargos vagos mediante concurso público e da valorização da carreira de Especialista em Meio Ambiente. Estudar a ampliação do quadro de pessoal para atingimento das metas climáticas e de controle do desmatamento, notadamente para atingir desmatamento ilegal





zero até 2030. Garantir a esses órgãos dotação orçamentária superior, que seja suficiente para custear veículos, equipamentos, sistemas de monitoramento utilizados nas ações de prevenção e controle do desmatamento, bem como de planejamento das políticas públicas;

- resgatar o protagonismo dos órgãos ambientais na coordenação das operações de fiscalização para controle do desmatamento, atuando de forma integrada com órgãos ambientais estaduais e municipais, valendo-se do apoio logístico oferecido pelas Forças Armadas;

- quanto à fiscalização ambiental, simplificar rito sancionador, retomar o programa de conversão de multas em serviços ambientais, utilizar dados do SICAR, do MapBiomas e de outros sistemas confiáveis para autuar de forma remota ilícitos referentes a desmatamentos que estiverem comprovados por imagens, bem como comunicar autoridades competentes sobre os crimes;

- elaborar planos de ação para retirada de invasores de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Retomada da demarcação de Tis;

- promover a validação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Identificar irregularidades, sobreposições de áreas, autuar infratores, orientar produtores rurais para regularização da situação ambiental da propriedade. Cancelar CAR de propriedades rurais sobrepostas a Terras Indígenas e Unidades de Conservação;

- suspender processos de regularização fundiária nos casos em que houver desmatamento e ocupação após 22 de julho de 2008, data fixada pela Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), para regularização ambiental das propriedades rurais;



SF/21006.42601-09



61  
58

- planejar o uso das florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, criando unidades de conservação, áreas de concessão florestal e outros usos sustentáveis admitidos, evitando-se assim a expansão da grilagem de terras públicas;

- ampliar a participação do Plano ABC nos recursos disponibilizados pelo Plano Safra para pelo menos 20% do total;

- regulamentar a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, para impulsionar projetos de bioeconomia na Amazônia Legal, Cerrado e Pantanal, com financiamento público e privado e foco na valorização da floresta em pé;

- retomar a implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), promovendo a necessária articulação com estados e municípios, e realizar análise de custos e de oportunidades para adaptação, considerando o impacto da mudança do clima sobre a economia brasileira.

### 5.3 Encaminhamentos

Recomendamos o encaminhamento do presente relatório à Mesa Diretora, para posterior remessa às seguintes instituições:

- Presidência da República;
- Casa Civil da Presidência da República;



- Ministérios do Meio Ambiente; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Economia; das Relações Exteriores; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- Controladoria-Geral da União; Tribunal de Contas da União; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; e Ministério Público da União;
- Fórum Brasileiro de Mudança do Clima;
- Observatório do Clima e Observatório do Código Florestal; e
- Secretaria-Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês).



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no período 2019-2021 desenvolvida pela CMA traz à tona quadro preocupante de aumento nas emissões de GEE e nas taxas de desmatamento anual da Amazônia Legal. No período, foram observados também crescimento súbito no desmatamento do Cerrado e grande número de queimadas no Pantanal. O atual governo promoveu verdadeiro desmonte



nas políticas ambiental e climática, seja por meio da descontinuidade de políticas ambientais exitosas, seja pelo dismantelamento de estruturas institucionais ambientais. Órgãos ambientais seguem sendo sucateados, com orçamentos à míngua e grandes desfalques em seus quadros de pessoal.

A conjuntura atual põe em risco em primeiro lugar nosso patrimônio natural, florestas, fauna, flora e recursos hídricos. Ameaça também a credibilidade do País no concerto internacional de Nações. Não é essa uma visão apenas desta Relatora, desta Comissão ou desta Casa, comungam com essa visão membros da comunidade científica, empresas, governos estrangeiros e a maior parte da imprensa mundial.

É fundamental que o Brasil adote mudança de postura imediata na condução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento. O Poder Legislativo está fazendo sua parte, discutindo e deliberando sobre projetos positivos para agenda climática brasileira e para a proteção das nossas florestas. Mas não apenas isso. Esta Casa tem dado sua contribuição periódica ao Poder Executivo, apontando as falhas e indicando caminhos possíveis por meio das contribuições colhidas em suas avaliações de políticas públicas.

Assim, esperamos que o Brasil retorne aos trilhos do desenvolvimento sustentável e de uma economia carbono neutra. Esse é o futuro que merecem as atuais e futuras gerações.

Senadora ELIZIANE GAMA



SF/21006-42601-09



**ANEXO 1 - Minuta de Indicação ao Poder Executivo.**

Minuta

**INDICAÇÃO Nº DE 2021**

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir conjunto de medidas a serem tomadas para a adequada execução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento no País.



Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Meio Ambiente no processo de avaliação das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento ao longo do ano de 2021. Participaram do processo poder público, setor privado, sociedade civil, pesquisadores e diversos especialistas que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento dessas políticas. Foram indicados caminhos e alternativas para aprimorar a atuação do poder público na proteção do patrimônio natural brasileiro e no enfrentamento à mudança do clima.

As recomendações propostas são as seguintes:

1. Aprimorar estruturas de governança para execução da política climática e da política de prevenção e controle do desmatamento para evitar duplicidade ou conflito de atribuições, bem como promover participação dos entes federados e da sociedade civil;
2. Garantir mecanismos de fomento para ações climáticas e de prevenção e controle do desmatamento. Reativar o financiamento de projetos pelo Fundo Amazônia, definindo estrutura de governança em conjunto com os países doadores. Dotar o Fundo Clima com



recursos humanos e financeiros para que possa se constituir instrumento efetivo de fomento.

3. Aperfeiçoar o Plano Nacional para Controle do Desmatamento ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020 – 2023 e seu plano operativo em conformidade com o Acórdão nº 1.758/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4. Fortalecer os órgãos federais de meio ambiente por meio da reposição de cargos vagos mediante concurso público, bem como estudar a ampliação do quadro de pessoal e do orçamento de forma que seja compatível para atingimento das metas climáticas e de controle do desmatamento.

5. Fiscalização ambiental: simplificar rito sancionador, retomar o programa de conversão de multas em serviços ambientais, utilizar dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), do MapBiomas e de outros sistemas confiáveis para autuar de forma remota desmatamentos que estiverem comprovados por imagens, bem como comunicar autoridades policiais sobre os crimes.

6. Validar dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Cancelar CAR de propriedades rurais sobrepostas a Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Identificar irregularidades, sobreposições de áreas, autuar infratores, orientar produtores rurais para regularização da situação ambiental da propriedade.

7. Planejar o uso das florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, criando unidades de conservação, áreas de concessão florestal e outros usos sustentáveis admitidos, evitando-se assim a expansão da grilagem de terras públicas.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal, avaliou a política climática brasileira em duas oportunidades. Em 2019, foi realizada análise completa da Política Nacional sobre Mudança do Clima desde a sua criação em 2009, mediante a edição da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Em 2021, o escopo da avaliação, desenvolvida na Comissão de Meio Ambiente, foi a execução da política climática e de prevenção e controle do desmatamento no período 2019-2021.

A Comissão recebeu representantes do poder público, da sociedade civil, do setor privado, pesquisadores, especialistas que discutiram



SF/21006.42601-09



desafios e soluções na execução dessas políticas. O relatório final da Comissão consolida esses achados e caminhos e apresenta conjunto de soluções destinadas não só ao Poder Executivo, mas também ao Poder Legislativo.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Nesse sentido, reunimos os sete itens que julgamos fundamentais e encaminhamos à consideração de Vossa Excelência. As medidas propostas envolvem aprimoramento da governança e das políticas ambientais, fortalecimento dos órgãos ambientais, ampliação dos mecanismos de fomento a políticas ambientais, aprimoramento da fiscalização ambiental, utilização mais ativa dos dados do Cadastro Ambiental Rural e planejar do uso de florestas públicas não destinadas, para evitar grilagem de terras.

Esperamos que, com a adoção dessas medidas, o Brasil possa reduzir as taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e suas emissões de gases de efeito estufa. Esse cenário propicia a salvaguarda do nosso patrimônio natural, fauna, flora, recursos hídricos e direciona nossa economia para sua descarbonização.

Sala das Sessões,

Senadora Eliziane Gama



SF/21006-42601-09





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

67

**Reunião:** 31ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 27 de Outubro de 2021 (Quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Confúcio Moura		1. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
VAGO		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)		4. Eliane Nogueira (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)		5. Esperidião Amin (PP)	Presente
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	
Rodrigo Cunha (PSDB)		2. Roberto Rocha (PSDB)	
Lasier Martins (PODEMOS)		3. Styvenson Valentim (PODEMOS)	
Alvaro Dias (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Carlos Fávaro (PSD)	Presente	1. Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente
Otto Alencar (PSD)		2. Carlos Viana (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT)	Presente
Telmário Mota (PROS)		2. Paulo Rocha (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	2. Leila Barros (CIDADANIA)	







## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

### LISTA DE PRESENÇA

**Reunião:** 31ª Reunião, Extraordinária, da CMA

**Data:** 27 de Outubro de 2021 (Quarta-feira), às 08h30

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

### NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel

Zenaide Maia



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(REQ 2/2021 - CMA)**

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVA O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NO PERÍODO DE 2019-2021 (REQ Nº 2/2021-CMA), DA SENADORA ELIZIANE GAMA, COM AS INCLUSÕES SOLICITADAS AO LONGO DA DISCUSSÃO PARA RECOMENDAR APROVAÇÃO DO PL Nº 5.462 DE 2019 E REMETER O RELATÓRIO À SECRETARIA-EXECUTIVA DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER FAVORÁVEL À APRESENTAÇÃO DE INDICAÇÃO AO PODER EXECUTIVO (ANEXO I) E ÀS RECOMENDAÇÕES E AOS ENCAMINHAMENTOS CONSTANTES DO ITEM 5.

27 de Outubro de 2021

Senador JAQUES WAGNER

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 2, DE 2021**

*Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017, com foco especial na avaliação do que estabelece o inciso III do art. 6º da referida lei, que trata dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, em face dos aumentos expressivos de desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021.*

Encerrada a instrução da matéria que concluiu pela apresentação da Indicação nº 14, de 2022 (apresentada como conclusão do Parecer nº 15, de 2021-CMA, e renumerada para constar no Diário do Senado Federal, devido à não publicação na edição de 29 de outubro de 2021).

A Indicação será encaminhada à autoridade competente e o Requerimento retorna à Secretaria-Geral da Mesa para outras providências elencadas no Parecer.





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 15, DE 2022

Sugere, ao Ministro de Estado do Turismo, a inclusão da Feira de Agronegócios Ponta Agrotec no Calendário Oficial de Feiras e Eventos.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**INDICAÇÃO Nº , DE 2022**

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo a inclusão da Feira de Agronegócios Ponta Agrotec no Calendário Oficial de Feiras e Eventos.



Com fundamento nos arts. 224, inciso I, e 226, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro Do Turismo sugestão para que no Calendário Oficial de Feiras e Eventos conste a mais nova feira de agronegócios do país: **Ponta Agrotec**.

**JUSTIFICAÇÃO**

O agronegócio no Brasil desempenha um papel de grande importância na economia nacional e é referência no mundo, com previsões de mais crescimento nos próximos anos.

Destaco a importância da iniciativa da prefeitura do município de Ponta Porã através do prefeito, Hélio Peluffo Filho, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Indústria, Comércio e Turismo, secretário Caio Augusto César de Souza Moraes e da diretora executiva do Majestic Hall Eventos, Sra. Adriana Ghatas Mezher, pela idealização da mais nova feira de agronegócio do país: Ponta Agrotec. A 1º edição está planejada para ocorrer entre os dias 5 e 8 de maio de 2022.

Segundo o Ministério da Agricultura, Ponta Porã se destaca no agronegócio de Mato Grosso do Sul com uma produção de R\$ 2,3 bilhões, a





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

segunda maior em valores. No ranking nacional, ocupa a 16ª posição. O levantamento foi realizado com base na produção do ano de 2020.

Com a Ponta Agrotec, o mundo do agronegócio ganha mais um espaço para movimentar a economia local e gerar empregos. O evento vai possibilitar novas oportunidades para o desenvolvimento do campo e proporcionar o acesso a novas tecnologias e a informações para auxiliar o produtor rural.

Por esta razão encaminho a presente Indicação, que contém sugestão ao Ministério do Turismo para inclusão da Ponta Agrotec no calendário oficial.

**Senador NELSINHO TRAD**  
PSD-MS



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059217&filename=PDL-438-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059217&filename=PDL-438-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2037237&filename=TVR+78/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037237&filename=TVR+78/2020)



[Página da matéria](#)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.430, de 22 de março de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 205/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226685496200>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 438/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059242&filename=PDL-445-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059242&filename=PDL-445-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2026522&filename=TVR+92/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026522&filename=TVR+92/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 412, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 206/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220506297400>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 445/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2021

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059268&filename=PDL-449-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059268&filename=PDL-449-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1990305&filename=TVR+231/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1990305&filename=TVR+231/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.046, de 28 de setembro de 2017, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 207/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225910188600>







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059299&filename=PDL-456-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059299&filename=PDL-456-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2026529&filename=TVR+103/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026529&filename=TVR+103/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.836, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 5 de março de 2012, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 208/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223122178000>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 456/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059318&filename=PDL-462-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059318&filename=PDL-462-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2037273&filename=TVR+18/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037273&filename=TVR+18/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.031, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de agosto de 2015, a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 209/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224830124100>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 462/2021.

\*CD224830124100\*  
exEdit



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059340&filename=PDL-469-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059340&filename=PDL-469-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2015800&filename=TVR+122/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2015800&filename=TVR+122/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.171, de 2 de maio de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 210/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224716974500>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 469/2021.

\*CD224716974500\*  
exEdit



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2059382&filename=PDL-480-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059382&filename=PDL-480-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2037493&filename=TVR+27/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037493&filename=TVR+27/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.926, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 25 de novembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 211/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229641589900>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 480/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2062797&filename=PDL-493-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2062797&filename=PDL-493-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2026033&filename=TVR+435/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026033&filename=TVR+435/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.580, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 212/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

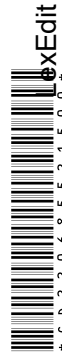
Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220685521500>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2062920&filename=PDL-510-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2062920&filename=PDL-510-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2017893&filename=TVR+5/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2017893&filename=TVR+5/2020)



[Página da matéria](#)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 671, de 6 de maio de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 213/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224273860600>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 510/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2062923&filename=PDL-511-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2062923&filename=PDL-511-2021)

- [Documentação complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2019608&filename=TVR+129/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2019608&filename=TVR+129/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 115, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 7 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 214/2022/PS-GSE

Brasília, 22 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221158167400>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 512, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2062928&filename=PDL-512-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2062928&filename=PDL-512-2021)

- [Documentação Complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2026122&filename=TVR+123/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026122&filename=TVR+123/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.629, de 12 de junho de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 215/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223217511200>







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 517, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063090&filename=PDL-517-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063090&filename=PDL-517-2021)

- [Documentação Complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2015797&filename=TVR+118/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2015797&filename=TVR+118/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 711, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n° 216/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227719712300>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 517/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 519, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063097&filename=PDL-519-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063097&filename=PDL-519-2021)

- [Documentação Complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2050656&filename=TVR+362/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2050656&filename=TVR+362/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.578, de 12 de junho de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 217/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 519, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220500144500>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063112&filename=PDL-523-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063112&filename=PDL-523-2021)

- [Documentos Complementares](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2037613&filename=TVR+41/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037613&filename=TVR+41/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.365, de 14 de março de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 21 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 218/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228838956800>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063118&filename=PDL-524-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063118&filename=PDL-524-2021)

- [Documentos Complementares](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2017141&filename=TVR+343/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2017141&filename=TVR+343/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.845, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 219/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228918714500>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063125&filename=PDL-526-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063125&filename=PDL-526-2021)

- [Documentos Complementares](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2016489&filename=TVR+322/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2016489&filename=TVR+322/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.218, de 5 de julho de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 220/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

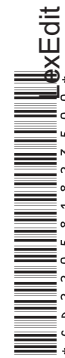
LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220581823500>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 526/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063128&filename=PDL-527-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063128&filename=PDL-527-2021)

- [Documentação Complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2029675&filename=TVR+208/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2029675&filename=TVR+208/2020)



[Página da matéria](#)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2016, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 221/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223723011900>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 540, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063192&filename=PDL-540-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063192&filename=PDL-540-2021)

- Documentação Complementar

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2037248&filename=TVR+8/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037248&filename=TVR+8/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 17 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 222/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225937330800>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 540/2021.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2063217&filename=PDL-548-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063217&filename=PDL-548-2021)

- [Documentação Complementar](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2019440&filename=TVR+261/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2019440&filename=TVR+261/2020)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.146, de 1º de dezembro de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 223/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227856811900>







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 563, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2067426&filename=PDL-563-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2067426&filename=PDL-563-2021)

- [Documentos Complementares](#)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2035918&filename=TVR+155/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2035918&filename=TVR+155/2021)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.456, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de março de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 224/2022/PS-GSE

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223632411500>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 563/2021.



Os Projetos de Decreto Legislativo n<sup>os</sup> 438, 445, 449, 456, 462, 469, 480, 493, 510, 511, 512, 517, 519, 523, 524, 526, 527, 540, 548 e 563/2021vão à CCT, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 25/3/2022 a 31/3/2022.



## Pareceres aprovados em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 1, DE 2022

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 3603, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Confúcio Moura

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner

23 de Março de 2022



2



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## PARECER Nº 1, DE 2022

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.*



Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 3.603, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.*

O PL é composto por 6 (seis) artigos.

O art. 1º estabelece o objetivo principal do projeto: estabelecer consumo racional de energia elétrica e de água na administração pública federal. Os §§ 1º e 3º elencam o conjunto de medidas que se servem a esse propósito, a exemplo dos dispositivos hidráulicos economizadores de água, programas de vistoria periódica para manutenção, planos de logística sustentável, educação ambiental e, na parte de energia elétrica, avaliação da eficiência energética de equipamentos, substituição por produtos com maior eficiência energética, metas de redução do consumo de energia e utilização de fontes de energia renovável.



---

2<sup>3</sup>

O art. 2º estipula prazo de 2 (dois) anos para órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da administração pública federal se adequarem ao disposto na Lei, por meio de certificação ambiental, desde que haja viabilidade técnica e econômica.

O art. 3º condiciona a ocupação e o funcionamento de órgãos e entidades da União em edificações novas ou em construção à obtenção da certificação e adoção das medidas para uso racional de água e energia elétrica.

O art. 4º altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (nova lei geral de licitações e contratos), para que a *construção, a reforma, a compra e a locação de imóvel a ser usado pela administração pública federal* adotem padrões construtivos e tecnológicos que objetivem: i) uso racional de energia elétrica, preferencialmente por meio de energia renovável; e ii) medidas cabíveis de economia e otimização do uso da água.

O art. 5º estabelece que o descumprimento da presente lei configura infração administrativa ambiental, por violar *regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente*.

O art. 6º institui como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar de sua aprovação.

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação ao mérito, saudamos o Senador Veneziano Vital do Rego pela admirável iniciativa. Se queremos construir uma sociedade mais justa e sustentável, o primeiro passo é cobrar do poder público uma postura exemplar quanto uso racional de água e energia elétrica, com adoção

gc2022-02624



SF/22526.7115-00





00100.038221/2022-46  
SF/22526.71115-00

4

3

cada vez mais de energias renováveis, sobretudo a fotovoltaica, para que assim empresas e cidadãos sejam inspirados a seguirem o mesmo caminho. O comprometimento do poder público com essa causa não é pequeno, pois o projeto exige que seja apresentada certificação ambiental para prédios novos e em construção, além de aplicação de infração administrativa ambiental ao gestor público que não seguir os critérios legais.

Embora muitos órgãos e entidades já tenham implementada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), espera-se que o conjunto de medidas para uso racional de água e energia elétrica, verificadas mediante certificação ambiental, incentive aqueles que estiverem pouco engajados e traga novos elementos a serem observados pelos que já estejam envolvidos com a A3P. Ademais, a depender da viabilidade em cada edificação, seria desejável que os prédios fossem equipados com sistemas de geração de energia fotovoltaica, aproveitamento de água de chuva e reúso de água, soluções cada dia menos custosas, que reduzem os impactos ambientais da atividade pública e que incentivam o setor privado pelo lado da demanda, haja vista o peso da Administração como consumidora desses serviços.

De nossa parte, trazemos contribuições ao projeto com quatro emendas que apresentamos ao final.

A primeira emenda propõe nova redação ao art. 1º para mencionar que a Lei deve ser observada desde o momento da elaboração do “Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)” de cada órgão ou entidade pública, instrumento mencionado no inciso IV do *caput*. Para evitar repetição, suprimimos esse inciso. A viabilidade técnica e econômica das medidas de uso racional da água e energia passa a ser tratada no art. 2º da proposição. Fizemos também ajuste de redação nos incisos I e II do *caput* para padronizar em todo o projeto de lei as listas de incisos, que passam a ser iniciadas na forma mais concisa, sem os artigos definidos “a” e “o”.

A segunda emenda dá nova redação ao art. 2º do projeto e amplia o prazo de adaptação da Administração Pública federal para 4 (quatro) anos, contados da data de publicação da lei resultante da aprovação do projeto, estipulando ainda o prazo de 2 (dois) anos para elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica. Nesse artigo, trouxemos em dois parágrafos os requisitos a serem observados na análise de viabilidade.

gc2022-02624



5  
4

A terceira emenda confere redação mais objetiva ao art. 3º e incorpora conteúdo do antigo art. 2º, relativo à certificação de prédios públicos quanto a eficiência energética e otimização do consumo de água.

Na quarta emenda, optamos por suprimir o art. 5º do PL por considerarmos que é mais pertinente a fiscalização do cumprimento da Lei por parte dos órgãos de controle interno e externo do que por pelo órgão de fiscalização ambiental no nível federal, que é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com a retirada do artigo, foi necessário renumerar o art. 6º para artigo 5º.

Em conclusão, o projeto na nossa avaliação é meritório, oportuno, e as emendas que apresentamos são no sentido de aperfeiçoar seu texto e garantir boa aplicabilidade da norma que será produzida.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.603, de 2021, com as quatro emendas que se seguem:

### EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A Administração Pública federal deverá, quando da elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), estabelecer medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica e uso da água nas edificações ocupadas por seus órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas dependentes da União.

§ 1º Consideram-se medidas de economia e otimização do uso de água, entre outras:

I – instalação de equipamentos que visem ao uso racional da água, ao aproveitamento de águas pluviais e ao reúso da água e que sejam, principalmente, componentes de lavatórios, mictórios, bacias sanitárias, sistemas de descarga e outros dispositivos como torneiras, chuveiros, misturadores, irrigadores, aspersores e arejadores;

II – elaboração e execução de programa de vistorias periódicas com vistas à detecção e ao reparo de vazamentos e à substituição de



SF/22526.7115-00

gc2022-02624



6

5

tubulações, válvulas e registros, entre outras ações de natureza construtiva ou reparadora;

III – implementação de ações periódicas de monitoramento e avaliação do consumo de água;

IV – elaboração e implementação de programas de educação ambiental.

§ 3º Consideram-se medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica, entre outras:

.....”

## EMENDA Nº 2 – CMA

redação: Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, a seguinte

“**Art. 2º** A Administração Pública federal deverá, no prazo de até 2 (dois) anos, proceder aos estudos de viabilidade técnica e econômica nas edificações ocupadas pelos órgãos e entidades de que trata esta Lei, com vistas à adoção das medidas estabelecidas no art. 1º, que devem ser implementadas no prazo máximo de até 4 (quatro) anos.

§ 1º A viabilidade técnica referida no *caput* será atestada por meio de laudo elaborado por responsável técnico devidamente registrado em conselho profissional.

§ 2º A viabilidade econômica levará em conta a disponibilidade orçamentária.”

## EMENDA Nº 3 – CMA

redação: Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, a seguinte

“**Art. 3º** As novas edificações públicas deverão observar o disposto nesta Lei.

*Parágrafo único.* Os projetos para a construção de novas edificações públicas, aprovados após a data de entrada em vigor desta Lei, serão certificados nos âmbitos da eficiência energética e otimização do consumo de água pelos agentes designados pelo Poder Público.”

gc2022-02624



---

7  
6

## EMENDA Nº 4 – CMA

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, renumerando-se o atual art. 6º para art. 5º.

Sala da Comissão, 23 de março de 2022.

, Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,  
Relator



gc2022-02624





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 23 de março de 2022 (quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)			
Confúcio Moura (MDB)	Presente	1. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Carlos Viana (MDB)	
VAGO		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)	Presente	4. Eliane Nogueira (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)		5. Esperidião Amin (PP)	Presente
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Rodrigo Cunha (PSDB)		2. Roberto Rocha (PSDB)	
Lasier Martins (PODEMOS)		3. Styvenson Valentim (PODEMOS)	
Alvaro Dias (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)			
Carlos Fávaro (PSD)		1. Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente
Otto Alencar (PSD)		2. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT)	
Telmário Mota (PROS)		2. Paulo Rocha (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Fabiano Contarato (PT)	Presente	2. Leila Barros (CIDADANIA)	Presente





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

9

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 23 de março de 2022 (quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 3603/2021)**

**APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 3603 DE 2021 COM AS EMENDAS 1 A 4-CMA.**

23 de Março de 2022

Senador CONFÚCIO MOURA

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 2, DE 2022

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 4718, de 2019, do Senador Major Olímpio, que Dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner

**RELATOR:** Senador Plínio Valério

**RELATOR ADHOC:** Senador Confúcio Moura

23 de Março de 2022





**PARECER Nº , DE 2022**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE sobre o Projeto de Lei nº 4.718, de 2019, do Senador Major Olimpio, que *dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.*



RELATOR: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

**I – RELATÓRIO**

Encontra-se em exame na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) nº 4.718, de 2019, de autoria do Senador Major Olimpio, que *dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.*

O art. 1º da proposição expressa que sua finalidade é instituir incentivo fiscal no Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e no Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para doações para entidades sem fins lucrativos que executam projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

O art. 2º determina que as pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, respectivamente, até 80% (oitenta por cento) e até 40% (quarenta por cento) dos valores efetivamente doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, inclusive projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos e projetos para redução da poluição ambiental. O § 1º estabelece que a dedução do imposto de renda relativo aos incentivos fiscais previstos no art. 1º do PL



---

2<sup>3</sup>

nº 4.718, de 2019, não poderá exceder o limite de 4 % do imposto devido para as pessoas jurídicas e 6 % para as pessoas físicas. O § 2º veda o emprego da parcela incentivada das doações para remunerar, a qualquer título, membro de órgão dirigente das entidades executoras dos referidos projetos.

O art. 3º delibera que projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente resultantes da doação para entidades sem fins lucrativos, acompanhados de planilhas de custos, deverão ser o submetidos ao Ministério responsável pela Política Nacional de Meio Ambiente e, para serem aprovados, precisarão enquadrar-se nas diretrizes, prioridades e normas por ele estabelecidas.

O art. 4º do projeto ordena que, na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao contribuinte, a multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente

O art. 5º exige que o controle da execução e a avaliação final dos projetos, no exercício de suas atribuições específicas, será responsabilidade do Departamento da Receita Federal e do Ministério responsável pela Política Nacional de Meio Ambiente.

Finalmente, o art. 6º preceitua que a não execução, total ou parcial, do projeto, nos prazos estipulados em seu cronograma, obrigará a entidade beneficiada à devolução do valor do imposto que deixou de ser arrecadado, em termos proporcionais à parcela não cumprida do projeto, acrescido de juros e demais encargos previstos na legislação do imposto de renda.

Segundo o autor do PL nº 4.718, de 2019, a legislação ambiental de nosso país carece de instrumentos econômicos para estimular práticas sustentáveis e de maiores incentivos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais, ao possibilitar a destinação de recursos para projetos que preservem o meio ambiente.

jo2022-01860



SF/22441.52803-01



A matéria foi encaminhada para as Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) para análise, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto perante a CMA.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CMA opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre a proteção do meio ambiente, o controle da poluição e a conservação da natureza.

Com relação ao mérito, o PL nº 4.718, de 2019, visa criar incentivos fiscais relacionados ao IRPF e ao IRPJ tomando como base valores doados a entidades sem fins lucrativos para projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, a proposição promove a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no Brasil e mereceria ser aprovada.

Entretanto, apesar da análise dos aspectos econômicos e constitucionais pertencerem à CAE, somos obrigados a fazer considerações sobre essas matérias pois, lamentavelmente, existem visíveis desconformidades do projeto em relação às regras orçamentárias e constitucionais.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:



5  
4

- I) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A não observância dessas regras, além de descumprir a LRF, também viola o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), acrescido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, que estabelece que a proposição legislativa que crie ou que altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Portanto, entendemos que, devido às razões apresentadas, não existe a possibilidade de conceder o incentivo de natureza tributária na forma proposta pelo autor e, sendo assim, o PL nº 4.718, de 2019, deve ser rejeitado.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 4.718, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

jo2022-01860



SF/22441.52803-01



6

5

, Relator



jo2022-01860





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 23 de março de 2022 (quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)			
Confúcio Moura (MDB)	Presente	1. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Carlos Viana (MDB)	
VAGO		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)	Presente	4. Eliane Nogueira (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)		5. Esperidião Amin (PP)	Presente
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Rodrigo Cunha (PSDB)		2. Roberto Rocha (PSDB)	
Lasier Martins (PODEMOS)		3. Styvenson Valentim (PODEMOS)	
Alvaro Dias (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)			
Carlos Fávaro (PSD)		1. Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente
Otto Alencar (PSD)		2. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT)	
Telmário Mota (PROS)		2. Paulo Rocha (PT)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Fabiano Contarato (PT)	Presente	2. Leila Barros (CIDADANIA)	Presente





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

**Reunião:** ~~4ª Reunião, Extraordinária, da CMA~~

**Data:** 23 de março de 2022 (quarta-feira), às 08h30

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 4718/2019)**

**APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA  
COMISSÃO PELA REJEIÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.718 DE 2019.**

23 de Março de 2022

Senador JAQUES WAGNER

Presidente da Comissão de Meio Ambiente







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 1, DE 2022

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, que Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner

14 de Março de 2022



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**PARECER Nº , DE 2022**

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016 (Projeto de Lei nº 840, de 2011), do Deputado Chico Alencar, que *altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.*



SF/22982.95091-62

Relator: Senador **JAQUES WAGNER****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2016 (Projeto de Lei nº 840, de 2011, na origem), do Deputado Chico Alencar, que *altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.*

O PLC nº 16, de 2016, é formado por quatro artigos. O art. 1º indica o objeto da lei e seu respectivo âmbito de aplicação. O art. 2º altera a Lei nº 10.257, de 2001 (“Estatuto da Cidade”), para incluir, no conteúdo mínimo do plano diretor, diretrizes relacionadas à prevenção de enchentes, de deslizamentos de terra e de eventos similares. Além disso, dispõe que o plano diretor deverá ser compatível com os planos de recursos hídricos formulados de acordo com a Lei nº 9.433, de 1997, e fixa um prazo de dois anos para que os municípios se adequem à novas diretrizes que estabelece, sob pena de fazer os prefeitos incorrerem em improbidade administrativa. O art. 3º altera a Lei nº 11.445, de 2007, para exigir plano específico de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, compatível com o plano diretor, em locais caracterizados como de especial risco de enchentes,



deslizamentos de terra ou eventos similares. O art. 4º contém a cláusula de vigência, que se dará a partir da data da publicação da lei eventualmente resultante.

A proposição foi originalmente distribuída para a antiga Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e para esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 421, 441 e 779, de 2016; e 219, de 2018, foi estabelecida a tramitação em conjunto do PLC nº 16, de 2016, com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 13, 24, 51, 108, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. A aprovação do Requerimento nº 215, de 2018, conferiu urgência à tramitação do PLS nº 51, de 2015, fazendo com que aquela proposição e os demais projetos a ela apensados fossem apreciados pelo Plenário em 2018. O PLS nº 51, de 2015, foi então aprovado, e as demais proposições continuaram a tramitar em conjunto, exceto o PLC nº 16, de 2016, que passou a tramitar de forma autônoma, retornando às comissões definidas no despacho original.

Na atual Comissão de Meio Ambiente (CMA), o Senador Carlos Viana apresentou relatório com voto concluindo pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresentou. Em seguida, foi aprovado parecer favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), cujo objetivo foi, essencialmente, levar em consideração que o Projeto de Lei (PL) nº 840, de 2011, que deu origem ao PLC nº 16, de 2016, foi apresentado antes da edição da Lei nº 12.608, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e que, portanto, alguns dos dispositivos da proposição em análise já haviam sido contemplados nas alterações feitas no Estatuto da Cidade.

Nesta Comissão, a matéria foi inicialmente distribuída à Senadora Mara Gabrilli, cujo relatório não chegou a ser apreciado. Como a Senadora deixou de integrar a Comissão, a matéria foi redistribuída em março de 2021.

## II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a *proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios*. O PLC nº 16, de 2016, ao alterar o Estatuto da Cidade para incluir, no conteúdo mínimo do plano diretor, diretrizes relacionadas à prevenção de enchentes,

vc2021-09301



SF/22982.95091-62



de deslizamentos de terra e de eventos similares, é, portanto, objeto de análise nesta Comissão.

A iniciativa insere-se na competência da União para legislar sobre defesa civil e direito urbanístico (arts. 22, XXVIII, e 24, I, da Constituição Federal) e não incide sobre matéria de iniciativa reservada a outros Poderes. Nesse sentido, não há ressalvas a fazer quanto à constitucionalidade do PLC nº 16, de 2016.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento jurídico e tem poder coercitivo. Portanto, não apresenta vícios de juridicidade.

Com exceção de pequenos ajustes apontados adiante, não há ressalvas a fazer quanto à técnica legislativa usada no projeto e na emenda substitutiva aprovada na CMA, que estão redigidos em conformidade com o que preconiza a Lei Complementar nº 95, de 1998.

A proposição original foi apresentada na Câmara dos Deputados em 24 de março de 2011 e buscava responder à maior catástrofe climática da história do Brasil, ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro do mesmo ano, que resultou no desalojamento de cerca de 30 mil, na morte de 918 e no desaparecimento de 99 pessoas.

Eventos como esse motivaram a edição, já em outubro daquele mesmo ano, da Medida Provisória nº 547, de 2011, cujo principal objetivo foi “incorporar nas políticas urbanas municipais as componentes de planejamento e gestão voltadas para a prevenção e mitigação de impactos desses eventos, em especial dos associados a escorregamentos de encostas e processos correlatos”, conforme informa sua Exposição de Motivos.

A Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.608, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A Lei previu a instituição pela União de um “cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos”, cabendo aos municípios nele incluídos adotar uma série de providências preventivas.

O Estatuto da Cidade foi alterado para incluir, como diretriz de política urbana, a redução da exposição da população a riscos de desastres; instituir a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor nos municípios incluídos no cadastro; ampliar o conteúdo obrigatório do plano diretor nesses



SF/22982.95091-62



casos; e exigir a elaboração de um projeto específico de expansão urbana como condição para a ampliação do perímetro urbano.

O novo conteúdo obrigatório do plano diretor incluído na Lei coincide, em grande medida, com o previsto no projeto de lei em análise. Sua aplicação foi limitada, entretanto, apenas aos municípios incluídos no cadastro federal. Ocorre que, passados dez anos da edição da Lei, o cadastro não foi instituído. Soma-se a isso um forte questionamento quanto à constitucionalidade da fixação de obrigações para os municípios em decorrência de um ato administrativo da União, como seria a publicação do cadastro.

Entendemos que a técnica legislativa do PLC nº 16, de 2016, ao incluir as matérias pertinentes à prevenção de desastres no conteúdo obrigatório do plano diretor de todos os municípios, é mais adequada que a do Estatuto da Cidade, que condicionou essa exigência à inclusão ou não em um cadastro federal.

Assim sendo, apresentamos subemendas à emenda substitutiva aprovada pela CMA, para incorporar as matérias constantes do art. 42-A ao art. 42 do Estatuto da Cidade, harmonizando sua redação com os incisos constantes da proposição em análise e para revogar, em consequência, o art. 42-A do Estatuto da Cidade.

Apresentamos, ainda, uma subemenda para suprimir a inclusão na Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, de um dispositivo que obriga os municípios vulneráveis a enchentes e deslizamentos de terra a elaborarem planos de drenagem, uma vez que o art. 19 daquela Lei já inclui o manejo de águas pluviais entre os componentes dos planos de saneamento básico, cuja elaboração é obrigatória para todos os municípios. A recente Lei nº 14.026, de 2020, inclusive, alterou a redação do § 3º deste artigo, para exigir a compatibilidade desses planos com os planos de bacia hidrográfica, os planos diretores e os planos de desenvolvimento urbano integrado.

Vistas em seu conjunto, as alterações introduzidas no PLC nº 16, de 2016, pelo substitutivo aprovado na CMA e pelas subemendas que apresentamos preservam o sentido original da proposição e a aperfeiçoam, na medida em que levam em consideração as alterações introduzidas na legislação em vigor após a apresentação do PL nº 840, de 2011, que deu origem à proposição que ora analisamos.

vc2021-09301



SF/22982.95091-62



### III – VOTO

Em razão do exposto, o parecer é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), com as seguintes subemendas:

#### SUBEMENDA Nº - CDR

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), a seguinte redação:

**Art. 2º** O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 42.**.....

.....  
IV – parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo;

V – mapeamento das áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

VI – planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre;

VII – medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres;

VIII – identificação dos assentamentos urbanos informais a serem regularizados;

IX – previsão de áreas para habitação de interesse social; e

X – preservação e definição de diretrizes urbanísticas de uso e ocupação das áreas verdes urbanas, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.

§ 1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas.

§ 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 3º As medidas de que trata o inciso VII poderão incluir a fixação de limites máximos de impermeabilização de terrenos ou soluções técnicas equivalentes.” (NR)



---

7  
6**SUBEMENDA Nº - CDR**

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), a seguinte redação:

“**Art. 5º** Fica revogado art. 42-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.”

**SUBEMENDA Nº - CDR**

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, 14 de março de 2022.

Senador **FERNANDO COLLOR**,  
Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,  
Relator

vc2021-09301





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CDR

Data: 14 de março de 2022 (segunda-feira), às 17h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
Marcelo Castro (MDB)	1. Eduardo Braga (MDB)
Nilda Gondim (MDB)	2. Eduardo Gomes (MDB) <span>Presente</span>
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	3. VAGO
Eliane Nogueira (PP) <span>Presente</span>	4. VAGO
Flávio Bolsonaro (PL)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Izalci Lucas (PSDB)	1. Roberto Rocha (PSDB) <span>Presente</span>
Plínio Valério (PSDB) <span>Presente</span>	2. Rodrigo Cunha (PSDB)
Soraya Thronicke (PSL)	3. Eduardo Girão (PODEMOS) <span>Presente</span>
Styvenson Valentim (PODEMOS)	4. Flávio Arns (PODEMOS)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
Angelo Coronel (PSD) <span>Presente</span>	1. Irajá (PSD)
Carlos Fávaro (PSD)	2. Nelsinho Trad (PSD) <span>Presente</span>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Chico Rodrigues (DEM)	1. Jorginho Mello (PL) <span>Presente</span>
Zequinha Marinho (PL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Jaques Wagner (PT) <span>Presente</span>	1. Zenaide Maia (PROS) <span>Presente</span>
Fernando Collor (PROS) <span>Presente</span>	2. Jean Paul Prates (PT)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)</b>	
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	1. Cid Gomes (PDT)
Eliziane Gama (CIDADANIA)	2. Acir Gurgacz (PDT)







## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

9

**Reunião:** 1ª Reunião, Extraordinária, da CDR**Data:** 14 de março de 2022 (segunda-feira), às 17h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 16/2016)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDR, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA), COM 3 (TRÊS) SUBEMENDAS (01 A 03).

14 de Março de 2022

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e  
Turismo



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 673, DE 2022

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir no rol de equipamentos obrigatórios dos veículos o sensor de colisão lateral – alerta de ponto cego.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir no rol de equipamentos obrigatórios dos veículos o sensor de colisão lateral – alerta de ponto cego.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 105.** .....

IX – sensor de colisão lateral (alerta de ponto cego), segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.

§ 5º As exigências estabelecidas nos incisos VII e IX do *caput* deste artigo serão progressivamente incorporadas aos novos projetos de automóveis e dos veículos deles derivados, fabricados, importados, montados ou encarroçados, a partir do 1º (primeiro) ano após a definição pelo Contran das especificações técnicas pertinentes e dos respectivos cronogramas de implantação e a partir do 5º (quinto) ano, após esta definição, para os demais automóveis zero quilômetro de modelos ou projetos já existentes e veículos deles derivados.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Código de Trânsito Brasileiro preconiza que o trânsito, em condições seguras é um direito de todos. E, indo ao encontro desse preceito,



a adoção em nossos veículos de mecanismos que colaborem para a redução de acidentes é premente.

Conforme divulgado pelo *Insurance Institute for Highway Safety* – IIHS, a detecção de pontos cegos reduz em 14% os acidentes de mudança de faixa, bem como reduz as taxas de sinistros de seguro que cobrem danos a outros veículos.

Dessa forma, acredito que a adoção dos sensores de ponto cego como equipamento obrigatório nos veículos automotores contribuirá para a redução do número de acidentes em nossas vias tendo em vista que esse dispositivo auxiliará os motoristas na condução segura dos veículos.

Ademais, a inclusão desse equipamento como item obrigatório não afetará significativamente os preços dos automóveis, uma vez que a aquisição deste tipo de dispositivo tem um valor, para alguns modelos, inferior a R\$ 400,00.

Certa da importância da medida para reduzir o trágico número de mortes que ocorrem em nossas vias, conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**  
(CIDADANA/MA)



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 674, DE 2022

Institui o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)





## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Institui o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher), de natureza contábil-financeira, com o objetivo de financiar ações de qualificação profissional e fomento ao empreendedorismo voltadas à redução das diferenças sociais entre homens e mulheres, em especial no mercado de trabalho, e a promoção de políticas focalizadas em segmentos mais vulneráveis entre as mulheres.

*Parágrafo único.* Para os fins desta Lei, incluem-se entre os segmentos vulneráveis as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mulheres chefes de famílias monoparentais, mulheres indígenas, quilombolas, quebradoras de coco de babaçu e extrativistas.

**Art. 2º** Constituem recursos do FEE-Mulher:

I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;

II – doações de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III – rendimentos de qualquer natureza advindos da remuneração de aplicações do seu patrimônio; e



IV – os relativos à participação no produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos nos termos da alínea *j* do inciso II do *caput* do art. 16 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

**Art. 3º** Os recursos do FEE-Mulher serão destinados a programas e ações visando:

I – Promover qualificação profissional de mulheres;

II – Incentivar o empreendedorismo por parte das mulheres;

III – Fomentar a economia criativa entre as mulheres; e

IV – Apoiar empreendedoras individuais e micro, pequenas e médias empresas cuja propriedade seja pelo menos 50% (cinquenta por cento) de mulheres.

*Parágrafo único.* As mulheres em situação de violência doméstica e familiar, as mulheres chefes de famílias monoparentais, indígenas, quilombolas, quebradoras de coco e extrativistas terão prioridade de participação nos referidos programas e ações.

**Art. 4º** Os recursos destinados ao FEE-Mulher não utilizados até o final do exercício financeiro corrente serão apurados no balanço anual e transferidos como crédito do mesmo fundo no exercício financeiro seguinte.

**Art. 5º** O art. 16 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16.** .....

II - .....

h) 18,13% (dezoito inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos numéricos;

j) 1% (um por cento) para o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher).

.....” (NR)

hb2022-00756



SF/22833.76410-06



**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade dar lastro financeiro a ações e programas públicos que resultem na diminuição do lamentável e insustentável abismo social e econômico que persiste entre mulheres e homens. Para superar de vez essa situação, é fundamental que parte dessas ações e programas tratem especificamente do mercado de trabalho e das mulheres empreendedoras. Este é o foco do projeto de lei que submeto à consideração do Congresso Nacional.

O fortalecimento da presença feminina no mercado de trabalho e como empreendedoras, por meio de qualificação e outras formas de apoio, pode ser uma ferramenta poderosa para livrar essas mulheres de cenários de dependência financeira e insegurança em relação à violência doméstica, à criação dos filhos e a tantas outras preocupações.

Além disso, é preciso reconhecer e acolher as mais vulneráveis entre as mulheres, como as provedoras de famílias monoparentais e as vítimas de abuso e violência. Isso também justifica um olhar especial para aquelas pertencentes a grupos recorrentemente marginalizados das oportunidades sociais, como indígenas, quilombolas, quebradoras de coco de babaçu e mulheres extrativistas.

O Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) deverá contar com recursos oriundos das loterias e de outras fontes. O importante é que a destinação de 1% do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos, conforme propomos, poderá garantir cerca de R\$ 150 milhões ao ano, sem que haja impacto fiscal, pois apenas remanejará fontes de receita.

Pelas razões expostas, conclamo por sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA

hb2022-00756

Página 4 de 5

Avulso do PL 674/2022.



SF/22833.76410-06



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>
  - art16
  - art16\_cpt\_inc2\_ali10





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2022

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c:

“**Art. 21.** .....

§ 2º .....

II -.....

c) os estudantes bolsistas das entidades federais de ensino, alunos de cursos de especialização, mestrado e doutorado, além de outros, remunerados mediante bolsas durante o desenvolvimento de seus estudos e pesquisas, hipótese em que a alíquota incidirá sobre o total dos valores recebidos de todas as entidades de ensino e custeio educacional.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A legislação trabalhista a previdenciária não protege nossos jovens pesquisadores acadêmicos. Esse vazio legal talvez decorra de uma certa ênfase no vínculo empregatício como fator de direitos. Dessa forma, estudantes e pesquisadores, que tanto representam para o desenvolvimento humano e tecnológico do nosso País, perdem a contagem de um tempo





relevante de suas vidas para fins de benefícios previdenciários e direitos trabalhistas.

O mundo do trabalho mudou substancialmente e os contratos tendem a uma duração menor. Com isso, ocorrem intervalos entre os vínculos e contratações que acabam empurrando as aposentadorias para idades cada vez mais elevadas. Mais uma razão para que todos os períodos de emprego, trabalho, estudo ou ocupação sejam computados e que haja uma inclusão imediata e constante de todos os cidadãos no âmbito previdenciário e trabalhista.

Através do Portal E-Cidadania, o Senado Federal recebeu, pelo menos, cinco propostas, para consulta pública, no sentido da inclusão previdenciária dos pesquisadores e bolsistas das entidades federais de ensino. Algumas delas estão obtendo o número necessário, de 20 mil assinaturas, e em breve serão transformadas em Sugestões Legislativas.

Inspirados nessas demandas populares, estamos oferecendo uma alternativa para a inclusão previdenciária dos bolsistas. A ideia é permitir que eles recolham um percentual de 2% (dois por cento) dos valores auferidos como bolsas ou outros estímulos para a Previdência Social, a exemplo do que é oferecido aos microempreendedores individuais e mulheres de baixa renda dedicadas ao trabalho no lar.

Assim procedemos em razão da vedação constitucional à contagem fictícia de tempo, ou seja, qualquer contagem de tempo depende de alguma contribuição. A Emenda Constitucional nº 103, de 2019, em seu art. 25, veda essa concessão, a partir de sua entrada em vigor. Ou seja, uma regra que antes valia apenas para os servidores públicos passou a valer também para o regime geral.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desse justo reconhecimento aos pesquisadores acadêmicos. Futuras injustiças serão evitadas e o desenvolvimento da pesquisa e da ciência pode ocorrer sem insegurança previdenciária.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Emenda Constitucional nº 103 de 12/11/2019 - EMC-103-2019-11-12 - 103/19  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;103>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
  - art21\_par2\_inc2







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 694, DE 2022

Institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui o Dia Nacional da Incontinência Urinária, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.



SF/22877.50901-57

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam instituídos o Dia Nacional da Incontinência Urinária, no dia 14 de março, e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária, no período de 14 a 21 de março.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A incontinência urinária é o distúrbio de saúde caracterizado pela perda involuntária de urina. Embora atinja pessoas de diversas faixas etárias e gêneros, ela é mais frequente entre as mulheres, aumentando a incidência com a idade. De acordo com os dados da Sociedade Brasileira de Urologia, cerca de 35% das mulheres com mais de 40 anos e após a menopausa lidam com o problema. Na população brasileira, incluindo homens e mulheres, estima-se que 5% sofram de incontinência.

Há diferentes tipos de incontinência urinária, sendo os principais a incontinência de esforço, que se manifesta associada a esforços físicos ou a tosse e espirros, e a de urgência, que surge súbita e inesperadamente em meio às atividades diárias.

Entre suas diversas causas, estão o comprometimento da musculatura dos esfíncteres ou do assoalho pélvico, gravidez e parto, tumores malignos ou benignos, doenças que comprimem a bexiga, obesidade e determinadas intervenções cirúrgicas.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

É considerável o impacto da incontinência urinária na qualidade de vida das pessoas, afetando o convívio social, a atividade profissional, a sexualidade e a autoestima.

Felizmente há meios de prevenção assim como de tratamento para o distúrbio. A desinformação sobre o tema compromete tanto a prevenção, que abrange hábitos saudáveis, como o tratamento, ao qual não se recorre muitas vezes por vergonha ou por se desconhecer seu potencial de melhoria da qualidade de vida, quando não de cura. O tratamento tanto pode ser cirúrgico como basear-se em medicamentos e exercícios fisioterápicos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, determina, em seu art. 4º, que “a proposição de data comemorativa será objeto de projeto de lei, acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população”.

Em atendimento às exigências dessa lei, no dia 23 de março deste ano, realizou-se, na Comissão de Assuntos Sociais desta casa, audiência pública (objeto do REQ 2/2022 – CAS do Senador Nelsinho Trad), com o objetivo de debater sobre a prevenção da incontinência urinária. Na ocasião, compareceram diversos especialistas no assunto e representantes da sociedade civil, que puderam manifestar-se em conformidade com as regras do Regimento Interno do Senado Federal. Participaram: Senhora Glauciene Leister, Representante da Coordenadoria Geral de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde; Senhor Júlio Geminiani, Vice-Presidente da Associação Brasileira pela Continência BC Stuart; Senhor Luiz Gustavo Oliveira Brito, Presidente da Associação Brasileira de Uroginecologia e Assoalho Pélvico – Uroginap; Senhor Alfredo Felix Canalini, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia – SBU.

Por tais razões, senhoras e senhores parlamentares, consideramos relevante e salutar para a sociedade brasileira instituir o Dia Nacional da Incontinência Urinária, a ser celebrado, a cada ano, no mesmo 14 de março em que esse distúrbio é comemorado mundialmente. Fundamental ainda é o estabelecimento da Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária, a partir da mesma data, ocasião em que os poderes públicos e as entidades públicas e privadas vinculadas à saúde serão estimulados a desenvolver atividades de conscientização para que nossa população saiba como



SF/22877.50901-57





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

se prevenir e tratar desse problema, assegurando, assim, sua melhor qualidade de vida.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD



SF/22877.50901-57



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - LEI-12345-2010-12-09 - 12345/10

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12345>

- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>



# Projeto de Lei Complementar





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

**AUTORIA:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.



SF/22099.32771-56

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar dispõe sobre a compensação de créditos entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no âmbito das operações de consolidação e reescalonamento das dívidas mobiliária e contratual interna.

**Art. 2º** O art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 35.** .....

.....  
§ 3º A vedação do *caput* deste artigo não se aplica à compensação do saldo das operações de consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e contratual interna dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de demais obrigações compensáveis, com os valores despendidos por estes na manutenção consentida de bens de uso comum de titularidade da União.

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

§ 4º A compensação disposta no § 3º deste artigo independe da manifestação da vontade das partes nos casos em que a administração ou exploração do bem objeto de intervenção tiver sido delegada pela União por prazo certo, mediante convênio ou instrumento congêneres.” (NR)

**Art. 3º** A Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

“**Art. 16-A.** Serão debitados do saldo remanescente dos refinanciamentos celebrados na forma desta Lei os valores empregados na manutenção de bens de uso comum de titularidade da União, cuja administração tenha sido delegada por prazo certo aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.”

**Art. 4º** A Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

“**Art. 8º-A.** Serão debitados do saldo remanescente dos refinanciamentos celebrados na forma desta Lei os valores empregados na manutenção de bens de uso comum de titularidade da União, cuja administração tenha sido regularmente delegada aos Estados ou ao Distrito Federal por prazo certo.”

**Art. 5º** A Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

“**Art. 8º-A.** Serão debitados do saldo remanescente dos refinanciamentos celebrados na forma desta Medida Provisória os valores empregados na manutenção de bens de uso comum de titularidade da União, cuja administração tenha sido delegada por prazo certo aos Municípios.”

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SF/22099.32771-56





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de Lei Complementar trata de regime extraordinário de amortização, mirando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) e iniciativas porvindouras.

É inegável o suporte prestado pelo governo central na consolidação e reescalonamento dos compromissos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando-os de meios para mais bem conduzir os interesses regionais e locais. Entretanto, ao enfrentar os desafios de desenvolvimento endógeno às suas áreas de influência, os entes subnacionais se veem compelidos a intervir mesmo em áreas de competência da União, e sobre patrimônio de jurisdição e gestão desta.

Fato é que sob o manto do novo Texto Constitucional, o Brasil assistiu à afirmação da sua tendência municipalista. Do quadriênio de 1976/1980 para o de 1996/1999, a participação dos Municípios na receita tributária disponível subiu de 9% para 17%, segundo Varsano (1997 *apud* GIAMBIAGI e ALÉM, 2011). Nada obstante, os encargos foram transferidos junto com os recursos, especialmente com o desenvolvimento do ensino básico e com a atenção básica e especializada em saúde. Giambiagi e Além (2011) apontam que a tendência à urbanização e à concentração de pobreza nas regiões metropolitanas apresentam um quadro de difícil solução para os governantes locais, requerendo intervenção dos demais entes.

Fernando Rezende (2011, p. 47-48), por seu turno, destaca que vai se ampliar o abismo entre a capacidade de arrecadação e as demandas em nível local. Para o autor, a própria expansão econômica tem importado em maior urbanização e na consequente escalada de gastos em nível local, cujo atendimento é comprometido pelos limites impostos pelo ajuste fiscal à capacidade arrecadatória.

É consabido, aditando complexidade ao tema, que a situação fiscal dos Estados é particularmente delicada. Por um lado, a União goza de competência tributária residual, empregada na instituição de contribuições não previstas na Constituição para financiamento da seguridade social,



SF/22099.32771-56

### Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

### Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

además da possibilidade de emitir títulos ou moeda para financiar a atividade estatal, a depender dos fundamentos adotados na condução da política monetária. Por outro, os Municípios contam com a repartição do produto da arrecadação de tributos federais e mesmo estaduais, de alguma sorte anulando os efeitos da repartição da União com os Estados.

Isso seguramente contribuiu de forma determinante para que os Estados tenham outrora recorrido aos bancos controlados, descompassado as finanças públicas e justificado as consolidações e refinanciamentos das dívidas contratuais e mobiliárias.

Mesmo com o contexto desfavorável, mas não se furtando a facejar o encargo de fomentar o desenvolvimento regional, os Estados têm assumido a contingência de promover intervenções para qualificar próprios públicos de uso comum de competência da União. Isso é particularmente notório na manutenção dos ativos federais de infraestrutura econômica, de sorte a manter ou mesmo adequar as condições de trafegabilidade das vias públicas, com conforto e segurança.

Quando um ente federado prioriza aportar recursos seus para “reforçar” a execução de obras federais – conduzidas pelo próprio governo federal – pactuando forma de cooperação, é justo que os valores aportados sejam abatidos dos compromissos da unidade federada com a União no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) e em demais créditos passíveis de compensação.

É o caso de Santa Catarina. Para agilizar obras federais vitais para o estado, que estão sendo realizadas em ritmo insatisfatório, o Governo de Santa Catarina pactuou com o Ministério de Infraestrutura o aporte de R\$ 465 milhões para que o DNIT aplique esses valores – fruto da poupança do ente federado – em obras federais. São R\$ 300 milhões para custear as obras na BR-470, R\$ 100 milhões para a BR-163, R\$ 50 milhões aportados na BR-280 e o valor remanescente de R\$ 15 milhões na BR-285.

Com o sentimento de justiça federativa, parece-nos adequado autorizar a União a considerar os investimentos realizados para amortizar os

SF/20209.32771-56

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

saldos devedores dos refinanciamentos. Nesta vereda, propomos aperfeiçoamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, de sorte a aclarar a possibilidade de novação da dívida mediante abatimento dos valores empregados pelos entes subnacionais em obras públicas de responsabilidade da União.

Outro é o caso de ativos regularmente delegados, ao amparo da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, ou de certificados normativos similares. Os bens delegados por tempo certo, de titularidade da União, presumivelmente retornarão à administração desta. Foram assumidos pela Administração regional por dificuldade fiscal da União para, nestes casos, conduzir de forma satisfatória o interesse coletivo, motivando a celebração de instrumentos de parceria público-pública.

Neste caso, remanesceria a incumbência da União pela manutenção do seu ativo no caso de inação dos governos estadual ou municipal. E seriam gravosos os efeitos deletérios do não reinvestimento durante a vida útil dos empreendimentos, demandando reconstrução, com os custos correspondentes, defluente do esgotamento do pavimento ou de perecimento de outros equipamentos de infraestrutura. Portanto, propomos a equiparação dos investimentos na infraestrutura delegada a uma obrigação certa, tornando-a passível de compensação na forma da lei civilista. Esta compensação, amparada nas intervenções autorizadas ou não vedadas nos convênios de delegação, independeria da livre manifestação de vontades, bastando apuração do valor líquido a promover a compensação das obrigações recíprocas.

Portanto, este projeto de lei complementar visa permitir às unidades federadas que aportem recursos para incrementar o andamento de obras de responsabilidade do governo federal, abatendo-se esses valores do montante de suas dívidas.

Todos sabemos que o governo federal vive momentos de aperto orçamentário, especialmente no concernente a recursos para obras federais que requerem dotações próprias.



SF/202099.32771-56

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Quando um ente federado prioriza aportar recursos seus para “reforçar” a execução de obras federais – conduzidas pelo próprio governo federal – pactuando forma de cooperação, é justo que os valores aportados sejam abatidos dos compromissos da unidade federada com a União no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) e demais créditos possíveis de compensação.

Ora, seria descabido que uma unidade da federação contribuísse com recursos financeiros para a União investir e não abatesse esses valores do montante da sua dívida com a própria União.

Consoante dispõe o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, proposição legislativa voltada a promover renúncia de receita deve se fazer acompanhar de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Em regulamentação infraconstitucional, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estatui que a projeção de impacto aborde o exercício financeiro em que a norma deva entrar em vigor e os dois subsequentes, atente ao que dispõe a lei de diretrizes orçamentárias e promova compensação dos valores nos casos previstos no mesmo dispositivo.

Com efeito, o art. 124 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – LDO 2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021) estabelece para o proponente a responsabilidade pela elaboração e pela apresentação do demonstrativo de impacto. Nesses termos, assumimos a contingência por dispor *ex ante* sobre o impacto da proposição.

A esse propósito, impende preliminarmente assentar que a receita objeto de renúncia é de natureza financeira, correspondente à amortização dos compromissos dos entes subnacionais com a União. O corolário disso é que nenhum impacto será provocado no resultado primário, formado exclusivamente pelo abatimento de despesas não financeiras sobre as receitas também não financeiras.

Nada obstante, o art. 4º, § 1º, da LRF assenta que o Anexo de Metas Fiscais constante da LDO contenha similarmente meta para o

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SF/22099.32771-56





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

resultado nominal no exercício financeiro de referência e indicação do resultado para os dois seguintes. A LRF inclusive elege ambas as metas de resultado primário e nominal como métricas a se observar para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira, “segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias” (art. 9º, *caput*).

A esse respeito, convém aclarar que a prática consolidada nas LDOs de todo o setor público é de considerar apenas a meta de resultado primário como critério para limitação de empenho e de movimentação financeira. As demais metas, embora declaradas na LDO, não se traduzem em fatores que influenciam a gestão fiscal.

Ainda assim, estribado no princípio da prudência e considerando o comando do art. 9º da LRF, merecem consideração alguns apontamentos. O resultado nominal corresponde ao cálculo da necessidade de financiamento do setor público. Importa estabelecer que medida legislativa tendente a comprimir receitas nominais e, com isso, ampliar o déficit nominal tem o condão de potencialmente comprometer a trajetória da gestão da dívida consolidada.

Na proposta presente, a redução da dívida dos entes subnacionais levaria ao pagamento a menor de juros e encargos da dívida ao longo do tempo, uma ínfima parcela de receita renunciada que entra no cálculo da projeção do resultado nominal. A amortização do principal per si, não entra. Além disso, o abatimento dos juros e encargos ativos dar-se-ia ao longo dos anos do contrato, em que o compromisso deverá ser honrado, diluindo o impacto para muito além do exercício financeiro em que a novel norma entrar em vigor e dos dois subsequentes.

Ademais, os valores ressaltados do pagamento do PAF serão empregados no financiamento de despesas da União com a manutenção dos seus ativos. Logo, a não receita (financeira) provocada pela renúncia fiscal corresponde uma não despesa (primária) com os investimentos realizados pelos outros entes federativos. Sob essa perspectiva, pois, a iniciativa legislativa que ora apresentamos tem impacto fiscal positivo, pois as receitas renunciadas não afetam o primário, mas as despesas desobrigadas, sim.

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SF/22099.32771-56





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Importa destacar que não é possível antever quais serão os objetos de delegação pela União, e quais os compromissos dos tesouros estaduais e municipais, em cada caso, relativos aos investimentos a realizar. Se tomarmos o exemplo do Estado de Santa Catarina, os R\$ 465 milhões de investimentos projetados correspondem a não mais do que 3,6% da dívida do ente junto à União, correspondente a R\$ 12.730 milhões em 2019. Este valor evitará despesas primárias da União na mesma monta, e apenas uma diminuta parcela, atinente aos juros e encargos incidentes sobre o valor compensado, não será computada na conta de juros nominais líquidos, quase não comprometendo o resultado nominal.

Por derradeiro, os investimentos realizados por entes subnacionais em bens da União aumentam seu estoque de capital. Assim, há lógica em que esse aumento seja compensado por redução dos ativos financeiros da União junto a esses mesmos entes. Nesse sentir, a proposta é sustentável não apenas sob a ótica de fluxos e resultados financeiros, mas igualmente no tocante às contas patrimoniais

Assim, conclamamos os pares a apoiar esta iniciativa, de sorte a estimular fonte alternativa para os investimentos de interesse convergente das administrações central, regionais e locais, e na mesma senda promover equidade federativa na gestão fiscal e na condução da trajetória da dívida pública.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**



SF/20209.32771-56

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





## LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- art113

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art35

- Lei nº 8.727, de 5 de Novembro de 1993 - LEI-8727-1993-11-05 - 8727/93

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8727>

- Lei nº 9.277, de 10 de Maio de 1996 - LEI-9277-1996-05-10 - 9277/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9277>

- Lei nº 9.496, de 11 de Setembro de 1997 - LEI-9496-1997-09-11 - 9496/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9496>

- Lei nº 14.194 de 20/08/2021 - LEI-14194-2021-08-20 - 14194/21

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14194>

- Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2185-35-2001-08-24 - 2185-35/01

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2185-35>





# Proposta de Emenda à Constituição





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2022

Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) (1ª signatária), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PP/TO), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2022

Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 150.** .....

.....

VI – .....

.....

f) doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO



SF/22730.95060-86



Os eventos geopolíticos mais recentes, como as guerras no leste europeu e na Síria, ou ainda o rompimento de barragem em Brumadinho ou a tragédia de Petrópolis, os deslizamentos e as enchentes causadas pelas fortes chuvas que atingiram 11 estados de todas as regiões do Brasil, demonstram a importância das ações humanitárias. Qualquer medida que as favoreça deve contar, assim, com atenção especial do Congresso Nacional para amparar e garantir direitos humanos básicos às milhares de famílias que ficam isoladas e desabrigadas, com suas casas e comunidades inteiras destruídas.

Diversas organizações possuem como missão a ajuda humanitária, com proteção da vida e da dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência, desastres naturais ou provocados por ação humana. Para exercer tais objetivos as entidades contam quase que exclusivamente com doações, na medida em que não possuem finalidade lucrativa, tampouco exercem atividade econômica.

Não é razoável nem lógico que essas doações estejam sujeitas a impostos, pois onerar com tributos as transferências patrimoniais implica retirar parte significativa das rendas que poderiam ser empregadas em prol das pessoas mais vulneráveis.

Nossa proposição procura evitar que os encargos tributários sejam empecilhos aos doadores e, conseqüentemente, às entidades que recebam os bens, tão essenciais para alcance dos seus nobres objetivos institucionais.

Caso aprovada esta proposição, além de salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana, conseguiremos mitigar os impactos sociais e econômicos causados por catástrofes das mais diversas naturezas, seja por conflitos armados, seja por tragédias e crises provocadas pelo homem ou por força da natureza.

Ressaltamos ainda que a proposta está compatível com o disposto na Constituição Federal, na medida em que um dos fundamentos da nossa República é a dignidade da pessoa humana e um dos objetivos fundamentais é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Em virtude da relevância desta Proposta de Emenda à Constituição, pedimos o apoio de nossos Pares.



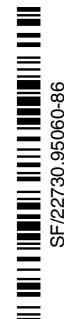
SF/22730.95060-86



3

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



**PEC:** Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	



**PEC:** Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	

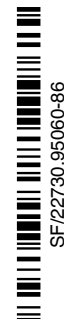


SF/22730.95060-86



**PEC:** Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre as doações de produtos, bens e serviços destinados a ações humanitárias.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	



SF/22730.95060-86





7



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60\_par3

- art150



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 217, DE 2022

Realização de Sessão Especial em Comemoração ao Dia do Contabilista.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 25/04/2022, a fim de Comemorar o Dia do Contabilista .

**JUSTIFICAÇÃO**

Desde 1926, comemora-se no Brasil, em 25 de abril o Dia do Contabilista, categoria profissional que engloba contadores (bacharéis em Ciências Contábeis) e técnicos em contabilidade (ensino médio). Passados quase 90 anos da data que marcou o início da luta pela regulamentação da profissão, sendo definitivamente conquistada em 1946, é perceptível a mudança na forma como a sociedade enxerga o profissional da Contabilidade.

Cada vez mais, as empresas, os contribuintes e o cidadão percebem o alcance do trabalho do contabilista, que é figura chave para que as organizações tenham êxito. Qual uma bússola, ele ajuda a administração a manter a rota prevista e afasta as incertezas provocadas por turbulências que atingem a economia mundial e o mercado.

A tarefa do contabilista, entre outras é de organizar e supervisionar contabilidade uma empresa ou instituição, pública ou privada. Os Contabilistas exercem relevante função social, pois colaboram com o governo, em todas as suas esferas, funcionando como verdadeiros agentes arrecadadores.

SF/21641.05262-03 (LexEdit)



Outra atribuição do contabilista é a de revisor de contas. Funcionam também, como auditores externos, verificando se as contas estão em ordem. Devem conhecer a legislação fiscal, comercial e do trabalho e ter conhecimentos teóricos e práticos sobre estatística, economia, matemática, administração, recursos humanos e direito.

Cada vez mais é imprescindível o uso da informática e de novas tecnologias, obrigando estes profissionais a investirem em sua capacitação, bem como na educação continuada.

Entendemos ser de suma importância a realização da presente Sessão Especial em epígrafe, porque os mais de 540.000 membros inscritos nos Conselhos Regionais de Contabilidade prestam relevantes serviços ao País, razão pela qual julgamos importante prestar uma justa homenagem a esta Categoria visando comemorar o dia do Contabilista nesta Casa.

Sala das Sessões,        de                                de                                .

**Senador Izalci Lucas**  
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura



SF/21641.05262-03 (LexEdit)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 220, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a indisponibilidade de acesso público, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), às séries históricas de dados e microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a indisponibilidade de acesso público, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), às séries históricas de dados e microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a indisponibilidade de acesso público, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), às séries históricas de dados e microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesses termos, requisita-se informações:

1. a respeito das razões legais e técnicas para a indisponibilidade dos dados em referência;
2. sobre as providências em andamento para o saneamento de eventual falha na implementação de inovação experimental na publicação de dados;



SF/22101.13672-07 (LexEdit)







3. relativamente ao prazo previsto para o restabelecimento das consultas disponíveis ao público sobre os dados em questão.

## JUSTIFICAÇÃO

O acesso aos dados e às informações sobre a educação catalogados pelos órgãos do governo, além de constituir instrumento de transparência e alicerce do próprio regime democrático, afigura-se mecanismo indispensável de produção de informação para o controle da ação governamental, avaliação das políticas públicas e, assim, para a melhoria da gestão pública como um todo.

Nesse sentido, quanto mais esses dados estiverem disponíveis em formato compreensível e abrangente para análise pelo conjunto da sociedade, melhor. O custo de mantê-los inacessíveis é não apenas indesejável numa sociedade que se reputa democrática, mas sobretudo inaceitável, uma vez que a falta de transparência compromete qualquer possibilidade de controle efetivo da atuação do Poder Público pela sociedade de forma difusa.

Com efeito, é de se ver com total estranheza e preocupação a notícia veiculada pelo jornal Estadão, no último dia 21 de fevereiro, em sua edição online disponível no endereço <[https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,inep-exclui-microdados-do-censo-escolar-e-do-enem-e-oculta-informacoes-em-nova-forma-de-divulgacao,70003986494?utm\\_source=estadao:app&utm\\_medium=noticia:compartilhamento](https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,inep-exclui-microdados-do-censo-escolar-e-do-enem-e-oculta-informacoes-em-nova-forma-de-divulgacao,70003986494?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento)> dando conta de que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao adotar nova sistemática de divulgação de dados para suposta adequação aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), teria passado a ocultar parte deles e a dificultar o acesso a formatos específicos, como é o caso das



séries históricas dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Como o assunto está sujeito à competência fiscalizatória desta Casa Legislativa, entendemos ser oportuno e urgente requerer ao Sr. Ministro de Estado da Educação as pertinentes informações para os esclarecimentos dos fatos, uma vez que são também o Senado Federal e seus membros usuários contumazes das informações que podem estar sendo sonegadas pelo Inep.

Sala das Sessões, 16 de março de 2022.

**Senador Paulo Rocha**  
**Líder do Partido dos Trabalhadores**

SF/22101.13672-07 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 221, DE 2022

Voto de congratulações ao Sr. Alexandre Lacerda, pela reeleição como Procurador Geral da Justiça do MP do Mato Grosso do Sul.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Nelsinho Trad

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações ao Excelentíssimo Alexandre Lacerda, pela reeleição como Procurador Geral da Justiça do MP do Mato Grosso do Sul.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

Alexandre Magno Benites de Lacerda foi reeleito Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (biênio 2022/2024) com 97% de aprovação da classe. O resultado foi divulgado no dia 21 de março de 2022.

Essa votação expressiva pode ser atribuída ao fortalecimento da instituição durante sua primeira gestão. O Ministério Público, segundo o Procurador, passou por diversas dificuldades, mas vem sendo construído há décadas por pessoas comprometidas com a sociedade.

Alexandre Lacerda reforçou que dará continuidade ao bom trabalho, principalmente em relação à unidade, assegurando que o Ministério Público de MS atue em todas as demandas da sociedade, como saúde, educação, combate à criminalidade, patrimônio público, crime organizado e interesse público



  
SF/22884.46357-71 (LexEdit)

Assim, conclamamos nossos Pares a dirigir os aplausos ao Excelentíssimo Alexandre Lacerda cujo o trabalho é digno de grande orgulho e respeito de toda a população do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 23 de março de 2022.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**



# RESOLUÇÕES



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**R E S O L U Ç Ã O**  
**Nº 2, DE 2022**

Institui a Frente Parlamentar Mista pela  
Eletromobilidade (FPEletromobilidade).

**O Senado Federal resolve:**

**Art. 1º** É instituída a Frente Parlamentar pela Eletromobilidade (FPEletromobilidade), com a finalidade de promover debates e iniciativas a respeito de políticas públicas e outras medidas que estimulem a eletromobilidade no Brasil.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar pela Eletromobilidade reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar pela Eletromobilidade será integrada por parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

**Art. 3º** A Frente Parlamentar pela Eletromobilidade reger-se-á por regulamento próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## **R E S O L U Ç Ã O** **Nº 3, DE 2022**

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras.

**O Senado Federal resolve:**

**Art. 1º** É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência e necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras é um órgão político de caráter suprapartidário e tem por finalidade:

I – acompanhar políticas e ações públicas dirigidas, relacionadas ou que interfiram nas fronteiras brasileiras;

II – realizar, com a necessária divulgação, audiências públicas, seminários e outros eventos relacionados ao tema das fronteiras brasileiras;

III – promover o intercâmbio com entidades assemelhadas de parlamentos de outros países;

IV – acompanhar a tramitação no Senado Federal e no Congresso Nacional de matérias que tratem de assuntos relacionados às fronteiras brasileiras;

V – defender os interesses do Brasil na proteção de suas fronteiras;

VI – atuar com visão justa e propositiva sobre os interesses da União, dos Estados e dos Municípios, no que diz respeito à faixa de fronteira, sua legislação e políticas públicas incidentes.

**Art. 3º** A Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras reger-se-á por regulamento próprio, aprovado por seus membros, observado o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal.





**Art. 4º** A Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras será integrada, inicialmente, pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal.

**Art. 5º** O Senado Federal prestará colaboração às atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

**Bahia**

**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*  
**Bloco-PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

**Rio de Janeiro**

**Bloco-PL** - Romário\*  
**Bloco-PL** - Carlos Portinho\*\* (S)  
**Bloco-PL** - Flávio Bolsonaro\*\*

**Maranhão**

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

**Pará**

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PL** - Zequinha Marinho\*\*

**Pernambuco**

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

**São Paulo**

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-MDB** - Giordano\*\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

**Minas Gerais**

**Bloco-PSD** - Alexandre Silveira\* (S)  
**Bloco-MDB** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Rodrigo Pacheco\*\*

**Goiás**

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Jorge Kajuru\*\*  
**Bloco-PSD** - Vanderlan Cardoso\*\*

**Mato Grosso**

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**Bloco-PSD** - Carlos Fávaro\*\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*

**Rio Grande do Sul**

**Bloco-PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

**Ceará**

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

**Paraíba**

**Bloco-MDB** - Nilda Gondim\* (S)  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-MDB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

**Espírito Santo**

**Bloco-MDB** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-PT** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Marcos do Val\*\*

**Piauí**

**Bloco-PP** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Eliane Nogueira\*\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

**Rio Grande do Norte**

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

**Santa Catarina**

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

**Alagoas**

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

**Sergipe**

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSDB** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2015/2023 \*\*: Período 2019/2027

**Amazonas**

**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

**Paraná**

**Bloco-PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PODEMOS** - Flávio Arns\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Orlonisto Guimarães\*\*

**Acre**

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-PSL** - Marcio Bittar\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

**Mato Grosso do Sul**

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**Bloco-PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

**Distrito Federal**

**Bloco-PODEMOS** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Leila Barros\*\*

**Rondônia**

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-PL** - Marcos Rogério\*\*

**Tocantins**

**Bloco-PP** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**Bloco-PSD** - Irajá\*\*

**Amapá**

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**Bloco-PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

**Roraima**

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-16 / PP-7

Carlos Viana. . . . .	MDB / MG
Confúcio Moura. . . . .	MDB / RO
Daniella Ribeiro. . . . .	PP / PB
Dário Berger. . . . .	MDB / SC
Eduardo Braga. . . . .	MDB / AM
Eduardo Gomes. . . . .	MDB / TO
Eliane Nogueira. . . . .	PP / PI
Elmano Férrer. . . . .	PP / PI
Esperidião Amin. . . . .	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho. . . . .	MDB / PE
Giordano. . . . .	MDB / SP
Jader Barbalho. . . . .	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos. . . . .	MDB / PE
Kátia Abreu. . . . .	PP / TO
Luis Carlos Heinze. . . . .	PP / RS
Luiz do Carmo. . . . .	MDB / GO
Mailza Gomes. . . . .	PP / AC
Marcelo Castro. . . . .	MDB / PI
Nilda Gondim. . . . .	MDB / PB
Renan Calheiros. . . . .	MDB / AL
Rose de Freitas. . . . .	MDB / ES
Simone Tebet. . . . .	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo. . . . .	MDB / PB

### Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil - 19

PODEMOS-9 / PSDB-8 / PSL-2

Alessandro Vieira. . . . .	PSDB / SE
Alvaro Dias. . . . .	PODEMOS / PR
Eduardo Girão. . . . .	PODEMOS / CE
Flávio Arns. . . . .	PODEMOS / PR
Izalci Lucas. . . . .	PSDB / DF
Jorge Kajuru. . . . .	PODEMOS / GO
José Serra. . . . .	PSDB / SP
Lasier Martins. . . . .	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli. . . . .	PSDB / SP
Marcio Bittar. . . . .	PSL / AC
Marcos do Val. . . . .	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. . . . .	PODEMOS / PR
Plínio Valério. . . . .	PSDB / AM
Reguffe. . . . .	PODEMOS / DF
Roberto Rocha. . . . .	PSDB / MA
Rodrigo Cunha. . . . .	PSDB / AL
Soraya Thronicke. . . . .	PSL / MS
Styvenson Valentim. . . . .	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati. . . . .	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar PSD/Republicanos - 12

PSD-11 / REPUBLICANOS-1

Alexandre Silveira. . . . .	PSD / MG
Angelo Coronel. . . . .	PSD / BA
Carlos Fávaro. . . . .	PSD / MT
Irajá. . . . .	PSD / TO
Lucas Barreto. . . . .	PSD / AP
Mecias de Jesus. . . . .	REPUBLICANOS / RR
Nelsinho Trad. . . . .	PSD / MS
Omar Aziz. . . . .	PSD / AM
Otto Alencar. . . . .	PSD / BA
Rodrigo Pacheco. . . . .	PSD / MG
Sérgio Petecão. . . . .	PSD / AC
Vanderlan Cardoso. . . . .	PSD / GO

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-4 / PL-7

Carlos Portinho. . . . .	PL / RJ
Chico Rodrigues. . . . .	DEM / RR
Davi Alcolumbre. . . . .	DEM / AP
Flávio Bolsonaro. . . . .	PL / RJ
Jayme Campos. . . . .	DEM / MT
Jorginho Mello. . . . .	PL / SC
Marcos Rogério. . . . .	PL / RO
Maria do Carmo Alves. . . . .	DEM / SE
Romário. . . . .	PL / RJ
Wellington Fagundes. . . . .	PL / MT
Zequinha Marinho. . . . .	PL / PA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 10

PT-7 / PROS-3

Fabiano Contarato. . . . .	PT / ES
Fernando Collor. . . . .	PROS / AL
Humberto Costa. . . . .	PT / PE
Jaques Wagner. . . . .	PT / BA
Jean Paul Prates. . . . .	PT / RN
Paulo Paim. . . . .	PT / RS
Paulo Rocha. . . . .	PT / PA
Rogério Carvalho. . . . .	PT / SE
Telmário Mota. . . . .	PROS / RR
Zenaide Maia. . . . .	PROS / RN

### PDT/CIDADANIA/REDE - 6

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-1

Acir Gurgacz. . . . .	PDT / RO
Cid Gomes. . . . .	PDT / CE
Eliziane Gama. . . . .	CIDADANIA / MA
Leila Barros. . . . .	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues. . . . .	REDE / AP
Weverton. . . . .	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil. . . . .	23
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil. . . . .	19
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos. . . . .	12
Bloco Parlamentar Vanguarda. . . . .	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. . . . .	10
PDT/CIDADANIA/REDE. . . . .	6
<b>TOTAL. . . . .</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (PSDB-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alexandre Silveira* (PSD-MG)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (MDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (PSL-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (PT-ES)	Marcos Rogério** (PL-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PL-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (MDB-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PL-PA)

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

#### 1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

#### 2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

#### 3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Jorginho Mello - (PL-SC)

**2º** Luiz do Carmo - (MDB-GO)

**3º** Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

**4º** Zequinha Marinho - (PL-PA)



## COMPOSIÇÃO

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP) - 23</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mailza Gomes - PP</b> (55)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 16</b> <b>Eduardo Braga</b> (20,46)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Daniella Ribeiro</b> (47)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (50)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS/PSDB/PSL) - 19</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lasier Martins - PODEMOS</b> (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,71) Flávio Arns (70)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 9</b> <b>Alvaro Dias</b> (2,58)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p><b>Líder do PSDB - 8</b> <b>Izalci Lucas</b> (22,24,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (57) Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p><b>Líder do PSL - 2</b> Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,71)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD/REPUBLICANOS) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Nelsinho Trad - PSD</b> (43,81)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 11</b> <b>Nelsinho Trad</b> (43,81)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (52) Carlos Fávaro (53)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 1</b> <b>Mecias de Jesus</b> (5)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (9)</p> <p>Vice-Líder Jorginho Mello (3,11,40,76)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Carlos Portinho</b> (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Zenaide Maia - PROS</b> (51,83)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 7</b> <b>Paulo Rocha</b> (23,45,82)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77,84)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (51,83)</p>	<p><b>PDT - 3</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Cid Gomes - PDT</b> (60)</p>
		<p><b>CIDADANIA - 2</b></p> <p>Vice-Líder Eliziane Gama (44,78,79)</p>
		<p><b>REDE - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>
<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (54)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jean Paul Prates - PT</b> (48,85)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - CIDADANIA</b> (44,78,79)</p> <p>Vice-Líder Nilda Gondim (80)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,40,76)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>	

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
45. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
46. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
48. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
58. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1º Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI).
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP).
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV).
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



78. Em 07.12.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Vice-Líder do CIDADANIA (Of. nº 012/2021 - GLCID)
79. Em 15.02.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 15/2022-GSSTEBET)
80. Em 22.02.2022, a Senadora Nilda Gondim foi designada Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 02/2022)
81. Em 08.03.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (Of. 99/2022-GSNTRAD).
82. Em 15.03.2022, o Senador Paulo Rocha foi reconduzido Líder do PT (Of. 06/2022-GLDPT)
83. Em 15.03.2022, a Senadora Zenaide Maia foi reconduzida a Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 03/2022-BLPRD).
84. Em 15.03.2022, o Senador Rogério Carvalho foi reconduzido a vice-líder do PT (Of. nº 6/2022-GLDPT)
85. Em 16.03.2022, o Senador Jean Paul Prates foi reconduzido a Líder da Minoria (Of. 01/2022-GLDMIN)





COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR  
"IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ

**Finalidade:** Acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

Requerimento nº 90, de 2022

**Número de membros:** 7 titulares e 2 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 14/03/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(1)</sup>	
Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(1)</sup>	

- Notas:**
1. Em 22.02.2022, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Romário, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Leila Barros e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Jean Paul Prates, membro suplente, para compor a comissão.
  2. Em 24.02.2022, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, para compor a comissão (Of. 03/2022-GLPL).
  3. Em 14.03.2022, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário, Eduardo Girão e Carlos Portinho a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2022-CTEPETR).



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

**Finalidade:** Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(15)</sup>

**RELATOR:** VAGO <sup>(15,16,17)</sup>

**Instalação:** 28/10/2021

**Prazo final:** 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10,11,12)</sup>	1. Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(10,11,12,18)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,11,12)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(12)</sup>
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(14)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(9)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8,16,17)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2,4)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. <sup>(2,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM)</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(5)</sup>	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(3)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(7)</sup>	1.

### Notas:

1. Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
2. Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
3. Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
4. Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
5. Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
6. Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
7. Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
8. Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
9. Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
10. Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
11. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).



12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).
16. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
17. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
18. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Eduardo Braga, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLMDB)



### 3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 1.079, DE 1950

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de lei para atualização da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

(Ato do Presidente nº 3, de 2022)

**Número de membros:** 12

**PRESIDENTE:** Ricardo Lewandowski

**RELATORA:** Fabiane Pereira de Oliveira

**Instalação:** 11/03/2022

#### MEMBROS

Ricardo Lewandowski

Fabiane Pereira de Oliveira

Rogério Schietti Machado Cruz

Antonio Augusto Anastasia

Heleno Taveira Torres

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Fabiano Augusto Martins Silveira

Maurício de Oliveira Campos Júnior

Carlos Eduardo Frazão do Amaral

Gregório Assagra de Almeida

Pierpaolo Cruz Bottini

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Renata Felix Perez

**Telefone(s):** 61 3303 3490



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

**Finalidade:** Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(2,7,8,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM)</b>	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(4)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) <sup>(1)</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). ([DSF de 19/02/2021, p. 11](#))
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). ([DSF de 20/02/2021, p. 36](#))
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 380](#))
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). ([DSF de 02/03/2021, p. 6](#))
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). ([DSF de 10/06/2021, p. 155](#))
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))



**5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE  
MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO.**

**Finalidade:** Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

**ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL  
E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Nº 1, DE 2022**

**PRESIDENTE:** Regina Helena Costa

**Relator para o tema Processo Administrativo:** Valter Shuenquener de Araújo

**Relator para o tema Processo Tributário:** Marcus Lívio Gomes

**Instalação:** 17/03/2022

**MEMBROS**

Regina Helena Costa
Valter Shuenquener de Araújo
Marcus Lívio Gomes
Bruno Dantas Nascimento
Júlio Cesar Vieira Gomes
Gustavo Binenbojm
Andre Jacques Luciano Uchôa Costa
Adriana Gomes Rego
Valter de Souza Lobato
Alexandre Aroeira Salles
Aristoteles de Queiroz Camara
Patricia Ferreira Baptista
Flávio Amaral Garcia
Caio César Farias Leônico
Maurício Zockun
Leonel Pereira Pittzer
Ricardo Soriano de Alencar

**Secretário(a):** Erika Leal Mello | Secretários Adjuntos: Anderson Antunes Azevedo e Lenita Cunha e Silva

**Telefone(s):** 61 3303 3490



## 6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**Início da suspensão de prazo:** 20/03/2020

**Instalação:** 05/11/2019

**Prazo final:** 10/06/2020

### MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1)</sup>

Senador Diego Tavares (PP-PB) <sup>(2,4,5)</sup>

#### Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).

2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.

3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** (61) 3303-3492



## 7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

**Relatórios Parciais - prazo final:** 06/11/2019

**Instalação:** 25/09/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 23/10/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final duplicado:** 26/11/2019

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 10/12/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 13/11/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 17/12/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 21/11/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 21/12/2019

### MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

VAGO <sup>(1)</sup>

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

#### Notas:

1. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

**Secretário(a):** Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3511





8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS  
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

**Finalidade:** Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



## 9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** Subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.051, de 2019, 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

(Ato do Presidente nº 4, de 2022)

**Número de membros:** 18

**PRESIDENTE:** Ricardo Villas Bôas Cueva

**RELATORA:** Laura Schertel Ferreira Mendes

**Aguardando instalação:** 18/02/2022

### MEMBROS

Ricardo Villas Bôas Cueva
Laura Schertel Ferreira Mendes
Ana de Oliveira Frazão
Bruno Ricardo Bioni
Danilo Cesar Maganhoto Doneda
Fabício de Mota Alves
Miriam Wimmer
Wederson Advincula Siquiera
Claudia Lima Marques
Juliano Souza de Albuquerque Maranhão
Thiago Luís Santos Sombra
Georges Abboud
Frederico Quadros D'Almeida
Victor Marcel Pinheiro
Estela Aranha
Clara Iglesias Keller
Mariana Giorgetti Valente
Filipe Medon

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretários Adjuntos: Renata Felix Perez e Donaldo Portela Rodrigues  
**Telefone(s):** 61 3303 3490



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 05/11/2019

**Instalação:** 11/12/2019

**Prazo final:** 12/04/2022

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(7,10,13)</sup>	2. <sup>(7,10)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(16)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM)</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3,11,12)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(11,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(14)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(14)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(6)</sup>	1.
VAGO <sup>(6,13)</sup>	

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

\*\*. Em razão da fusão do Bloco Parlamentar PSDB/PSL com o Partido PODEMOS, o Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL passa a ter 3 vagas de titular e 2 vagas de suplente neste colegiado.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).
13. Em 10.11.2021, o Senador Jorge Kajuru passa a compor a comissão, como membro titular, pelo Podemos (Memo. nº 58/2021-GLPODEMOS).
14. Em 18.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-BLPRD).
15. Em 02.12.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-GLDEM).
16. Em 17.02.2022, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Anderson Antunes de Azevedo | Secretária Adjunta: Erika Leal Mello

**Telefone(s):** (61) 3303-1176



## 2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



### 3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1,55)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1,55)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72,90)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72,90)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72,90)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,18,54,57,72,90)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72,90)	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,42,44,54,65,72,90)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72,75,82,86,90)	4. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (8,72,90)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72,90)	5. VAGO (9,41,45,86)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,57,59,72,90)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72,90)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51,69,70,83,87)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51,79,88,89)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,24,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,23,49)	2. Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,33,35,49,84,85)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,49)	3. (2,25,49)
Senador Irajá (PSD-TO) (61,78,80)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (61)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
VAGO (3,47)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15,43,60,81)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(66)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(56)</sup>	1. VAGO <sup>(56,62)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(37,56)</sup>	2. VAGO <sup>(56,58,77)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(56,58,76,77)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(19,21,56)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))

12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))

11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Orioivisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLD). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.





38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF. ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 76](#))
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 10](#))
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 22](#))
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 7](#))
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 11](#))
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 20](#))
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. ([DSF de 24/02/2021, p. 377](#))
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 361](#))
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 391](#))
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 374](#))
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 393](#))
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD). ([DSF de 27/02/2021, p. 70](#))
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND). ([DSF de 16/03/2021, p. 65](#))
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB). ([DSF de 07/05/2021, p. 116](#))
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 56](#))
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/08/2021, p. 75](#))
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB). ([DSF de 02/09/2021, p. 725](#))
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 50](#))

74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 51](#))
75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 109](#))
76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania (Of. nº 6/2021-GLCID). ([DSF de 19/10/2021, p. 42](#))
77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID). ([DSF de 27/10/2021, p. 136](#))
78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD). ([DSF de 27/10/2021, p. 137](#))
79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 45](#))
80. Em 30.11.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 94/2021-GLPSD). ([DSF de 01/12/2021, p. 129](#))
81. Em 01.12.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-BLVANG). ([DSF de 02/12/2021, p. 76](#))
82. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
83. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
84. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
85. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2022-GLPSD).
86. Em 10.02.2022, os Senadores Confúcio Moura e Carlos Viana foram designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLMDB).
87. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-GLPSDB).
88. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
89. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
90. Em 08.03.2022, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes, Carlos Viana e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**(Requerimento 20, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(13,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(13,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,41)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,41,45,47)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,41)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,41)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,41)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,17,20,25,30,31,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(8,41)</sup>	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9,41)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,33)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(51,53,54)</sup>	6. VAGO <sup>(55,56)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,39)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,18,23,39)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(5,36)</sup>	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(5,37)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(5,35)</sup>	3. VAGO <sup>(5,28,38,48)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(14,18,32,39)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(19,39)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(49)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1,34)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1,34)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1,34)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1,12,22,24,34)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(12,34)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(16,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(15,29,46,50)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,40)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,40)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,40)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,40)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(52)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(43)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(43,44)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(43)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(21,26,27,43)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 72](#))
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 70](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 264](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 77](#))
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 23](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 19](#))
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 17](#))
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 360](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 376](#))
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 395](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 341](#))
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 71](#))
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP). ([DSF de 18/06/2021, p. 186](#))
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB). ([DSF de 29/10/2021, p. 100](#))
56. Em 07.02.2022, o Senador Eduardo Braga deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, (Of. nº 2/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).

2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**(Requerimento 27, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br





### 2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**Prazo final:** 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1,127)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (8,89,121)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,114,115)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,111)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,111)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11)</sup>	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (93,107,108)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87,134,135)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84,117,132,133)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,104)	(6,29,35,39,51,52,84,87,109,110,124,128,129,130,134,135)
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (6,84,100,120)
(7,18,26,27,72,74,122,136)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,95)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,95,105)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	(14,43,78,98,101,104,105,122,136)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,54,83,125,126)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,83,112,131)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2,83)</sup>	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (2,63,83)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,54,77,83,96,99,113,116)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (96,113,116)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(102)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,91)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(3,92)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,85)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,85)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5,85)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(106)</sup></b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,94,97,103,118,119)	1. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (88,94,97,118,119)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,24,88,103,123)

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Férrer, Orlívio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orlívio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Orlívio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). ([DSF de 23/11/2019, p. 99](#))
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 20/11/2019, p. 147](#))
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 23/11/2019, p. 102](#))
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 26/11/2019, p. 60](#))
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 73](#))
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). ([DSF de 10/12/2019, p. 91](#))
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 196](#))
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 71](#))
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSEIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 257](#))
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 260](#))
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 78](#))
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 24](#))
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 8](#))
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 10](#))
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 21](#))
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 362](#))
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 378](#))
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/02/2021, p. 385](#))
91. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 334](#))
92. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 335](#))
93. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). ([DSF de 25/02/2021, p. 351](#))
94. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). ([DSF de 25/02/2021, p. 342](#))
95. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 350](#))
96. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). ([DSF de 26/02/2021, p. 93](#))
97. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/02/2021, p. 97](#))
98. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
99. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 110](#))
100. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
101. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/05/2021, p. 26](#))
102. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). ([DSF de 14/05/2021, p. 138](#))
103. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
104. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 45](#))
105. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 46](#))
106. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
107. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).





108. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
109. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. ([DSF de 11/08/2021, p. 210](#))
110. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 55](#))
111. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). ([DSF de 20/08/2021, p. 121](#))
112. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). ([DSF de 25/08/2021, p. 137](#))
113. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD). ([DSF de 14/09/2021, p. 41](#))
114. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). ([DSF de 16/09/2021, p. 116](#))
115. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 360](#))
116. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). ([DSF de 28/09/2021, p. 52](#))
117. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 47](#))
118. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID). ([DSF de 24/11/2021, p. 144](#))
119. Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID). ([DSF de 02/12/2021, p. 75](#))
120. Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021). ([DSF de 02/12/2021, p. 77](#))
121. Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB). ([DSF de 02/12/2021, p. 78](#))
122. Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
123. Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD). ([DSF de 16/12/2021, p. 220](#))
124. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
125. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
126. Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD).
127. Em 16.02.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Vice-Presidente deste colegiado.
128. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-GLPSDB).
129. Em 16.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2022-GLPSDB).
130. Em 23.02.2022, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPSDB).
131. Em 24.02.2022, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-GLPSD).
132. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
133. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2022-GLPSDB).
134. Em 08.03.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 10/2022-GLPSDB).
135. Em 10.03.2022, os Senadores Plínio Valério e Mara Gabrilli permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 12/2022-GLPSDB).
136. Em 15.03.2022, os Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 11/2022-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(45)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(45)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,44)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,44)</sup>
Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(7,44,59,60,62)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,44)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(7,44)</sup>	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(13,30,31,35,38,48)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,44)</sup>	4. VAGO <sup>(14)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8,44,46)</sup>	5. VAGO <sup>(21,53)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(9)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(48)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,23,27,39)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(48)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(63)</sup>	8.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5,42)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(5,42)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(6,41)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,42)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6,41)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6,41)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(6,41,51)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(6,32,41)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(11,42)</sup>	5. VAGO <sup>(12,37,41)</sup>
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(55,57)</sup>	6. VAGO <sup>(19,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
<sup>(1,2,40,61)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1,40)</sup>
<sup>(1,20,40)</sup>	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1,22,34,36,40)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1,34,36,40)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1,20,40)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(16,52)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(18,33,49,50,54)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,43)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,43)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,15,17,43)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,43)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,43)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,43)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(58)</sup></b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(47)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(25,47,56)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(24,28,29,47)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(47)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(41,47)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(47)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 69](#))
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 72](#))
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 256](#))
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 81](#))
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 18/02/2021, p. 9](#))





42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 28](#))
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 14](#))
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 14](#))
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 392](#))
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 363](#))
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 68](#))
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 119](#))
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG). ([DSF de 05/03/2021, p. 121](#))
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 29/04/2021, p. 272](#))
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 47](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB). ([DSF de 29/09/2021, p. 100](#))
60. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
61. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
62. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Republicanos, para compor a comissão (Of. 9/2022-GSMJESUS).
63. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 6/2022-GLMDB)
64. Em 22.03.2022, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,3,4)</sup>	5. Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 13/09/2021

**Prazo prorrogado:** 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
VAGO <sup>(2)</sup>	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

**Notas:**

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

2. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

\*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1,47)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,47)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (16,17,37,43,46,56)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. VAGO (17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(53)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(55)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,40)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9,36,40)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(19,39)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,22,31,49)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,21,38,54)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,38)	2. (2,18,26,38,56)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (12,32,44)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7,41)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,41)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(50)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,45)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,45)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3,20,45)</sup>	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(3,45)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 68](#))
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 110](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 86](#))
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 13](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 30](#))
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 15](#))
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 11](#))
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 390](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 348](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP). ([DSF de 13/08/2021, p. 61](#))
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD). ([DSF de 31/08/2021, p. 34](#))
55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP). ([DSF de 21/09/2021, p. 85](#))
56. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 3/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 24, de 2021)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,3)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(49)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(49)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,31,48)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,12,48)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (12,48)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (14)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (26,48)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (23,31)	5. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (28,34,63)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (61)	6.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (37,46)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (10,25,46)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,24,46,53)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1,2,44,59)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1,62)	2. (1,30,33)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (22)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) (56)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,47)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(57)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,50,51)	2. VAGO (18)

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 71](#))
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 195](#))
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
41. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 263](#))
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 87](#))
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 9](#))
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 26](#))
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 12](#))
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 10](#))



49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 366](#))
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 372](#))
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). ([DSF de 04/03/2021, p. 331](#))
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). ([DSF de 05/03/2021, p. 123](#))
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 207](#))
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). ([DSF de 05/08/2021, p. 740](#))
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). ([DSF de 12/08/2021, p. 112](#))
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD). ([DSF de 12/11/2021, p. 14](#))
61. Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 10](#))
62. Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD).
63. Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**(Requerimento 7, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**(Requerimento 48, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
VAGO <sup>(1,2)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1,47)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,22)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (9,49,52,65)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44,61,66,67)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43,62,63)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
(2,42,64)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,28,42)
(46)	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(58)</sup></b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE). ([DSF de 14/02/2019, p. 165](#))

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD). ([DSF de 15/09/2020, p. 6](#))
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 263](#))
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 84](#))
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 32](#))
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD). ([DSF de 23/02/2021, p. 22](#))
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 364](#))



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 396](#))
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB). ([DSF de 26/02/2021, p. 96](#))
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 72](#))
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 26/02/2021, p. 69](#))
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB). ([DSF de 03/03/2021, p. 512](#))
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND). ([DSF de 31/03/2021, p. 303](#))
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 49](#))
62. Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
63. Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
64. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
65. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)
66. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
67. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**(Requerimento 8, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2,3)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br





**7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

**(Requerimento 52, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 10/09/2019

**Prazo prorrogado:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(1,4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

4. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

\*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(1,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,39)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(7,39,54)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7,39)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,39)</sup>	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(6,12,13,30,33)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(8)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(14,39)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(11,47,52)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(16)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(46)</sup>	7. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(5,36,49)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,36)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9,19,23,29,36)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(5,31)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,36)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,24,36,45)</sup>
<sup>(18,20)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(35)</sup>
VAGO <sup>(18,28,38)</sup>	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(18,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2,21,25,34)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(2,34,44,48)</sup>
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) <sup>(2,34,53)</sup>	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,34)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2,34)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,40,43)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(40)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(51)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,37)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,37)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,37)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,37)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(50)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(22,26,27,41)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(41)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(41)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(26,41)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))

9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMD). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMD). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMD). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 82](#))
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 8](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 29](#))
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 20](#))
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMD). ([DSF de 23/02/2021, p. 16](#))
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 381](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 368](#))
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 339](#))
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD). ([DSF de 25/02/2021, p. 354](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 358](#))
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP). ([DSF de 03/03/2021, p. 509](#))
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 120](#))
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 111](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG). ([DSF de 11/08/2021, p. 102](#))
52. Em 02.12.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLDPP). ([DSF de 03/12/2021, p. 309](#))
53. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 8/2022-GLPSD).
54. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos para compor a comissão (Of. 9/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(1,40)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(12,40)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10,36,41)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,36,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(10,36,41)</sup>	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,11,41)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5,13,23,41)</sup>	3. VAGO <sup>(14,27,28,30)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(43,44)</sup>	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(39)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7,35)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,35)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,35)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7,35)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(18,24,33)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,22,33)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2,21,25,32)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2,32)</sup>
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(2,32)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,34)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6,34)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,34)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,34)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(42)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(3,26,37)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,15,20,37)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,37)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,38)</sup>

### Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
30. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 80](#))
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 11](#))
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 13](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 27](#))
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 8](#))
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 367](#))
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 375](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 383](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). ([DSF de 25/02/2021, p. 361](#))
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). ([DSF de 05/03/2021, p. 124](#))
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br





**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(12,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,37,38,44,46)</sup>	1. VAGO <sup>(9,19,37,38,44,46)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,37,38,44,46)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,44,46)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8,32,44,48,50)</sup>	3. VAGO <sup>(13,44)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(17,37,38,44)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(45)</sup>	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(5,35,41,49,51)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,34)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,30)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(14,25,35)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(16,22,24)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,35)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(1,23,26,33)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1,20,21,28,33)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1,27,33)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1,18,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,31,42)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,36)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,36)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,36)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,36)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(47)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,29,39)</sup>
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(39)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))

13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 83](#))
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 10](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 31](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 16](#))
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 12](#))
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 389](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 370](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 357](#))
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 338](#))
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 340](#))
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 345](#))
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB). ([DSF de 27/10/2021, p. 135](#))
49. Em 07.12.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 75/2021-GLPSDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 9](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





50. Em 15.12.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2021-GLMDB). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))

51. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** [cra@senado.gov.br](mailto:cra@senado.gov.br)



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1,24,28,44)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,40,42)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9,40,42)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9,40,42,49,51,52)</sup>	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(9,43,52)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6,27)</sup>	3. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(9,52)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10,23)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(5,15)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(42)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,38)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,38)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,38)</sup>
<sup>(18,26)</sup>	3. VAGO <sup>(19,33,38)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,37)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2,30,31,32,36)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,3,36,50)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,3,36)</sup>	2. <sup>(2,25,32,36,52)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(22)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,14,20,39)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7,39)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(47)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(11,41,46,48)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(12,37,41)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21,41)</sup>	2. VAGO <sup>(41,45)</sup>

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 262](#))
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 259](#))
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 79](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 12](#))
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 25](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 9](#))
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 7](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 365](#))
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 388](#))
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 384](#))
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND). ([DSF de 06/03/2021, p. 8](#))
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 206](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT). ([DSF de 20/08/2021, p. 120](#))
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 108](#))



50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD). ([DSF de 22/10/2021, p. 91](#))

51. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.

52. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Carlos Viana, membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que passa a ocupar a terceira suplência, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 4/2022-GLMDB).

**Secretário(a):** Itamar Da Silva Melchior Júnior

**Reuniões:** Quintas-feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6,20)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,20)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(18)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(18)</sup>
VAGO <sup>(11,12,19)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(11)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(1,16)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1,13,14,16)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,17)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,17)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(22)</sup></b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21)</sup>	1.

**Notas:**

\*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 85](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 17](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 33](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). ([DSF de 01/06/2021, p. 6](#))
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

**Secretário(a):** Andréia Mano

**Telefone(s):** 61 3303-4488

**E-mail:** csf@senado.leg.br



### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(39)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,39)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,22,27,33)
(1)	2. (1)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. VAGO (14,15,16,44,45)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(41)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 88](#))
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 14](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 34](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 18](#))
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 23/02/2021, p. 15](#))
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 13](#))
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 371](#))
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
45. Em 15.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 4/2022-BLVANG)





**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**(Requerimento 4, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 03/09/2019

**Prazo final:** 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(1,3,4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(10)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) <sup>(17)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(8)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(12)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos ( PSD, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(13)</sup>
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) <sup>(2,16)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(7)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(15)</sup></b>	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(5,14)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(5)</sup>	2.

**Notas:**

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 17/03/2021, p. 208](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD). ([DSF de 17/03/2021, p. 210](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/03/2021, p. 211](#))
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG). ([DSF de 18/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSEININD). ([DSF de 23/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP). ([DSF de 23/03/2021, p. 7](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD). ([DSF de 24/03/2021, p. 70](#))
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP). ([DSF de 24/03/2021, p. 69](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB). ([DSF de 24/03/2021, p. 71](#))
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))



11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 77](#))
12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 78](#))
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD). ([DSF de 25/03/2021, p. 79](#))
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/03/2021, p. 7](#))
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
16. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLPSD).
17. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 7/2022-GLMDB)

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	1.
VAGO	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
<b>PODEMOS</b>	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
VAGO	



**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER**  
*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017

**Notas:**

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br





**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

---



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

